PE. JOSE' DE OLIVEIRA DIAS, S. J.
Professor agregado da Pontif. Universidade Gregoriana de Roma
e ex-professor de Oratória Sagrada no Seminário Conciliar de Braga

NOVO CURSO de ORATÓRIA SAGRADA

para formação de novéis oradores nos Seminários Diocesanos, em conformidade com a legislação canônica e com as normas pontifícias

IV EDIÇÃO
destinada ao Brasil



1955
EDITORA VOZES LIMITADA — PETRÓPOLIS, R. J.
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

CARTA DO EXMO. SR. BISPO DE PETRÓPOLIS

Petrópolis, 6 de Agosto de 1952.

Revmo. Padre José de Oliveira Dias, S. J.

Laudetur Jesus Christus!

Em minhas mãos a atenciosa carta de V. Revma.

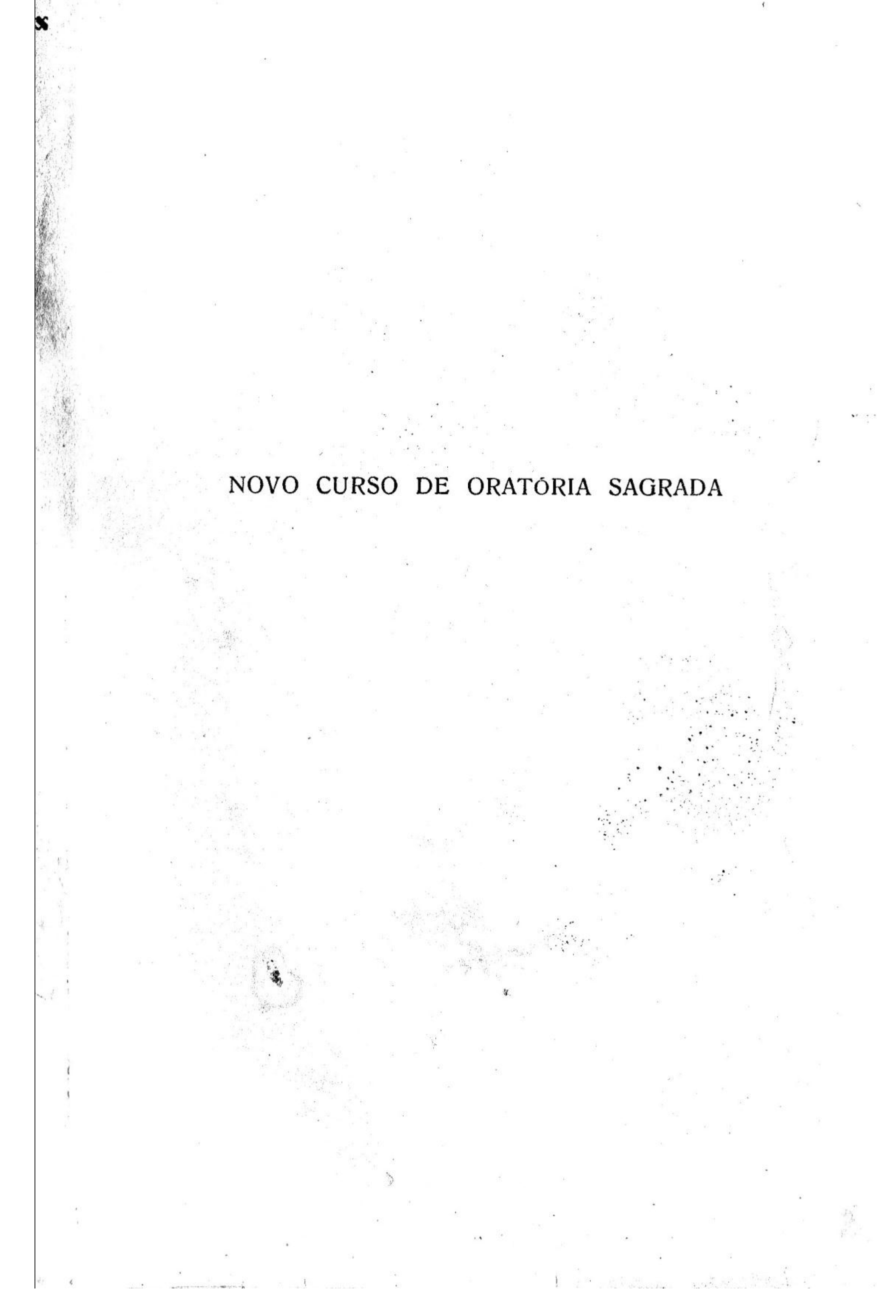
Recebi também o livro a que ela se refere: "Novo Curso de Oratória Sagrada", que V. Revma. pretende reeditar no Brasil pensando no bem que ela poderá fazer em nossos Seminários, como já fez nos Seminários de Portugal, onde é geralmente adotado como livro de texto.

E pede-me V. Revma. uma palavra a respeito.

Nenhuma outra eu poderia enviar senão a de estímulo e aplauso. Faltam-nos no Brasil, nos Seminários, quase sempre, bons manuais de oratória sagrada. O de V. Revma. preencherá esta lacuna. E estamos em que o fará com auspicioso êxito. Todos os que se dedicam à preparação esmerada de nossos levitas para o árduo ministério da palavra sagrada poderão encontrar em "Novo Curso de Oratória Sagrada" o precioso contributo de uma orientação esclarecida, fácil e prática.

Recomendando-me às orações de V. Revma., subscrevo-me com escolhidas bênçãos,

† MANOEL PEDRO DA CUNHA CINTRA,
Bispo de Petrópolis, Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil.



NOVO CURSO DE ORATÓRIA SAGRADA

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO. E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PETRÓPOLIS. FREI LAURO OSTERMANN, O. F. M. PETRÓPOLIS, 25-I-1955.

AO LEITOR

Pelo cânon 1365, § 2 do direito eclesiástico, todos os aspirantes ao sacerdócio devem ter durante o quadriênio de estudos teológicos um curso de oratória sagrada. E Bento XV, de feliz memória, ao promulgar pela Sagrada Congregação Consistorial as normas da pregação sagrada, deixou nos ns. 34, 35 e 36 as seguintes prescrições:

"Ficam estritamente obrigados os Ordinários e Superiores Religiosos a formar os seus clérigos na arte de pregar santa e salutarmente, e isto desde a idade juvenil, durante o tempo dos estudos, antes e depois do sacerdócio.

"Tratem, pois, estes clérigos de se instruir nos vários gêneros de pregação, enquanto se dedicam à sagrada teologia...

"E os Ordinários do mesmo modo tratarão de formar os seus jovens na declamação e no acionado que se deve executar no púlpito, para assim darem mostras daquela gravidade, simplicidade e correção próprias da palavra de Deus, sem ressaibos de palco. Desse modo mostrarão que falam da abundância dum coração persuadido e que não perdem de vista o nobre fim do seu ministério" (Acta Ap. Sedis, 1917, p. 334).

Contribuir na parca medida das nossas posses para realizar estas aspirações da Santa Igreja é o único fim que ambicionamos ao pôr nas mãos dos nossos simpáticos seminaristas, luminosas esperanças do púlpito brasileiro, o "Novo Curso de Oratória Sagrada", reedição um tanto alterada dos "Elementos de Arte Concionatória" que foram o seu primeiro ensaio.

Um compêndio escolar nunca foi uma obra de especialização técnica, nem o amplo desenvolvimento duma

ciência. Também não podia ser essa a finalidade deste despretensioso curso de Oratória Sagrada. Assim se explica a sua relativa parcimônia em citações e exemplificações.

E quantas pérolas da arte oratória não poderiam valorizar este humilde trabalho, quantos tesouros de áurea eloquência colhidos dos lábios dos nossos oradores de todas as épocas, dos lábios sobretudo do que é príncipe e modelo de todos eles, o imortal Antônio Vieira, não viriam oportuna e eficazmente confirmar todos os preceitos da arte em que ele foi eminente especialista?

Esse mister, porém, confiámo-lo ao gosto artístico e criterioso espírito selecionador dos mestres que nos nossos Seminários assumem a responsabilidade do ensino oratório. A eles pertence desenvolver o texto escolar, esclarecê-lo, comentá-lo.

Oxalá possamos assim contribuir todos com a pequenina parcela do nosso esforço para dignificar mais e mais o púlpito brasileiro. São estes os votos que formulamos e não temos outras aspirações ao oferecermos esta IV edição do Novo Curso de Oratória Sagrada aos estabelecimentos eclesiásticos de ensino que tanto têm honrado as ciências sagradas em toda a imensidade brasileira.

Algumas apreciações episcopais do texto "Elementos de Arte Concionatória" de que este "Novo Curso de Oratória Sagrada" é reedição ligeiramente retocada

Do Exmo. Arcebispo Primaz

"Agradece... os "Elementos de Arte Concionatória", em boa hora elaborados e publicados, e, com as suas felicitações ao autor pela publicação de obra tão necessária e tão bem acabada, vão os seus ardentes votos por que ela abra nova era de esplendor para a oratória sagrada em Portugal e por que veja multiplicadas as suas edições sem demora".

Braga, 12/10/36.

Do Exmo. Arcebispo de Évora

... "Afigura-se-me um trabalho precioso, a que não falta sequer a característica da oportunidade flagrante. Felicito-o, pois, muito sinceramente... e não me esquecerei de recomendar o seu livro, ao qual desejo a mais larga difusão".

Évora, 12/10/36.

† Manuel, Arcebispo de Évora.

Do Exmo. Bispo de Leiria

... "Percorri-o todo com agrado e utilidade própria, estando certo que tanto os seminaristas como ainda o clero já formado hão de encontrar na obra de V. Revma., além dum guia seguro, muitos ensinamentos para bem se desempenharem do seu múnus de magistério".

Leiria, 1/12/36.

Do Exmo. Sr. Dom Rafael, Bispo de Cabo Verde
por intermédio do seu Revmo. Secretário Pe. Joaquim Rocha da Silva, O. F. M.

"O Sr. Dom Rafael aprecia muito este valioso trabalho... Felicita o ilustre autor pela publicação desta obra, e faz sinceros votos para que a edição tenha muita tiragem, pois assim o merecem a importância da obra e a competência do seu autor.

Na verdade os "Elementos de Arte Concionatória" podem ilustrar e auxiliar abundantemente todos os que se dedicam à sagrada missão de anunciadores da palavra de Deus, sobretudo os que para isso se preparam".

7-I-37.

Do Exmo. Bispo de Beja

"Agradece a preciosa oferta dos "Elementos de Arte Concionatória", cuja leitura muito apreciou.

Sente não ter Seminário Maior na sua Diocese, para determinar o seu uso como texto escolar, porque tem excelentes características didáticas".

Beja, 3-XI-1936.

PRIMEIRA PARTE

A ELOQUÊNCIA E O ORADOR EM GERAL

CAPITULO I

ELOQUÊNCIA, ORATÓRIA E RETÓRICA

A graça, longe de suprimir a natureza, aperfeiçoa-a. E' sobre o natural que se edifica o sobrenatural. Eis por que antes de tratarmos da oratória sagrada, achamos oportuno um breve estudo da oratória natural, dos dotes naturais e da formação do orador.

I. *Noções Gerais*

Não é sem razão que modernamente se distinguem os conceitos de *oratória* e de *eloquência,* embora identificados pelos retóricos da antiguidade clássica: Aristóteles, Quintiliano, Cícero, etc.

1. A Eloquência é a faculdade ou aptidão natural do homem para persuadir, aperfeiçoada ou não pela arte, ou mais brevemente: "E' a força do dizer dominadora do ânimo alheio". [1]

Esse domínio do ânimo alheio é a persuasão. E' fato experimentalmente verificado que existem pessoas incultas dotadas de maravilhoso poder de persuasão. Mais: em horas de emoção ou de veemente excitação afetiva ou mesmo puramente nervosa, todos experimentamos, em maior ou menor grau, essa faculdade de excitar no ânimo alheio os afetos que impressionaram o nosso.

Com que poder de persuasão se não vêem por vezes pessoas incultas defender um interesse, um direito próprio, advogar a própria inocência caluniada!

E a palavra não é a única arma ao serviço da eloquência. Também o gesto, o olhar, o jogo da fisionomia, as lágrimas, os suspiros, o exemplo, e o próprio silêncio

[1]) A. Cardoso Borges de Figueiredo, *Instituições Elementares de Retórica* (Coimbra 1873), p. 1, § 2.

são por vezes poderosamente eloquentes. Marco Antônio, ao defender no tribunal a Áquilo, rasga a túnica do réu para mostrar ao povo as cicatrizes das feridas recebidas em defesa da pátria. E, mais do que o seu discurso, foi eloquente este *rasgo* que levou os romanos, movidos por tal espetáculo, a absolver o seu cliente.

Por isso, em sentido mais amplo, é *eloquência* a faculdade de persuadir por qualquer destes meios. Mas, em sentido próprio, é *a faculdade de persuadir por meio da palavra.*

Este dote natural do homem pode ser aperfeiçoado por um paciente estudo teórico e prático. E esse aperfeiçoamento, objeto da oratória, já não é só natureza, mas arte também. Por isso se define a

2. Oratória a arte de persuadir ou mover ao bem, por meio da palavra, o ânimo alheio. E é orador quem assim aperfeiçoou os dotes naturais da sua eloquência. Donde se conclui que todo o orador é eloquente, mas nem todo o eloquente é orador.

Também a oratória tem a servi-la uma teoria, que é a

3. Retórica, definida por Figueiredo, "disciplina que rege o gênio no uso da eloquência". [2]

Ela é, pois, o conjunto de preceitos e de regras destinado a dirigir, regular e desenvolver os dotes naturais da persuasão até ao aperfeiçoamento da oratória.

II. *Natureza íntima da eloquência*

Desta noção sintética de oratória e de eloquência fácil é passar à análise da sua natureza íntima. Antes de tudo, eloquência, adverte La Bruyère [3], não é a loquacidade daqueles a quem nunca falta a palavra ainda que a venha abrilhantar o empolgante do gesto, o harmonioso da voz, o altissonante do fraseado ou o arredondado dos períodos. Nem consiste apenas na excitação da sen-

---

[2]) Ibid.

[3]) *Les caractères. I, Des ouvrages de l'esprit* (Paris 1815), p. 29.

sibilidade e na vibração das paixões até ao arranco de lágrimas ou de aplausos. Também a essência da eloquência não está em deleitar os ouvintes, nem em convencer a razão por meio de raciocínios, concatenados embora por uma lógica de ferro.

No primeiro caso teríamos poesia e no segundo filosofia; mas o que para a filosofia e para a poesia é fim, na eloquência seria apenas um meio ordenado à persuasão.

Ainda não seria eloquente aquele que só chegasse a despertar poderosos afetos na vontade; faltar-lhe-ia obter o triunfo definitivo que é a decisão irrevogável da vontade rendida à solicitação do bem.

E' afinal o que deixou escrito Monsabré:

"Para ser eloquente não basta uma voz bem educada, pronúncia correta, dicção agradável, fisionomia expressiva e um conjunto de gestos em perfeita harmonia com a palavra; é necessário ainda entrar na alma dos ouvintes e fazê-los viver da própria vida do orador". [4]

Assim entendida a eloquência, ninguém retratou mais fielmente o orador do que o Pe. Longhaye [5] ao chamá-lo "uma alma que repleta do seu objeto se esforça por fazê-lo passar à alma dos seus ouvintes. Uma alma que para comunicar esse objeto desenvolve com ordem e harmonia todas as suas energias de expansão. Uma alma que em virtude desse esforço chega a apresentar vivamente o objeto marcado com o sinete da sua personalidade, tingido com as cores da sua fantasia, aquecido com o calor do seu coração. Uma alma que se põe toda inteira na palavra comunicativa para melhor pôr nela o objeto de que está apaixonada".

Só assim é que a eloquência será, na expressão de Lacordaire, "a fusão da alma que fala, com a alma que escuta". Mas para que haja esta fusão é mister que a palavra do orador, portadora duma imagem que excite a fantasia do ouvinte e lhe ponha em vibração as mais nobres paixões, seja também a encarnação viva duma

---

[4]) *Avant-pendant-après la Prédication* (Paris 1900), cap. VI, p. 373.

[5]) *La prèdication — Lois du genre*, p. 13.

idéia que faça brilhar nas inteligências o sol da verdade; é mister que essa idéia aquecida ao fogo do coração nobremente apaixonado vá atear nas vontades os mesmos afetos e arrancar-lhes as mesmas resoluções de que o orador se sente possuído.

Se a imaginação fala à imaginação, a inteligência à inteligência, o sentimento ao sentimento, a alma do orador fundir-se-á com a do ouvinte, vibrarão a uníssono todas as suas faculdades; o ouvinte pensará, sentirá, quererá o que o orador pensa, sente e quer. E nessa harmonia perfeita de pensamento, de sentimento e de resolução eficaz, nessa fusão íntima de almas está a verdadeira eloquência.

III. *Fim da eloquência em geral*

Da mesma definição de eloquência ressalta o seu fim: a persuasão que tem como fruto espontâneo a rendição da vontade, determinada finalmente a abraçar o bem. Mas esta determinação é o último dos atos que brotam da alma no desenvolvimento das suas operacões cognoscitivas e apetitivas. E' o triunfo final da eloquência, que psicològicamente supõe:

1) a convicção da inteligência rendida à luz da verdade;

2) a moção da vontade solicitada pelo bem. E uma vez que a verdade e o bem tanto menor resistência encontram na alma quanto maior é o atrativo e a beleza com que se apresentam às faculdades, deve o orador propor o bem e a verdade sob formas que despertem o deleite estético e lhes franqueiem suavemente as portas da alma. Que bem o advertiu Marco Túlio em várias passagens de seus tratados retóricos: "Docere necessitatis est, delectare suavitatis, flectere victoriae".

CAPÍTULO II

O ORADOR

ART. 1. O QUE E' O ORADOR

F. Mouret [1] apresenta-nos o seguinte perfil do orador, limitando-se ainda aos traços físicos e morais de ordem puramente natural: "Imaginação rica e variada, capaz de suscitar imagens e quadros que agirão poderosamente nas almas, sensibilidade viva e delicada, suscetível de vibrar a uníssono com a multidão, raciocínios vigorosos e lúcidos, comunicando à palavra a ordem e clareza que geram a convicção, vontade enérgica que, sem perder de vista o seu objetivo, possa mobilizar para um único fim e com progressiva intensidade todas as imagens e todos os argumentos; uma sã constituição física que dê ao gesto, ao olhar e à voz a acentuação que se impõe: tal é, na complexidade e na harmonia das suas diversas faculdades, o orador".

ART. 2. DOTES DO ORADOR

§ 1. Dotes morais

I. *Probidade*

1. Sua necessidade. — Se a oratória é uma arte posta ao serviço da verdade e da justiça, com razão afirma Quintiliano [2] que não pode ser orador perfeito quem não for um homem de bem, dotado de todas as virtudes morais, pois é impossível que o vicioso tenha sentimentos nobres e delicados sobre a virtude e a justiça. "Seja o orador perito no dizer, mas antes de tudo e sobretudo

[1]) *Leçons sur l'art de prêcher* (Paris 1909), p. 211.
[2]) *Instituições oratórias* — Proêmio, Livro XII, cap. I e IX.

seja um homem de bem". E já antes dele, Catão, ao dar do orador a definição clássica acolhida com aplauso por todas as gerações "vir bonus dicendi peritus", assinala como elemento essencial e primário dessa definição e, portanto, como constitutivo essencial do definido, a *probidade.* Apreciações semelhantes fá-las Cícero e Sêneca; por onde se vê que, reconhecendo como necessária no orador a probidade, os mesmos pagãos parecem neste ponto possuir o sentido moral cristão.

De fato a probidade duma vida sagrada é a primeira exigência de quem necessita de autoridade para condenar a injustiça, defender a virtude e o direito e recomendar a moralidade.

2. As suas vantagens. — A probidade de vida é a alma da verdadeira eloquência e o mais sólido penhor do seu triunfo.

A) Para o *orador:* porque o faz falar com sinceridade e verdade; possuindo a convicção do que diz, possui a arma mais eficaz da persuasão.

B) Para os *ouvintes:* porque é de uma irresistível força persuasiva a consonância da vida do orador com as idéias do discurso. Não há mais poderosa confirmação da palavra que o exemplo, cuja eficácia, moralmente contagiosa, é de todos bem conhecida. O dever, a cujo cumprimento exorta a palavra do orador; a virtude, o ato heróico talvez, em favor do qual desenvolve toda a sua eloquência, pode algumas vezes pôr o problema da sua possibilidade moral. Será possível o exercício constante desta ou daquela virtude?

O exemplo do orador resolverá pela via de fato esse problema.

3. Consequências da falta de probidade.

A) *Conflito inevitável.* — Sem a probidade estabelece-se inevitàvelmente um conflito entre o exemplo e a doutrina do orador. E diante desta contradição entre o que *diz* e o que *faz,* nasce o *dilema:* ou as palavras exprimem o seu pensar ou não. Se exprimem, será sincero no que diz, mas permanece o conflito com as suas obras que fatalmente hão de desacreditar-lhe as palavras e ti-

rar-lhes toda a autoridade. Se não exprimem o seu sentir, então mais profunda se torna a contradição. Para harmonizar o que faz com o que sente, desarmoniza o que diz com o que sente e faz. Desapareceu até o último vestígio de sinceridade; e a hipocrisia depressa será desmascarada. Não estando persuadido do que diz, o seu fingimento há de transparecer por mais que o dissimule. A força da eloquência nunca foi tão grande que não titubeasse e vacilasse diante do desmentido do coração. E uma vez revelada a falta de sinceridade serão inúteis todos os esforços do orador.

B) *Esterilidade da eloquência.* — Um orador sem probidade não conseguirá nunca persuadir; e sem persuasão não há eloquência. Por isso o mau exemplo é o mais formidável adversário do orador, que desapiedadamente desfaz todo o efeito dos seus discursos, por mais brilhantes e raciocinados que sejam.

Orador que não seja um homem de bem, em vão clamará contra a injustiça, em vão procurará verberar abusos e vícios, baldada será a sua apologia da virtude, da verdade, do bem, da honradez. Falta-lhe o prestígio; a sua vida será a mais contundente refutação de todos os arrazoados. O mais inculto de seus ouvintes saberá dizer-lhe: Se assim é, por que fazes tu o contrário?

II. *Energia*

Parece descabida a exigência desta qualidade no orador. E contudo, sem valor, sem coragem moral não pode haver orador digno desse nome. E' que ele há de ter adversários, há de tropeçar com dificuldades, há de arrostar perigos se quer defender eficazmente os direitos da justiça e da verdade.

Com a fortaleza de espírito e com o espírito da fortaleza, saberá afrontar tanto a prepotência da força que tripudia sobre o direito, como a audácia do erro que persegue a verdade. A virtude mais nobre do orador é essa coragem e fortaleza de ânimo que nem o medo abate, nem os motins ou as ameaças dos díscolos conseguem acobardar.

Orador que não se sinta com bastante desassombro para arrostar serenamente a audácia de adversários apaixonados, não suba à tribuna que não o fadou a natureza para a eloquência.

Mas a essa energia deve andar aliada a

III. *Serenidade*

Não seja caso que o seu ardor e paixão pela verdade, deixando de ser regidos pela prudência, o levem a palavras inconsideradas ou inoportunas que depois tenha de retratar. E' sobretudo nos grandes movimentos passionais que a serenidade e o sangue-frio hão de reger todas as faculdades do orador. Portanto no decorrer do discurso e sobretudo em momentos de maior inspiração não se exalte imoderadamente, nem se abandone a um entusiasmo desenfreado. Sem o equilíbrio das paixões, que só a serenidade de espírito e o domínio de si mesmo podem manter, fàcilmente será arrastado a afetos de indignação ou a rasgos de veemência não exigidos pelas circunstâncias.

IV. *Competência*

In medio virtus. — Não pode inspirar confiança a outros quem desconfia de si mesmo. Por isso, se não pode haver coisa mais antipática do que a presunção e a altivez de quem se julga superior aos outros, também não se pode louvar a timidez de espírito, capaz de inutilizar as melhores disposições. Haja portanto no orador essa *firmeza* e *confiança* de quem está senhor do seu papel, essa *segurança* de quem domina a matéria que expõe, essa *elevação de espírito* enfim, própria de quem se sente com autoridade para falar. E' uma qualidade muito conciliável com o ar de modéstia e simpática despretensão, mas que só se encontra em quem é consciente da própria *competência*.

§ 2. Dotes cognoscitivos

I. *Inteligência*

1. Sua necessidade. — Sendo impossível persuadir a vontade sem convencer o entendimento dos ouvintes, é evidente que instruir é um papel essencial que deve desempenhar o orador: *"docere necessitatis est"* (Cícero).

Mas para ensinar é necessário saber e para saber é indispensável uma inteligência devidamente desenvolvida e cultivada.

2. Suas qualidades. — A inteligência do orador deve ser:

A) *penetrante,* sem o que não poderá perscrutar o âmago da verdade e a razão última das coisas.

B) *lúcida,* para poder transmitir a outras inteligências o seu pensamento e fazer brilhar nelas a verdade com o mesmo fulgor que ilumina a sua.

C) *plástica,* sabendo adaptar-se à capacidade dos ouvintes, encaixando em conceitos e imagens acessíveis as verdades mais inacessíveis ao comum das inteligências.

D) *analítica,* para poder focar a verdade sob todos os seus aspectos e desfazer os nós que apresentam as questões mais complexas.

E) *sintética,* para relacionar e coordenar os pensamentos dispersos por todo o discurso, para compendiar a doutrina profusamente desenvolvida, ou para unificar questões de multíplices aspectos.

F) *disciplinada,* isto é, dócil e habituada a uma lógica severa, à precisão de conceitos, à nitidez de idéias metòdicamente ordenadas e lògicamente deduzidas.

G) *opulenta.* A erudição do orador deve-se estender aos ramos de conhecimentos relacionados com o gênero oratório que tem de cultivar. Não é necessário que possua em cada ciência os conhecimentos do especialista; mas deve dominar com perfeição os assuntos que pretende tratar.

Nem se requer um engenho demasiado sutil. Se o tiver, acautele-se contra o prurido de imoderadas agude-

zas que de ordinário só servem para enevoar o raciocínio e enfastiar quem o não pode seguir.

Não se contente com a feição especulativa dos seus conhecimentos, que devem ser fecundados pelo estudo prático dos homens e das coisas. O orador não pode desinteressar-se do conhecimento do coração humano em geral, nem da mentalidade peculiar dos seus ouvintes, nem do ambiente social em que vive. Sem esse estudo profundamente psicológico, as suas palavras não farão vibrar as fibras mais íntimas da alma que a cada instante é necessário mover.

II. *Imaginação*

1. Sua necessidade. — Se "para mover é necessário pintar", como diz Fénelon, é claro que não basta uma simples descrição das coisas, mas é necessário ferir a sensibilidade dos ouvintes com a apresentação tão viva do que lhes expõe que lhes dê a ilusão de as estarem contemplando.

Sem esse colorido, qualquer descrição se torna árida e aborrecida e pouco se conseguirá gravar na alma dos ouvintes. Não esqueça o orador que os seus ouvintes vivem mais do sensível que do abstrato, e que só apreenderão o abstrato se lhes for servido em imagens sensíveis que o encarnem.

2. Suas qualidades:

A) *fecundidade:* sejam abundantes os seus recursos, seja variada a sua aplicação.

B) *vida e vivacidade:* sejam coloridas as suas representações e originais quanto possível; sejam aptas a influir na sensibilidade para despertar as paixões nobres do coração.

C) *sobriedade:* recorra-se à imaginação só quando a clareza o exigir ou o interesse do assunto o aconselhar, tendo-se presente que o discurso oratório não é poesia.

D) *equilíbrio:* evitem-se excentricidades em que é fácil descair, e não se perca de vista a hierarquia das faculdades. A imaginação é uma subordinada da inteligên-

cia; colabore pois com ela subministrando-lhe escolhidos materiais, mas sempre debaixo da sua direção.

E) *plasticidade e adaptação* conforme foi dito da inteligência, preferindo-se imagens com que os ouvintes estejam mais familiarizados, conforme se fale a gente do mar, do campo, das fábricas; a médicos ou a comerciantes, etc.

III. *Memória*

1. Sua necessidade. — Arquivo precioso do orador, ela é a grande e necessária auxiliar da inteligência. Que importa uma inteligência privilegiada, se o orador na ocasião do discurso não pode recordar pelo menos o arcabouço da sua planeada oração, os pensamentos geradores do desenvolvimento oratório, o nexo das idéias, os argumentos comprovativos da sua tese?

Sem a memória poderá ser um repentista mais ou menos feliz, mas não um orador no sentido pleno da palavra.

2. Suas qualidades:

A) *facilidade* em arquivar o que há de dizer.
B) *tenacidade* em conservá-lo.
C) *fidelidade* em reproduzi-lo.
D) *prontidão* em evocá-lo.

§ 3. Dotes afetivos

I. *Vontade*

1. Sua necessidade. — Para persuadir tem de estar e de se mostrar persuadido. Sem o sentimento não há eloquência e sem vontade não pode haver sentimento. O orador deve, portanto, ser um *homem de vontade.*

2. Suas qualidades:

A) *retidão:* O orador que tem de combater a injustiça e o erro deve possuir uma vontade reta que ame com ardor a verdade e a justiça.

B) *impressionabilidade:* Não basta que o orador se interesse e apaixone pelo bem, é mister se comova ainda

com a bondade objetiva das coisas, seja uma alma aberta ao sentimento, mas sem exageros mórbidos de sentimentalismo que fàcilmente descaem no ridículo. E seja equilibrada a sua impressionabilidade, que não fique à mercê ora duma, ora doutra impressão.

II. *Sensibilidade*

1. Sua necessidade. — Sem a paixão do bem não pode haver verdadeira eloquência. Mas como o homem — matéria e espírito — não é vontade pura, a paixão do bem está dependente de uma tendência apetitiva de ordem inferior, do mesmo modo que as operações intelectivas estão dependentes dos sentidos.

Por isso, os grandes movimentos da vontade nascem em grande parte na sensibilidade. Por outro lado é uma lei de psicologia já formulada pelo poeta que *"si vis me flere, dolendum est primum ipsi tibi"*.

Sendo assim, só pode excitar a sensibilidade dos outros e por ela a paixão do bem, quem estiver apaixonado pelo mesmo ideal. Às paixões só se pode falar com paixão e por isso é orador quem for nobremente apaixonado. A paixão é a grande inspiradora da verdadeira eloquência, porque só ela gera o entusiasmo que acalenta e faz vibrar as potências da alma. Ela desperta a fantasia, pondo-a em condições de pintar ao vivo e de dar acentuado relevo às coisas, faz brotar da inteligência pensamentos e raciocínios vigorosos, descobre e, sendo necessário, cria a propósito expressões e figuras eficacíssimas pela sua espontaneidade; e a linguagem reveste uma feição pessoal mais do que nunca sugestiva e poderosamente insinuante.

2. Suas qualidades:

A) *equilíbrio,* sem sentimentalismos efeminados, sem exageros teatrais e ridículos.

B) *subordinação* à vontade. E' uma faculdade inferior que tem de estar em consonância com a razão. Auxiliar da afetividade superior, o seu predomínio sobre a vontade é uma desordem.

§ 4. Dotes físicos

Embora o brilho e poder da eloquência possa ser tal que se sobreponha, que compense e oculte até qualquer deficiência física do orador, não se pode negar que um exterior inculto e repelente inutiliza de ordinário em todo ou em parte o mais brilhante discurso. São, portanto, dignas de apreço as qualidades externas de apresentação, voz e ação, que não pouco contribuem para conciliar a atenção e atrair a simpatia dos ouvintes, e portanto para que a doutrina do orador seja recebida com maior fruto e agrado.

A experiência cotidiana mostra-nos no trato humano até que ponto o garbo exterior, um rosto expressivo e digno, uma gesticulação plástica e nobre, e sobretudo a harmonia, a limpidez e a penetração duma voz sã e insinuante, podem realçar mais as virtudes dum coração bem dotado. São qualidades, portanto, cujo cultivo moderado e racional o orador de modo nenhum deve desprezar.

ART. 3. FORMAÇÃO ORATÓRIA

§ 1. Teoria

In medio virtus. — A mentalidade moderna tende a desprezar os preceituários clássicos, como antigualhas prejudiciais à naturalidade e à espontaneidade da eloquência. Muito há de exagerado nesta crítica.

Que não seja o orador tão escravo da retórica que deva coibir a inspiração a cada passo com a preocupação de não transgredir os seus preceitos; que não deva ter as minúcias técnicas da sua arte como moldes rígidos fora dos quais seria crime de lesa-arte expandir-se, que não deva sacrificar um brilhante rasgo de eloquência a esta ou àquela regra formulada para orientar e não para sufocar a inspiração, estamos plenamente de acordo, e é isso precisamente o que na prática nos ensinam os grandes mestres da antiguidade clássica.

Mas pretender que as faculdades não devem adquirir certo hábito de disciplina, funcionando em conformidade com as regras da arte, arte imanente por assim di-

zer, tão assimilada que se tenha tornado uma segunda natureza, ou uma natureza aperfeiçoada, a qual será tanto mais perfeita quanto mais inconscientemente opere sem coações nem artifícios, seria evidentemente um exagero. Ora, esse hábito adquire-se pela prática assídua, orientada e salvaguardada pelos preceitos da arte. Esses preceitos por sua vez seriam inúteis sem a prática.

Mas se as faculdades funcionam dirigidas pelas leis do pensamento e da dicção, que as defendem contra qualquer desvio ou extravio, depressa adquirirão essa arte interna, esse hábito de bem pensar, de bem compor e de bem se exprimir. E quando essa arte se assimile até se identificar com a natureza e se tornar inconsciente, então não se necessitará mais de regras, porque as faculdades já se encontram amoldadas a elas.

§ 2. A Prática

Evidentemente não basta a teoria. E' mister viver por um exercício constante as regras da arte. E um exercício bem dirigido em nenhum outro gênero literário é tão necessário e proveitoso como na oratória. Só a força do hábito tornará expedito o jôgo das faculdades e fácil o uso da palavra. Mas a força do hábito só pela repetição dos atos, isto é, só pelo exercício, se pode obter.

1. Oral, tendo por objeto a declamação de qualquer peça literária que se preste ao exercício das qualidades oratórias ou uma produção pessoal da própria eloquência, prèviamente estudada ou improvisada. Em qualquer caso, esse exercício não dispensa nunca a presença de um mestre autorizado que corrija as deficiências do discurso e da declamação.

2. Escrito. Sem este exercício, a mesma facilidade de improvisação tornar-se-á uma verbosidade oca e perigosa. Sem escrever muito não se chegará a falar bem. Mas não haja pressas nem impaciências. O que se escrever, escreva-se com esmero, embora demoradamente, que a rapidez se adquirirá com o hábito. Quem escreve depressa nunca chega a escrever bem; mas quem se acostuma a escrever bem chegará a escrever depressa. Não

nos contentemos com o primeiro pensamento que ocorre nem com a primeira redação dele. Tudo o que é nosso agrada ao nascer, mas a reflexão vem mostrar mais tarde que somos demasiado indulgentes conosco mesmos.

§ 3. A Leitura

1. Sua utilidade. — A leitura é o único meio de convivermos com os grandes mestres do passado e de vermos como neles se verificam os preceitos da retórica. Não há dúvida que a oratória melhor se aprende no contacto com homens eloquentes do que no simples estudo teórico da arte.

2. In medio virtus. — Na leitura tenham-se presentes os critérios da seleção. Não é bom começar por autores medíocres; a princípio escolham-se os melhores. Se por um lado o aluno nas suas leituras se deve acautelar contra a fascinação que nos espíritos juvenis exerce o exuberante floreado de certa eloquência moderna, mais solícita da forma que do fundo, eloquência altissonante, mas ordinàriamente sem nervo nem virilidade; evite, por outro lado, cair numa cega idolatria da antiguidade clássica, para não cristalizar na obstinada imitação do passado, como se vivesse no mesmo século, ou como se os gostos não mudassem com as épocas.

Só a direção de mestres experimentados poderá preservar o leitor inexperiente destes dois extremos.

Na seleção do modelo tenha-se em vista a índole e as exigências pessoais do aluno. Entretanto nenhum orador se formará com solidez sem o estudo dos modelos perfeitos da antiguidade, sobretudo Demóstenes e Cícero, cuja eloquência foi a escola em que se formaram os melhores oradores de todas as idades.

3. Fruto prático da leitura. — Sejam quais forem os modelos preferidos, o fruto da leitura não estará tanto em ler muito, como em refletir no que se lê.

Analisem-se minuciosamente os melhores discursos, os processos neles seguidos para se chegar à persuasão, tudo em vista duma assimilação racional e duma lenta mas sólida formação.

Tome o aluno o discurso dum dos grandes mestres, e procure responder a estas e semelhantes interrogações feitas a si mesmo: que tinha o orador em vista neste discurso? Que pretendia ele conseguir do seu auditório? Com que argumentos tenta ele convencê-lo? Com que afetos é que o leva à persuasão? Que peso teriam para mim estas provas, que impressão me faria esse jogo de afetos se eu tivesse sido um dos ouvintes? Como é que eu encararia hoje o mesmo assunto se houvesse de falar dele a tal ou tal gênero de ouvintes? Com que razões poderia convencê-los? E para os render que teclado afetivo deveria tocar?

Qual é neste discurso a idéia-mãe, a proposição primordial? e quais as proposições secundárias e subordinadas? Como divide ele a matéria e como unifica a doutrina exposta? Quais os dotes dessa exposição, de que recursos se vale para a desenvolver, como é que previne ou desfaz dificuldades e preconceitos? Como procederia eu, que método seguiria em seu lugar, nessas circunstâncias?

CAPITULO III

CLASSIFICAÇÃO ORATÓRIA

Três são os principais aspectos que podem fundamentar a classificação dos vários gêneros de oratória.

I. E' o que se baseia na natureza e fim do discurso, adotada pelos retóricos da antiguidade clássica que, com Aristóteles, distinguiam os três gêneros seguintes:

1) deliberativo: Ocupava-se dos negócios de interesse público, e tinha lugar no senado e nas reuniões populares. O seu fim característico era persuadir ou dissuadir.

2) judiciário: Ocupava-se de qualquer causa-crime ou cível a ventilar nos tribunais. O seu fim característico era acusar ou defender.

3) demonstrativo: Compreendia os panegíricos, orações fúnebres, os discursos congratulatórios, as invectivas (filípicas e catilinárias), etc. O seu fim característico era louvar ou censurar.

II. E' o que atende aos vários efeitos oratórios do discurso. São eles: iluminar a inteligência com a verdade, deleitar com o prazer estético do belo, e render a vontade à prática do bem. Baseando-nos neste critério, temos os seguintes gêneros, conforme o seu efeito predominante:

1) didático, cujo efeito característico é expor a verdade por meio do discurso acomodado à capacidade dos ouvintes. Tais são as disputas, dissertações, discursos acadêmicos, etc.

2) poético: A sua característica é a apresentação da beleza ideal para excitar nos ouvintes o sentimento e o culto do belo.

3) oratório pròpriamente dito: Tem por fim persuadir. Apresenta o bem moral de um modo adequado a mover os ouvintes a amá-lo eficazmente.

III. E' o que se funda ao mesmo tempo na diversidade específica dos auditórios a que se dirige, dos lugares em que se exerce, e dos fins que se propõe. Divide a oratória em dois grandes ramos, sendo essa a divisão modernamente mais seguida:

1) sagrado: Constitui realmente um gênero à parte, pois apresenta características que a distinguem de todos os outros, tanto pelo objeto, como por parte do mesmo orador. Subdivide-se nas várias espécies concionatórias, que adiante exporemos.

2) profano: Compreende tudo o que não é sagrado e admite várias subdivisões. Eis as principais:

a) *popular:* E' a eloquência dos tribunos que se dirigem às massas populares em comícios ou "meetings" para prepararem um ato eleitoral, para dirigirem a consciência pública, despertando-lhes o interesse por um assunto político ou social, para excitarem o patriotismo na celebração de um acontecimento nacional, etc.

b) *acadêmica:* Compreende todos os discursos, conferências, dissertações e preleções de caráter científico ou literário. Desenrola-se em centros acadêmicos, reuniões e círculos de estudo, supondo portanto auditórios ilustrados.

c) *militar:* Abrange as arengas aos soldados para lhes exaltar, com o sentimento patriótico, o brio militar em ocasiões de guerra ou em comemorações dos grandes feitos levados a cabo pelos seus antepassados.

d) *forense:* Ocupa-se de questões de interesse particular. E' exercido sobretudo no tribunal ou no foro judicial e tem por objeto, ou uma causa cível que se advoga, ou uma causa-crime que se ventila.

e) *parlamentar:* De um modo geral ocupa-se de questões de interesse público. Tem lugar nas câmaras legislativas, em assembléias políticas, em congressos nacionais ou internacionais, em que se ventilam assuntos de caráter nacional, internacional ou simplesmente municipal.

SEGUNDA PARTE

O PREGADOR

CAPÍTULO I

UM MINISTÉRIO SAGRADO

ART. 1. MISSÃO INICIADA POR DEUS

A pregação é Deus falando ao homem, é o homem escutando a Deus. Por outros termos: é a palavra de Deus vibrando aos ouvidos do homem.

A palavra, todos o sabemos, é a expressão sensível do pensamento. Pensamento não expresso *ad extra* é a palavra mental — *verbum mentis* — que o homem fala não a outrem, mas a si próprio.

Esta faculdade de pensar e de falar, de expandir *ad extra* o que se diz *ad intra* é uma perfeição nobilíssima dos mais nobres seres da criação — dos seres inteligentes. E perfeições dessa ordem não se podiam verificar nas criaturas sem existirem de um modo eminente no Criador.

Deus, portanto, deve poder comunicar a outro o seu pensamento. E pensamento íntimo de Deus é a sua Palavra interna, o seu Verbo, verdadeiro parto da sua inteligência, fruto inefável e substancial do conhecimento da sua própria Essência, Personalidade divina *ab aeterno* gerada pelo ato puríssimo da sua atividade intelectual.

Essa Palavra interna, *Lógos,* Verbo Divino, não podia nunca ser um verbo humano, mas podia vir a ser, e é, um Verbo humanado, *Verbum caro factum* (Jo 1, 14), a Palavra de Deus encarnada em forma humana.

Foi esta a grande pregação de Deus ao homem: humanou, fez homem a sua Palavra para que essa Palavra, antes de ser ouvida, pudesse ser vista.

A palavra humana, fenômeno sensível, é destinada a manifestar o pensamento que não é sensível. Não foi outro o fim da Palavra de Deus, que é ao mesmo tempo

Palavra-Deus. *Ut qui visibiliter Deum cognoscimus per hunc in invisibilium amorem rapiamur.*[1]

E assim o Verbo humanado que é por essência a pregação viva e substancial de Deus, torna-se por missão divina o pregador de Deus aos homens, tendo como precursores os profetas: *multifariam multisque modis olim Deus loquens patribus in prophetis, novissimis diebus istis locutus est nobis in Filio*" (Heb 1, 1-2). Pròpriamente nem são os pregadores que falam, é Deus que fala pelos pregadores: *Deus loquens... in Prophetis... locutus est nobis in Filio*".

E esta é a missão do Verbo feito homem, esta a missão do homem feito pregador: "ensinar a ciência da salvação" — *ad dandam scientiam salutis* (Lc 1, 77) — e ensiná-la pela pregação: *Placuit Deo per stultitiam praedicationis salvos facere credentes* (1 Cor 1, 21); pregando sim a palavra a Deus, isto é, a doutrina recebida de quem lhe confiou missão de pregar — *mea doctrina non est mea, sed Ejus qui misit me* (Jo 7, 16); mas revestido da autoridade divina — *quasi potestatem habens* — ajustando a sua vida às verdades que havia de pregar. *Coepit... facere et docere* (At 1, 1).

Tal é o pregador-ideal destinado a ser o ideal dos pregadores. *Sicut misit me Pater,*

ART. 2. MISSÃO CONTINUADA PELO HOMEM

§ 1. Pelos Apóstolos

... *Et ego mitto vos* (Jo 20, 21). A ação pessoal e visível de Jesus Cristo no meio dos homens era transitória; e, contudo, a sua obra era imperecedoura. Era necessária, pois, uma instituição divina que a perpetuasse: *Euntes in mundum universum praedicate Evangelium omni creaturae* (Mc 16, 15).

O Mestre Divino na hora da Ascensão não entregou por escrito no Olivete, como Iahvé no Sinai, a constituição do reino que deixava fundado. Escolheu embaixadores, depositou no seu espírito esses germes de doutrina

---

[1]) Prefácio da Missa do Natal.

que o Divino Paráclito, mais tarde, com os raios da sua luz e o sopro vivificante da sua inspiração, havia de fecundar e desenvolver.

Por isso são os Apóstolos, no dizer de São João Crisóstomo, livros vivos e códices da lei formados pela graça. [2]

E o meio empregado por estes sucessores de Jesus Cristo para propagar a doutrina do Mestre foi o mesmo de que Ele havia lançado mão: a pregação. *Praedicate Evangelium,* disse Ele, ao conferir-lhes o poder de ensinar o mundo.

Pregar foi, pois, a sua missão e a sua profissão por excelência, à qual sacrificavam qualquer outro ministério, que pudesse ser exercido por auxiliares, *non enim misit me Christus baptizare sed evangelizare* (1 Cor 1, 17). *Non est aequum nos derelinquere verbum Dei et ministrare mensis* (At 6, 2).

§ 2. Pelos seus sucessores

Mas se pela pregação se estabeleceu o reino de Deus na terra, pela pregação ainda se havia de conservar e dilatar.

Oportunamente o lembra Bento XV na sua sapientíssima Encíclica *Humani generis* [3]: uma vez que por disposição de Deus as coisas se conservam pela mesma ação que as produz, não há dúvida que a pregação da verdade cristã é o meio por Deus instituído para perpetuar a obra da salvação eterna dos homens.

E, a exemplo do Mestre Divino, os Apóstolos recrutaram e formaram discípulos que lhes sucederam no ministério de pregar, e são:

I. *Os Bispos*

A estes transmitiram os Apóstolos o depósito sagrado da Revelação e com ele o poder e a obrigação de difundir a sua luz salvadora por meio da pregação. *Praecipuum est episcoporum munus praedicare.* São eles os

---

[2]) *In Matth., Homil.* I, 1.
[3]) Act. Ap. Sedis, 1917, p. 305 e ss.

principais pregadores e é a pregação o seu principal ministério.

Só eles possuem por direito divino a faculdade e a incumbência de pregar.[4] E' deles como de legítima fonte que deriva essa missão para os seus

II. *Auxiliares*

Em vista do extenso território que devem reger, com muitos milhares e por vezes milhões de almas que pastorear e da grande variedade de assuntos que reclamam a sua contínua intervenção, é evidente que o Bispo não pode desempenhar só, e por si mesmo, ministério de tanta responsabilidade. Tem, portanto, de recorrer ao auxílio de cooperadores, como bem o nota Bento XV na mencionada Encíclica. Esses auxiliares são os sacerdotes, desde a ordenação diaconal já consagrados arautos do Evangelho.

ART. 3. CARÁTER DIVINO DESTA MISSÃO

§ 1. Sua origem e natureza

O pregador é depositário e semeador da palavra divina. E' representante do Bispo, em cuja diocese exerce o seu sublime ministério. E' um legado da Igreja de quem recebe juntamente a doutrina que há de anunciar e o poder de a pregar. A autoridade da sua palavra não se funda em títulos pessoais, mas na sublimidade da missão que exerce como legado oficial do próprio Cristo. *Pro Christo... legatione fungimur, tamquam Deo exhortante per nos* (2 Cor 5, 20).

Ninguém melhor do que Gonzaga Cabral frisou o caráter divino deste ministério.[5] "São Paulo, o grande pregador das nações, apresenta-nos a pregação como uma missão totalmente celeste que imprime no homem um caráter sobre-humano. Não, este ministério de apóstolo, diz ele, não me veio dos homens nem por meio dos ho-

---

[4]) Trid. Sess. XXIV, c. IV. — Jus. Can., 1327.
[5]) *Vieira-Pregador,* 2ª edição (Braga 1936), I, p. 5. Deste autor é extraído com alguma ligeira modificação de palavras quase todo este 2º parágrafo.

mens, veio-me por Jesus Cristo, da própria fonte sem princípio da divindade; *apostolus non ab hominibus, neque per hominem, sed per Jesum Christum et Deum Patrem* (Gál 1, 1).

Tesoureiro dos mistérios de Deus, embaixador de Cristo, colaborador da sua obra de evangelização, auxiliar do próprio Deus, eis os títulos nobiliárquicos do pregador.

Tal foi a economia divina na obra da Redenção dos homens. Quis Deus que a nossa livre atividade concorresse para realizar os desígnios da sua Providência. Estabelecendo na terra o seu reino, quis Jesus Cristo ter ministros iniciados no seu plano — *ministros Christi* (1 Cor 4, 1). — Arcanos inefáveis iam ser revelados ao homem, e Deus quis escolher entre os homens os dispensadores desses mistérios — *dispensatores mysteriorum Dei* (Ibid.). — Entre o céu e a terra iam trocar-se negociações de paz; e Ele constitui-nos seus embaixadores — *pro Christo legatione fungimur* (2 Cor 5, 20).

Mais. Quem com um só *fiat* da sua vontade onipotente fecundara o seio do nada e dele tirara o universo, como se necessitasse de nós faz-nos colaboradores seus na obra de evangelização mundial — *collabora Evangelio secundum virtutem Dei* (2 Tim 1, 8).

Sendo, pois, o pregador embaixador de Cristo, deve falar em nome daquele que representa. Próprio é de todo o legado desempenhar a sua missão em conformidade com os desejos de quem o enviou. Ora, os desejos de Jesus Cristo, ao dizer a seus legados *euntes in mundum universum, praedicate Evangelium* (Mc 16, 15), haviam de ser os mesmos que o levariam a Ele a desempenhar a sua missão de pregador divino. Tratava-se de os associar à mesma obra que O trouxera à terra e de a perpetuar no mundo: *sicut misit me Pater et Ego mitto vos* (Jo 20, 22).

§ 2. Sua importância e necessidade

Do reto desempenho desta missão depende a conservação e a propagação da Igreja.

Mui complexas serão as causas das grandes misérias

morais que em nossos dias lamentamos. Mas uma delas, adverte Bento XV, é não aplicarem os pregadores, às grandes chagas morais que corroem a sociedade, a medicina salutar da palavra de Deus. Só assim se explica que, havendo hoje mais pregadores do que nunca, a corrupção dos costumes seja tal que a civilização cristã se vê retroceder assustadoramente para o paganismo.

Terá a palavra de Deus perdido a sua eficácia? Não, responde Bento XV, os seus ministros é que não fazem dela o devido uso.[6] Os tempos apostólicos em que ela operava maravilhas, não eram melhores que os de hoje; os povos de então não eram mais dóceis nem menos rebeldes à lei divina do que hoje o são.

E prosseguindo na sua investigação — por que é que a palavra de Deus não produz hoje os mesmos frutos de outros tempos? — reduz o saudoso Pontífice todas as causas a três, consideradas disjuntivamente: *ou se assume para pregar quem não devia ser assumido, ou o múnus de pregar não é exercido com o fim que devia, ou é exercido por um modo diferente do que devia ser.* Temos, pois, que o pregador há de ter a devida habilitação, há de ter reta intenção, e há de pregar apostòlicamente. São outros tantos pontos a que consagraremos alguns capítulos deste modesto tratado.

§ 3. Habilitação profissional

O cân. 1327, § 2, falando dos auxiliares, que devem os Bispos associar ao seu ministério de pregar, exige que sejam *homens idôneos*. E na mencionada Encíclica diz Bento XV que na seleção desses seus cooperadores sejam os Prelados diligentíssimos, não admitindo a pregar na sua diocese quem não seja *vocatus et probatus*.

---

[6]) Esta observação realíssima de Bento XV é quase à letra a que já em 1655 fizera o Pe. Antônio Vieira ao pregar o famoso sermão da Sexagésima (cf. Sermões, t. I, p. 7). Nem é menos para admirar como as causas do mal apontadas pelo Augusto Pontífice, e a indicação dos remédios, coincidem substancialmente com o que já então dissera o nosso imortal orador (*Ibid.* pp. 7, 11 e ss). No decorrer desta obra as citações dos Sermões de Vieira referem-se à edição da Livraria Chardron, Porto, 1907-1909.

Requer-se, pois, uma vocação divina e a prova dessa vocação:

1. A vocação. — Segundo o mesmo Pontífice, só serão idôneos pregadores os que forem chamados por Deus ao ministério do púlpito. O púlpito apresenta, pois, a mesma exigência do altar: o chamamento de Deus; *nec quisquam sumit sibi honorem, sed qui vocatur a Deo* (Heb 5, 4).

O Evangelho projeta ondas de luz nesta afirmação. Jesus Cristo manda aos Apóstolos que se recolham ao Cenáculo e que não saiam a pregar enquanto não forem revestidos da virtude do alto (Lc 24, 49; At 1, 4). Veio depois o Espírito Santo que os encheu de virtude e de ciência. Eis os dotes que constituem a vocação para o púlpito e que Deus dá a quem chama a esse ministério: *ciência e virtude.*

2. Prova. — Essa vocação deve constar. E para o Bispo se certificar das aptidões do pregador, deve, prescreve o mesmo Pontífice, submetê-lo a um duplo exame de ciência e de virtude antes de lhe conceder licença de pregar. Exame sério: "seja repelido do múnus de pregar, sem a mínima contemplação, se for achado deficiente em qualquer dos dois requisitos".

Exige-o a dignidade da missão que nos manda ser *sal da terra e luz do mundo;* exige-o a própria dignidade do Bispo cujas vezes tem de fazer o pregador.

CAPÍTULO II

O PREGADOR E OS FINS QUE O DEVEM MOVER

ART. 1. PREGADOR E ORADOR SAGRADO

§ 1. Perigos desta distinção

O costume de distinguir o pregador do orador sagrado, atribuindo aquele predicado a despretensiosos apóstolos (párocos zelosos e missionários rurais), e reservando para as águias da eloquência o título mais pomposo de oradores, encerra um perigo realíssimo, por mais que se disfarce.

Os *oradores* que sobem aos púlpitos mais elevados das grandes solenidades e que merecem as elogiosas referências de jornais — um Vieira, por exemplo, pregando em Roma ao Papa e aos Cardeais, em Lisboa aos reis — já não seriam, ou estariam dispensados de ser *pregadores.*

Pelo contrário o modesto e zeloso pregador que para se medir com as inteligências de um auditório humilde lhe adota os conceitos mais vulgares e os exprime em linguagem lhana que eles *compreendam,* um Vieira, por exemplo, falando nos sertões do Brasil aos pobres índios, tornar-se-ia, só por isso, indigno do nome de orador.

Não são, pois, conceitos tão adequadamente distintos que necessária e mùtuamente se devam excluir; serão talvez aspectos distintos. Se há necessidade de admitir esta tal ou qual distinção, entenda-se, como se deve entender:

— **Pregador** deve chamar-se quem estiver revestido da missão de anunciar a palavra de Deus, quer possua os dotes naturais do orador, quer não.

Entendamo-nos: o que formalmente constitui o *pregador* é a missão divina de anunciar a palavra de Deus

confiada pelos Bispos àqueles que, depois do devido exame, se reconheceram *divinamente chamados* a exercer esse ministério — *vocatus et probatus*. E em que consiste essa vocação divina para o púlpito? Di-lo a Encíclica *Humani generis:* "em possuir os congruentes dotes naturais e sobrenaturais, — ciência e virtude — em grau suficiente para não tentar a Deus".

Possui o elemento sobrenatural da virtude quem com o exemplo de uma vida pia e irrepreensível autoriza a sua pregação.

Possui o elemento natural da ciência quem for dotado da faculdade de pensar e de se exprimir de modo que para desempenhar com dignidade o seu ministério não necessite de um auxílio *extraordinário* de Deus.

Portanto, para que um pároco desempenhe dignamente a sua missão pastoral (fazer a homília e explicar o catecismo) bastam-lhe os dotes ordinários de persuasão, suficientes para estimular os fiéis à prática da vida cristã; não se requer essa eloquência privilegiada, nem o brilho, nem a elegância da dicção que caracteriza as grandes águias do púlpito.

Deve reputar-se pregador idôneo *aquele que puder desempenhar de um modo salutar o ofício de pregador. Digo* — de um modo salutar — *reparai bem na palavra em que está incluída a norma: não de um modo eloquente, não com aplauso dos ouvintes mas com fruto para as almas*. São palavras de Bento XV.

— **Orador Sagrado** deve chamar-se todo o pregador que à sua legítima missão de anunciar a palavra de Deus une a *eloquência natural aperfeiçoada pela arte.* [1] Deste modo todo o orador sagrado é necessàriamente pregador, embora nem todo o pregador deva necessàriamente ser orador.

Se, pois, o orador tem de possuir a arte de bem falar, é caso de discutir se na pregação é necessária, ou

[1]) Apesar desta tal ou qual distinção teórica, no decurso deste trabalho empregaremos arbitràriamente ambas as denominações, tomando a palavra pregador como puro sinônimo de orador sagrado.

pelo menos conveniente, uma formação *técnica* e em caso afirmativo até que ponto o seja.

§ 2. Formação artística do orador

1. Motivos desta interrogação. — A dúvida proposta funda-se em dois motivos que por vezes se ouvem aduzir:

a) a necessidade de imitar a simplicidade apostólica, incompatível com o artifício;

b) a desproporção entre meios e fins. Se o ministério sagrado da pregação é encaminhado a um fim sobrenatural, de nada contribuirão para esse fim os meios humanos.

2. Solução. — O *primeiro* motivo supõe uma falsa noção da arte. Se por arte se entende o artifício, que em vez de ser o aperfeiçoamento do natural, é antes a sua antítese, se arte consiste no culto da ficção, inimiga da naturalidade, também digo que se desterre a arte não só do ministério sagrado da pregação, mas de qualquer manifestação da atividade humana. Mais ainda: se se faz consistir a arte nos enfeites do discurso, composto com o fim exclusivo de lisonjear os ouvidos, semelhante arte seria indigna da nobre missão do pregador e até de um orador profano.

Nem se confunda a simplicidade dos primeiros arautos do Evangelho com a rusticidade e desalinho da locução. Sem dúvida, os Apóstolos não tiveram preparação artística, mas tiveram a eloquência infusa, tiveram o Espírito Santo a comunicar às suas palavras o poder da persuasão e o dom de confirmar com milagres a sua pregação. Quem receber do alto semelhantes carismas estará igualmente dispensado de qualquer preparação artística: pode lançar-se a pregar com a bênção do Espírito Santo.

A segunda alegação necessita de ser refutada com argumento teológico.

Para que o homem possa, pela pregação, produzir livremente um ato salutar, devem intervir dois elementos: um, natural, que é a persuasão, e sobrenatural o outro, que é a graça divina.

E' esta cooperação íntima do humano com o divino que faz do pregador um colaborador do próprio Deus; e é esta solidariedade humano-divina que fazia dizer ao Pe. Antônio Vieira falando aos futuros evangelizadores do Maranhão: *Quem converteu este gentio? Deus e eu. Deus com a sua graça e eu com a minha doutrina. Deus entrou nesta obra com a sua parte e eu com a minha.* [2]

Mas a natureza e a graça não operam independentemente uma da outra. Sem a graça, é certo que todos os esforços humanos seriam estéreis: *neque qui plantat est aliquid, neque qui rigat, sed qui incrementum dat, Deus* (1 Cor 3, 7). Não é menos certo, porém, que a semente da graça frutificará ou não frutificará e frutificará mais ou menos, conforme a disposição do terreno que a recebe. E o pregador com a sua arte pode dispor o terreno da alma para que Deus o fertilize com a sua graça.

Numa palavra: alie-se a arte com a natureza e a natureza por sua vez ficará mais apta para se aliar com a graça. Esta verdade sempre a reconheceu e reconhece pràticamente a Igreja só pelo fato de promover e inculcar nas suas leis a formação técnica de quem aspira ao ministério do púlpito.

3. Corolários. — Do que fica exposto fàcilmente se inferem as seguintes definições:

Oratória sagrada é a arte de persuadir, pela eloquência do dizer, a crença e a prática da religião cristã.

Pregação é o exercício da missão legítima que constitui o pregador, isto é, a exposição prática do dogma e da moral cristã aos fiéis. O objeto é, portanto, comum a uma e outra. Não há pregação que não deva ser persuasiva, uma vez que pregação não é simples instrução. Ou se trate do gênero pròpriamente suasório ou do didático, ou do panegírico, ao mesmo tempo que o pregador instrui o seu auditório há que induzi-lo à prática dos deveres cristãos, com maior ou menor insistência conforme o gênero concionatório e as oportunidades que se oferecerem.

---

[2]) Vieira, Sermões, t. V, p. 356.

ART. 2. O FIM DA PREGAÇÃO

§ 1. Fim legítimo

Qual seja este fim já o sabemos. Ouçamo-lo ainda dos lábios de Bento XV: *"Se são legados de Cristo*[3] *devem no desempenho dessa legação querer o que quis Jesus Cristo ao conferir-lha; o que Ele próprio se propôs durante a sua vida na terra. Porquanto nem os Apóstolos nem os pregadores que a estes sucederam têm missão distinta da de Cristo:* sicut misit me Pater et ego mitto vos (Jo 20, 21). *Ora, nós sabemos muito bem para que fim Cristo baixou do céu. Sem hesitação Ele o declarou quando disse:* Ego ad hoc veni in mundum ut testimonium perhibeam veritati. Ego veni ut vitam habeant (Jo 18, 37; 10, 19).

"Mister é, pois, que uma e outra coisa busquem os que se dedicam à sagrada pregação, a saber: que difundam a luz da verdade recebida de Deus e que nos ouvintes infundam e nutram a vida sobrenatural. Numa palavra que buscando a salvação das almas promovam a glória de Deus".

Só quem orienta a pregação para este fim é que merece o nome de pregador. Aos outros chama o mesmo Pontífice *declamadores balofos:* "eum declamatorem vaniloquum appelari licet; praedicatorem evangelicum non licet".

§ 2. Fins torcidos

O desvio desse fim nobilíssimo levará naturalmente o pregador a buscar em vez da glória de Deus a própria glória e em vez do interesse das almas o seu próprio interesse. Por outras palavras, a *cobiça* e a *vaidade,* eis os fins torcidos a que podem reduzir-se todos os desvios do pregador.

1. Cobiça. — Já Quintiliano nas suas Instituições (l. XII, c. 12) sustenta que os pleitos não se devem defender por interesse, pois a venalidade da eloquência revela no orador mesquinhez de alma, que desautoriza o

---

[3]) Acabava de citar as palavras de São Paulo "Pro Christo legatione fungimur" (2 Cor 5, 10).

seu ofício. Que dizer então daqueles que têm por missão defender não os interesses temporais dos indivíduos ou das sociedades, mas os interesses eternos de Deus e das almas?

Nem os perversos sacerdotes da Sinagoga, sendo judeus, se atreveram a aceitar a restituição dos trinta dinheiros de Judas, *quia pretium sanguinis est* (Mt 27, 6). Muito abaixo deles estaria o sacerdote da Nova Lei, se *turpis lucri gratia* tomasse à sua conta a defesa dos interesses das almas, sem se lembrar que também elas são preço de sangue.

E' afinal o que faz o pregador que encara a sua missão como um simples modo de vida, que se consagra ao ministério do púlpito não com a mira nas almas que pode conquistar, mas porque esse ofício é para ele rendosa fonte de receita.

E' o que faz o pregador que anda à caça dos púlpitos que melhor o gratifiquem, desprezando sistemàticamente os de mais modesta retribuição, ou regateando quiçá a remuneração do seu ministério com grave escândalo dos fiéis e pretendendo justificar a sua sórdida ambição com a famosa e infelicíssima frase: *a palavra de Deus não se regateia.*

Bem sei que o pregador, como qualquer outro, necessita de viver, e racional é que o seu ministério o mantenha. Mas uma coisa é pregar para comer e outra coisa é comer para pregar. Eloquentemente o recorda São Gregório [4] numa frase mui a propósito citada por Bento XV: *Non praedicat sacerdos ut comedat, sed ideo ut praedicet manducare debet.*

Oxalá o lema de todos os pregadores fosse o do grande pregador das gentes: *Non... quaero quae vestra sunt, sed vos* (2 Cor 12, 14).

Não era outro o lema do imortal Antônio Vieira, alma de apóstolo e modelo de pregadores. Em 1556 pregava ele aos colonos desiludidos e desapontados por não terem encontrado as sonhadas minas de ouro que tanto ambicionavam: As almas! *estas são, senhores meus, as minas de que Cristo subiu tão rico*

[4]) In I Reg., Lib. III.

do centro da terra[5]; *estas as que eu vos prometi descobrir; e estas e não outras as verdadeiras minas do nosso Maranhão... Oh! almas remidas com o sangue do Filho de Deus, que pouco conhecido é o vosso preço e que pouco sentida a vossa perda, digna só de se chorar com lágrimas de sangue!... Acabemos de entender e de nos desenganar que só estes são verdadeiros tesouros e que não há outros por mais que a vossa cegueira lhes dê este nome".*[6]

2. Vaidade. — São gravíssimas as palavras com que Bento XV verbera este abuso. E com razão. E' que a vaidade desvirtua a nobilíssima intenção que deve animar os arautos do Evangelho. As palavras do Pontífice desmascaram mil manigâncias do pregador vaidoso.

A) *Auditórios favoritos.* — Para mais fàcilmente adquirir a ambicionada celebridade, manobra disfarçadamente com este e aquele a ver se consegue fazer-se convidar para as ocasiões de maior solenidade, abrir caminho para as grandes cidades, escalar os púlpitos de maior nomeada.

Quando um dia os legados do Batista pedem a Cristo lhes apresente as credenciais de verdadeiro Messias, o Mestre Divino aponta-lhes para os auditórios que o escutam: *Pauperes evangelizantur* (Mt 11, 5). Se fôssemos a reclamar desses pregadores, que não se dignam falar senão a auditórios de luxo (e quantas vezes com bem magros recursos!) as suas credenciais de legados de Jesus Cristo, — que contraste! — poderiam talvez apontar para os astros, até onde aspiram levantar o seu púlpito: *ascendam super altitudinem nubium... super astra Dei exaltabo solium meum* (Is 14, 13-14).

E para subir tão alto, para adquirir fama de orador, não hesita o vaidoso em descer por vezes até à condição de adulador, ensaiando-se no modo de agradar aos ouvintes, de lhes falar a seu sabor para melhor lhes cativar a simpatia e admiração. Por isso o apelida o Apóstolo *lisonjeador dos ouvidos* "prurientes auribus" (2 Tim 4, 3).

---

[5]) Acabava o orador de falar da descida de Cristo ao limbo para libertar as almas ali cativas.

[6]) Sermões, V, pp. 231, 232, 235.

O Pe. Antônio Vieira, que já aos 16 anos fizera voto de se consagrar à evangelização dos pobres indígenas do Brasil, ao ver-se, contra a sua vontade, pregador das cortes de Lisboa e de Roma, depois de ocupar, com mais brilho do que ninguém, os mais luzidos púlpitos da Europa, não descansa enquanto não foge uma e outra vez para os sertões do Brasil, a evangelizar os seus auditórios favoritos, os mais humildes que se podiam encontrar na cristandade.

Com este exemplo à vista compreendem-se muito bem nesse gênio da eloquência sagrada expressões como estas: *Ter nome de pregador ou ser pregador de nome, não importa nada.*[7] *Pregar o pregador para ser afamado, isso é mundo! mas infamado e pregar o que convém, ainda que seja com descrédito da sua fama, isso é ser pregador de Jesus Cristo.*[8] E se bem o disse, melhor o fez.

Num século em que para muitos eclesiásticos o pináculo do templo era, no dizer do mesmo Vieira, o púlpito, e em que se fazia de um pináculo degrau para outro pináculo, do púlpito para o trono episcopal e com a estola de pregador se dava caça às mitras[9], foi o príncipe da nossa eloquência admirável no desprendimento e na humildade. Mandando-lhe D. João IV oferecer uma mitra por Pedro Vieira da Silva, Secretário de Estado, enquanto se não declarava vaga outra mais opulenta, respondeu *que não tinha Sua Majestade tantas mitras em toda a sua monarquia pelas quais ele houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus.*

B) *Assuntos favoritos.* — Como pensam mais em captar a admiração dos ouvintes do que em captar-lhes as almas para Deus, é natural que só procurem lisonjear-lhes os ouvidos e a imaginação com a altissonância de palavras, de figuras e de imagens acomodadas mais a deslumbrar as almas do que a convertê-las.

Para deixarem nos ouvintes impressão de superioridade oratória, acautelar-se-ão de tratar assuntos singelos ao alcance de todos, não se vá acaso julgar que o engenho do pregador não dá para mais. Envergonham-se de servir aos humildes o alimento que lhes é conveniente. Desterram das suas prédicas os assuntos graves e austeros da Religião, os mais necessários afinal, mas me-

---

[7]) Sermões, t. I, p. 11.
[8]) Ibid., pp. 30, 31.
[9]) Ibid., t. II, 385-390.

nos aptos para despertar aplausos, para se imprimirem em espalhafatosas pagelas de propaganda. Para isso servem-lhes melhor outros temas que nada terão de sagrado, mas que são mais sugestivos.

A este propósito diz a Sagrada Congregação Consistorial: "O uso introduzido nalgumas partes de imprimir folhas volantes ou cartazes para atrair os ouvintes antes do sermão, ou para depois dele exaltar o mérito do orador, deve-se inteiramente reprovar e condenar, qualquer que seja o fim bom que se pretexte. E esforcem-se os Ordinários, quanto esteja em sua mão, por impedir que isto aconteça". [10]

Na corte de Lisboa, diante dos monarcas, concluía Vieira com estas palavras um sermão que é um magnífico tratado de oratória sagrada: *Oh! contemplemos a Deus e acabemos de não fazer caso dos louvores dos homens! Advirtamos que nesta mesma igreja há tribunas mais altas que as que vemos:* Spectaculum facti sumus Deo, Angelis et hominibus *acima das tribunas dos reis estão as tribunas dos Anjos, está a tribuna e o tribunal de Deus, que vos ouve e nos há de julgar. Que conta há de dar a Deus um pregador no dia do juízo!? O ouvinte dirá: não mo disseram. Mas o pregador?* Vae mihi quia tacui (Is 6, 5) *ai de mim que não disse o que convinha!*" [11]

Muito outros seriam os assuntos preferidos do pregador, se tivesse presente este *vae!* de Isaías, tão bem interpretado pelo príncipe da nossa oratória.

C) *Eloquência, estilo e ação profana.* — Com um fim tão profano em vista, quem estranhará que tudo sejam profanações no púlpito?

Alardeia uma erudição enciclopédica, citando oráculos e testemunhos de autores indiferentes e por vezes ímpios, como se as sentenças da Sagrada Escritura e dos Santos Padres desagradassem ao seu paladar profano. Recorre a um fraseado altissonante que ele próprio com mal disfarçada complacência vai saboreando, num estilo mais próprio de comícios que da cátedra, batendo e cansando os ouvidos com períodos arredondados, mas ocos de sentido, despertando nos ouvintes admiração sem lhes deixar na inteligência coisa alguma de proveito.

---

[10]) Normae pro sacra praedicatione, n. 25.
[11]) Sermões, I, 32.

E se do estilo passamos ao *acionado,* é ele leviano e cômico, mais adaptado a comícios populares ou a cenas teatrais do que à dignidade do ofício que desempenha e à santidade do lugar em que se desenrola. Respira fingimento e afetação, até mesmo nas inflexões e requebros de uma voz pretensiosa. A tão lamentáveis extremos, por vezes ridículos, leva essa ambição de ganâncias, essa aspiração à fama de orador.

Consegui-la-ão finalmente? De ordinário, não. Para isso sujeitam-se a um esforço ímprobo, cometendo o sacrilégio de tratar levianamente coisa tão sagrada, como é a palavra de Deus, não sem fugirem à severa crítica de pessoas cordatas e aos severíssimos e tremendos juízos de Deus. [12]

Objeção. — Estará então o pregador proibido de agradar aos ouvintes? Orador que desagrada é — quem o ignora? — orador posto à margem, reduzido portanto à impossibilidade de fazer frutificar o seu sagrado ministério.

Resposta radical dê-a o príncipe da nossa eloquência. Ninguém menos do que ele buscou agradar, e ninguém mais do que ele agradou nos sessenta anos da sua vida de púlpito. Propôs-se um dia a mesma objeção: *Se pregamos assim zombam de nós os ouvintes e não gostam de ouvir.*

Eis a resposta: *Oh! boa razão para um servo de Jesus Cristo! Zombem e não gostem embora, e façamos nós o nosso ofício. A doutrina de que eles zombam, a doutrina que eles desestimam, essa é a que lhes devemos pregar, e por isso mesmo, porque é a mais proveitosa e a que mais hão mister... Que médico há que repare no gosto do enfermo quando trata de lhe dar saúde? Sarem e não gostem; salvem-se e amargue-lhes que para isso somos médicos das almas.* [13]

Mas sem sermos tão radicais diremos ainda: agrade-se, sim, mas não se atraiçoe o sagrado do nosso mi-

[12]) Estas reflexões são feitas por Bento XV na citada Encíclica.

[13]) Vieira, Sermões, I, 30, 31.

nistério. Por outras palavras o agradar nunca seja fim, mas simplesmente meio, e meio encaminhado, não a conquistar aplausos e gloríolas mundanas, mas a glorificar a Deus e a conquistar-Lhe almas.

§ 3. Como extirpar estas profanações

Bento XV, repudiando a indignidade sacrílega deste duplo abuso, profere a seguinte sentença: "Não tendo a Igreja a esperar destes homens senão dano e vergonha, com grande diligência velem os Prelados e quando acharem que alguém abusa assim da pregação para sua vaidade e para suas ganâncias, removam-no sem demora do ofício de pregar. Quem não hesita em enxovalhar coisa tão santa, não duvidará descer a todas as indignidades, lançando o labéu da ignomínia sobre si e também sobre o ministério de que abusa".

Mas é sobretudo a ambição de glorificar a Deus, o amor de Jesus Cristo e o zelo das almas que há de destruir todos os fins torcidos em tão santo ministério.

CAPITULO III

HABILITAÇÃO NATURAL DO PREGADOR

E', pois, um duplo princípio — já o vimos — que atua na alma posta sob o influxo salutar da palavra evangélica: princípio humano e princípio divino, Deus e o homem.

O princípio divino é a graça atual que ilumina a inteligência e move o coração do ouvinte, e sem a qual seria estéril a pregação mais eloquente dos homens ou dos mesmos anjos.

O princípio humano é constituído pelo pregador integralmente considerado com o complexo dos seus dotes naturais e sobrenaturais.

De ambos trataremos em sucessivos capítulos. Mas o estudo dos dotes naturais compreende:

1º As faculdades mais ou menos perfeitas relacionadas com a arte concionatória.

2º A educação científica e técnica destas faculdades, ou seja, o aperfeiçoamento da natureza pela ciência e pela arte, fruto dum estudo e trabalho mais ou menos aturado.

Na primeira parte tratamos da educação oratória *em geral,* sem descermos às suas determinadas espécies. E suposta esta educação geral obtida pelo estudo da retórica, trataremos agora em concreto e mais determinadamente da formação e do funcionamento das faculdades, em ordem ao exercício da eloquência sagrada.

ART. 1. A INTELIGÊNCIA

A inteligência do orador sagrado deve ser enriquecida dos conhecimentos que há de comunicar e suficientemente expedita para funcionar com critério e acerto. Trataremos, pois, da sua dotação e do seu funcionamento:

§ 1. Dotação da inteligência

1. Sua necessidade. — E' missão do pregador ensinar *docete omnes gentes* (Mt 28, 19). Só pode ensinar quem sabe. A própria psicologia mostra também que não se podem mover os corações sem primeiro se iluminarem as inteligências com a luz da verdade.

Por isso disse Santo Tomás: *Praedicatores debent illuminare in credendis* (In Matth. 5, 14). Para isso os proclama Jesus Cristo luzeiros do mundo, *vos estis lux mundi* (Mt 5, 14). Esta necessidade vem ainda comprová-la:

A) *O exemplo apostólico.* — A formação concionatória que Jesus Cristo deu aos que destinava a legados seus foi progressiva. Associados como humildes aprendizes ao seu ministério de Pregador, só depois de um tirocínio trienal, é que lhes enviou o Espírito de Ciência e Sabedoria para completar a obra começada: *Ille vos docebit omnia* (Jo 14, 26), ficando assim doutores consumados em todas as ciências divinas.

E o Apóstolo das gentes que a Igreja proclama *praedicator veritatis in universo mundo,* nota Bento XV, apontando-o como modelo aos pregadores, *quam bene paratus ad praedicandum venerit* — ciência humana adquirida sob o magistério de Gamaliel e ciência divina recebida por infusão do Espírito Santo.

B) *O exemplo patrístico.* — Que contraste entre a profundidade dos sermões e homílias dos Santos Padres e a superficialidade de tantos que hoje se ouvem! *Codices vestri sumus,* podia dizer Santo Agostinho. Ainda hoje estão ensinando e pregando.

Que outra coisa são os profundíssimos tratados de teologia dogmática, moral, ascética e mística, as penetrantes interpretações das divinas Escrituras, esses voos de águia com que sondavam os mais recônditos segredos da divindade, que outra coisa são tantos e tão fulgidíssimos raios de luz, de que a Patrologia é o foco inextinguível — senão a mais cabal justificação das palavras do santo Bispo de Hipona?

C) *A autoridade da Igreja.* — Basta ponderar o cânon 1340 (§ 1, 2) e ter presentes as normas *pro sacra*

praedicatione da Sagrada Congregação Consistorial para se concluir que o critério da Igreja está em perfeita harmonia com a tradição apostólica e patrística. Bento XV na já citada Encíclica não podia deixar de reconhecer que *prorsus necessaria est praedicatori scientia.*

E já a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares em 31 de Julho de 1894 dizia na sua memorável circular: "À piedade e à virtude cristã deve ir unida a ciência, pois é evidente e comprovado pela experiência que em vão se esperará pregação sólida, ordenada e frutuosa de quem não foi bem nutrido com sérios estudos, principalmente sagrados, e que, confiados em certa loquacidade natural, sobem temeràriamente ao púlpito com pouca ou nenhuma preparação".

2. Extensão que deve abranger. — Em rigor a ciência do pregador deve ser universal, embora possa ser limitada nas suas especializações. *O pregador há de saber tudo, ou quando menos há de saber de tudo,* dizia Vieira.

Mas os conhecimentos profissionais do orador hão de estender-se antes de tudo e em grau suficiente a toda e qualquer matéria que pretenda tratar no púlpito.

E como no púlpito só a palavra de Deus tem o direito de se fazer ouvir, segue-se que a ciência sagrada constitui a primeira dotação intelectual do pregador. E por ciência sagrada entenda-se a *Teologia,* primeiro no seu aspecto *positivo,* que se limita ao conhecimento e à exegese das fontes teológicas e depois, no seu aspecto *racional,* que consiste já na reta aplicação do raciocínio aos princípios revelados, não só para deles derivar conclusões que se possam defender como verdades teológicas, mas também para relacionar entre si os vários dogmas revelados, penetrando o nexo e a harmonia que os aproxima.

E falando mais em concreto, os conhecimentos mais necessários ao pregador redu-los Bento XV a três classes principais:

a) *Ciência de Deus e de Jesus Cristo,* na qual se sintetiza todo o objeto da pregação. Mas há de o pre-

gador conhecer a Deus, há de conhecer a pessoa adorável de Jesus Cristo, como o conheceu e pregou o Apóstolo das gentes, como o conheceram e pregaram os Santos Padres, como o conheceram e deram a conhecer os maiores gênios da teologia católica, como Ele enfim se revela nas páginas do Evangelho, na vida da Igreja e dos Santos que mais de perto o imitaram.

b) *Ciência dos deveres para com Deus,* isto é, conhecimento da sua lei, dos seus preceitos e conselhos, das suas inspirações, numa palavra, conhecimento profundo e criterioso de toda a moral cristã em seus princípios e aplicações práticas, desde a observância do Decálogo até aos mais finos quilates da perfeição evangélica.

c) *Conhecimento de si mesmo:* utilíssima autópsia que lhe facilitará o estudo do coração humano, tão necessário a quem desempenha o ministério da palavra. E' que dentro das diferenças marcadas que separam os indivíduos, a semelhança específica dos corações vai muito mais longe do que se julga. São admiráveis as harmonias que entre eles estabeleceu o Criador.

Ora, para subir a este conhecimento, sem pôr de parte outras luzes, não há como a autópsia do próprio coração:

"Observemos com atenção, recomenda mui oportunamente Gonzaga Cabral, tudo o que se passa nele: os motivos que o impelem, os atrativos que o seduzem, as repugnâncias que o repelem, as dificuldades que o entorpecem. Não se contente com isso a nossa psicologia experimental. E' mister subir ao princípio mais universal e talvez mais oculto dos movimentos que lhe escapam. Quantas paixõezinhas não viremos a descortinar, cuja existência mal suspeitávamos! quantas indústrias do amor-próprio, sempre engenhoso para se buscar a si mesmo e para justificar e autorizar com razões plausíveis ou pretextos especiosos, as propensões menos confessáveis. Esta anatomia minuciosa do próprio coração é um excelente tirocínio pára a ciência do coração humano em geral; porque enfim todos os corações se parecem entre si". [1]

Depois deste estudo, faça-se o pregador ouvinte de si mesmo, procure persuadir-se e mover-se a si e achará

[1]) Obra citada, II, p. 29.

o grande segredo psicológico de persuadir e mover os outros.

3. Caráter que deve apresentar. — O mesmo que o Evangelho atribui à ciência experimental do Homem-Deus, bem como à manifestação exterior de todo o complexo da sua ciência natural e sobrenatural, infusa e adquirida: *proficiebat sapientia* (Lc 2, 52). E' este progresso do pregador divino que deve imitar quem é chamado a perpetuar a sua missão evangelizadora. E' um erro funesto crer que a formação do pregador recebe a última demão com o último exame do Seminário. Não, as idéias adquiridas durante os estudos seminarísticos hão de ser necessàriamente limitadas. Serão quando muito o germe que com o tempo há de desenvolver-se em mais vastos e profundos conhecimentos. Faltou-lhe penetrar mais a fundo as verdades dogmáticas e ver as mil aplicações práticas dos princípios morais aprendidos só à luz da especulação.

Sem este desenvolvimento progressivo dos seus conhecimentos, o orador, sem recursos para variar os assuntos das suas pregações e o modo de os tratar, há de necessàriamente repetir-se. E repetindo-se tornar-se-á fatalmente enfadonho pela sua monotonia.

§ 2. Funções oratórias da inteligência

Três são as funções que na oratória sagrada deve exercer a inteligência.

I. *Exposição*

1. Necessidade e importância da exposição. — A demonstração e a refutação oratória tanto mais se simplificarão quanto mais nítida e exata tiver sido a exposição. Muitas vezes a maior parte das objeções e portanto a necessidade da refutação nascem de uma deficiente exposição. Quantas destas objeções teria prevenido uma exposição clara, metódica e completa!

Nada mais irracional do que entrar na discussão de uma tese sem que os antagonistas saibam de que se trata e sem que se ponham prèviamente de acordo sobre

as noções fundamentais da discussão. Daí a *necessidade* evidente da exposição prévia.

E a sua importância não é menos manifesta. E' numa exposição doutrinal, mais do que em nenhuma outra função intelectiva, que o orador pode fazer sentir toda a *estética* da verdade, e expandir ao mesmo tempo a energia avassaladora da própria persuasão.

Além disso é no método expositivo que melhor se encaixa a recomendação do Divino Mestre que não nos manda argumentar, mas ensinar *"docete"*; recomendação aliás que mais corresponde à necessidade dos nossos dias. Não é de instruções raciocinadas, sutilmente deduzidas e brilhantemente defendidas através de calorosas controvérsias, que a nossa sociedade necessita, mas sim de sólida exposição catequética, base de toda a formação religiosa.

Receio infundado: Não se pense que este método expositivo faça apear do seu pedestal os grandes gênios da oratória. Olhe-se para Vieira, neste ponto perfeitíssimo modelo. Aí estão, por exemplo, os dois primeiros sermões do Rosário que são uma belíssima explicação do Padre-Nosso e da Ave-Maria e nada têm que invejar a quanto nesta matéria escreveram os mais eloquentes expositores. E' um método, aliás, que sàbiamente empregado em nada desdiz dos mais conspícuos auditórios. Sirva-nos de exemplo o mesmo Vieira, fazendo na 3ª dominga da Quaresma, em 1655, diante de El-Rei e de toda a família real, da corte, dos ministros e funcionários públicos e do que havia de mais luzido na nobreza, um admirável exame de consciência ordenado à confissão sacramental.

2. Método necessário, mas não exclusivo. — O método expositivo deve predominar na maior parte dos auditórios.

Outros haverá mais cultos que apresentam outras exigências: querem ver o porquê de tudo, não se contentam com simples afirmações. Querem ver os princípios donde dimanam as conclusões, as consequências que derivam de certas verdades dogmáticas.

Há também auditórios imbuídos de preconceitos que

é necessário varrer prèviamente. Daí a necessidade dos métodos apologético e polêmico, sobretudo numa época em que vemos os idólatras do livre exame e do racionalismo arrogarem-se o direito de duvidar de tudo, de criticar a própria autoridade de Deus, de lhe negar o direito de exigir a submissão da nossa inteligência, dando às suas mais atrevidas afirmações e negações não sei que verniz de ciência e de erudição.

Mas nesse ambiente de polêmica criado à volta de nós sirvam-nos de mestres os invencíveis atletas da polêmica e da apologética medieval. O seu grande mérito esteve em pôr ao serviço das verdades reveladas os princípios, os métodos, as teorias mais sólidas da filosofia, para assim conquistarem palmo a palmo, com a sua inflexível dialética, os direitos usurpados à verdade imutável pela pseudociência da heresia.

II. *Demonstração*

1. Sua necessidade. — *O pregador há de tomar uma só matéria, há de defini-la para que se conheça, há de dividi-la para que se distinga, há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo, há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir e com os inconvenientes que se hão de evitar.*[2] Numa palavra a inteligência há de entrar com a atividade dos seus raciocínios, para provar o que afirma.

2. Necessidade de formação dialética. — Mas só estará expedita para desempenhar este papel, depois de uma paciente ginástica intelectual, que disciplina e desenvolve as faculdades e dá às suas operações o rigor, a decisão, a concatenação de um lógica que forma e educa.

Não é que o púlpito deva ser uma cátedra de dialética, nem o sermão um tecido de áridos raciocínios. Mas o orador sagrado deve provar as verdades que afirma. Fala a seres racionais que não se convencem com afirmações gratuitas. E para as provar com solidez, fa-

---

[2]) Vieira, Sermões, t. I, pp. 18, 19.

cilidade e arte requer-se um longo tirocínio de formação, educação da inteligência, manifestada na força da argumentação que resiste a todos os sofismas, na concatenação lógica das idéias, na clareza e segurança com que a verdade vai avançando passo a passo, não deduzindo das premissas uma conclusão sem ver claramente o nexo que com elas a relaciona. Só assim é que a verdade se assenhoreia das inteligências e as força a um assentimento irresistível, mas racional.

3. Três categorias gerais de demonstração.

A) *Provas por testemunho;* a esta classe pertencem o *sinal* e a *autoridade.*

a) Do primeiro nos deixou Vieira elegantíssimos exemplos. Baste citar o sermão da Epifania. [3] Eram os missionários do Brasil acusados de interesseiros, por se fazerem acompanhar de índios. Para desfazer a calúnia, recorre Vieira aos *sinais* que poderiam manifestar de que lado estariam os interessados.

b) Quanto à *autoridade:*

α) Se ela é *divina,* ponha-se bem em evidência a sua infalibilidade, e ponderem-se em Deus aqueles atributos que mais se relacionam com a verdade inculcada. Sirva de exemplo o mesmo Vieira, ao provar a obrigação de amar os inimigos, fundando essa obrigação na autoridade de Deus; *Ego autem dico vobis: diligite inimicos vestros.* [4]

β) Se a autoridade é *humana,* lembre-se o pregador que é arauto de Deus e que portanto pelos seus lábios só deve falar o próprio Deus, ou quem de algum modo o representa. Fora da Sagrada Escritura aduzam-se os testemunhos dos Concílios, dos Santos Padres e da Teologia. Testemunhos de profanos aduzam-se muito raramente e com suma discrição, conforme as normas que mais adiante daremos. Também neste ponto foi Vieira de uma arte rara. Para refutar os adversários da transubstanciação eucarística, de tal modo escolheu os argu-

[3]) Vieira, Sermões, t. II, p. 5.
[4]) Vieira, Sermões, t. II, pp. 317 e ss.

mentos de autoridade, que os inimigos eram vencidos com as suas próprias armas: ao judeu responde com a autoridade da Escritura, ao gentio com o testemunho das próprias fábulas (ad hominem), ao herege com a palavra do Evangelho, ao filósofo com os fatos da natureza e assim sucessivamente.

B) *Provas por confrontação.* Dão-se exemplificando e comparando.

a) "O exemplo é a prova que dum singular infere um singular pelo confronto de um fato com outro". [5]

b) As comparações e semelhança podem ser:

α) *de maior para menor.* Assim Vieira: *Se agora, que estais sãos, com o uso livre de vossos sentidos e potências, vos não converteis, como cuidais que vos haveis de converter na hora da morte, cercados de tantas angústias e tantos estorvos... quando já as potências estão fora do seu lugar, e vós mesmos não estareis em vós?"* [6]

Nem é menos vigorosa a comparação de Cristo: *Si ergo ego lavi pedes vestros, Dominus et Magister: et vos debetis alter alterius lavare pedes* (Jo 13, 14).

β) *de igual para igual.*

Tal é, entre muitas, a seguinte comparação de Vieira: *E' verdade,* diz, *que a vergonha é paixão natural; mas assim como a água elevada tem virtude de tirar da alma o pecado; assim a vergonha, ainda que natural, elevada, pode ter e tem a mesma virtude!* [7]

γ) *de menor para maior.*

Dê-nos Vieira ainda o exemplo: *Se o demônio tenta com a cidade santa, que será com a cidade escandalosa? Se tenta com o Templo de Deus, que será com as casas dos ídolos? Se tenta com as Sagradas Escrituras, que será com os livros profanos? Se tenta com os Mandamentos de Deus, que será com as leis do mundo? Se tenta com os Anjos da Guarda, que será com os anjos da perdição? Se tenta finalmente com o descer, que será com o subir?* [8]

Não se expressou menos eloquentemente o Pregador Divino quando disse: *Si in viridi ligno haec faciunt, in arido quid fiet?* (Lc 23, 31).

---

[5]) Figueiredo, obra cit., p. I, c. VI, p. 16.
[6]) Sermões, I, p. 253.
[7]) Sermões, XIV, p. 216.
[8]) Ibid., II, 350-351.

Sua importância na oratória. — Ambos estes modos de provar por confronto, aplicados com o devido critério, podem ser não só uma opulenta mina de interessantes narrações, mas sobretudo para auditórios humildes, os de maior eficácia comprovativa, por isso mesmo que adaptados à capacidade de qualquer inteligência e aptos para despertar o interesse. Saiba, pois, o pregador explorar com a devida moderação esta preciosa mina, sobretudo quando vir que um prolongado raciocínio, ou uma exposição demasiado abstrata, corre perigo de enfastiar o auditório.

C) *Provas por dedução.* O seu tipo fundamental é o *silogismo,* cuja forma derivada mais própria da eloquência é o *epiquerema,* vulgarmente chamado o silogismo oratório ou silogismo desenvolvido pelas provas das premissas. O silogismo pode ainda simplificar-se até dar o *entimena* e o *sinacoluto.*

Pertencem ainda a este gênero de argumentação dedutiva o *dilema* e o *sorites.* Supõem-se já conhecidos da retórica e da dialética.

Em resumo:

Silogismo. — Vieira, quando justifica o epíteto de *falsas* dado pelo Evangelho (Mt 26, 60) às testemunhas que declararam ter ouvido a Cristo o que Ele *de fato* disse: "destruí este templo que eu o reedificarei em três dias" (Jo 2, 19), argumenta assim:

Referir as palavras de Deus, em diferente sentido do que foram ditas, é levantar falso testemunho a Deus.

Ora, Cristo disse aquelas palavras num sentido e as testemunhas referiram-nas noutro.

Logo *ainda que as palavras eram verdadeiras, as testemunhas eram falsas.* [9]

Epiquerema. — Tal é no exemplo dado a premissa menor à qual Vieira acrescenta a seguinte prova: *E como Cristo falava do templo místico* — ille autem dicebat de templo corporis sui — *e as testemunhas o referiam ao templo material de Jerusalém...*

Entimena. — Exemplo eloquente é o de Vieira ao começar o Sermão da 2ª Dominga do Advento: *Joannes in vinculis! O*

---

9) Sermões, I, p. 28.

Batista em prisões? Logo há de haver outro juízo e outro mundo. [10]

Sinacoluto. — Vieira, provando a consequência do entimena citado, diz: *Deus, que é justo, há de dar prêmio a bons e castigo a maus.*

Evidentemente este sinacoluto supõe e disfarça o seguinte silogismo: Quem é justo há de dar prêmio a bons e castigo a maus. Ora, Deus é justo. Logo Deus há de dar, etc.

Dilema. — Vieira, dirigindo-se aos que diferem a conversão para a hora da morte, propõe-lhes esta reflexão: *Se depois vos haveis de arrepender bem e verdadeiramente, é força que vos pese de todo o coração* de vos não haverdes *arrependido agora.* E esta reflexão é logo corroborada com o seguinte dilema: *Ou então vos há de pesar ou não; se vos não há de pesar, condenais-vos; e se vos há de pesar, e propondes de vos pesar, por que o fazeis? Se vos há de pesar depois do presente, por que vos não pesa agora do passado?* [11]

Sorites. — Assim Vieira: *por uma omissão perde-se uma inspiração, por uma inspiração perde-se um auxílio, por um auxílio perde-se uma contrição, por uma contrição perde-se uma alma. Dai contas a Deus de uma alma por uma omissão.* [12] Ou mais em forma: por uma omissão perde-se uma alma.

Todas estas espécies de argumentação são de uso eficacíssimo na oratória, não evidentemente sujeitando-as a uma forma rigorosamente dialética, mas deixando-lhes toda a liberdade de construção gramatical e de inspiração oratória e respeitando-lhes simplesmente o nexo característico de cada espécie. Isto não quer dizer que a mesma forma dialética se não possa tolerar uma vez ou outra, quando se trata, ou de propor ràpidamente o processo de argumentação que se vai desenvolver, ou de a resumir no fim de desenvolvida.

III. *Refutar*

1. Necessidade da refutação. — Continuando Vieira o fio da exposição há pouco interrompida, acrescenta: depois há de o pregador *responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários e*

[10]) Ibid., 147. [11]) Ibid., 251. [12]) Ibid., 51.

depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. [13]

E' que uma vez encontrada a verdade, nem sempre ela entra no domínio pacífico das inteligências. Encontra-as talvez indispostas pelos preconceitos que a ignorância ou a má fé nelas fez germinar. E' necessário, pois, intervenha uma refutação enérgica e sólida que deixe desmascarados todos os sofismas.

2. Dois escolhos: A) *O excesso.* — Entretanto não deve o pregador perder tempo na refutação de erros que nunca passaram pela cabeça dos ouvintes. E ainda quando a refutação de um erro seja oportuna, tenha-se presente que ela, por mais luva que use, é sempre odiosa, precisamente pela oposição que separa os contraditores. Seja, portanto, sóbria e nunca se busque na polêmica o que se puder conseguir pelo simples processo expositivo.

Não devemos esquecer que muitas objeções nascem mais do coração que da inteligência. Quantos não há que negam a imortalidade da alma, a existência do inferno e tantos outros dogmas, porque o coração corrompido os leva a desejar que a alma seja mortal e o inferno um mito? Para estes casos só a luz serena da doutrina, cuja unção penetre na alma e a decida a corrigir os desvios da vida. Purifique-se primeiro o coração, que depois se iluminará o entendimento.

B) *O defeito.* — Não quer isto dizer que a refutação se deva banir do púlpito. Estamos numa época em que o erro toma por toda parte uma audaciosa ofensiva. E há de a verdade, levando a transigência até ao suicídio, renunciar mesmo à defensiva? Por isso não será descabida uma dupla regra formulada por Gonzaga Cabral no *Vieira Pregador.* [14] Uma refere-se ao modo de propor a dificuldade, outra ao modo de a resolver:

a) *Proponha-se* a dificuldade:

α) *sem desprezo.* Seria contraproducente diminuir-lhe o valor, a pretexto de insignificante. Basta que ela possa

---

[13]) Vieira, Sermões, t. I, p. 19.
[14]) t. I, pp. 204-209.

obscurecer uma inteligência para merecer toda a nossa atenção. Vieira confessava-se *tão amigo e reverenciador da razão que até as sombras dela ouvia de boa vontade.* [15] E no sermão sobre o amor dos inimigos dizia em 1649: *Negar ou desprezar a dificuldade não é arte, nem valor, nem razão. Reconhecê-la e impugná-la, confessá-la e convencê-la, sim.* [16] A ironia, que humilha o adversário ignorante e de boa fé, não tem cabida no púlpito.

β) mas *com dignidade.* Não se humilhe o adversário, mas não se sacrifique também a verdade porque *o erro não tem direitos,* dizia Garcia Moreno. Não se leve a condescendência até à traição. Diante do erro, o *non possumus* dos Apóstolos deve ser o lema do pregador. Condescenda-se muito embora com os extraviados, desculpando caritativamente, quando for possível, a sua cegueira; mas com o erro nada de transigir.

b) *Resolva-se,*

α) *com nitidez.* Uma solução obscura não é solução; as trevas só se dissipam à força de luz. Por isso se alguma vez o orador deve desfazer-se em luz, é quando se trata de acudir com o remédio a uma inteligência obscurecida pela dúvida ou iludida pelo erro.

β) *com decisão.* Essa decisão deve ser não só o espelho da convicção do pregador, mas também e sobretudo o reflexo de uma vontade decidida a sacrificar a vida pela verdade que defende.

ART. 2. IMAGINAÇÃO

§ 1. Necessidade da imaginação na oratória

Já vimos que sem uma imaginação fecunda, viva, sóbria, equilibrada e plástica não pode existir o orador perfeito.

Tratando agora exclusivamente da oratória sagrada, é claro que não lhe devemos reconhecer menores exigências neste ponto. Não tratamos aqui da função psicológica da fantasia na formação das espécies impressas. Li-

---

[15]) Vieira, Sermões, t. IV, p. 180.
[16]) Vieira, Sermões, t. II, p. 281.

mitamo-nos a encará-la na sua atividade consciente e criadora de tipos ideais em ordem a deleitar as faculdades estéticas do homem.

E sob este ponto de vista, nenhum orador pode prescindir totalmente da imaginação no desempenho do seu ministério. O homem, composto harmonioso de matéria e de espírito, na sua vida intelectual tem de ser impressionado pelo brilho material da imagem, do mesmo modo que na sua vida moral tem de ser movido pelo sentimento.

E o orador não pode perder de vista esta economia ordinária da psicologia humana. Necessitará muitas vezes de sensibilizar as idéias e não raro terá mesmo que ferir a fantasia dos ouvintes com imagens vivas e terríveis. Se quer conquistar as inteligências para a verdade, as vontades para o bem, saiba que não será fácil convencer as inteligências sem ao mesmo tempo falar à imaginação, do mesmo modo que não chegará a render as vontades, se não sabe vibrar as teclas da sensibilidade.

Esta necessidade é comprovada pelo uso que das imagens fizeram os grandes pregadores, mais particularmente inspirados por Deus e investidos da missão de falar ao mundo em seu nome.

1. A imaginação nos Profetas. — Os profetas, que na pregação foram os precursores do Homem-Deus, ensinam-nos a arte de sensibilizar e popularizar as verdades divinas sem detrimento da gravidade e energia com que se devem anunciar. Foi o mesmo Deus quem assim as colocou ao alcance do homem.

Mais pelo vigor e audácia do que pela graça das suas imagens, são mestres no uso oratório da imaginação quando por ela é necessário abalar os ânimos e criar impressões grandiosas.

Quem mediu as águas com o palmo da mão, exclama Isaías, e quem pesou na destra o céu e a terra? Quem senão Deus sustenta com três dedos toda a máquina deste mundo? Quem indicou com peso e medida aos montes e aos outeiros o lugar que deviam ocupar? Porventura nessa obra imensa houve alguém que fosse ajudar o espírito e a sabedoria do Senhor? ou alguém foi nela o conselheiro que lhe mostrou o como deveria operar?

E a quem havia de consultar, se todas as gentes comparadas com Ele são como uma gota de água que caiu em terra, ou como um grão de peso que se deita na balança (Is 40, 12-15, trad. de Fr. Luís de Granada, em G. Cabral, obra cit. I, 218-219).

Viu-o o mar e fugiu; recuou para trás o Jordão; saltaram os montes de alegria como carneiros; saltaram as colinas como cordeirinhos do rebanho. O que é isso, ó mar, o que tens tu para assim fugires? E tu, Jordão, o que é que te fez recolher atrás as tuas águas? Vós, ó montes, por que saltastes de alegria como carneiros? E vós, colinas, por que saltastes como cordeiros? Estremeceu a terra na presença do Senhor, perante o Deus de Jacob, que desfez as pedras em lagos de água e os penhascos áridos derreteu-os em fontes (Sl 113).

Quem não vê nesta sublime criação da imaginação inspirada de David a fonte onde muito provàvelmente o nosso épico foi beber a inspiração duma das mais grandiosas estrofes do seu poema:

"Ouviu-o o monte Artabro, e o Guadiana
Atrás tornou as ondas de medroso.
Ouviu-o o Douro e a terra transtagana.
Correu ao mar o Tejo duvidoso". [17]

2. A imaginação em Jesus Cristo. — A própria sabedoria incriada, protótipo de pregadores, quando vestida da nossa humanidade, longe de desprezar o poder da imaginação, dela se serviu também para triunfar das inteligências e dos corações.

Como os seus ensinamentos sublimes penetravam suavemente sob as modestas aparências de uma parábola! Com que ingênua poesia não semeava os discursos de graciosas comparações! O sol, a luz, as avezinhas do céu, as florinhas do campo, tudo vinha matizar de suaves sorrisos a grave majestade da sua doutrina com uma frescura tão juvenil, com uma feição de espírito tão graciosa e risonha, que não há buscá-la mais atraente nas poéticas ingenuidades de São Francisco de Assis ou do Padre Manuel Bernardes.

Na sua divina e humana eloquência, Jesus Cristo explorou os diversos simbolismos da natureza, criou até no-

[17]) Camões, Lusíadas — Canto IV, estrofe 28.

vos simbolismos; o lobo e o cordeiro, o trigo e a cizânia eram tipos simbólicos já conhecidos; mas quem ousara comparar a caridade de um Deus-Homem com a galinha ajuntando os seus pintainhos debaixo das asas, ou com a cepa da vide de que nós somos os sarmentos?! Não há dúvida, o Divino Mestre, como homem, quis auxiliar-se da imaginação e ensinar-nos o seu uso. Baste lembrar aquele passo encantador do capítulo XII de São Lucas, tão primorosamente traduzido pelo nosso Castilho: — Reparai como crescem os lírios dos vales: não trabalham; nem fiam. E mais vos digo em verdade que o próprio Salomão nunca trajou galas como qualquer deles. Ora: se Deus assim reveste umas ervas do campo hoje viçosas, amanhã queimadas no forno, não vos revestirá de muito melhor grado, a vós, criaturas de apoucada fé? [18]

3. A imaginação nos Santos Padres e Doutores da Igreja. — Quem estiver suficientemente familiarizado com os monumentos mais admiráveis da eloquência sagrada, que são as obras dos Santos Padres e Doutores da Igreja, não terá dúvida em reconhecer como eles nas suas peças oratórias e até nas homílias mais simples — exemplo bem típico é São João Crisóstomo — compreenderam a eficácia da imaginação. Por isso fizeram dela o uso racional e artístico que a todos maravilha e que oxalá todos souberam imitar!

§ 2. Extremos viciosos

Também, neste ponto, se pode pecar:

1. Por defeito peca quem de todo desdenha o auxílio da imagem para colorir o pensamento como se houvesse de falar a auditório de puros espíritos que se satisfazem com a pura abstração intelectual, ou como se a inteligência humana se enamorasse da verdade apresentada só na sua nudez espiritual.

E' da mais elementar experiência psicológica que não consegue excitar o interesse dos ouvintes, nem manter-lhes a atenção, nem muito menos penetrar as inteligências e assenhorear-se dos corações quem se limita a

---

[18]) Gonzaga Cabral, obra cit., pp. 217-218.

uma exposição fria e abstrata, confirmada apenas por demonstrações áridas e insípidas.

Remédio. — Enriqueça o orador a sua imaginação sobretudo com imagens e pinturas bíblicas; reconstitua com vivacidade e brilho a história completa do Homem-Deus, saiba com os atrativos de uma imaginação equilibrada e educada esboçar a sua fisionomia adorável, e terá meio caminho andado para Lhe conquistar as inteligências e as vontades.

2. **Por excesso** é talvez o abuso mais comum nesta matéria. Quem possui uma imaginação exuberante e viva, sobretudo quem é apaixonado por emoções estéticas e criações artísticas, nem sempre equilibradas pela razão, será muito tentado a converter o discurso num tecido ininterrupto de imagens, a estirar violentamente as alegorias, a exagerar as metáforas, e por fim a fazer do sermão um romance piedoso destinado não a converter os corações para Deus, mas a exaltar as imaginações, a despertar sentimentalismos mórbidos, a criar uma patologia de cinema, sempre ávida de sensações.

Estes serão os exageros da imaginação que não se deixa refrear pela razão. Com isso conseguirá apenas depravar o gosto dos ouvintes e chegará o tempo em que uma pregação grave e séria será para eles insípida e aborrecida. *Erit enim tempus cum sanam doctrinam non sustinebunt* (2 Tim 4, 3).

Remédio. — *a*) O fim da verdadeira e genuína eloquência é *persuadir.* Persuada-se primeiro o orador a si mesmo que o *deleitar* é um simples *meio,* que deve ajudar a mover as vontades e a conquistar os corações para Deus. Por isso só falará à imaginação para que esta o ajude a abrir-lhe as portas das inteligências e das vontades. As imagens são simples auxiliares que facilitarão aos ouvintes a compreensão das idéias e os ajudarão a gravá-las no espírito.

b) Tome o orador consciência da sua missão, que é não seduzir as imaginações, nem lisonjear os ouvidos — *prurientes auribus* — mas defender os interesses de Deus e das almas.

Sem dúvida, a alma de Jesus Cristo era a alma mais artística que existiu nem há de existir: via e gozava do fenômeno com um poder de compreensão a que não nos é dado aspirar; mas, por um movimento espontâneo, remontava-se logo a uma esfera mais santa, mais espiritual, mais divina; numa palavra, a sua imaginação, se era, como vimos, mimosa e brilhante, era também e sobretudo sóbria e ativa. Usava dela, gozava dela até para melhor a usar, mas nunca se divertia nela. O contrário estabelece um desequilíbrio lamentável na hierarquia das faculdades oratórias e transforma, como dizíamos, os fins em meios e os meios em fins, pervertendo a ordem da própria natureza. [19]

§ 3. Seleção das imagens

"A encarnação da verdade na imagem não pode evidentemente ser fortuita ou arbitrária.

A primeira condição da imagem é a transparência: através dela a verdade não deve ocultar-se, mas brilhar mais viva. Ora, para este fim não é indiferente a escolha das imagens. A dificuldade, porém, da seleção não é pequena, porque o campo é vastíssimo e as exigências do púlpito são muitas e graves.

E' vastíssimo o campo: porque a natureza, as artes, as ciências estendem ante os olhos do orador os seus tesouros inesgotáveis.

São muitas e graves as exigências do púlpito porque as matérias que nele se tratam são as mais importantes e ao mesmo tempo as mais variadas; tão importantes, que vai nelas não menos que a glória de Deus e a salvação das almas; tão variadas, que desde os arcanos mais sublimes da teologia, até às aplicações mais minuciosas da casuística, tudo, com poucas exceções, pode ser objeto da palavra concionatória. E que diversidade de imagens não é necessária para satisfazer a estas exigências?" [20]

---

[19]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 225.
[20]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 228-229.

I. *Divisão das imagens segundo as relações que lhes servem de fundamento.* — Segundo a classificação tradicional quatro são as principais relações que servem de fundamento às imagens: a *metáfora* com a alegoria, a *ironia*, a *sinédoque* e a *metonímia.*

De todas oferecem primorosos exemplos os melhores representantes da oratória sagrada. Sendo, porém, a natureza de todas estas figuras conhecida de quem empreende o estudo da oratória sagrada, — supomos o estudo prévio da Retórica — julgamos inútil qualquer ulterior explicação.

II. *Divisão das imagens segundo os efeitos que produzem nos ouvintes.* — Debaixo deste novo aspecto podemos distinguir três categorias:

Se a grandeza, elevação e quase imensidade do objeto arrebatam a alma acima de si mesma enchendo-a de admiração e espanto, a imagem é sublime; *se a ordem, a harmonia, o esplendor sereno do objeto encantam a alma e a inundam de uma satisfação profunda e tranquila, a imagem é* bela; *se finalmente a graça, a novidade ou a fiel imitação do objeto produzem uma impressão de agrado menos viva e penetrante, a imagem é simplesmente* agradável. [21]

1º O Sublime

Na oratória sagrada, mais que em nenhum outro gênero de eloquência, têm cabida idéias grandiosas e se despertam sentimentos elevados e heróicos. Uns e outros se devem apresentar à fantasia revestidos de imagens sublimes; é no púlpito que elas têm mais aplicação. Principais fontes do sublime:

A) *Natureza.* — *Que coisa é a natureza senão o cenário do homem e o reflexo de Deus? As decorações daquele cenário têm matizes que lembram a nobreza do homem e têm sombras que recordam a sua fragilidade; a luz deste reflexo tem claridades que revelam a formosura de Deus, e tem ardores que manifestam a terribilidade*

[21]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 237-238.

dos seus juízos. Que profusão de materiais para a imaginação oratória! [22]

Vieira explorou magistralmente esses recursos, ora delineando ràpidamente a imagem, mas com pincelada de tal vigor que nada mais se requer para despertar na alma o sentimento do sublime: *está o mundo todo fechado no cárcere da noite; e qual é a chave de ouro que abre as portas do dia senão a luz?* ora desenrolando ante o espírito arrebatado dos ouvintes com uma amplidão oriental os mais empolgantes quadros, como ao parafrasear aquela passagem do 2º livro dos Reis, c. 22:

"As mais temerosas e formidáveis armas de Deus são os trovões e os raios: *Dominum formidabunt adversarii ejus, et super ipsos in caelis tonabit* (1 Reis 2, 10). Armado destas armas, nos pinta David ao mesmo tempo Deus com tal horror de palavras, que até pintado faz tremer. Inclinará Deus os céus e avizinhar-se-á mais à terra para castigar os seus habitadores; debaixo dos pés trará um remoinho de nuvens negras, escuras e caliginosas; a sua respiração serão fumos espessos de ira, de indignação, de furor; da boca, como da fornalha ardente, exalará um vulcão de fogo tragador, que tudo acenda em brasas e converta em carvões; atroará os ouvidos atônitos com os brados medonhos de sua voz, que são os trovões; cegará a vista com o fuzilar dos relâmpagos alternadamente acesos, abrindo-se e tornando-se a cerrar o céu temerosamente fendido; disparará finalmente as suas setas que são os raios e coriscos; abalar-se-ão os montes, retumbarão os vales, afundar-se-ão até aos abismos os mares, descobrir-se-á o centro da terra e aparecerão revoltos os fundamentos do mundo". [23]

Três modos de aproveitar o sublime da natureza:

a) "aplicando com viveza a uma idéia elevada a imagem de um desses objetos que, como o mar e o firmamento, refletem não sei que misteriosa infinidade";

b) "pintando fielmente as cenas de majestade ou de terror de que o mundo animado e até o inanimado são

---

[22]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 239.
[23]) Sermões, IX, 181-182.

por vezes teatro"; os grandes cataclismos da natureza: inundações gigantescas, incêndios, terremotos, erupções vulcânicas, grandes naufrágios; o pulverizar de grandes cidades sob o estampido de bombas destruidoras, a onipotência de Deus pàlidamente refletida nos cataclismos atômicos, previstos à luz ameaçadora da física nuclear, etc.;

c) "produzindo na alma um abalo inesperado por meio do contraste entre a grandeza da idéia e a pequenez da expressão". [24]

Assim Isaías, profetizando a destruição do universo ante o poder de Deus, se serve destas duas imagens veementíssimas: "A terra cambaleará como um embriagado e será retirada como a tenda armada para uma só noite" (Is 24, 20). Chateaubriand, falando deste lugar, exclama entusiasmado: "Que contraste sublime! Ao chegar àquela frase *será retirada,* o espírito, como que suspenso, está esperando alguma comparação grandiosa; então o profeta acrescenta inesperadamente: *como a tenda armada para uma só noite!* Não vos parece estar vendo a terra, que antes tínhamos por tão vasta, desdobrada nos ares como uma tendazinha de campanha e recolhida depois com a maior facilidade pelo Deus forte que a estendera e para quem o decorrer dos séculos fora apenas como a noite que já passou?" [25]

d) Fazendo reviver os grandes acontecimentos não só presenciados, mas também entrevistos através da literatura bíblica: a criação a sair do seio do nada ao som do *fiat* onipotente, a apocalíptica desagregação do universo, o juízo final tal qual o descreve o Evangelho, com a separação definitiva entre bons e maus, a ressurreição da carne tal qual a descreve Ezequiel, a condenação dos anjos rebeldes, o extermínio do exército de Faraó sob as águas do Mar Vermelho, as maravilhas operadas pela presença da Arca da Aliança, alguns milagres dos dois testamentos e da História da Igreja, o espetáculo da Ascensão, etc.

---

[24]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 242-243.
[25]) Génie du Christianisme, t. II, c. V.

B) *Arte.* — "Que profusão de elementos capazes de inspirar o gênio oratório em cada um dos ramos da arte: a música, a pintura, a escultura, a arquitetura". [26] Quem o não reconhece, por exemplo, numa das passagens mais eloqüentes do sermão de Cinzas pregado por Vieira, na Cidade Eterna, em 1670? Esses voos sublimes e arrojadíssimos da sua imaginação exuberante provam quanto a impressionavam as maravilhas arquitetônicas da antiga e da nova Roma.

Não há dúvida que quem souber interpretar as maravilhas da arte, pode também haurir como de fecundo manancial o sentimento do grandioso, imagens sublimes que possam ser uma viva encarnação de mais sublimes pensamentos.

Mas também aqui é fácil descair em abusos, descendo-se a minuciosas descrições de obras artísticas, como se o sermão fosse um exercício de pintura, ou de estilo descritivo. Isso é tomar a imagem, não como auxiliar da pregação, mas como fim seu exclusivo.

C) *As ciências.* — Também as ciências podem subministrar ao orador imagens cujo uso pode dar sublimidade ao discurso. A astronomia, por exemplo, é um fecundíssimo manancial de inspiração para exaltar a imensidade e a sabedoria de Deus, ao mesmo tempo que patenteia a grandiosidade da sua obra. A biologia até onde logra descortinar os mistérios da vida, com as leis que regem a sua conservação e propagação, é manifestação sublime dos divinos atributos e majestoso espelho da Providência.

Mas ainda aqui são repreensíveis os exageros. O prurido de alardear ciência é uma das maiores tentações do pregador, contra a qual toda a reação é pouca. Além do que, o recurso a esta fonte de inspiração fàcilmente levantará o sermão acima do nível intelectual do auditório quando ele não é seleto. Tenha-se presente que a pregação sagrada não é nenhuma exposição de teorias científicas.

---

[26]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 243.

2º O Belo

A) *Definição.* — Não é nosso intento analisar adequadamente o conceito do belo, nem considerar os variadíssimos aspectos sob os quais pode ser focado.

Uma vez que só estudamos os efeitos que produz o belo nas faculdades estéticas, basta encarar no seu conceito as notas essenciais que concorrem para a produção desses efeitos. Temo-las expressas nas definições que da beleza deram os principais representantes da filosofia clássica. Para Platão é o *esplendor da ordem.* Aristóteles especificou mais essa definição, acrescentando-lhe a nota de grandeza e restringindo-lhe portanto a extensão que no conceito do mestre era mais genérica.

Desse modo consideramos verdadeiramente belo o que nos atrai por um certo esplendor de grandeza e de ordem. De fato, a ordem é a harmonia entre a unidade e a variedade, cuja manifestação satisfaz as aspirações das nossas faculdades estéticas.

Mas esta satisfação será já o sentimento do belo? Até certo ponto, sim. Nós, porém, distinguimos bem o belo do gracioso e elegante, ou do que vulgarmente chamamos *bonito.* E' que para um objeto ser rigorosamente belo as nossas faculdades exigem-lhe certos reflexos de grandeza.

B) *Fontes do belo.* — Podemos apontar as mesmas que deixamos indicadas ao tratar do sublime. Também na natureza, nas ciências e nas artes se descortinam cenários em que se reflete a infinita formosura de Deus, autênticos esplendores da ordem harmoniosamente aliada com vislumbres de grandeza. E mais do que o mundo material é o mundo moral fonte inesgotável de beleza. Bastaria recordar apenas os atos de virtude, de generosidade, de abnegação que tanto nos encantam na vida de alguns Santos: a sua inocência, amor de Deus, martírio, etc.

E não esqueçamos que ao explorarem-se no púlpito as belezas do mundo material, pode haver o mesmo excesso apontado ao falarmos do sublime.

C) *Estilo apropriado.* — À expressão do belo convém um estilo médio entre o nobre e o tênue, que, embora rejeite as figuras veementes e os tropos mais atrevidos, se reveste contudo de galas e louçainhas, capazes de excitarem o sentimento estético de quem lê ou escuta. Os seus dotes principais são a doçura e a graça. [27]

E quem quiser um espécime deste mimoso estilo recorde o bem conhecido trecho de Vieira:

Que avezinha há, ou tão pintada como o pintassilgo, ou tão mal vestida como o rouxinol, que não rompa o silêncio da noite com dar ou cantar as graças a seu Criador, festejando a boa-vinda da primeira luz, ou chamando por ela? As flores que anoiteceram secas e murchas, porque carecem de vozes, posto que lhes não falte melodia para louvar a quem as fez tão formosas, ao descante mudo dos cravos e das violetas, como são as Madalenas do prado também declaram os seus afetos com lágrimas. As nuvens bordadas de encarnado e ouro, os mares com as ondas crespas em azul e prata, as árvores com as folhas voltadas ao céu e com a variedade do seu verde natural então mais vivo, as fontes com os passos de garganta mais cheios e a cadência mais sonora, as ovelhinhas saindo do aprisco e os outros gados mansos à liberdade do campo, os lobos e as feras silvestres recolhendo-se aos seus bosques e as serpentes metendo-se nas suas covas, todos, ou temendo a luz, ou alegrando-se com a sua vista, como à primeira obra de Deus, lhe tributam naquela hora os primeiros aplausos. [28]

3º O Agradável

"O sublime e o belo não são as únicas fontes do prazer estético. Objetos há que, sem aquele revérbero de imensidade e ainda sem a grandeza que admiramos na segunda categoria de imagens, produzem um agrado menos intenso, é verdade, mas capaz de deleitar com proveito para o fim que se propõe o orador. [29] Pertencem a esta categoria os objetos em que resplandecem os atrativos da novidade, da graça ou a fidelidade de imitação.

---

[27]) Cf. Figueiredo, obra cit., § 332.
[28]) Sermões, V, pp. 153-154.
[29]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 255.

A) *Novidade.* — Que a novidade desperte o sentimento do agradável, só o porá em dúvida quem desconhece o fundo da psicologia humana, naturalmente curiosa. Por que é que um objeto visto pela primeira vez, uma página lida ou ouvida, uma sensação experimentada nos agrada mais da primeira vez; e essa sensação agradável, ou o agradável da sensação, se vai desvanecendo à medida que se repete?

E' que a princípio tinha *novidade,* depois já a não tem.

Aí está, pois, um recurso de valor, que o orador sagrado deve saber explorar, para melhor cativar e atrair os ouvintes.

E não se julgue que a imutabilidade do dogma e da moral católica se opõe a qualquer tendência de novidade na pregação.

Não se pregarão verdades novas, mas podem-se pregar de um modo novo e sempre variado. A eterna imutabilidade substancial da verdade não é incompatível com uma certa evolução acidental no modo de a apreender e de a expor.

Escolho que se deve evitar: o prurido de originalidade extravagante que pode fazer do pregador um *original.*

B) *Graça.* — A graça do dizer exerce também no ânimo dos ouvintes atrativos e até fascinações poderosas. Com esses atrativos, com essas fascinações podemos e devemos orientá-los para Deus, que é a suma Graça.

Escolhos que se devem evitar: o empenho de querer parecer *engraçado* e a mal disfarçada complacência de quem se revê nas próprias palavras. Abuso digno de ser severamente verberado é o emprego de chistes, de anedotas, com o pretexto de despertar a atenção dos ouvintes, como se não houvesse meio mais digno de conseguir esse fim. Com tal profanação desperta-se a atenção por um lado, é certo, mas distrai-se por outro.

C) *A fidelidade de imitação.* — Embora não esteja na imitação a essência do agradável, como alguns pretendiam, "não se pode negar que a fidelidade com que se dá na imagem uma como que segunda existência ao objeto, produz um agrado que pode ser aproveitado nas artes.

Assim sucede na eloquência sagrada. A fidelidade de imitação tem cabida principalmente nas pinturas morais e nas narrações". [30]

Escolho a evitar: o realismo de mau gosto e pseudo-artístico a que pode impelir-nos a preocupação de reproduzir a realidade como ela é, sem se atender a exigências de ordem superior.

Em resumo:

O sublime, o belo, o agradável podem considerar-se:

1. *Objetivamente:*

a) *E' sublime,* por ex., o espetáculo da ressurreição dos mortos, da Ascensão do Senhor, da Transfiguração no Tabor, do Juízo Final, a grandiosidade dum monumento arquitetônico ou duma cerimônia empolgante, tal como a de uma canonização; ou na ordem moral o rasgo heróico de santidade de quem morre perdoando os que o martirizam, uma descoberta ou um pensamento genial.

b) *E' belo,* por ex., o pôr do sol num horizonte desanuviado, uma aurora boreal, um panorama que nos atrai, uma iluminação ou um quadro artístico; ou na ordem moral um ato de abnegação, um sacrifício, o silêncio de Cristo ou dos Santos que renunciam à própria defesa.

c) *E' agradável* uma conversa finamente espirituosa, uma cena cômica ou um espetáculo que delicia e entretém os sentidos; ou na ordem moral tudo o que atrai ou inspira simpatia: feitios, temperamentos.

2. *Subjetivamente,* conforme as impressões que o objeto desperta na alma:

a) O sublime produz em quem o contempla efeitos extasiantes, chega a arrebatar os espíritos pela sua grandiosidade e imensidade.

b) *O belo,* harmoniosa aliança de ordem e de grandeza, *encanta.*

c) *O agradável* (ou gracioso) aliando a proporção e a graça, inspira um certo prazer estético, *deleita* o espírito.

---

[30]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 264.

"A beleza alia num equilíbrio harmonioso a ordem e a grandeza. Mais plácido e sereno que o sublime, mais majestoso e digno que o gracioso, o belo "encanta", ao passo que o gracioso só "agrada" e o sublime chega a "arrebatar". [31]

ART. 3. VONTADE

§ 1. Processo psicológico da persuasão

1. Como levar a vontade à persuasão. — Desde o princípio deste trabalho temos visto que o triunfo da verdadeira eloquência está na *persuasão* da vontade. E já sabemos que, mesmo depois de embalada a imaginação e a sensibilidade ao som de harmoniosa declamação, os redutos da vontade podem ter ficado perfeitamente inabaláveis.

Mas ao menos depois de convencida a inteligência, ficará já *ipso facto* a vontade determinada a abraçar o bem? Bastará, com os fulgores da verdade e com os harmoniosos encantos do belo, entrevistos através dum colorido sedutor de imagens, pôr diante dos ouvintes os atrativos do bem e da virtude?

Se assim fosse, não haveria arte mais fácil do que a eloquência, não haveria ministério mais suave que o do orador sagrado.

2. Obstáculo: a liberdade. — *"O que eu faço não é o bem que aprovo, mas sim o mal que reprovo* (Rom 7, 19). Já antes do Apóstolo o poeta fazia confissão análoga: *"Vejo o que é melhor e o aprovo, mas deixo-me arrastar pelo pior"*. E' o conflito entre as faculdades cognoscitivas e as apetitivas, nascido da rebelião dos sentidos contra a razão.

"O primeiro abuso da liberdade acarretou sobre a humanidade uma epidemia contagiosa que enfraqueceu em todos nós os brios varonis da vontade. Os falsos atrativos, com que nos solicitam as aparências de agora, prevalecem sobre os verdadeiros encantos das realidades futuras. A alma, naturalmente ordenada, torceu vergonhosamente a tendência de suas energias; e a sedução de mil ouropéis enganadores cintilou diante de nós

[31]) Gonzaga Cabral, obra cit., p. 254.

para levar-nos após um simulacro de bem, em que se escondem males sem conta. Daí vem o triste engodo, com que suspiramos sequiosos pelas águas estagnadas, sem pensarmos em matar a sede nas fontes de água viva, que rebentam a borbotões por toda a extensão do caminho que pisamos; daí vem esta depravação da vontade, que, apesar de a inteligência lhe mostrar o bem e o aprovar como tal, ainda assim se determina pelo pior e o escolhe para si". [32]

A explicação última deste mistério da psicologia humana está por um lado na soberania da vontade, faculdade livre, cuja indiferença nenhum bem deste mundo pode dobrar, por outro lado na imperfeição dessa mesma soberania, que está em não se decidir muitas vezes pelo que a inteligência lhe propõe como melhor. De fato só o Bem infinito, apresentado a descoberto tal qual é, a pode forçar. Qualquer outro bem que não apresente essa plenitude de apetibilidade — exclusiva do bem universal — pode, sim, ser abraçado pela vontade, não que ele só por si tenha o poder de romper o equilíbrio da sua neutralidade, mas porque ela, a vontade, consente livremente na solicitação desse bem.

Objeção. — Se o fim, porém, da eloquência é *persuadir,* e se persuadir afinal é assenhorear-se o orador da vontade dos ouvintes, quebrando-lhe todas as resistências, arrancando-lhe o *sim* ou o *não* resoluto que se impõe, parece que esse fim não passa de uma utopia, uma vez que o *sim* e o *não* em última análise é o que a vontade tem de mais *seu* e de mais inalienável, manifestação suprema duma autonomia que não sabe capitular.

Resposta. — Sem dúvida, a eloquência não poderá nunca forçar a fortaleza da vontade, mas pode abalá-la, pode debilitar-lhe a resistência; não pode arrancar-lhe o querer, mas pode movê-la a que queira, de modo que o *sim* ou o *não* irrevogável seja, não uma extorsão, mas um triunfo da eloquência. E' o segredo de *arrastar* a vontade para o bem. E não se objete que uma faculdade livre não é suscetível de ser arrastada para o seu obje-

---

[32]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, 277.

to. Santo Agostinho a propósito do texto *nemo potest venire ad me nisi Pater... traxerit eum* (Jo 6, 44), responderá que, por isso mesmo que é livre, não é arrastada, mas *deixa-se* arrastar pela atração do bem. Não há aí coação, mas voluntariedade, e até mesmo aquele prazer que fez dizer ao poeta *trahit sua quemque voluptas.*

Nesse sentido com toda a verdade dizemos também de quem possui a magia da palavra, que *arrasta as multidões.*

Para esse triunfo concorrem harmoniosamente a faculdade livre do ouvinte como princípio *elicitivo* e a eloquência do orador como estimulante extrínseco.

3. Faculdade racional. — Este influxo da eloquência na vontade dos ouvintes funda-se afinal noutro princípio, de que nem sempre nos lembramos, por nos termos talvez habituado a concentrar a nossa atenção só no caráter de autonomia que apresenta esta faculdade. E' o princípio da harmonia entre a inteligência e a vontade. Por outras palavras, a vontade é uma faculdade livre, sim, mas *racional.* Sem detrimento da sua autonomia, ela é feita para obedecer à razão. E' feita para o bem, mas esse bem só a inteligência lho pode propor.

Por isso, sem prejuízo da sua independência, a determinação da vontade necessita de uma razão suficiente. E essa razão suficiente é o *veredictum* da inteligência.

Daí se deduz que convencer a inteligência é *ipso facto* dispor a vontade para uma determinação racional.

Mas esta disposição remota ordinàriamente não basta, sobretudo quando o bem, que se propõe à vontade, não agrada ao paladar da sensibilidade.

4. A moção dos afetos. — Torna-se então indispensável a disposição próxima, além da qual nada mais se pode tentar, para que a vontade saia da sua neutralidade. Essa disposição próxima consiste na moção dos afetos, verdadeiro assalto ao coração, que é o último baluarte da vontade.

Mas o coração, órgão admirável da vida afetiva, possui um teclado complexo que o orador deve saber pulsar com mão de mestre. E' o jogo dos afetos.

Saber despertá-los oportunamente é ter na mão a alma dos ouvintes, é saber eletrizá-la, fazendo-a vibrar nas suas cordas mais sensíveis. E' por conseguinte ter o condão de desentorpecer as vontades e de as levar *à quase* necessidade de querer. Eis o ponto culminante da verdadeira eloquência. E' a perfeição da arte que só se atinge quando se possui o que poderíamos chamar o *segredo do patético,* verdadeira chave dos corações.

Em se chegando a este ponto, a vontade, embora possa, já não sabe resistir. Eis a razão de ser das frases ouvidas a cada instante e que exprimem uma realidade psicológica bem palpável: "Assim já me não pude conter". "Fiquei desarmado". "Tive que ceder". "Quando me tocam nesta tecla já não sei dizer que não". E' o patético a sobrepor-se. E' a afetividade a dominar todas as resistências.

§ 2. Escala afetiva da alma e papel que representa na oratória

O bem e o mal podem apresentar-se sob vários aspectos. E desses vários aspectos depende a variedade de tendências e de comoções que brotam das faculdades apetitivas da alma e se produzem de modo análogo na sensibilidade e na vontade, segundo o bem ou o mal for de ordem sensível ou espiritual.

As paixões fundamentais e irredutíveis são o *amor* e o *ódio,* às quais se podem reduzir todas as outras. Se sentimos *gozo* na posse de um bem, ou *saudade* quando deixamos de o possuir, ou *desejo* antes de o gozar; se esse desejo se transforma em *esperança,* quando vemos o objeto ao nosso alcance, ou em *desesperança* no caso contrário; e se, por fim, *empreendemos audazmente* remover todos os obstáculos para o conquistar, é sempre porque *amamos* esse bem presente, passado ou futuro.

Por outro lado, se um mal presente nos *entristece* e desperta a nossa *ira,* se nos *ressentimos* do mal que sofremos, ou nos *arrependemos* e *envergonhamos* do que fizemos, se a sua previsão nos faz *temer* e até *desesperar* quando o vemos inevitável, é sempre porque *odiamos* esse mal; e odiamos o mal em última análise porque *amamos* o bem de que ele é privação.

A classificação das paixões ou afetos do coração é, pois, fundada num duplo aspecto do objeto: natureza e atualidade. Quero dizer: o objeto pode ser bom ou mau, pode ser presente, passado ou futuro. Segundo esse duplo aspecto teremos a seguinte escala de afetos:

PAIXÕES

OBJETO			PROSSECUTIVAS	REPULSIVAS	
			Radical — Amor	**Radical** — Ódio	
	PRESENTE	**Derivados**	Gozo	Dor { *sem reação* — tristeza, vergonha.[33] *com reação* — ira.	**Derivados**
	PASSADO		Saudade	Ressentimento (*se mal injustamente sofrido*). Arrependimento (*se livremente admitido*). Vergonha.[33]	
	FUTURO		Desejo { *obj. assequível* — esperança. (*Se árduo*) audácia. *objeto inassequível* — desespero.[34]	Temor. Desespero.[34]	
			BEM	MAL	

OBJETO

Amor. — E' a paixão do bem, paixão fundamental na ordem da natureza e na ordem da graça. E' por isso mesmo a tecla principal que o orador deve tocar para persuadir, despertando na alma dos ouvintes a sublime paixão da caridade e amor de Deus, acalorando-lhes os

[33]) A vergonha pode ter por objeto tanto o mal presente como o passado.

[34]) O desespero tem por objeto o bem inassequível ou o mal inevitável.

corações com o patético do sentimento pessoal. O Cristianismo é por excelência a religião do amor. Todo ele se resume na palavra *amor,* quinta essência de todo o dogma e de toda a moral, amor que é a síntese de toda a obra de Deus *ad extra,* amor que é a síntese sublime de toda a lei: *Diliges Dominum Deum tuum... diliges proximum tuum... In his duobus mandatis universa lex pendet et prophetae* (Mt 22, 37; 39-40).

Desejo. — E' o afeto produzido pelo bem não possuído, mas a cuja posse se aspira. Sendo esse bem apetecível, há de necessàriamente solicitar o amor da vontade. E se a sua posse é viável, o desejo transforma-se em

Esperança, cujo objeto material é o bem desejado, e cujo motivo ou objeto formal é a mesma possibilidade da sua consecução. Na ordem sobrenatural o objeto formal é a fidelidade de Deus em cumprir o prometido.

Mas se o bem, aliás *assequível,* ou o mal evitável apresenta obstáculos, e se é eficaz o desejo de conseguir aquele ou de evitar este, à esperança virá aliar-se a

Audácia, cujo superlativo é o heroísmo, paixão natural e paixão cristã, conforme o objeto a que se encaminha, sentimento nobre e particularmente poderoso para fazer triunfar a causa da virtude.

A oportunidade e a eficácia oratória destes sentimentos é indiscutível, assim o orador os saiba explorar. E a necessidade de fazer vibrar esta corda é tanto maior quanto mais saturado de naturalismo é o ambiente que respiramos. *Non habemus hic manentem civitatem* (Heb 13, 14), pregava há 19 séculos o Apóstolo das gentes. Hoje tudo parece pregar-nos como habitação permanente este pedaço de terra, como se fosse um paraíso de delícias. Importa, pois, dizer ao auditório do século XX *quae sursum sunt, quaerite; non quae super terram* (Col 3, 1-2).

Para isso é mister despertar o sentimento da esperança cristã e da confiança que é o seu aperfeiçoamento. E' mister ainda e antes de tudo fazer *desejar* o bem àqueles que parecem ter perdido o gosto da virtude, como se para eles o bem moral tivesse perdido os seus atrativos.

A *audácia* é paixão que fàcilmente desabrocha em co-

rações generosos e costuma ser o apanágio das gerações juvenis, as mais briosas e sensíveis aos impulsos da audácia cristã. Faça o pregador vibrar estas fibras nobilíssimas da alma que reconhece a sua dignidade cristã, e haverá menos pusilanimidade de caráter e a santa independência que revela quem cumpre desassombradamente o seu dever e não se assusta de parecer o que é.

Sobretudo comece o orador por dar pessoalmente exemplo de santa intrepidez, abstendo-se, sim, de tudo o que sejam provocações odiosas, invectivas imprudentes, iniciativas temerárias ou importunas, mas sem sacrificar os direitos da verdade a uma mal entendida prudência e oportunismo cego, capa com que se disfarça a cobardia e o respeito humano.

O exemplo do pregador brioso e prudentemente audaz tem um influxo mágico para produzir brios que arrastam à prática do bem e do apostolado. Mas o exemplo do pregador assustadiço e pusilânime, que não se atreve a atacar de frente um abuso nem a dar-lhe o qualificativo que merece, é o que há de mais desastrado para enervar os ânimos e para confirmar na sua apatia e inércia auditórios frios e indiferentes.

O *desespero,* a *desconfiança,* o *desalento* são vários graus do mesmo sentimento. Têm por objeto o bem que se apreende como inacessível e o mal apreendido como inevitável. Evidentemente não são essas paixões que se devem explorar na oratória sagrada.

Não é a condenados que se prega, é a viandantes da eternidade que só com a impenitência final podem perder a esperança. Sendo infinita a misericórdia divina e portanto superior a toda a malícia humana, nada há que possa jamais justificar o desespero da salvação. E sendo onipotente o auxílio da graça, embora condicionada à cooperação livre da vontade, nada há também que possa justificar a desconfiança nem o desalento da alma em face dos meios de salvação a empregar ou dos obstáculos a vencer.

Saudade é o sentimento de tristeza ou de pesar que tem por objeto o bem perdido acompanhado do desejo de o reaver.

Evitando o perigo de descair num lirismo mórbido e estéril, pode também o pregador explorar algumas vezes a paixão da saudade, avivando por exemplo ao pecador a lembrança dos encantos, da paz e felicidade, que desfrutou enquanto viveu inocente, ao incrédulo os anos de ventura que quiçá experimentou enquanto teve fé, aos fiéis enfim místicas delícias que lhes foi dado saborear no dia da sua primeira comunhão; e mil outras aplicações análogas, sem falar agora do elogio fúnebre em que a saudade é o sentimento predominante que repassa todo o discurso.

Gozo e alegria são finalmente os sentimentos que experimenta quem está de posse do bem desejado. São os sentimentos habituais dos bem-aventurados, mas que também se podem experimentar no tempo da prova em face dos arremedos de felicidade ou mesmo dos reflexos da bem-aventurança que nos é dado sentir.

Que seja também esta uma paixão oratória, não terá dificuldade em o reconhecer quem pondera a insistência com que a Sagrada Escritura recomenda a alegria e a expansão de coração no serviço de Deus, e sobretudo quem recordar que o homem é feito para a felicidade. E' por isso mesmo o afeto mais fácil de despertar nos ouvintes, em virtude ainda do seu caráter particularmente contagioso.

Evitando o extremo de uma jovialidade leviana, pode o orador, pulsando criteriosamente a tecla da alegria, levar os seus ouvintes a saborear quão suave é o Senhor, quão leve e aprazível é o jugo da sua lei, quão bom e agradável é viverem os cristãos fraternalmente unidos num só coração.

E passando agora às tendências aversivas da alma,

O ódio, que é aversão ao mal, tem e deve ter transcendental importância e oportunidade na eloquência sagrada. E como o pecado é, na expressão de Vieira *"o mal que só é mal e sumo mal"* [35], segue-se que o ódio como paixão oratória só pode ter por objeto o pecado e o que leva ao pecado.

---

[35]) Vieira, Sermões, t. III, p. 327.

Ora, como o orador sagrado, mais do que ninguém, deve estar familiarizado com a meditação do pecado, habilitado deve estar também a apresentar o pecado em toda a sua hediondez e monstruosidade, considerando-o na sua malícia essencial, nos seus horrorosos efeitos e nas suas tremendas sanções. Só assim é que despertará nos seus ouvintes os sentimentos instintivos de ódio e de horror.

Entretanto para evitar as ilusões do falso zelo, aprenda o pregador do exemplo do Divino Mestre o segredo de harmonizar o ódio ao pecado com o amor ao pecador.

Do ódio, raiz de todas as paixões repulsivas, nasce

A tristeza, sentimento que tem lugar quando se apreende o mal como presente. Foi o que experimentou o Salvador ao iniciar no Horto a sua dolorosa Paixão: *coepit contristari et maestus esse* (Mt 26, 37). Muito oportunamente se desperta este afeto quando se trata de recordar a vida dolorosa de Cristo e de associar os ouvintes aos sofrimentos da Sua Paixão. E' o fruto adequado das meditações da Paixão que Santo Inácio faz suplicar aos seus exercitantes no prelúdio próprio: "Dor com Cristo doloroso; quebranto com Cristo quebrantado; lágrimas, pena interna de tanta pena que Cristo passou por mim".

Outras circunstâncias haverá que tornam oportuna a tristeza na oratória sagrada: a consideração dos monstruosos crimes com que a Majestade Divina é desacatada, as perseguições movidas contra a Igreja, a perda irremediável de tantas almas, etc., sem falar ainda da cabida especial que tem este sentimento nas orações fúnebres. Essa tristeza, longe de morrer no desalento, deve despertar uma reação salutar.

O mal presente, além de originar a tristeza e a dor, pode também provocar a tendência irascível da alma. Temos então atuada a paixão da

Ira. — E' a reação proveniente da apreensão do mal presente e que inspira movimentos de vingança contra a causa dele. Também esse movimento de indignação com que a tendência irascível repele o mal presente pode ser salutarmente aproveitada no púlpito. E não vemos nós,

através das páginas do Evangelho, o Pregador Divino trovejar indignado contra a hipocrisia dos fariseus, insurgir-se contra os profanadores do Templo, indignar-se contra os que espantavam da sua presença as criancinhas?

Circunstâncias haverá também em que o pregador deverá insurgir-se contra as seduções descaradas do vício, revoltar-se contra a hipocrisia diabólica dos laços armados à inocência, comunicar aos ouvintes uma santa indignação levando-os a reagir e a repelir com energia as solicitações escandalosas do mal. E estes movimentos de legítima indignação são os que muitas vezes inspiram, ao calor da paixão, os melhores rasgos oratórios.

Tais são as tendências da alma em face do mal presente.

O mal passado, apreendido pela recordação, gera o *arrependimento,* a *vergonha,* e, se foi injustamente sofrido, pode intervir ainda a reação da irascibilidade provocando o *ressentimento.* Este afeto, porém, de que tanto se abusa na oratória profana, sobretudo em comícios eleitorais e arengas políticas, não tem cabida na oratória sagrada, cuja finalidade única é defender os direitos da Igreja e os interesses de uma religião que prescreve o perdão dos inimigos e o esquecimento das injúrias.

O arrependimento é o afeto despertado pela recordação do mal passado toda a vez que esse mal livremente admitido se apreende depois como reprovável. Este sim que é um sentimento cristão soberanamente salutar e tão necessário que sem ele, — definiu-o expressamente o Concílio de Trento, — não há salvação possível para o pecador. Tem, portanto, entre as paixões oratórias lugar de relevo. O sentimento de pesar pelas próprias faltas é corda que o orador deve pulsar com frequência, percorrendo os vários motivos que o especificam: o temor da divina justiça, o amor interessado e por fim o amor desinteressado ou de pura benevolência, base da contrição perfeita.

Todo o cristão necessita de viver familiarizado com os afetos de contrição que podem ser para muitos, na falta involuntária dos sacramentos, o único meio de jus-

tificação. Ora, o púlpito é que tem de ser a escola dessa virtude salvadora.

A vergonha, bem entendida, é também um sentimento que se deve provocar à volta do púlpito.

Não se trata de uma vergonha irracional, insuficientemente motivada, embora por vezes invencível, que se baseia de ordinário na pobreza e em defeitos naturais. Só nos queremos referir à vergonha provocada pelo mal moral apreendido ou simplesmente recordado, pois é esta a única verdadeiramente salutar. Santo Inácio chega a propô-la aos seus exercitantes como fruto próprio da meditação dos pecados.

Saiba, pois, o orador excitar em seus ouvintes a vergonha do vício e do pecado. Essa é a que deve ruborizar a face do homem, e mais ainda a do cristão.

Sem excluir os motivos sobrenaturais, que primam sempre sobre os outros, apresente-se, por exemplo, o vício como uma desonra, a perfídia como uma indignidade, a murmuração como uma vilania, o respeito humano como uma cobardia e falta de caráter, que ouvintes naturalmente pundonorosos se envergonharão de ser viciosos, desleais, murmuradores e escravos do respeito humano. Mostre-se ainda o que há de repugnante na deslealdade do polemista que, para ter alguma coisa que refutar, atribui ao adversário o que ele não disse nem escreveu, o que há de diabólico na intriga do vilão que falsifica documentos, recorrendo a hábeis interpolações e mutilações para caluniar ou comprometer, fazendo dizer a seu semelhante o contrário do que ele escreveu. Por outras palavras, saiba-se apresentar o mal sob o seu aspecto vergonhoso para o tornar mais repelente aos ouvintes. Isto é ser psicólogo, saber tirar partido das boas disposições dos auditórios.

Há, porém, um perigo que o pregador não deve perder de vista: o cristão deve envergonhar-se, sim, de praticar o mal, mas não se deve envergonhar de o confessar.

Acautele-se, pois, ao descrever o vergonhoso de tal ou tal pecado, ao desviar os olhos da sua asquerosidade,

ao repetir o *nec nominetur* de São Paulo, não deixe os ouvintes com os lábios fechados para o confessar.

Temor. — Este sentimento brota da alma que encara o mal futuro. "Entre as paixões cristãs poucas há cujo uso deve ser tão frequente como o temor. *Initium sapientiae timor Domini,* diz a Escritura; e na verdade não há princípio mais eficaz para a conversão da alma, que é afinal o em que consiste a verdadeira sabedoria e prudência.

... Oxalá os pregadores se servissem com mais frequência dessa arma poderosíssima. Bem sei que não falta hoje em dia quem deseje vê-la posta de parte como antigualha mais para museu do que para campo de batalha. [36]

Não nos deixemos iludir neste ponto, que é capital. A morte, o inferno, o juízo universal, devem pregar-se hoje como se deviam pregar outrora, porque a verdade é sempre a verdade, não envelhece com o tempo, nem se gasta com o decorrer dos séculos. O pregador que tivesse a cobarde condescendência de deixar no olvido estes assuntos, sob pretexto de que ferem as suscetibilidades contemporâneas, seria um traidor à sua causa e havia de dar contas a Deus de ter defraudado as almas do robusto alimento que ministram essas grandes verdades". [37]

"Muitos julgam que para amar a Deus é mister deixar de o temer. Esses imaginam um cristianismo idílico, um Deus misericordioso até à fraqueza, um como avô sem dignidade nem caráter, a quem um sorriso desarma, de quem se triunfa com uma meiguice". [38]

As tendências afetivas da alma, que acabamos de percorrer, não são as únicas, mas são as principais. Delas se derivam e a elas se podem reduzir todas as outras. E simplificando ainda mais, pode dizer-se que todas as paixões do coração humano radicam em duas tendências fundamentais: *amor* que é inclinação ao *bem* e *ódio* que é aversão ao mal. Mas ainda o ódio se pode reduzir ao

---

[36]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. I, 348-349.
[37]) Id. ibid., p. 352.
[38]) Longhaye, *La prédication, l'auditeur,* ch. III, p. 439.

amor, por não ser o ódio mais que uma consequência psicológica do amor ao próprio *eu*. Não há outro motivo da aversão do homem ao mal senão o não ver nele a sua própria conveniência, senão o amar-se a si próprio.

E aí está como no amor afinal se concentra toda a atividade passional da alma.

§ 3. Disposições do orador para atuar na afetividade dos ouvintes

Quando poderá o orador dominar a psicologia afetiva dos ouvintes de modo que possa exercer neles o influxo racional a que têm direito a verdade e o bem que ele defende? Por outras palavras, que disposições subjetivas deve ele possuir para mover a escala afetiva das almas que o escutam?

A solução não é difícil de encontrar.

A lei da simpatia. — Bem conhecida é a lei da psicologia humana, tão velha como a nossa natureza, a *lei da simpatia* que o poeta Horácio formulou há já dois mil anos: *si vis me flere, dolendum est primum ipsi tibi.* [39]

De fato, o orador que não quiser representar comédia no púlpito tem de primeiro sentir o que quer fazer sentir aos outros. A eloquência sagrada não reconhece sugestão, nem hipnotização que não seja a da verdade racionalmente proposta sem fingimento nem afetação.

Assim como só uma inteligência convencida pode convencer, e só uma vontade persuadida pode persuadir, assim também só uma alma nobremente apaixonada pode apaixonar, só um coração deveras comovido pode comover, só quem estiver inflamado no amor de Deus e do próximo é que pode atear nos outros o mesmo incêndio. A alma dos ouvintes há de vibrar sim, mas a uníssono com a do orador; e enquanto este permanecer insensível não pense em sensibilizar os outros. E' da sua própria alma que há de partir a vibração inicial.

Portanto se a comoção dos ouvintes tem de ser uma repercussão da do orador, é evidente que, enquanto o coração deste permanecer frio e apático, por mais artifí-

[39]) Epist. ad Pisones, De arte poet., V, 101.

cios que ponha em jogo, não conseguirá dar aos outros o que lhe falta a si — *nemo dat quod non habet.*

Conclusão. — O *quero* decisivo que deve brotar da alma racionalmente persuadida tem, em resumo, a seguinte genealogia:

A demonstração plena da verdade, depois de encarnada no elemento sensível da imagem e de sobredourada pelo seu brilho, gera a convicção da inteligência. Essa mesma verdade passa a ser encarada como um verdadeiro bem, e como tal deve solicitar a vontade até se assenhorear dela.

E uma vez que o orador sente a própria alma dominada pela paixão do bem, essas disposições irão espontâneamente repercutir-se na parte afetiva e despertar na própria sensibilidade emoções adequadas.

E' então que o orador, apaixonado até à comoção pelo seu ideal, deve fazer vibrar a uníssono com as suas, as fibras mais sensíveis dos ouvintes, atuando sobre os corações pelo despertar de afetos e valendo-se de toda a sua vitalidade afetiva, misteriosamente transfundida para a alma dos ouvintes, como da última arma que há de completar o triunfo da sua eloquência.

Para isso há de o orador formar-se um coração de apóstolo. Se tem de falar com paixão, para comunicar aos auditórios o fervor do seu coração, é necessário que esse coração esteja saturado do objeto que prega, que seja um coração apaixonado por Jesus Cristo: *Ex abundantia enim cordis os loquitur* (Mt 12, 34).

CAPÍTULO IV

ESPÍRITO DE LABORIOSIDADE

Sejam quais forem as prendas de eloquência com que a natureza tenha dotado o pregador é certo que esses recursos representam apenas valores potenciais que resta desenvolver, educar e atuar.

Mas para isso requer-se o espírito de laboriosidade que só o zelo da glória de Deus e da salvação das almas lhe pode incutir. Não há qualidades nem aptidões que supram absolutamente o dever da preparação oratória, nada que nos possa dispensar do trabalho. Pelo contrário, ainda que não abundem essas aptidões, se há no candidato ao púlpito um empenho consciencioso em não perder ocasião de se instruir, a sua diligência há de render copiosamente.

§ 1. Razões do orador para trabalhar

1. A lei do trabalho. — No estado de inocência paradisíaca não necessitava o homem de trabalhar para viver.

No berço do cristianismo um dos grandes carismas dos pregadores era poderem propagar a verdadeira doutrina sem necessidade de a adquirir prèviamente por um trabalho pessoal, de que a infusão do Espírito Santo os dispensara.

Mas, se depois da queda original o trabalho é uma lei e uma necessidade imposta ao homem, para o pregador a quem Deus confiou a missão de ensinar a todas as gentes, sem lhe infundir a ciência indispensável ao desempenho dessa missão e sem o inspirar imediatamente, o trabalho de se instruir tornou-se uma imperiosa necessidade.

Esta necessidade funda-se no princípio que ninguém ignora: quem quer o fim tem de empregar os meios indispensáveis. — Ora, para alguém se instruir e formar, sempre foi meio impreterível estudar, trabalhar.

Sem dúvida, Deus sempre pode, com a sua intervenção imediata, suprir a ação das causas criadas; mas não é essa a economia ordinária da sua sapientíssima Providência. E ao sacerdote quis Deus formalmente impor o preceito da erudição profissional, *labia sacerdotis custodient scientiam et legem requirent de ore ejus* (Mal 2, 7), preceito para o qual apelou em 1924 Pio XI na carta apostólica aos superiores das Ordens Religiosas (AAS, 1924, p. 137), lembrando ao mesmo tempo a terrível sanção que corrobora esse preceito: *quia tu scientiam repulisti, repellam te, ne sacerdotio fungaris mihi* (Os 4, 6).

Ora, quem preceitua o fim, preceitua também os meios indispensáveis para o conseguir. E o meio indispensável para conseguir a ciência, na ordem atual da Providência, é, repito, o trabalho. Com milagres não se há de contar no que sem eles se pode obter.

Tentaria, portanto, a Deus quem esperasse de braços cruzados infusão miraculosa da doutrina que necessita de conhecer e da arte que necessita de exercer. E são pelo menos temerários os que fiados numa natural loquacidade, geralmente ôca de idéias, se julgam, só por isso, privilegiadamente dotados e ousam subir ao púlpito, como se a toda hora os inspirasse o espírito da eloquência.

Também essa temeridade não escapou à censura da S. C. dos Bispos e Regulares: *E' coisa evidente, e demonstrada pela experiência de cada dia, que em vão se esperaria uma pregação sólida, ordenada e frutuosa da parte daqueles que não se enriqueceram primeiro com estudos sérios, principalmente sagrados; e que, fiados numa certa facilidade natural de palavra, sobem temeràriamente ao púlpito com pouca ou nenhuma preparação.* [1]

2. Critério da Igreja. — Ainda para uma simples catequese recomenda Pio X aos sacerdotes a prévia e imediata preparação: *illud assidue commendetis et urgeatis ne*

---

[1]) Epist. S. C. EE. et RR. de praed. n. I.

imparati catechesis praeceptiones habeant, sed diligenti prius adhibita praeparatione. [2]

Que diremos, pois, de qualquer pregação que desde o púlpito haja de ser feita, *digne, competenter et fructuose?* Quem descura a preparação do seu ministério sagrado, ou espera condigno desempenho dele, ou não. — No primeiro caso tenta a Deus; no segundo, ludibria e faz injúria aos seus ouvintes.

Já atrás referimos idênticas recomendações para a pregação a adultos nas *Normae pro sacra praedicatione.*

3. Duplo estímulo. — O *primeiro* é o exemplo que nos dão os filhos deste século, sempre mais prudentes que os filhos da luz. Quanta atividade intelectual se desenvolve à volta de nós, quanta energia consumida num estudo de especialidade, numa investigação histórica, numa descoberta científica; quantos anos de paciente labor, quantas bibliotecas consultadas, quantos arquivos revolvidos, quantos laboratórios em constante atividade, quantas obras, quantos artigos publicados, quantos trabalhos científicos em perpétua elaboração! *Et illi quidem ut corruptibilem coronam accipiant* (1 Cor 9, 25). Quantos sacrifícios de tempo, de passatempos, de energias, de dinheiro e vidas!

E qual é o móbil de tanta e tão variada laboriosidade? Quem sabe? Um mesquinho interesse, uma vaidade, uma afeição à ciência, e quantas vezes um afã insensato de descobrir nas forjas da ciência novas armas com que apunhalar a verdade.

O *segundo* estímulo é o exemplo de oradores geniais, que, nem por serem dotados de excepcional facúndia, se pouparam ao trabalho insano duma sólida formação oratória. Para não falar agora dos Santos Padres, para não falar dos astros da oratória profana, como Demóstenes e Marco Túlio, incansáveis até ao sacrifício no trabalho da sua formação, basta apontar aqui para o príncipe da nossa eloquência, o Pe. Antônio Vieira. Apesar da sua inteligência tão pronta, tão lúcida e tão penetrante, toda a sua vida foi de trabalho e de estudo. *Não se fartava de ler, não se fartava de investigar, e de*

[2]) Enc. *Acerbo nimis.*

adquirir novos conhecimentos.[3] O seu entendimento era *um arquivo universal de toda a erudição.*[4] Graças aos seus raros dotes de inteligência e sobretudo à tenacidade do trabalho, pôde escrever dele Barbosa Machado: *Em todas as ciências foi eminente, sendo insigne humanista, consumado retórico, elegante poeta, sutil filósofo, profundo teólogo, sublime escriturário, grande cronólogo e completamente versado na história sagrada e profana.*[5]

§ 2. Como se deve preparar

I. *Preparação remota*

1. O aperfeiçoamento da língua. — A língua, quero dizer, a dicção, a frase, é a roupagem com que tem de se vestir o próprio pensamento e sem o qual é moralmente impossível exteriorizá-lo e comunicá-lo a outrem.

Tratando-se da palavra de Deus é óbvio que essa roupagem tem de ser digna. Ao anunciar os divinos mistérios, ao exercer o múnus de arauto de Deus, o orador tem de falar a linguagem de Deus que se acomoda, sim, às inteligências humanas, mas não se rebaixa a incorreções e desalinhos indignos da sua infinita sabedoria.

O pregador deve, pois, possuir uma linguagem cultivada, própria de homens ilustrados, e por isso, antes de tudo, gramaticalmente correta, banindo de seus lábios vocábulos e construções de frases não genuìnamente portuguesas. Deve ter também uma linguagem expedita. Doutro modo estará constantemente a tatear a palavra que há de exprimir o pensamento e que, ou não se chega a encontrar, ou só ocorre depois de várias tentativas infelizes, pondo em constante vibração o nervosismo dos ouvintes.

O pregador que não adquiriu uma relativa prontidão de expressão, estará com frequência a amontoar vocábulos, uns para corrigirem os outros: começará dum modo uma frase para acabar de a construir de modo diferente.

---

[3]) André de Barros, *Vida do Apostólico Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus* (Lisboa 1746), l. V, p. 384.
[4]) Ib., p. 386.
[5]) Biblioteca Lusitana. — Lisboa 1752.

O estudo, pois, o exercício constante da linguagem é uma necessidade impreterível, sobretudo para o improvisador. Privando-se deste elemento essencial de cultura, expõe-se a humilhar a palavra de Deus e a desacreditar o seu ministério. O cultivo do estilo oratório deve ser um dos principais esforços do orador, e não julgue que com os estudos humanísticos do Seminário, fica logo consumado estilista.

2. O tirocínio da retórica, ou seja o estudo do preceituário, trabalho que se supõe em quem enceta o curso da eloquência sagrada.

O pregador deve conhecer as regras experimentalmente observadas nos grandes mestres da palavra, como eficazes para a persuasão em qualquer gênero de eloquência.

Persuada-se que estudar as regras da eloquência sagrada não é, como muitos julgam, criar dificuldades ao Espírito Santo.

3. Leitura dos bons oradores. — Os preceitos da arte hão de ver-se confirmados nos mestres que melhor entenderam a essência e o espírito da pregação e que nela se distinguiram. Nessa leitura atenda-se aos seguintes conselhos:

a) a vantagem não está em ler muito, mas em ler com reflexão e com critério selecionador, familiarizando-se com os melhores modelos da oratória clássica;

b) tomem-se alguns modelos mais notáveis em cada gênero concionatório, como matéria de análise mais minuciosa;

c) não se atenda tanto a reunir material de futuras pregações, quanto a conhecer os métodos de exposição, de demonstração, de desenvolvimento adotados pelos mestres mais insignes. *Prae manibus habeant et gustent exemplaria insignia quae in omni concionum genere Sancti Patres reliquerunt.* [6]

Também não é para desaconselhar que se tome como modelo um autor, mais acomodado ao próprio caráter,

---

[6]) *Normae pro sacra praedicatione,* nº 35.

contanto que não se prenda a ele por uma imitação servil. De São Cipriano sabemos que o autor favorito das suas leituras era Tertuliano. A mesma predileção teve Bossuet ao princípio, voltando-se depois definitivamente para Santo Agostinho.

4. Audição dos bons pregadores. — Ouvir pregadores que exercitam a arte com mestria e verdadeiro espírito apostólico pode render mais do que muitas preleções de eloquência teórica. Contanto que se evite cuidadosamente o perigo que acenamos referindo-nos à leitura, perigo neste caso mais real para quem vai ouvir um pregador com intuitos de aprender. Esse perigo está em tomá-lo não como mestre, mas como modelo, caindo insensìvelmente numa imitação servil que reproduz mìmicamente como um espelho o que não era para imitar, mas só para instruir.

5. Exercícios práticos. — São de suma utilidade e devem ser orais e escritos. Eles hão de ir adestrando e amestrando em diversos gêneros de pregação o aspirante ao púlpito.

As *Normae pro sacra praedicatione* preceituam estes exercícios nos Seminários e mandam que se continuem depois da ordenação, ficando a cargo dos Prelados regular esta aprendizagem pelo exercício gradual e progressivo de ministérios concionatórios, que devem assinalar-se aos novéis pregadores.

O valor e o fruto destes exercícios, porém, deve ser resultado de esforço rigorosamente pessoal, dirigido embora por um mestre, esforço de concentração que deve tender não a exaurir, mas a dominar as matérias, a relacioná-las entre si, a coordená-las em largos planos. E' este um trabalho post-escolar, produto dum espírito que pensa por si, que se faz mestre de si mesmo, digere e assimila o que recolhe.

6. O aprovisionamento de idéias.

A) *Sua utilidade.* — De transcendental utilidade é entesourar elementos, fazer provisão de material predicável. E' a recomendação de todos os mestres. *Infunde ut*

effundas, diz São Bernardo. Antes de espalhar é necessário recolher.

Imprevidência imperdoável é a dos pregadores que só se lembram de recolher um apontamento quando imediatamente têm de o utilizar num sermão. E os que são dotados duma alma vibrante, duma imaginação viva e criadora, necessitam mais ainda de fazer provisões de doutrina. E' que de outro modo expõem-se a ser vítimas de seus próprios recursos e a deixarem-se iludir pela aparência de seus triunfos, como se a forma pudesse criar a matéria.

Esta indústria previdente enriquece a inteligência com um fecundo potencial de doutrina, que, sendo ordenada e metòdicamente arquivada, é sempre atuável por uma rápida reassimilação. E sem esta previdência, o orador convidado para tratar assuntos com que não esteja familiarizado, ver-se-á na alternativa ou de fazer pregações doutrinalmente ocas, ou de as alijar com esta desculpa infeliz: não é essa a minha *especialidade.*

B) *Fontes e modo de aprovisionamento.* — As fontes do material que se vai arquivando, tanto pode ser o que se lê, como o que se ouve ou observa, como o que a cada um ocorre no silêncio de uma especulação ou de uma meditação. O essencial é ir anotando o que mais fere o nosso espírito pela oportunidade que tenha ou possa vir a ter no ministério da pregação.

A não ser que se trate de arquivar citações, as notas que se tomarem não devem ser transcrições feitas literalmente. Deve-se antes assimilar o pensamento lido, dar-lhe uma nova forma, uma elaboração oratória, trabalho que terá a vantagem de nos sugerir algum novo aspecto da idéia, talvez mais útil, e certamente mais pessoal, mais nosso.

Quanto ao modo de redigir ou de compendiar as anotações, de as ordenar e catalogar, leia-se qualquer bom tratado de metodologia.

II. *Preparação próxima*

A oração tem de ser a escada do púlpito.

Quoniam sancta sancte tractanda sunt, nemo praedicationem suscipiat quin digne ac proxime se praeparaverit studio simul et oratione, é a recomendação já citada da Sagrada Congregação. E' o elemento divino — a oração — do qual não pode prescindir ministério tão divino como é o da pregação evangélica.

Antes de subir ao púlpito, faz a Igreja ajoelhar diante do Pai das luzes o seu pregador, fá-lo invocar a presença do Senhor em seu coração e em seus lábios, para poder *digne et competenter* anunciar o seu Evangelho.

Por quê? Porque o pregador, por muito fecundo que seja, abandonado a suas próprias forças, não passará dum pobre tartamudo da divina palavra; por mui agigantada que seja a sua eloquência, diante dos divinos mistérios ficará reduzido ao estado infantil de balbuciante que se vê na necessidade de prorromper no mesmo grito de socorro de Jeremias: A, a, a, *Domine Deus, ecce nescio loqui, quia puer ego sum* (Jer 1, 6). Mas com a oração até as línguas infantis se tornam eloquentes por virtude daquele *qui linguas infantium fecit disertas* (Sab 10, 21).

A oração precedeu a descida do Espírito Santo sobre os primeiros pregadores reunidos no Cenáculo com a Mãe da divina graça. Se a oração recolhida e devota preceder a pregação da divina palavra, também o pregador, que perpetua a missão dos Apóstolos, sentirá o Espírito Santo descer à sua alma para o esclarecer e acalorar, dispondo-o ao competente e frutuoso exercício de seu ministério.

Recomenda São Francisco de Sales[7] que se a consciência redarguir de culpa grave ao pregador, acuda ele antes de pregar ao tribunal da penitência para não trazer sobre si a exprobração divina expressa pelo Salmista: *peccatori autem dicit Deus: quare tu enarras praecepta mea et habes in ore tuo foedus meum* (Sl 49, 16).

---

[7]) Traité de la prédication, c. 1.

E de fato não suplicamos nós no augusto sacrifício a purificação da consciência como requisito à Evangelização: *Munda cor meum... ut sanctum Evangelium tuum digne valeam nuntiare?*

O sermão mais eloquente e mais frutuoso será aquele que antes de ser pronunciado no púlpito, é estudado a sós com Deus, no recolhimento da meditação. E essa indústria não parecerá supérflua a quem tem consciência de pregar a almas remidas com o sangue de Jesus Cristo, digna portanto cada uma delas de todos os sacrifícios e até da própria vida do pregador. Não suba, pois, ao púlpito senão pelos degraus da oração, se quer descer dele para colher os frutos do seu zelo.

CAPITULO V

HABILITAÇÃO SOBRENATURAL DO PREGADOR

O HOMEM DE DEUS

Como vimos atrás, sem probidade é estéril a eloquência mesmo do orador profano, sobretudo se essa falta de probidade atinge aspectos da sua vida que mais se relacionam com a matéria do discurso.

Que dizer, então, do orador sagrado? Se à sua missão essencialmente pertence apartar do vício e induzir à prática das virtudes cristãs os que o escutam, é óbvio que o pregador tem de aparecer aureolado com o brilho da virtude e da santidade, tem de ser *homem de Deus.*

Homem de Deus, "homo Dei" é o epíteto com que antigamente se designava o profeta (4 Reis 1, 10) e com que São Paulo se dirigia a Timóteo, seu discípulo: *Tu autem, o homo Dei...* (1 Tim 4, 11). Homem de Deus deve ser também o primeiro predicado do orador cristão, sem o qual não corresponderá às intenções de quem o enviou.

Diz a este propósito o autor do *Vieira-Pregador* [1]:

"O fundamento da obra grandiosa da pregação evangélica descansa sobre a aliança inefável dessas duas naturezas numa só pessoa, ou, por outra, o ideal do pregador é o Homem-Deus. E se é certo, como no-lo afirma São Paulo, que não há predestinação sobrenatural sem conformidade do predestinado com a imagem do Filho de Deus, como pode na intenção de Jesus Cristo ser um homem predestinado para o ministério da pregação sem copiar em si, quanto é possível à limitação da natureza, o duplo elemento que constituiu em Jesus Cristo o ideal dos pregadores? Não há dúvida que o Homem-Deus foi um só; mas se cada pregador não pode ser um homem-Deus, pode ao menos ser um homem de Deus".

---

[1]) Vol. I, p. 10.

"Sem dúvida, é necessário que no pregador se revele o homem com aquela vibração autêntica da alma, que a natureza dá; mas é mais necessário ainda, que no pregador se esteja sentindo Deus a penetrar e dominar o homem".

Só assim é que o pregador cristão honrará o seu ministério, à imitação do pregador das gentes *ministerium meum honorificabo* (Rom 11, 13), tornando-se prodigioso instrumento de salvação.

Ser *homem de Deus* é combater decididamente pela causa de Deus contra todas as maquinações dos homens e do inferno: *Tu autem, o homo Dei... certa bonum certamen* (1 Tim 6, 11-12); é trabalhar na dilatação do reino de Deus; é sacrificar-se pela sua glória e pela salvação das almas, sem correr atrás do aplauso, nem se mover pela cobiça *neque enim aliquando fuimus in sermone adulationis, sicut scitis, neque in occasione avaritiae, Deus testis est* (1 Tim 2, 5).

Ser *homem de Deus* é viver com a mágoa no coração pelos muitos que se perdem *veritatem dico, non mentior... quoniam tristitia mihi est et continuus dolor cordi meo. Optabam enim ego ipse anathema esse a Christo pro fratribus meis* (Rom 9, 1-3).

Ser *homem de Deus* é verberar, sem covardes transigências, o erro e as violações da lei divina. E' falar do púlpito *sicut ex Deo et coram Deo* (2 Cor 2, 17), como enviado de Deus e como tendo a Deus por ouvinte, não vendendo por doutrinas evangélicas teorias humanas, mas ensinando e inculcando sem misturas estranhas a palavra de Deus *non adulterantes verbum Dei, sed ex sinceritate* (2 Cor 2, 17).

Ser *homem de Deus* é resplandecer aos olhos dos fiéis por uma vida imaculada, pela piedade, pelo zelo da fé, pela caridade, pela paciência e mansidão. *Tu autem, o homo Dei, haec fuge: sectare vero justitiam, pietatem, fidem, caritatem, patientiam, mansuetudinem* (1 Tim 6, 11).

Numa palavra, o *homem de Deus* é o homem de tal modo possuído do espírito de Deus, que em todas as suas obras transpareça algum reflexo de Deus.

Consideremos nos três seguintes parágrafos os traços fisionômicos que mais o caracterizam.

ART. 1. SANTIDADE E PUREZA DE VIDA

§ 1. Sua necessidade

A santidade e pureza da vida, por um lado exige-a do pregador a dignidade da sua missão, e o reto desempenho dela; e por outro confirma-a a história da pregação sagrada do Antigo e do Novo Testamento, bem como a autoridade da Igreja.

I. *A dignidade da sua missão*

E qual é ela? A dignidade de qualquer missão mede-se pela sua origem e pela sua essência. Ora,

1. A origem do ministério da pregação é a própria divindade: *Apostolus non ab hominibus, neque per hominem, sed per Jesum Christum et Deum Patrem* (Gál 1, 1), *Ecce ego mitto vos* (Lc 10, 3), *Ego elegi vos et posui vos ut eatis...* (Jo 15, 16).

2. A essência do mesmo ministério está em sermos dispensadores dos mistérios de Deus (1 Cor 4, 1), legados de Cristo junto dos homens (2 Cor 5, 20) e colaboradores seus na evangelização do mundo (2 Tim 1, 8).

Por isso com santa ufania pôde um apóstolo dizer um dia aos seus ouvintes: *Quem converteu este gentio? Deus e eu: Deus com a sua graça e eu com a minha doutrina. Deus entra nesta obra com a sua parte e eu com a minha.*[2] Sublime solidariedade a que associa o homem a Deus! E quem não vê então a santidade e pureza de vida que ela está exigindo?

II. *O reto desempenho da mesma missão*

Se o pregador não é duma virtude exemplar, a doutrina que ele prega sugere espontâneamente aos ouvintes este dilema: ou essa doutrina se pode praticar ou não. Se não pode, por que no-la vens pregar? Se pode, por que não a praticas tu primeiro?

O pregador de mau exemplo não terá resposta para este dilema. O mau exemplo é um adversário invencível;

---

[2]) Vieira, Sermões, t. V, p. 356.

esse adversário desmorona o edifício que a palavra do orador procura levantar. Se a sua vida só respira mundanidade, vaidade, comodismo, ambição, é impossível que na alma dos ouvintes possa implantar o amor à virtude, a humildade, a mortificação cristã. E' uma utopia querer impedir no ânimo dos ouvintes o paralelo tácito entre a vida e a doutrina do pregador. Seria não penetrar o fundo da psicologia humana.

Por isso o pregador mau será fatalmente mau pregador. Tenha as qualidades que tiver: elocução fácil e brilhante, linguagem esmerada, erudição e mais erudição, seja enfim o gênio da eloquência. Dá mau exemplo? E' péssimo pregador. Por quê?

1. Porque esse pregador, di-lo a experiência, esquivar-se-á a pregar a palavra de Deus como é e deve ser pregada. A sua frialdade de espírito e falta de zelo já o levam a essa atitude; mas é sobretudo o receio de remoques que prudentemente lha impõem.

De fato, como poderá o pregador de má vida insurgir-se contra o pecado, se com razão teme que do seio do auditório ressuscite a voz de Natã: *tu es ille vir?* (2 Reis 12, 7).

O remédio será deixar o pecado e mais o pecador em paz. Já é dano grave para as almas, porque os ouvintes ficam na mesma: não vêem a necessidade de ser melhores.

2. Porque, mesmo que esse pregador se empenhe em inculcar a boa doutrina, não o conseguirá. Ela será rejeitada só por se saber que quem prega não a segue. E essa repugnância fecha o coração dos ouvintes; debalde entrarão pelos ouvidos as palavras. O entusiasmo das palavras, desmentido pela indiferença das obras, só provocará ditérios em desdouro do pregador, do clero em geral e da mesma doutrina: *Dogma tum sordet cum te tua culpa remordet.*

Assim se verifica o que bem notou o Anjo das Escolas: *Si doctrina est bona et praedicator malus, ipse est occasio blasphemiae Dei.*

3. Porque com a própria pregação desalenta os ouvintes em vez de os estimular ao bem. E por isso diz São João Crisóstomo: *Utilius foret tacere.* [3]

E' que um tal pregador propõe a virtude como se fosse impossível. E este é o raciocínio que farão os ouvintes: Se tu mesmo, que tanto a encareces, não a podes praticar, maior desculpa terei eu.

Uma objeção. — Com a má vida nem sempre anda aliado o escândalo.

Resposta. — E' certo: as desordens da vida podem conter-se na sombra, embora aos ministros do Evangelho, seja isso mais difícil. Mas o que já se não pode evitar é que essas desordens, mesmo sem a publicidade escandalosa, viciem a eloquência do pregador. Esse ministro do Evangelho há de ter consciência de ser discípulo espúrio da escola de Jesus Cristo, o Pregador divino *potens in opere et sermone* (Lc 24, 19). E então de duas uma: ou a consciência cala ou remorde:

Se *cala,* se não dá sinal de vida, com que direito brada ele para despertar consciências alheias? E como não desperta a sua com os próprios brados? E' o sal desvirtuado, que *ad nihilum valet ultra* (Mt 5, 13). E' a consciência petrificada e insensível, sinal de que não há ali *persuasão.* E se a não há, também a não pode comunicar.

Se *remorde,* menos mal. Mas... aflitiva situação a sua!

Dir-lhe-á essa consciência: por que não te abalam a ti os brados que diriges aos outros? Que se acautelem os outros do inferno e tu precipitas-te nele! Deus é teu ouvinte; escuta as tuas pregações, segue os concludentes raciocínios que teces em seu nome, para te dizer: *De ore tuo te judico* (Lc 19, 22). A tua sentença pronuncia-la tu mesmo. E' o que faz, quem, esquecendo as próprias obrigações, intima aos outros o dever de cumprirem as suas.

Ajuizado é o pregador que se acautela não venha a pertencer ao número dos réprobos depois de passar a

---

[3]) In Act., c. XIV, hom. 30.

vida pregando a salvação dos outros. *Ne forte cum aliis praedicaverim, ipse reprobus efficiar* (1 Cor 9, 27).

Concluindo: Qual pregador, tal pregação.

Pelo simples fato da desarmonia entre o viver e o pregar, a eficácia persuasiva há de murchar nos lábios do pregador. A expressão de zelo é menos sincera, menos viva, menos insinuante. Há nela o que quer que seja de contrafeito e de violento. Falta o que quer que seja de suave e dominador. Falta a sinceridade diáfana onde transluz e encanta a virtude de uma alma reta e boa. Falta tudo, afinal, porque falta aquela branda, viva e insubstituível graça e amor de Deus, sem o qual não existe o verdadeiro zelo. Tem-se a impressão de que não é Deus que fala por seus lábios, porque Deus retirou-se. Por isso não se verifica nele a promessa de Cristo aos pregadores e aos ouvintes *qui vos audit me audit* (Lc 10, 16).

E' impossível, pois, que o pregador mau não seja mau pregador, porque lhe há de faltar a sinceridade do entusiasmo necessária para que seja eficaz a pregação. E uma vez que falta a persuasão e o sentimento, é impossível que fale com fervor, sobretudo quando é mister mover e repreender. Seria pregar contra si mesmo.

Só o coração é capaz de eletrizar corações. E como poderá comunicar vida e calor um coração frio e morto?

III. *A história da pregação*

1. Pelo critério da Sagrada Escritura. — No *Antigo Testamento* Isaías (6, 5) lamentava-se de não ter os lábios bastante puros para desempenhar a sua missão de profeta-pregador; e só depois que um Serafim lhos purificou com o fogo sagrado do altar é que ele se sentiu animado a pregar. E porque Deus destinava o profeta Jeremias a verberar pela pregação os pecados do seu povo, por isso o santificou antes de nascer.

No *Novo Testamento,* o próprio Jesus Cristo antes de pregar a santidade do seu Evangelho *coepit facere* (At 1, 1), começa a exercitá-la e prepara-se com uma quarentena de oração e de penitência.

De outros pregadores, feitos no decorrer dos séculos eco do Pregador divino, não há por que insistir. A Santa Igreja tem tido pregadores santos, muitos deles canonizados, e tem tido também pregadores tíbios. E por demais sabemos nós qual destas duas classes via depois da pregação os ouvintes ajoelhados a seus pés, feitos penitentes sinceros e modelos de vida cristã, e qual se via reduzida à triste condição de *cymbalum tinniens*.

2. Pelo critério da Igreja. — Os Apóstolos, recebidas as credenciais de embaixadores do Homem-Deus junto dos homens, e investidos na missão de ensinar todos os povos, não se julgam habilitados a desempenhar tão sublime missão, sem primeiro receberem a plenitude do Espírito Santo que os santifica, ilumina e confirma em graça.

O pregador das gentes propõe a sua vida como exemplo e confirmação da doutrina que anunciava: *Imitatores mei estote sicut et ego Christi* (1 Cor 4, 16), entendendo que sem esse exemplo seria vã toda a sua pregação. *Si linguis hominum loquar, et angelorum, charitatem autem non habeam, factus sum velut aes sonans aut cymbalum tinniens* (1 Cor 13, 1).

Na celebração da Missa manda a Igreja que o sacerdote peça ao Senhor lhe purifique os lábios e o coração para anunciar dignamente o Evangelho.

Finalmente a Sagrada Congregação Consistorial não se cansa de inculcar a santidade de vida, como indispensável ao pregador: *"Os Ordinários,* onerada gravemente a sua consciência, *a ninguém concederão licença de pregar, sem que primeiro lhes conste da piedade, ciência e habilitação do pregador".* [4]

"Assim como os Ordinários quando autorizam para confessar têm estritíssima obrigação de averiguar a idoneidade do requerente; assim a têm quando concedem licença de pregar. E fora grave culpa *confiar este importante ministério a sacerdote indigno pelo seu viver, ou incapaz por deficiência de doutrina".* [5]

---

[4]) Normae pro sacra praedicatione, c. I, nº 10.
[5]) Ibid., c. II, nº 13.

"O Ordinário, havendo-se informado da competência doutrinal, inquira não menos, senão antes mais, se o candidato é digno, pela sua piedade, honestos costumes e reputação pública, de evangelizar a palavra de Deus". [6]

"Cumpre da mesma sorte seja proibido de pregar, ao menos ad tempus *e em lugar determinado, todo aquele que, ou em razão do seu procedimento, ou por causa, embora não culpável, tenha perdido o bom nome a ponto de o seu ministério se tornar inútil ou prejudicial".* [7]

"Esteja sempre na lembrança do pregador aquilo que segundo a doutrina do Evangelho e dos Apóstolos, e segundo o exemplo dos Santos inculcava São Jerônimo a Nepociano: As tuas obras não envergonhem a tua palavra, não aconteça que ao ouvir-te na igreja alguém te replique de si para si: dizes, mas não praticas". [8]

Aos pregadores da Quaresma de 1926 dizia Pio XI: *O pregador deve fazer da santidade de vida uma doutrina que fale e da doutrina falada um exemplo vivo".* E' que *"a definição do pregador é a vida e o exemplo"*, dizia no seu imortal sermão da Sexagésima a águia da nossa eloquência [9], de quem escreveu André de Barros, seu biógrafo, que *ser todo de Deus e querer que os outros o fossem também, era a preocupação dominante do seu espírito.* [10]

§ 2. Sua eficácia

1. Ajuda a penetrar as verdades sobrenaturais. — Se a vida viciosa obscurece a inteligência, dificultando-lhe já a penetração das ciências humanas, com maior razão exercerá o vício sua nefasta influência no entendimento que aspira à contemplação das verdades divinas. Fitar os fulgores da divindade é privilégio reservado aos limpos de coração.

O orador cristão necessita de ser habitualmente iluminado pelo Espírito Santo, porque não há doutrina mais elevada do que a que ele tem de ensinar do alto do púlpito.

---

[6]) Ibid., c. II, nº 14.
[7]) Ibid., c. IV, nº 31.
[8]) Ibid., c. III, nº 28.
[9]) Vieira, Sermões, t. I, p. 11.
[10]) André de Barros, obra cit.

Por outro lado, dos sete dons do Espírito Santo, quatro são destinados a aperfeiçoar as nossas faculdades cognoscitivas e o seu reto funcionamento: O dom do *entendimento* tem por fim facilitar a penetração das verdades reveladas. A *ciência* e a *sabedoria* ajudam a acertar no juízo das coisas divinas e humanas e oferecem-nos o critério sobrenatural para discernirmos a natureza da graça, o humano do divino, o bem do mal, o espiritual do material, as inspirações divinas das diabólicas. O *conselho* é o dom divino que nos ensina a aplicar estas mesmas luzes e conhecimentos aos casos e circunstâncias particulares da nossa vida.

E', pois, fora de toda dúvida, que só o pregador exemplarmente virtuoso e copiosamente dotado destes carismas do Divino Espírito possuirá a facilidade sobrenatural de penetrar, até onde são penetráveis, os divinos mistérios. E' que, — comprova-o a experiência — Deus compraz-se em comunicar as suas inspirações e luzes de predileção às almas que d'Ele mais se aproximam pela santidade de vida e pureza de coração.

2. Autoriza a pregação. — A pregação do Homem-Deus era fecunda porque era uma pregação autorizada. O Pregador divino falava *quasi potestatem habens* (Mc 1, 22). Essa autoridade porém conferia-Lha, não a divindade que n'Ele habitava em toda a sua plenitude, — ela mantinha-se eclipsada, — mas sim aquela auréola de santidade que o circundava e com a qual Ele podia lançar ao mundo este desafio: *Quis ex vobis arguet me de peccato?* (Jo 8, 46).

A pregação dos que perpetuam a sua missão na terra necessita de ser também autorizada. Só a autorizará o prestígio do pregador. Esse prestígio porém constitui-o a ciência, sim, mas antes de tudo, a santidade de vida. A ciência causará admiração, mas a santidade desperta simpatia e veneração que arrastam à imitação.

O pregador de virtude exemplar apresenta uma fisionomia sobrenatural que debalde se esforçará por imitar quem o não é: essa fisionomia é o que lhe confere um ascendente moral que faz ouvir através da sua palavra,

a voz de Deus. Vive num mundo sobrenatural muito levantado acima da terra; e quando desce a falar com os homens — novo Moisés ao baixar do Sinai — traz na fronte sinais indeléveis de convivência divina.

A virtude confere-lhe um poder de afirmação que é já meio triunfo da sua eloquência. A consciência de não desmentir por obras a sua pregação é o segredo desse extraordinário poder. Ao pregador virtuoso não exigem os ouvintes, para se convencerem, grandes arrazoados, porque *vita bona, syllogismus bonus,* diz São João Crisóstomo.

3. Forma o pregador. — O conhecimento duma pessoa pelo que dela se ouve e o que se adquire na convivência íntima com ela são geralmente muito distintos. Mui diversamente falam duma arte quem só conhece a teoria e quem a exercita.

Não admira, pois, que quem trata familiarmente com Deus na oração fale d'Ele e das coisas divinas com o calor e eloquência que desconhece quem julga poder prescindir da oração. Não admira também que, quem exercita a virtude e mortifica as próprias paixões, quem vive num ambiente de santidade sacerdotal, ensine com maior proficiência os caminhos de perfeição cristã.

E aí está como cada passo na vida de santidade é um avanço na arte de pregar; e como o pregador santo é um pregador experimentado. A experiência adquirida na santificação pessoal forma-o admiràvelmente na arte de santificar pela palavra.

ART. 2. ELEVAÇÃO DE IDEAIS

Sem elevação de ideais não pode haver no mundo grandes empreendimentos. Quem quiser lançar ombros a uma empresa de grande alcance tem de se sentir movido por nobres ambições, tem de experimentar a paixão do ideal que arrasta ao heroísmo.

Triste orador o que não tem ideal levantado acima dos pobres horizontes humanos.

E que obra de maior alcance se pode imaginar do que o *opus Dei divinissimum,* a obra por excelência de

Deus, que é salvar almas de sociedade com o homem? Para esse cometimento é necessário que os seus empreendedores se sintam apaixonados pelo ideal divino de ganhar almas para Cristo; ideal que supõe um duplo amor: amor a Cristo, Rei das almas; amor às almas, preço do sangue de Cristo.

§ 1. Amor a Jesus Cristo

I. *Razões deste amor*

1. Natureza da eloquência. — A verdadeira eloquência deve satisfazer as exigências das nossas faculdades, exigências de verdade, de beleza e de bem.

Jesus Cristo é o objeto por excelência que responde cabalmente a estas exigências. Ele é por essência a luz, a verdade, a bondade, a própria beleza incriada.

Mas se o orador deve levar os seus auditórios a amar o ideal divino de toda a verdade, de toda a formosura, de todo o bem, aplicando as regras já expostas, tem de sentir antes em si os afetos que quer despertar nos outros. Por outras palavras, Jesus Cristo há de ser a grande paixão do pregador.

Esta paixão, na qual está o grande segredo da eloquência sagrada, é inspirada pelo Espírito Santo, apodera-se do orador sagrado, penetra até às profundidades do seu ser, exalta todas as outras paixões e dá à sua eloquência o triunfo dos corações. E sem ela ninguém será pregador, ninguém chegará a ser rei das almas.

2. Objeto da pregação. — Sendo o objeto por antonomásia da pregação, como depois se verá, a pessoa augusta de Jesus Cristo, e tudo o que com Ele se relaciona: a sua doutrina e a sua imitação, e devendo o pregador amar apaixonadamente o objeto da sua eloquência, é óbvio que tem de amar a Jesus Cristo. E se o não ama, não suba ao púlpito, pois sem a caridade de Cristo será tão artista da palavra e tão pensador quanto se queira; o que não será é verdadeiro pregador.

3. O caráter do pregador. — Legado de Cristo, cujos interesses defende e promove, e representante oficial seu,

como poderá o pregador desempenhar dignamente a sua legação, se não ama Aquele a quem representa e de cuja autoridade se acha revestido? Amor e mais amor é o que exige Cristo de Pedro ao confiar-lhe o seu rebanho (Jo 21, 15-17); sem esse amor seria um mercenário, um ladrão, jamais um pastor (Jo 10, 1, 12-13).

4. Uma dupla síntese. — Se por um lado o amor é a síntese e o centro de toda a vida afetiva no qual se vão radicar, como atrás se viu, todos os afetos do coração humano, por outro lado, Jesus Cristo é o centro e a síntese augusta de tudo quanto há de amável.

Rei e centro de todos os corações, tudo o reconhece como centro e ponto culminante da história do mundo. Viva recapitulação humano-divina, no dizer de São Paulo, de todo o celeste e de todo o terrestre (Ef 1, 10), os teólogos fazem-no entrar no concerto da criação, como síntese inefável do finito e do infinito, manifestando o ritmo de uma harmonia sublime que brota do seio da divindade e a ela retorna.

Amá-l'O, pois, é amar n'Ele tudo o que há de amável, e em tudo o que é amável; amá-l'O a Ele é amar a Deus e as suas obras: a Igreja, os Sacramentos, tudo o que O representa e reflete. Amá-l'O é odiar o que Deus odeia e o que O ofende — o pecado; é temer e fugir de tudo o que d'Ele nos pode separar; é esperar e desejar como co-herdeiros de Cristo o patrimônio da glória.

5. O critério da Igreja. — Já São Paulo, que se gloriava de não possuir outra eloquência mais que a de Jesus Cristo crucificado (1 Cor 1, 23), declarava anátema quem o não amasse (1 Cor 16, 22). E Leão XIII, pela Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, proíbe se confie a missão de pregar a quem não ame o Salvador, *caveant (episcopi) hujusmodi adeo sanctum ministerium ulli concredere qui nec sincera christiana pietate praeditus, nec fervido in Dominum N. I. Christum amore incensus sit, quo aliud profecto non esset orator, nisi aut aes sonans aut cymbalum tinniens* (1 Cor 13, 1).[11]

[11]) De praedicatione, Circular cit., 1.

II. *Como ateará este amor em si o pregador*

O processo psicológico para incendiar no amor de Jesus Cristo o próprio coração, deixou-o lacônica mas profundamente indicado Santo Inácio de Loiola, no seu livro de *Exercícios Espirituais*. O terceiro preâmbulo de todas as meditações da 2ª semana consiste em *pedir conhecimento interno do Senhor que por mim se fez homem para que mais O ame, e O siga.*

Não há dúvida: só se imita o que se ama, só se ama o que se conhece. Tratando-se do Sumo Bem, não se pode ficar em simples conhecimento, mas há de passar-se necessàriamente ao amor. E como o Sumo Bem é o protótipo, a causa exemplar e infinitamente amável de toda a perfeição, também o amor não pode ficar inativo e moverá necessàriamente o amante a assemelhar-se ao amado.

Aí tem, pois, o pregador o caminho para chegar ao amor de Jesus Cristo: procure conhecê-l'O por meio do estudo e da meditação assídua. O amor será uma consequência natural do conhecimento e proporcional a ele; e por sua vez há de atear-lhe na alma o desejo de O imitar. Mas como dessa imitação nascerá novo amor ao divino modelo e desse amor o desejo de conhecer sempre mais e melhor o objeto amado, o pregador pode chegar a atear em sua alma verdadeiros incêndios da caridade de Cristo, que o levem a uma transformação divinizante, de modo que já não seja ele quem vive e prega, mas Cristo quem vive e prega nele.

§ 2. Zelo das almas

1. O zelo, fruto do amor a Cristo.

Qui non zelat non amat, diz Santo Agostinho. E de fato, se o pregador não tem a nobre ambição de salvar as almas, como poderá amar a Jesus Cristo? ou por outras palavras, como pode amar a Jesus, sem amar o preço do seu sangue e da sua vida, que são as almas?

E' caso de concluir com São Gregório Papa: *"Qui*

charitatem erga alterum non habet, praedicationis officium suscipere nullatenus debet".[12]

2. Caráter e poder persuasivo do verdadeiro zelo. — Em época de tanta atividade missionária, quem desconhece o caráter genuíno do zelo apostólico, esse *espírito de sacrifício* que arrasta tantos Sacerdotes, tantas Religiosas a imolar os seus mais legítimos afetos, o amor da família e da pátria, para se embrenharem em inóspitos sertões da África, da Ásia, da América, da Oceânia; esse desprendimento das próprias comodidades, da saúde e até da vida, que os leva a arrostar perigos de naufrágio, de cruel cativeiro, de morte, expondo-se a todas as intempéries, trabalhos e contágios mortíferos, depois de se expatriarem e de se despedirem dos seus, com lágrimas nos olhos e sem esperança de os tornarem a ver, para acudirem à salvação eterna de tantos selvagens, para lhes tratarem da saúde nos hospitais e leprosarias? Que outra coisa manifestam senão um amor sublime às almas, um zelo que os próprios ímpios admiram sem saberem imitar?

E' este amor que deve animar todos os ministros da pregação entre fiéis e infiéis, se querem assenhorear-se das almas.

Já na oratória profana, tribuno que se não interesse pelo bem público ou pelos seus clientes, está votado ao mais lastimoso insucesso. E' que o zelo é um poderoso fator de persuasão oratória, sobretudo de oratória sagrada. Compreendam os ouvintes que tudo o que diz o pregador é movido ùnicamente pelo amor desinteressado que ele tem às suas almas e a persuasão ficará logo ao alcance da eloquência com que lhes fala.

3. Dotes do verdadeiro zelo:

A) *Universalidade.* — O objeto material do nosso zelo são evidentemente as almas e o motivo desse zelo tem de ser Deus, sem o qual o amor das almas não seria amor de verdadeira caridade.

Mas este objeto do nosso zelo tem uma extensão

[12]) Homil. 17 in Evang.

universalíssima. Não abrange apenas os fiéis, os nobres, os sábios, os adultos, os ricos, mas tem de abraçar num mesmo amplexo os infiéis, os humildes, os ignorantes, as criancinhas e sobretudo os pobres que devem ser os preferidos do pregador verdadeiramente apostólico, se no seu ministério pode haver preferências.

Pauperes evangelizantur foi o critério de que se serviu o Homem-Deus para testemunhar a verdade da sua missão messiânica. Espírito oposto ao de Cristo revelaria o pregador que só dirigisse a palavra a auditórios de *alta roda;* nem seria palavra de Deus aquela que só as classes privilegiadas fossem dignas de escutar, como se à roda do púlpito só tivessem direito de se reunir os intelectuais e os favorecidos da fortuna; ou como se os humildes e os pobres não merecessem ser envolvidos no mesmo vocativo com que o pregador, dirigindo-se ao auditório, lhes chamará: *caríssimos irmãos em Jesus Cristo.*

Que para certos assuntos de pregação, sobretudo em retiros espirituais, se procurem quanto possível auditórios homogêneos, do mesmo nível intelectual, com exclusão até de certos elementos para os quais o assunto pode ser estranho, inacessível ou mesmo nocivo, entende-se. E' seleção imposta pela mesma natureza das coisas. Mas que um pregador não se digne subir a certos púlpitos que julga baixos demais para a sua categoria, francamente não sei que maior indignidade possa haver num enviado de Deus. Esse pregador será movido por tudo menos pelo zelo das almas.

Tenha ele um zelo universal, mas de uma universalidade que nem sequer exclua os auditórios reduzidos pelo fato de serem reduzidos. Não há dúvida que os auditórios numerosos são dignos de certa preferência pela esperança de fruto mais abundante, mas uma coisa é a preferência, outra é o exclusivismo.

Quem compreende bem o valor de uma alma, sejam muitos ou poucos os seus ouvintes, não pode deixar de ver em cada um deles o que via Vieira quando inflamado em santo zelo pedia a Deus *uma alma ao menos.*

B) *Sobrenaturalidade.* — O zelo do pregador será sobrenatural, se souber elevar-se acima da terra e ver as almas à luz da fé.

Criada à imagem e semelhança de Deus e logo elevada à participação da natureza divina, a alma não é simples imagem natural de Deus, é expressão sobrenatural da sua fisionomia divina, elevada às honras de uma filiação adotiva que lhe dá o direito de chamar pai ao próprio Deus. Tingida com o sangue de Jesus Cristo, apresenta o selo vivo da Redenção, e a Ele incorporada misticamente tornou-se um membro vivo do Homem-Deus, a quem dói a perda de uma alma mais do que a nós a amputação de um membro sensível.

O pregador, que sabe ver as almas através deste prisma sobrenatural, não hesitará em dizer com o pregador das gentes *optabam ego ipse anathema esse a Christo pro fratribus meis* (Rom 9, 3), e do alto do púlpito há de sentir irromperem-lhe do peito inflamado gritos como este: *"Per adventum tuum. Senhor, pelo amor com que viestes ao mundo a salvar as almas, eu vos peço que salveis hoje nossas almas: ao menos uma alma, Senhor".*[13]

C) *Generosidade.* — O zelo apostólico assim entendido não pode deixar de ser generoso. A que trabalhos, a que sacrifícios poderá poupar-se o pregador que sabe descortinar a alma através do prisma que acabo de indicar? O pregador é um continuador da missão de Cristo que se deu todo e totalmente pelas almas *"dedit redemptionem semetipsum pro omnibus"* (1 Tim 2, 6).

Esta generosidade supõe o desinteresse e preceitua a dedicação. Como há de dar-se todo, aquele a quem tudo parece pouco para satisfazer o seu egoismo? como há de consagrar-se todo ao serviço dos mais, aquele a quem todos parecem poucos para o servirem a ele?[14]

O ideal do pregador zeloso é, pois, servir as almas, não é servir-se delas, e nisto está o seu desinteresse. O ideal do pregador apostólico não é o descanso e a comodidade, mas o *"libentissime impendam et superimpendar"*

---

[13]) Vieira, Sermões, t. I, p. 225.
[14]) Gonzaga Cabral, obra cit., I, p. 107.

do Apóstolo-pregador, podendo acrescentar com ele *"licet plus vos dilingens, minus diligar"* (2 Cor 12, 15). E nisto está a sua dedicação.

ART. 3. ESPÍRITO DE ORAÇÃO. ESPÍRITO DE FE'

O sacerdote é o medianeiro oficial entre Deus e os homens. No altar fala ele a Deus em nome dos homens, apresentando-lhe as suas súplicas. No púlpito fala aos homens em nome de Deus transmitindo-lhes as suas ordens. *"Haec dicit Dominus"* era o exórdio estereotipado dos profetas-pregadores da Antiga Lei, que já não é necessário repetir na Nova porque todos o subentendem.

Para que o pregador da Nova Lei possa eficazmente exercer esta inefável mediação necessita do espírito de oração — só assim saberá falar a Deus em nome dos homens; — necessita do espírito de fé para falar aos homens em nome de Deus.

Espírito de oração e espírito de fé é o que deve animar o arauto do Evangelho. Só assim é que as suas palavras que no altar *ex opere operato* transubstanciam o pão no corpo de Cristo, hão de contribuir no púlpito *ex opere operantis* para que as almas se transformem em membros vivos desse mesmo corpo.

§ 1. Espírito de oração

Entende-se aqui o hábito de viver em comunicação fácil com Deus por uma ascensão espontânea do espírito, de recorrer instintivamente a Ele em todas as necessidades. Quem possui o espírito de oração, vive do trato íntimo com Deus, não conhece mais ninguém que possa remediar os seus males. Experimenta a necessidade de o consultar a cada passo, como se a comunicação com o Pai das luzes fosse a primeira exigência vital da sua alma.

1. A oração, esteio das virtudes apostólicas. — Os dotes sobrenaturais do pregador andam tão enlaçados com o espírito de oração, que sem ele não poderiam existir:

A) *A pureza e a santidade de vida,* tão necessária ao orador cristão, não é coisa que se improvise. Supõe pelo contrário longo e perseverante exercício de virtudes; e fator fundamental desse exercício é o espírito de oração, uma vez que sem oração não se atraem os auxílios da graça e sem a graça não pode haver vida virtuosa.

B) *O amor a Jesus Cristo,* como dissemos, tem de ser também a grande paixão sobrenatural do pregador. Mas para o amar é mister ter dele um profundo conhecimento, que só à força de meditação se pode conseguir.

O pregador no púlpito e na sua vida particular tem de retratar fielmente a pessoa de Jesus Cristo.

Pela doutrina, pelo gesto, pela apresentação e sobretudo pela unção sobrenatural e pelo exemplo de vida é que os ouvintes hão de reconhecer o genuíno embaixador de Cristo e intérprete autorizado dos Seus ensinamentos e preceitos. Mas o próprio Cristo preceituou a oração, deu exemplo dela, e por outro lado a sua imitação exige uma santidade tão elevada que sem oração é inútil pensar em retratá-la.

C) *O amor,* finalmente, ou *zelo das almas,* é flor que depressa murcha sem o orvalho bendito da oração. E' que sem oração num instante se extingue o espírito de fé, e sem espírito de fé as almas depressa perdem aos olhos do orador tíbio todos os seus atrativos sobrenaturais, e sem esses atrativos as almas são para ele objeto indiferente.

2. A sua necessidade.

A) *Da parte do orador:*

a) *Exige-a o caráter da sua missão;* quem não tem o hábito e a facilidade de entrar em comunicação com Deus, quando houver de falar a homens, de os aconselhar e dirigir na senda da vida cristã, por mais que faça, sentirá murchar-lhe nos lábios e morrer por fim a palavra evangélica.

A voz do pregador que não conhece o trato íntimo com Deus, seja qual for o brilho da sua eloquência e a auréola da sua erudição, não é a voz do bom pastor que

as ovelhas ouvem e seguem dòcilmente. Não se sente através das suas palavras o sopro da inspiração divina. Essa voz apresenta um tom demasiado terreno e frio, deixando logo a tristíssima impressão de que não é a voz de Deus.

Ora, antes de tudo, o pregador evangélico tem de ser uma alma de asas expeditas para se elevar às regiões do sobrenatural. "*Nostra autem conversatio in caelis est*" (Filip 3, 20). Não tem ele de inculcar verdades celestes? E como as inculcará se não as saboreia antes e medita em seu espírito?

Para iluminar as almas necessitamos de luz. Essa luz só a podemos haurir da oração e da meditação, uma vez que "*non sufficientes simus cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis: sed sufficientia nostra ex Deo est*" (2 Cor 3, 5).

O mesmo caráter de legado oficial de Deus está exigindo que o arauto do Evangelho conheça por comunicação direta os desejos de quem o envia. Para conhecer esses desejos necessita de frequentes entrevistas, necessita de o consultar amiúde na oração.

b) *Confirma-a o exemplo dos Apóstolos* que, para se poderem dedicar exclusivamente à oração e à pregação instituem o diaconado na Igreja: *nos vero orationi et ministerio verbi instantes erimus*" (At 6, 4). Eco autêntico dos Apóstolos é a voz dum sucessor do seu príncipe, Bento XV: "*spiritum orationis qui dicitur, necessarium praedicatori esse intelligimus*" [15]

c) *Confirma-a o testemunho da experiência.* A experiência atesta que:

α) No hábito da oração e sobretudo da meditação encontrará o pregador o segredo de penetrar as verdades mais inacessíveis da nossa santa fé, de as assimilar, convertendo-as por assim dizer no próprio sangue, infundindo-lhes o cunho da sua personalidade e ficando desde logo habilitado a falar *ex abundantia cordis*.

β) A meditação terá ainda a vantagem de fazer sentir ao pregador a verdade e a bondade das coisas divi-

---

[15]) Enc. *Humani generis.*

nas, de modo que lhe sairão dos lábios vivificadas pelo afeto e acaloradas por um coração aquecido no trato íntimo com Deus.

γ) Este trato por sua vez lhe dará essa elevação de pensamento, essa nobreza de afetos, esse calor, vida e unção que caracterizam o homem de Deus.

B) *Da parte dos ouvintes:*

Se o pregador não pode, sem o influxo sobrenatural da graça, ter um pensamento salutar, muito menos poderá a sua pregação produzir frutos de vida eterna na alma dos ouvintes. E a via ordinária pela qual baixa à alma o rocio da graça é a oração.

Não esqueça o pregador que são sobrenaturais e meritórios para a eternidade os atos que a sua pregação deve excitar nos ouvintes, a começar pela aceitação das verdades sobrenaturais e pela persuasão da vontade.

E' a graça de Deus que tem de intervir para iluminar e mover os ouvintes, porque *"neque qui plantat est aliquid, neque qui rigat, sed qui incrementum dat, Deus"* (1 Cor 3, 7). Mas, uma vez ainda, essa graça tem de ser solicitada pela oração e pela oração do pregador, pois com a dos ouvintes nem sempre se pode contar.

Com razão lembra Santo Agostinho *"orando pro se et pro eis quos est allocuturus, sit orator antequam dictor"*. [16]

§ 2. Espírito de fé

1. Sua noção. — Não o confundamos com o simples hábito da fé que no momento do batismo nos é infundido e que é apenas a fé essencial, em virtude da qual somos crentes.

Há entre a virtude da fé e o seu espírito a diferença que existe entre o elementar e o perfeito, entre a realidade suficiente e o ideal a que se tende.

O espírito de fé é o exercício habitual, universal e constante da fé, que informa e vivifica a alma, fazendo-a tender sempre para a perfeição do seu ideal. E' e busca ser cada vez mais perfeitamente a plenitude dessa vida

[16]) De doctr. christ., VI, 15.

de fé que é a vida do justo — *"justus autem meus ex fide vivit"* (Heb 10, 38).

2. Seus efeitos. — O pregador, que vive deste espírito, tem a fé como norma das suas ações e palavras, inspiradas ùnicamente pelos ditames do Evangelho.

A fé é para ele o critério único e universal de seus juízos e apreciações; encara todas as coisas como obras de Deus, todos os acontecimentos como ordens ou pelo menos permissões da Providência, encaminhadas sempre para nosso bem; todas as pessoas como imagens do Criador, filhos do mesmo Pai celeste, remidos com o sangue de Jesus Cristo. Numa palavra, o espírito de fé anima toda a sua atividade apostólica; dentro e fora do púlpito saberá, na admirável síntese de Santo Inácio, ver a Deus nas criaturas e as criaturas em Deus.

3. Sua necessidade.

A) *Quanto às verdades reveladas,* que tem de pregar, não pode contentar-se com uma fé morta. Necessita de sentir a sua beleza, a sua harmonia sobrenatural; necessita de saborear a paz e a suavidade divina que delas dimana; necessita enfim de as viver, conformando com elas toda a sua vida. Só assim é que o objeto divino da pregação será assimilado pela alma do orador, penetrando até à medula do seu ser, informando e vivificando todos os seus hábitos.

Desse modo o espírito de fé projetará nova luz nas verdades reveladas, e dará ao pregador a visão nítida do objeto divino, deixando-o habilitado a falar dele, como de assunto que lhe é familiar, e que ele domina com perfeição.

B) *Quanto às verdades de ordem natural,* necessita o pregador de as sobrenaturalizar, de as iluminar com a luz da fé, encarando-as sempre pelo prisma da eternidade.

C) *Quanto aos ouvintes,* para descortinar neles a imagem de Deus e o selo da Redenção, para se dedicar pela sua salvação, necessita ainda do verdadeiro espírito de fé que é luz puríssima na alma e fogo vivo no coração do pregador.

D) *Quanto à sua missão em geral* e *aos seus ministérios em particular,* sem o espírito de fé, fàcilmente se deixará o orador seduzir por fins torcidos e pràticamente se esquecerá da sua condição de enviado de Deus.

Conclusão. *Fruto deste duplo espírito. — A unção apostólica.*

Do espírito de fé, da convivência íntima com Deus e do trato sobrenatural com as almas nasce a *unção apostólica* que deve vivificar a palavra do pregador.

A unção, timbre autêntico da voz de Deus ecoando nos lábios do seu ministro é a nota mais distintiva da eloquência sagrada, que a não deixa confundir com nenhum outro gênero de eloquência; é, quase diria, a alma da genuína pregação, bem fácil de sentir, nada fácil de definir. A esse sopro de piedade cristã que vivifica a palavra do pregador, que se insinua na alma e se manifesta até numa acentuação inefàvelmente impressionante, chamemos-lhe a suavidade do Espírito Santo, encarnando-se na voz do pregador e distilando-se nas almas que o escutam. Mas este segredo da unção apostólica só o possui quem vive do espírito de fé e de piedade.

CAPITULO VI

A EXECUÇÃO ORATÓRIA
(DOTES FÍSICOS)

ART. 1. A DECLAMAÇÃO EM GERAL

Uma coisa é recitar, outra é declamar. Para recitar, basta saber ler, basta falar; para declamar, algo mais se requer. Na declamação, além da voz, entram em atividade todas as faculdades de execução concionatória, de que a natureza dotou o homem para comunicar a outrem não só o seu pensamento, mas também a sua própria convicção e persuasão.

O exercício dessas faculdades constitui o acionado oratório, de que fazem parte a gesticulação pròpriamente dita, a expressão do olhar, o movimento do corpo, o jogo da fisionomia, enfim todas as manifestações naturais da vida interna e das paixões que movem a alma do orador.

§ 1. Sua necessidade na oratória

A declamação, por mais acidental que pareça, é tão essencial ao discurso que, sem ela, a mais eloquente composição como que deixa de ser oratória, e com ela uma peça de vulgar eloquência pode adquirir um excepcional mérito, sob o ponto de vista oratório. Mais: uma declamação profana, teatral, demasiado mímica, pode corromper e profanar de todo o discurso profundamente sagrado.

Sendo assim, se uma declamação frouxa pode desvalorizar a melhor composição oratória, e pelo contrário uma declamação artística pode valorizar um discurso mais singelo, ninguém tomará por acessório num tratado de eloquência sagrada, o capítulo da declamação.

Dela se pode com toda a verdade dizer o que da voz disse Vieira, — e da voz declamatória é que ele falava — referindo-se à publicação dos seus sermões: *"Começo a tirar da sepultura estes meus borrões que, sem a voz que os anima, ainda ressuscitados são cadáveres"*. [1]

Ninguém estranhará portanto a encarecida recomendação da Igreja: *"Studebunt Ordinarii ut juvenes instituantur de actione et pronuntiatione in concionibus servandis"*. [2] E' que, como diz Sertillanges,

"l'action parle aux sens, de là son efficacité universelle. Grâce à l'action l'idée est comme portée par le corps, projetée en avant avec la voix, rythmée par la respiration, dessinée comme le geste, commentée par l'expression et par l'attitude, rendue concrète et vivante comme l'orateur et l'auditeur mêmes. Il y a tout ensemble un cas d'humanité intégrale et un cas de vie commune. Le fluide qui passe de l'esprit de l'orateur dans sa sensibilité se communique par l'art aux sensibilités ambiantes et remonte aux esprits pour établir entre eux une synergie spirituelle". [3]

De fato pela declamação integralmente considerada, entra o homem todo em comunicação com os ouvintes, porque é o homem todo que fala, com o conjunto das faculdades, de que o dotou o Criador para exteriorizar os seus sentimentos, para os comunicar a quem o ouve.

§ 2. A estética da declamação

A declamação no púlpito deve ser:

1. Digna. — E será digna, se for:

a) *Grave,* sem a leviandade nem as pantominas do histrião.

b) *Simples,* sem o grito ou movimento espalhafatoso do orador comicieiro ou do charlatão de feira.

c) *Elegante,* sem o acanhamento, sem o desalinho e acionado meio tosco do principiante: *"Ut eam deinde gravitatem, simplicitatem et concinnitatem prae se ferant, quae nihil histrionem sapiant, sed verbo Dei conveniat"*. [4]

---

[1]) Vieira, Sermões. Prólogo, vol. I, p. 71.
[2]) Normae, cap. V, nº 36.
[3]) L'orateur chrétien, p. 384.
[4]) Normae, ibid.

2. Apropriada objetiva e subjetivamente. — Sê-lo-á sempre que estiver em conformidade com a matéria da pregação e com as circunstâncias em que ela se desenvolve, com os afetos que brotam da alma do pregador e com o seu temperamento e caráter pessoal.

"Appropriée à notre personne, l'action oratoire doit être appropriée aux sujets que vous traitez. Elle sera simple, grave, tranquille, lorsque vous exposerez un point de doctrine; solennelle et imposante, lorsque vous parlerez des grands mystères qui commandent l'admiration, le respect, la vénération; véhémente et incisive, lorsque, pour réveiller les âmes endormies dans le péché, vous ferez entendre les reproches de Dieu et les menaces de sa justice; gracieuse, aimable, touchante, lorsque vous rappellerez les bienfaits ainsi que les promesses de sa miséricorde et son infinie bonté; provocante, entraînante, lorsque vous convierez les âmes aux glorieux combats de la vie chrétienne: de la vérité contre l'erreur, de la vertu contre le vice, de la foi contre l'incrédulité, de la charité contre toutes les misères humaines". [5]

3. Natural. — A naturalidade da declamação é incompatível não com a arte, mas com o artifício.

E' claro que a educação oratória exige a cultura das faculdades naturais; não as deixa no estado inculto e no desalinho que se manifesta, por exemplo, na gesticulação tosca e desajeitada, na voz áspera e meio agreste. A finalidade da arte nunca foi desfigurar, nem muito menos exterminar a natureza, mas simplesmente aperfeiçoá-la e cultivá-la nas suas faculdades.

Esta cultura, porém, exclui sempre os exageros do requinte. Doutro modo o afeto, por exemplo, da declamação degenerará em afetação, o sentimento em sentimentalismo.

A naturalidade exige ainda que a arte se dissimule, de maneira que não transpareça no decorrer da declamação.

O discurso pode ser composto com muito esmero e decorado com muita fidelidade; a ação pode ser estudada e até ensaiada ao espelho; mas o que importa é que a

---

[5]) Monsabré, op. cit., p. 317.

execução decorra tão naturalmente que a arte se eclipse e pareça espontâneo tudo o que é estudado.

4. Expressiva. — Este dote da boa declamação consiste numa fiel correspondência entre a alma e a ação do orador, sem fingimentos nem exageros. A declamação será expressiva e verdadeira, se a voz, o gesto, todo o movimento exterior, for um espelho do movimento interior, com todo o desenrolar dos afetos e paixões oratórias.

Pode-se dizer que todas as paixões da alma têm o seu órgão exterior que vibra a uníssono com o interior.

Por isso declamação exteriormente afetada sem o correspondente afeto interior, voz trêmula sem correspondente comoção da alma, veemência de gritos sem indignação interna, semblante afogueado sem calor no coração, lágrimas nos olhos sem a compunção na alma, — isto é declamação falsa e mentirosa, é farsa que se pode tolerar no palco, não no púlpito.

"Toda a paixão da alma recebeu da natureza, digamo-lo assim, o seu semblante, o seu gesto e som; e todo o corpo humano e seu semblante e voz ressoam como cordas de lira, apenas as pulse a paixão. A alma é a inspiradora da ação, o rosto é o espelho da alma, seus intérpretes são os olhos". [6]

§ 3. Cultivo da declamação

I. *Matéria*

Toda a cultura supõe terreno inculto, assim como a arte pressupõe a natureza. No caso da educação declamatória, a base de toda a formação é a própria natureza do orador, com o seu caráter, feição e temperamento pessoal. Atenda cada um à sua própria índole, ou o mestre à índole dos discípulos e regule por ela a sua formação declamatória.

Não seria aperfeiçoar a natureza, mas violentá-la debalde, querer fazer do jovem apático um orador fogoso, orientar um discípulo de temperamento pacato para a eloquência do tribuno incendiário, ou vice-versa.

---

[6]) M. T. Cícero, De oratore, nº 215-222.

II. *Forma*

O aperfeiçoamento das faculdades declamatórias do candidato ao púlpito depende dos seguintes fatores:

1. O estudo da preceituística declamatória. — Por mais que se combatam os tratados teóricos de declamação, a sua utilidade em geral não se pode pôr em dúvida. Pretender regular minuciosamente todas as gradações da voz e da ação é um excesso que pode matar a espontaneidade e encadear a inspiração. Mas não é nestes exageros que consiste a teoria da declamação.

Podem-se formular normas gerais e fazer observações muito acertadas que orientem o novel orador e abram caminho à iniciativa da sua espontaneidade, apontando-lhe ao mesmo tempo defeitos que de outro modo não chegaria a descobrir.

2. Prática. — Mais do que ao preceituário da declamação, é ao exercício que tem de recorrer quem pretende adquirir a flexibilidade e o desembaraço do acionado e chegar a uma perfeita modulação da voz que se adapte à exteriorização de todos os afetos oratórios.

O exercício foi sempre o grande recurso dos oradores de nome, sobretudo no período da sua formação artística. O exercício é também, e pelo mesmo princípio, o segredo que explica o sucesso dos melhores atores, os quais nunca se cansam com a repetição de ensaios cênicos.

3. As lições da natureza. — Não há como observar o modo natural com que fala o homem, sobretudo quando apaixonado por qualquer idéia que quer fazer triunfar, ou quando arrebatado na defesa de uma causa própria. Que rasgos de eloquência, que movimentos declamatórios perfeitamente artísticos se não observam por vezes, inspirados pelo calor do sentimento e da convicção.

Tanto menos necessitará de regras o orador, quanto melhor possuir este segredo da naturalidade, corrigida e educada pela observação atenta da espontaneidade com que falam os que mais desenvolvidas apresentam as faculdades oratórias.

4. Imitação dos bons declamadores. — Também não é para desprezar este fator embora pareça diminuir o mérito da originalidade. E' claro que se trata de uma imitação não servil, mas racional.

A observação dum bom modelo serve para formar o gosto e para criar um estilo próprio de declamação, aproveitando elementos imitáveis de um ou de vários mestres, sem detrimento da originalidade.

E' que, todos o sabemos, existe nas nossas faculdades um grande poder de assimilação capaz de converter em natural o que é imitado, e desse modo o que a princípio parece estranho, depressa apresenta o sinete da personalidade que o assimilou.

ART. 2. ELEMENTOS DA DECLAMAÇÃO

§ 1. A voz

I. *Dom precioso*

E'-o, sem dúvida, essa faculdade que possui o homem de interpretar, de exteriorizar o pensamento e de se multiplicar em cada um dos que o ouvem. E', no dizer de Fénelon, o sinal da razão e o mais belo ornato do homem. Sublime faculdade que nos permite entoar ao Criador o hino de ação de graças que lhe é devido e proclamar entre os homens os seus louvores.

1. Os seus recursos. — Com a variedade assombrosa das suas entoações, das suas acentuações, da sua energia, da sua flexibilidade, da rapidez ou lentidão compassada, qualidades que se combinam harmoniosamente entre si num ritmo encantador, o órgão vocal possui um admirável potencial da mais fiel interpretação de todas as paixões oratórias, de toda a gama da nossa afetividade.

Utilizar esse nobilíssimo transmissor do pensamento e dos sentimentos humanos para o *opus Dei divinissimum* da evangelização do mundo, é a maior empresa a que o orador pode consagrar a sua voz. Sendo, pois, um dom precioso de Deus, é para o orador um dever sagrado conservá-lo e cultivá-lo.

2. A sua conservação. — E' delicadíssimo o órgão vocal. Não é necessário muito para transtornar o seu funcionamento. A experiência mostra que circunstâncias por vezes insignificantes de ordem climatérica bastam para num instante uma voz clara, timbrada, cheia, se tornar cavernosa, surda, nervosa, a ponto de entorpecer a mesma articulação.

Não é necessário fazer aqui uma descrição anatômica do aparelho fonético, nem mesmo esboçar um tratado de higiene vocal para compreender a utilidade das regras práticas aconselhadas pela higiene respiratória. [1]

3. O seu cultivo. — Há defeitos inatos e defeitos contraídos ou por hábito mais ou menos inveterado, ou por qualquer acidente involuntário. Uns e outros podem ser mais ou menos profundos e supor até qualquer atrofia ou deformação dos órgãos vocais.

Tratando-se de defeitos mais superficiais, podem eles corrigir-se de todo por um exercício paciente e devidamente dirigido por mestre de competência. Bem conhecido é o sucesso que coroou os esforços de Cícero e de Demóstenes.

Ainda que muitos defeitos fonéticos se não cheguem a extirpar, consegue-se muitas vezes suavizá-los, atenuando certas asperezas, sobretudo em finais toscas e desagradáveis. O mesmo se diga dos defeitos de articulação.

Também uma voz naturalmente débil e tendente a sumir-se pode-se conservar e fortalecer até certo ponto, mediante um exercício metódico, bem dirigido e combinado com os meios higiênicos.

Quer falando, quer declamando, quer lendo ou cantando, tenha-se particular cuidado em não forçar demasiado a voz. São também para recomendar a regularidade da respiração habitual feita a tempo e em grau conveniente, bem como os exercícios respiratórios especiais.

---

[1]) Consulte-se, entre outros autores, Sertillanges, *L'orateur chrétien*, pp. 105-106. Vejam-se ainda os 4 primeiros capítulos do 2º livro.

Outros meios de preservar a voz de qualquer acidente, de a aperfeiçoar e corrigir de defeitos naturais, encontram-se em qualquer tratado de higiene vocal.

II. *Qualidades oratórias da voz*

As qualidades da voz "dépendent de la façon dont la vibration se produit, puis de la façon dont l'air vibrant est reçu et utilisé par les divers organes: parois, cavités, lèvres. Pour cette raison, directement, ou indirectement, toute notre personne, en quelque façon, y collabore; aussi la voix est-elle essentiellement personnelle".[8]

1. Sonoridade. — Para que uma voz seja sonora é necessário que seja cheia e forte.

"La sonorité de la voix comporte deux qualités complémentaires: *l'ampleur et la force.*

L'ampleur s'obtient à égalité de pression, par la pleine utilisation de toutes les cavités et parois vibrantes..."

Veut-on joindre à l'ampleur la *force,* on ne devra pas moins répartir la tension sur tous les organes, au lieu de pousser à la glotte. Car en poussant on opère un serrage qui immobilise en même temps qu'on stimule. On agit alors comme un mécanicien qui donnerait de la vapeur en serrant les freins. Évidemment, quand on veut donner de la force, il faut augmenter le branle glottique par une plus grande pression du souffle; mais il faut surtout procurer, non plus par un effet pneumatique, mais par un influxe nerveux, une accommodation plus vigoureuse de toutes les parois de renforcement".[9]

2. Alcance. — Um bom orador deve saber adaptar a voz às dimensões do local em que fala e à distância que o separa dos ouvintes.

Mortificaria o auditório quem num curto recinto levantasse a voz como se estivesse numa vasta catedral, ou como se falasse para um auditório longínquo. Não incomodaria menos quem, falando a numeroso auditório ou ao ar livre, usasse de uma voz que só chegaria aos ouvidos de alguns poucos privilegiados que mais de perto o rodeassem, contentando-se os outros com ouvir de vez em quando algumas palavras soltas, impossíveis de ligar.

---

[8]) Sertillanges, op. cit., pp. 109-110.
[9]) Sertillanges, op. cit., pp. 111-112.

Por isso é de aconselhar que o pregador preste de preferência atenção aos ouvintes mais distantes, regulando a voz de maneira que chegue clara até eles e não a orientando nem de maneira que as ondas sonoras se vão a pequena distância quebrar contra o solo, nem se elevem demasiado acima do nível do auditório.

Este segredo de se fazer ouvir não está ordinàriamente em forçar a voz. Tudo depende do jeito que se dá à boca e aos lábios.

"On doit faire glisser le plus en avant possible sur les lèvres en pavillon, la colonne d'air dûment timbrée par l'ensemble de cavités et moulée par l'articulation". [10]

Estudadas prèviamente as condições acústicas do recinto, acautele-se sobretudo desse movimento giratório que o pode levar a distribuir o sermão em períodos destinados, uns, aos ouvintes da direita, outros aos da esquerda, porque a voz é alternadamente canalizada só para um dos lados.

3. Resistência. — Necessita ainda a voz de resistência suficiente para se sustentar através do discurso, seja qual for a sua duração. Uma voz que enfraquece com o andar do discurso, não pode merecer grande confiança nem ao pregador, nem aos ouvintes.

Voz sustentada é aquela que começa com firmeza, que toma o seu andamento natural, sem nada perder do seu vigor, que mantém a devida entoação até ao fim, podendo até, quando for necessário, reforçar-se sem violência.

Deve-se para isso observar uma condição a que os mestres ligam grande importância. Consiste em pôr a voz desde o princípio no seu registo natural.

Segundo este princípio, o tenor, por exemplo, não deve começar com uma voz de barítono ou de baixo, nem vice-versa. Seria impossível *sustentar* um tom de voz que não nos é natural e está acima das exigências e aptidões da nossa constituição vocal. Entre os diversos tons que *naturalmente* se podem adotar, escolha-lhe o mais fácil, aquele em que o órgão vocal obedece à mais espon-

---

[10]) Sertillanges, op. cit., p. 116.

tânea naturalidade. E' o chamado tom médio, que sempre deixa margem a ascensões e descensões exigidas pelas circunstâncias. E não se perca de vista que no exercício da palavra, não é só o pensamento, a sensibilidade e a afetividade que exigem um desenvolvimento progressivo, mas é a voz também.

Por isso reserve o seu melhor esforço para os momentos mais patéticos do discurso, não lhe aconteça esgotar-se inùtilmente ao princípio e deitar depois a perder belíssimas passagens, quando já não tiver alento para as declamar com a vida e entusiasmo que merecem.

4. Entoação. — A entoação não é mais que a tonalidade que durante o discurso vai tomando a voz do orador.

A) *Qualidades oratórias da verdadeira entoação.*

a) *Naturalidade.* — O tom da conversação tem de ser a base da entoação oratória, sem contudo fazer da declamação uma conversa. *"O tom do púlpito é o tom de conversa natural, elevada, solene, animada, importante".* [11]

Em conversa tem ordinàriamente por objeto assuntos sem transcendental importância, que um pequeno número de pessoas entre si comenta. Pelo contrário, a declamação concionatória, sobretudo de caráter sagrado, tem por objeto assuntos de sobrenatural alcance, tratados diante de numerosa assembléia em ocasiões solenes, por pessoa revestida da autoridade de Deus.

Da definição de conversa e de declamação oratória resulta pois que a entoação desta, *natural* e *espontânea* como a daquela, deve contudo ser mais elevada, mais solene, mais digna.

Esta diferença é exigida pelas circunstâncias da pessoa que fala, dos que ouvem, do assunto tratado, do lugar e tempo em que se desenvolve.

b) *Oportunidade.* — A oportunidade exige adaptações de um duplo aspecto:

a) *Subjetivo:* E' a adaptação ao caráter do orador. Cada um tem o seu temperamento natural que se reflete espontâneamente na declamação.

---

[11]) Monsabré, op. cit., l. II, cap. IV, p. 273.

A feição pessoal do próprio pensamento e da própria sensibilidade não podem deixar de transparecer até na entoação da voz. E o que se diz da personalidade do orador, diga-se com maior razão dos vários estados de alma em que se pode encontrar e aos quais a entoação não pode deixar de se adaptar. A entoação da voz é um espelho dos próprios afetos.

b) *Objetivo:* Considerada já a matéria do discurso, já o gênero concionatório que se exercita.

Uma será a entoação duma prática, duma hora santa, dum fervorinho, outra a dum panegírico solene ou duma alocução vibrante. Não é a mesma a entoação dum discurso sobre a Paixão de Jesus Cristo, sobre o inferno, e a dum sermão sobre a Ressurreição ou sobre outro assunto festivo. Se se trata de uma simples exposição doutrinal, é evidente que a entoação há de diferir da de uma peroração acalorada.

B) *Manifestações da falsa entoação.* — À naturalidade e à oportunidade opõe-se:

a) *A monotonia* que não deixa expressar a diversidade de afetos nem a variedade de matizes exigidos pelo sentido.

b) *A toadilha* assim definida por Monsabré: "Cantilena jeremíaca que se move entre três ou quatro notas, levantando levemente a voz no meio dos períodos, e descaindo em tom plangente nas finais". [12]

E' a entoação chamada de *pregador de aldeia*[13], o que há de mais contagioso na formação de jovens oradores quando ela é desprovida de uma salutar reação contra tão perniciosa tendência.

A toadilha corrompe não só a declamação como também a simples leitura e até por vezes a reza, reduzindo-as a uma monótona cantoria, com o mesmo sonsonete do princípio dos períodos, as mesmas inflexões no meio,

[12]) Obra cit., p. 346.

[13]) O epíteto não leva o menor intuito de alusão. Funda-se apenas no fato de se verificar este defeito com mais frequência nas pregações rurais e de ser recebido com certo agrado nas aldeias por auditórios menos exigentes e até de mau gosto. E oxalá fosse só nas aldeias!

e a mesma cadência nas finais. Tanto ela como a monotonia são o mais eficaz narcótico dos auditórios.

O remédio contra a epidemia da toadilha está em convencer-se o pregador da sua antinaturalidade. Quem conversa naturalmente não fala assim. Quando o pregador no meio do sermão advertir que se tornou joguete da toadilha, em que se está como que balouçando com o auditório, detenha-se um instante e faça esta reflexão: Se eu, em vez de estar no púlpito, estivesse sentado a uma mesa conversando naturalmente com este auditório e procurando convencê-lo destas verdades, falaria assim? tomaria este tom?

O Pe. Antônio Vieira referindo-se à bilocação de Santo Antônio, que sem se ausentar do púlpito, *mas suspendendo a pregação,* apareceu no coro a cantar a lição do ofício divino que lhe competia, verbera com estas palavras a toadilha oratória, verdadeira epidemia já no seu tempo: "O mesmo fato está dizendo que a música há de estar tão longe do sermão como o púlpito do coro. Quando pregava não cantava, e quando cantava não pregava; porque a língua de Santo Antônio não era dos pregadores que cantam quando pregam. Isto de pregar cantando é um vício e abuso que se tem introduzido nos púlpitos frouxo, fraco, frio e quase morto; sem força, sem eficácia, sem energia, sem alma; contra toda a retórica, contra toda a razão, contra toda a arte, contra toda a natureza, e contra a mesma graça. O pregar não é outra coisa que falar mais alto. Pregar cantando é muito bom para adormentar os ouvidos, e conciliar o sono, por onde ainda os que mais cabeceiam, dormem ao tom do sermão". [14]

c) *A choradeira.* — O tom plangente e funéreo não é menos para desterrar do púlpito. Não digo que no sermão da Paixão, por exemplo, no da Soledade, nos elogios fúnebres e noutros do mesmo estilo o sentimento e a compunção do orador não deva refletir-se no tom da voz, assim como pode transparecer nas lágrimas. O que repreendemos é a *choradeira* antinatural, nascida não da comoção interna, mas do hábito de *pregar chorando,* tom vicioso que acompanha o discurso do princípio ao fim. Haja naturalidade, que a entoação lamurienta desaparece.

---

[14]) Sermões, VII, 180.

d) *A melifluidade.* — Sem dúvida deve-se banir da pregação tudo o que é brusco, tosco e naturalmente repelente. Mas não é menos para fustigar essa melifluidade afetada da voz, reflexo dum sentimentalismo efeminado, indigno do pregador de Jesus Cristo. São profanações que não desonram menos o pregador do que a pregação.

e) *O berro.* — E' uma funesta ilusão julgar o pregador que só gritando é que se fará ouvir. Com essa ilusão rompe numa desentoada gritaria que, ou não pode sustentar, ou, se o consegue, é à custa dum esforço inútil que depressa lhe arruinará a voz.

A pregação gritada incomoda os ouvintes e excita-lhes os nervos pelos falsetes de entoação, pela rouquidão duma voz esganiçada em que ordinàriamente degenera a gritaria sustentada.

Certamente não é para condenar um grito isolado, que oportunamente prorrompa da alma do pregador, num momento de entusiasmo, em que pode eletrizar os ouvintes, ou numa circunstância rara em que deseje comunicar-lhes a salutar indignação que lhe ferve no peito. Será então um grito de eloquência que se não deve confundir com a pseudo-eloquência do grito.

Não merece menos censura o berro *ex-abrupto.* No meio duma entoação normal, quando menos se espera, entende o pregador que deve sacudir a apatia das vontades com o trovão da sua voz. Remédio efêmero!

f) *O hábito de ralhar.* — E' o feitio de temperamentos nervosos que não sabem pregar nem instruir senão ralhando, ou em tom de quem ralha. E os ouvintes fazem o milagre de não fugir!

g) *O hábito de correr.* — Sem dúvida é insuportável essa pesada lentidão com que alguns vão arrastando o discurso, deixando entrever o perigo de vir a morrer o sermão nos lábios do pregador, ou o pregador no meio do sermão.

Mas daí a aprovar essa velocidade em que outros se precipitam, como se quisessem chegar de um fôlego ao fim da prédica, levando de enfiada todos os períodos, sem parar onde a natureza do discurso vai exigindo as devidas pausas, vai imensa distância.

Quem fala com velocidade, não pode emitir sons cheios, fortes e harmoniosos, nem modular convenientemente a voz.

Este defeito nasce por vezes da timidez, e por isso é frequente em principiantes, e também do receio de vir a falhar a memória.

Mais ordinàriamente nasce do empenho que tem o pregador de *dizer tudo* o que preparou sem querer prolongar demasiado a duração da prédica.

Quem é consciente deste defeito, persuada-se que mais vale o pouco bem entendido, do que o muito que não se chega a apreender. Portanto faça sermão proporcional ao tempo de que dispõe, para ser declamado sem precipitações nem corridas.

De outro modo os ouvintes, embora na melhor das hipóteses ouçam distintamente as palavras, não poderão acompanhar os raciocínios do pregador nem apreender a concatenação das idéias desenvolvidas. E de que vale um sermão destes por muito bem elaborado que seja, se os ouvintes não conseguem apreendê-lo?

5. Articulação. — E' claro que a pronúncia do púlpito deve ser correta e esmerada, imune sobretudo dos defeitos provincianos que mais ferem a sensibilidade da gente culta. Mas a pronúncia para ser correta, oratória, bem ouvida, deve ser *articulada.*

A) *Sua importância.* — Sem articulação oratória não haverá clareza nas palavras, porque faltará às sílabas o timbre próprio das vogais bem emitidas e o relevo das consoantes bem frisadas. Pela vogal bem timbrada e pela consoante bem batida, chega-se naturalmente à perfeita articulação que preside à formação e à concatenação das sílabas e por elas à perfeita emissão da palavra.

Sem esta articulação a voz mais potente torna-se ininteligível, somem-se as consoantes, emudecem sobretudo as vogais atônicas substituídas por qualquer som imperceptível, e as sílabas que logram ouvir-se são emitidas cavalgando umas sobre as outras.

Pelo contrário uma voz mediana, esmerando-se na articulação conseguirá impor-se a um auditório respeitável.

E' que as sílabas bem articuladas distinguem-se mesmo a distância e o menor esforço as torna sonoras.

B) *Efeitos da má articulação.* — O que não é articulado ouve-se como som, mas não como palavra. O discurso, sobretudo para os ouvintes mais distantes, torna-se uma confusão de sons em que só se distinguem as vogais tônicas das palavras.

Nos momentos mais patéticos quando precisamente a articulação é mais necessária, a nervosidade leva o orador a suprir a falta de articulação por gritos indistintos e confusos que não deixam adivinhar as palavras.

Se nalguma passagem do discurso se quer baixar a voz para lhe insinuar o caráter de mais intimidade, a falta de articulação é suprida por um cochichar confuso que nem os ouvintes mais próximos conseguem distinguir por mais que apliquem o ouvido.

Enfim a pregação mal articulada é um tormento para os nervos dos ouvintes, e tanto maior quanto maior é o empenho de a perceberem, pois exige deles um concentrado esforço de atenção.

C) *Meios de facilitar a articulação.*

a) Sério exercício de leitura e de declamação em que o orador se obrigue ou alguém o obrigue à emissão vocal de todas as sílabas, de todas as consoantes, uma por uma. Só assim adquirirá o hábito de uma pronúncia bem articulada.

Essa pronúncia não depende só da ginástica labial, mas também da adaptação geral das paredes bucais. E' mister falar com a boca toda, e não só com os lábios. Para exercício de articulação, sobretudo se existe qualquer defeito orgânico, aconselha-se a pronúncia enérgica e bem acentuada das consoantes com os *dentes cerrados,* ou, colocando entre eles, se é necessário, uma tênue lâmina de cortiça. Esforce-se também por, em voz baixa, se fazer ouvir de um auditório distante, embora imaginário.

Com esses exercícios todo o órgão vocal adotará instintiva e espontâneamente a disposição mais conveniente.

b) No desempenho da pregação tome a peito a articulação completa de tudo, não deixando sílaba, nem letra que não vá nìtidamente marcada com o seu próprio matiz, sem contudo levar a articulação ao exagero de martelar as sílabas e de soletrar as palavras como se houvesse de cantar todas as letras. Esse exagero contudo não é inútil nos exercícios feitos em particular, para ficar depois no meio termo.

6. Modulação. — A monotomia de que atrás se falou evita-se modulando convenientemente a voz, isto é, subindo ou baixando de tom.

Sendo tão variados os sentimentos que brotam da alma do pregador e tão variada a sua intensidade, e sendo o tom a expressão apropriada do sentimento, é manifesto que variadas devem ser também as modulações da voz.

"E' necessário dar a cada pensamento, e cada sentimento, a inflexão que lhe convém. Há na voz grande número de modulações diferentes, de sons diversos; é mister servirmo-nos deles para exprimir os pensamentos e sentimentos que a natureza parece ter-lhes unido. Não só as palavras exprimem o que sentimos, mas ainda o tom com suas inflexões e cadências.

"As provas têm sua linguagem própria, suas inflexões particulares; quem prova não fala como quem quer comover, ou se limita a ensinar e instruir... Fazei sobretudo sobressair os pontos importantes sobre os quais quereis particularmente chamar a atenção dos ouvintes... Se vos propondes a comover, dai à vossa voz um tom penetrado, compungido, que vem do coração; mas conservai sempre a naturalidade. Quando uma exclamação exprime dor, deixai expirar o som brandamente..."

"No exórdio há de o tom ser simples, igual, modesto; na proposição e divisão, claro, firme e pausado; em a narração ordinária, simples, igual, variado, quanto baste para bem assinalar os tempos, os lugares, as pessoas; na confirmação, forte, grave, convencido; quando expuserdes as grandes provas tende particular cuidado de lhes tirar com energia as consequências.

Conservai às diversas paixões o seu tom próprio. Relativamente à alma são diferentes os seus efeitos: Têm também elas diferentes maneiras de se manifestar.

A *dor* abate a alma e a perturba; desfalece a voz, entrecorta-se o discurso.

O *gozo* e a *alegria* dilatam o coração; exprimem-se com acentos vivos e animados.

A *ira* é arrogante e férvida; lança na alma a torvação, e manifesta-se exteriormente por um tom enérgico, violento, impetuoso.

Na *admiração* será o tom incerto, anelante, atônito, porque a alma não compreende bem o que vê, o que ouve, o que sente.

Pelo que pertence aos torneios oratórios, às figuras de retórica, varia também muito o tom da voz:

A *repetição* há de indicar-se carregando na palavra repetida;

a *disjunção* pela rapidez e vivacidade;

a *permissão* por um tom de confiança que cheira um pouco a ironia;

a *dubitação* por um tom incerto e duvidoso que exprime ou revela o embaraço que se experimenta;

a *comunicação* por um tom mais familiar, mais lhano, por uma certa abnegação e candura;

a *suspensão* por uma pausa e certa interrupção momentânea;

a *antítese* carregando nas palavras em contraste, e mudando de tom;

a *ironia* por um tom em que entra a compaixão e o desprezo.

Indica-se a *interrogação* levantando o tom ou no princípio ou no fim;

a *apóstrofe,* levantando a voz no princípio e voltando logo ao tom ordinário;

a *exclamação* por um impulso, um movimento como espontâneo que vem do coração;

o *epifonema,* mormente quando ele encerra máxima importante ou grande verdade de experiência por um tom mais firme e seguro;

a *observação* por um tom terno, compassivo, animado;

a *enumeração,* pela vivacidade, rapidez, distinção sensível de sons, de modo que se não embaracem nem confundam uns com os outros.

As *interjeições* hão de variar segundo o sentimento que exprimem;

as *parênteses* ou *orações incidentes,* pedem ordinàriamente um tom mais baixo que o da cláusula em que se acham intercaladas, ou mais alto quando exprimem uma exclamação de alegria;

o *diálogo* há de apresentar-se de um modo animado; dar-se-á um tom diferente a cada interlocutor; um falará mais baixo, outro mais alto, ou um mais depressa, outro mais devagar, com tom mais sério ou mais leviano, segundo o caráter das pessoas e das coisas.

Quando o orador responder à interrogação mudará a voz e dar-lhe-á o tom afirmativo ou negativo, segundo afirmar ou negar.

As palavras que encerram o pensamento do orador hão de dominar particularmente na cláusula para conservarem seu verdadeiro sentido e sua importância". [15]

A graça do dizer. — À modulação da voz anda associada outra qualidade estética que não é fácil definir, chamada em oratória *a graça do dizer*. Conhece-se pelos efeitos de fascinação que desperta nas almas. E' esse ritmo suave diverso do da poesia, recomendado por Aristóteles na sua Retórica e a que M. Túlio chamou *verborum numerorumque jucunditas.*

O orador sagrado deve ser dotado duma especial graça no dizer que dê vigor e particular eficácia às frases de maior relevo. O abalo nos ouvintes será impressionante.

Massillon de tal maneira pronunciou um dia a terrível sentença do juízo universal "*Discedite a me, maledicti, in ignem aeternum*" que viu o seu auditório como que fulminado torcer-se para a direita. E ao falar no pequeno número dos eleitos, as suas palavras "*Meu Deus, onde estão os vossos escolhidos? e para vossa herança quem fica?*" deixaram assombrado Luís XIV e toda a sua corte.

§ 2. A ação

I. *A ação em geral*

1. Definição. — A ação oratória é o conjunto de atitudes e de movimentos exteriores com que o orador acompanha a palavra para melhor expressar o pensamento e comunicar aos ouvintes toda a sua afetividade interior.

Assim definida, a ação é a vida do discurso, é o

---

[15]) Roquete, *Manual de Eloquência Sagrada,* pp. 377-379.

próprio discurso vibrando fora do espírito que o concebeu, como se quisesse transfundir-se da alma do orador para a dos ouvintes. O corpo do orador é uma verdadeira harpa cujas cordas num ritmo harmonioso, sabem vibrar notas maravilhosas contanto que a força da convicção e o calor do afeto as venham impressionar.

Esta definição põe em relevo a

2. Sua importância e necessidade na oratória. — Não há dúvida que uma voz sã, harmoniosa, graciosa, pode às vezes arrebatar a alma dos ouvintes, o que não raro se observa na música. Mas além do ouvido o homem é dotado da faculdade de ver; e essa faculdade também se deixa extasiar, quando a estética da gesticulação faz vibrar o orador em harmoniosa unissonância com a palavra.

E' tão humano dar à palavra o acompanhamento da ação, que se tornaria ridículo e até violento dispensá-lo. Basta atender ao que naturalmente se passa em qualquer conversa, por pouco animada que seja. Quantas vezes um gesto, uns ademanes, um olhar bastam para traduzir um sentimento, sem recorrer à palavra. A linguagem da ação completa a da palavra, dá-lhe corpo, dá-lhe relevo, dá-lhe vida e expressão, fazendo-a entrar pelos olhos para melhor penetrar na alma.

3. Valor artístico da ação. — Para se ter idéia do papel que sob o ponto de vista artístico representa o acionado na oratória, basta apelar para uma dupla observação.

A) Pondere-se como este ou aquele gênio da pintura ou da escultura conseguiram expressar dum modo arrebatador os mais elevados sentimentos da alma só com uma atitude, um gesto arrancado de figuras inertes; como numa contração, num olhar continuou a palpitar viva a dor, a alegria, o remorso, a aflição, a esperança ou o desespero, a ira, a resignação duma figura morta.

B) Uma prova mais palpável da sugestão que pode exercer a simples ação é a história do cinema mudo. Foi necessária a sua invenção para se conhecer todo o poder

maravilhoso da mímica. Que afetos bons e maus não pode ele despertar nos espíritos!

4. Qualidades gerais da ação. — Estão condensadas nas três palavras das já citadas *Normas* (n. 36), prescrevendo que a ação e os gestos *eam gravitatem, simplicitatem, et concinnitatem praee se ferant quae nihil histrionem sapiant.*

A) A *gravidade* exclui tudo o que é descompassado, desagradável: as contorções, os trejeitos, o bater de palmas, certa leviandade de ademanes, de esgares cômicos. Nem se compaginam com a gravidade do púlpito os exageros de *toillette* e de penteado, o hábito pouco decente de limpar amiúde a fronte sem necessidade, de cuspir, de expectorar espalhafatosamente para um lenço, ostensivamente estendido diante do nariz. Bater o pé ou fazer do púlpito tambor, em que estouram os murros da indignação oratória é simplesmente indigno de qualquer ministro do Evangelho.

Numa palavra, a gravidade não tolera no orador sagrado nenhuma atitude teatral, nenhuma dessas manifestações desairosas, de sem-cerimonioso à vontade.

B) A *simplicidade* é virtude oposta a tudo o que é afetação ou artifício exagerado. Exclui tudo o que manifesta arrogância, dum modo geral o acionado pretensioso, os meneios estudados ao espelho, as mesuras e saudações repartidas a torto e a direito, os gestos pomposos que se tornam ridículos à força de quererem ser solenes.

C) A *correção elegante* exige um certo apuro que não desdiga da simplicidade: o decoro, a polidez de movimentos, a urbanidade singela e despretensiosa.

O acanhamento que não sabe o que fazer das mãos e lhes dá qualquer posição desleixada, o bracejar de qualquer modo, sem garbo, nem oportunidade, só pela apreensão geral de que é necessário mexer-se, as atitudes toscas, o debruçar-se para os ouvintes, fincando os cotovelos nas bordas da tribuna, o encolher de ombros, o franzir das sobrancelhas, o enrugar da fronte, o coçar da cabeça, o esbugalhar dos olhos, o oscilar do tronco para qualquer dos quatro pontos cardeais, são as mani-

festações principais da incorreção, filha do acanhamento ou dos hábitos contraídos.

Quando há naturalidade evitam-se muitos defeitos, e as boas qualidades da ação mais fàcilmente se adquirem. A natureza devidamente educada pela arte é a verdadeira escola dum bom acionamento. E' um fato que quando conversamos, todos acionamos *naturalmente,* com mais ou menos elegância conforme a educação artística. E por que é que já não acionamos assim no púlpito? O que é que nos ata no exercício da pregação? E' a falsa opinião de que pregar já não é conversar; é um ato oficial, solene, que já perdeu a natureza de um entretenimento de pai com seus filhos, de mestre com seus discípulos. E enquanto o pregador não depuser essa mentalidade errônea, não chegará a adquirir a verdadeira naturalidade.

5. Cultivo do acionamento oratório. — A natureza é sempre a base de uma adequada execução oratória. Mas as faculdades naturais não nascem aperfeiçoadas; têm de ser desenvolvidas por uma educação que as submeta a um regime disciplinar de formação técnica.

Esta educação compreende:

A) O competente estudo das regras da arte.

B) O exercício paciente de declamação devidamente acionada. Mas, para que esses exercícios sejam educativos:

a) devem ser dirigidos por um mestre de competência;

b) devem tomar-se com o mesmo empenho com que os ordinandos ensaiam as cerimônias da Missa;

c) devem ser acompanhados de uma crítica rigorosamente pedagógica em que se notem *com seriedade* as deficiências;

d) devem encaminhar-se à formação do bom gosto oratório e do critério indispensável para discernir o afetado do natural.

C) A observação de bons oradores e de colegas mais privilegiados nos dotes declamatórios. Todos naturalmente nos animamos quando vemos executar com facilidade

o que se nos antolhava insuperável. A observação dum modelo cria o bom gosto e excita à imitação racional, não servil, pois cada um para ser natural há de declamar conforme o seu temperamento.

II. *A ação em seus vários aspectos*

Na ação oratória distinguiremos a apresentação do orador, a sua comunicação com os ouvintes, as expressões fisionômicas e a gesticulação pròpriamente dita ou a ação braquial.

1º A apresentação

A) *Antes de subir ao púlpito.* — O pregador é desde que sai da sacristia *um espetáculo aos olhos do mundo, dos anjos e dos homens: dos anjos,* que com olhares de complacência contemplam nele o embaixador de Cristo; *dos homens,* que o acompanham com olhar de curiosidade, observando todas as suas atitudes e movimentos, começando desde logo a colher as primeiras impressões que oxalá não desdigam do papel que vai desempenhar. E quem sabe se dessa primeira impressão colhida não dependerá o fruto do seu ministério?

Já nesta primeira aparição, o seu exterior deve ser de tal modo grave e digno, sem afetação nem ressaibos de mundanidade, que os fiéis possam descortinar nele a auréola sobrenatural do homem de Deus e saudar interiormente o enviado do Senhor.

Recebida no altar a bênção litúrgica, se ela teve lugar, e feita uma breve prece, encaminha-se modesta e gravemente para o púlpito, sem levantar ainda os olhos para o auditório.

B) *No púlpito.* — A sua apresentação deve desde o princípio refletir o espírito das verdades que vai tratar e de que deve estar possuído, sem ares de presunção, com modéstia, dignidade e singeleza, de sorte que o modo de fazer o sinal da cruz deixe desde o princípio marcado o caráter do sermão. Só a piedade com que o Pe. Ravignan traçava majestosamente o sinal da cruz deixava logo o auditório salutarmente impressionado. E'

em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo que o pregador se apresenta no meio dos ouvintes, para tratar com eles o negócio da salvação de todos. E' em nome das três divinas Pessoas que os saúda e lhes dirige a palavra.

Está feita a apresentação. Pode descansar sobre o auditório o olhar de quem se sente revestido da autoridade de Deus. Esse olhar toma conhecimento das almas que o vão escutar e não deve ser tímido, mas modesto, afável, que inspire confiança e revele um coração a transbordar de Deus. E' a primeira comunicação com o auditório.

Uma das posições dignas para começar é apoiar levemente as mãos sobre o púlpito. O corpo deve manter-se direito, mas não hirto; a cabeça naturalmente erguida, sem arrogância, suavemente inclinada para a frente, evitando debruçar-se sobre o púlpito, estender o pescoço para os ouvintes, encolher os ombros, com prejuízo da respiração. Haja flexibilidade e desafogo, sem agitações desassossegadas.

O tronco deve adotar atitudes variadas, conforme os movimentos oratórios exigidos pela variedade de sentimentos. Evitem-se certos movimentos bruscos — o encolher-se e erguer-se de repente, as oscilações uniformes de pêndulo, e toda a movimentação vaga e inexpressiva, nascida mais da rotina que da espontaneidade oratória.

Fale-se sempre de frente ao auditório com um tênue desvio que se obtém avançando um pouco o pé direito para que o corpo descanse sobre o esquerdo. E' posição cômoda e airosa que deixa os pulmões desafogados para a respiração, ao mesmo tempo que facilita ao braço direito, membro principal do acionamento, maior expansão e elegância de gesto.

Em conclusão: No púlpito lembre-se o orador de quem representa. Não necessita de mais para compor e dignificar todas as suas atitudes.

Não há impressão mais salutar do que a que pode exercer o orador, no qual transluz o caráter sagrado de embaixador de Cristo.

Se a declamação há de ser como que um espelho em que se reflete a alma, ou até uma efusão exterior dela; se por outro lado a alma do pregador deve estar identificada com a de Cristo e penetrada do seu mesmo espírito, segue-se que a apresentação do pregador com todos os seus movimentos e atitudes exteriores há de ser um retrato fiel do Pregador divino.

2º Comunicação

A mesma natureza da pregação exige uma constante e estreita comunicação com o auditório.

Pregar não é só falar diante de um auditório, é falar com esse auditório. A palavra mesmo pregada é uma verdadeira comunicação de alma com alma. Não será, pois, natural senão na medida do contacto estabelecido entre a pessoa que fala e a que escuta.

E esta comunicação, este contacto, estabelece-se antes de tudo pelo olhar. Pregador, que não olha para os ouvintes, não pode ter vida nem comunicá-la ao discurso e pelo discurso a quem o ouve.

E encontram-se pregadores que não ousam encarar de frente o auditório. O olhar incerto e preocupado perde-se no vago, não desce para o nível da assistência, não descansa confiadamente nos ouvintes. Efeito da timidez, sem dúvida, quiçá também da preocupação com que o prende a memória.

Seja como for, esse defeito pode-se vencer, deve-se vencer, custe o que custar. De outro modo paralisará inteiramente a vida e o movimento oratório, tirará ao sermão o seu caráter essencial de entretenimento *com* os ouvintes, e será fonte de muitos outros defeitos de declamação.

Não se fitem pessoas determinadas; olhe-se para o conjunto com esse olhar firme e grave que passeia pelo auditório e o domina e lhe prende a atenção. Nos olhos do orador poderão os ouvintes ler os sentimentos de que a sua alma estiver possuída, uma vez que os olhos são o espelho da alma.

3º Fisionomia

A) *O papel da fisionomia.* — A fisionomia do pregador deve denunciar o embaixador de Deus e o amigo das almas, deve sobretudo irradiar o ardor apostólico. Toda a vida interior da alma, com o desabrochar dos afetos e o estuar das paixões, assoma espontâneamente ao seu semblante e transluz sobretudo nos olhos, intérpretes dos mais delicados sentimentos, receptores e transmissores ao mesmo tempo.

a) *As feições fisionômicas.* — A fisionomia é um panorama vivo em que as paixões se representam pintadas com vigor e delicadeza; cada movimento afetivo se exprime em seus traços e feições, expressão que é o reflexo fisiológico dos movimentos patéticos mais recônditos.

b) *O olhar.* — Os olhos são os órgãos principais da expressão oratória. Eles riem na alegria, anuviam-se na tristeza, choram na dor, na ira despedem chamas incendiárias, ameaçam e fulminam no fogo da indignação; enternecem-se e compadecem-se diante do sofrimento alheio; interrogam, penetram nas almas, pondo-lhes a descoberto os seus segredos, transfundindo nelas, por sua vez, toda a afetividade da sua.

B) *Educação da fisionomia oratória.* — Sendo o semblante um fiel espelho da alma, é claro que seria estéril o empenho artificial de dar à fisionomia expressão de sentimentos oratórios ou de aperfeiçoar nela o reflexo das suas emoções. Este trabalho é todo *ab intus*. O espelho não cria, só reflete a imagem do objeto. Tudo o mais seria ficção e puro artifício.

Procure, pois, o orador sagrado formar-se uma alma de apóstolo, uma alma verdadeiramente sacerdotal, juntamente com um caráter sincero e incapaz de fingimentos. E se durante a pregação há uma idéia sobrenatural a atuar no seu espírito, a inflamar-lhe o coração, essa alma sacerdotal e apostólica há de transparecer-lhe no semblante; a luz sobrenatural, que lhe ilumina a inteligência, há de transluzir-lhe no olhar; a nobreza de sentimentos, a pureza de afetos há de retratar-se-lhe no har-

monioso conjunto dum semblante calmo e digno. Não necessitará de outros esforços nem artifícios.

Entretanto, independentemente das disposições interiores da alma, há defeitos que fàcilmente se podem contrair, se é que não são já conaturais e orgânicos. No primeiro caso devem-se corrigir, no segundo podem pelo menos atenuar-se. Tais são os defeitos assinalados já na p. 141, C, para não falar de outros trejeitos que tanto afeiam e desfiguram a expressão do semblante. O mesmo esforço da memória se manifesta não raro em contrações desagradáveis; e até o empenho de bem articular, de excitar a atenção e de dar interesse ao discurso, forçando os músculos faciais, pode levar a inconscientes desfigurações do semblante.

4º O gesto

Depois de termos falado da ação em geral, a palavra *gesto* restringe-se agora à simples ação braquial. Sem esta ação todos os outros movimentos oratórios serão essencialmente mutilados.

E' evidente a necessidade de educar e aperfeiçoar com arte a linguagem do gesto, para ela não dizer mais nem menos do que deve dizer, com a oportunidade e graça com o que deve dizer.

A) *A estética do gesto.* — O gesto oratório deve apresentar as seguintes qualidades:

a) *Dignidade.* — Exige-a a harmonia com o caráter sagrado da pregação. O gesto do pregador é sacerdotal, não é cômico, nem comicieiro, nem charlatanesco. Até certo ar pitoresco e humorístico, bom para divertir as crianças, se deve banir do púlpito. Pôr as mãos nos quadris, cruzá-las atrás das costas, metê-las nos bolsos, cruzar os braços, são atitudes tão claramente inconvenientes, que nem há por que referi-las.

b) *Verdade e expressão.* — Assim como é verdadeira a declamação e expressiva a entoação que reproduz fielmente o sentimento, assim é verdadeiro e expressivo o gesto que brota em conformidade com o que diz e sente o orador. Numa palavra, o gesto verdadeiro é o que se

amolda ao sentimento e em último termo o que nem promete mais, nem dá menos do que exige o objeto. Nesse caso o gesto é *objetivamente* apropriado.

E' sabido, porém, que a mímica nasce imediatamente das imagens criadas na fantasia. E como essas imagens embora correspondam a uma mesma idéia, a um mesmo sentimento, variam contudo em harmonia com o caráter psicológico de cada indivíduo, segue-se que gestos objetivamente idênticos podem ser subjetivamente distintos. Exprimindo embora o mesmo sentimento, o mesmo objeto, exprimem-no contudo de modo diferente. A expressão é a mesma; só é diferente o modo dela. Por outras palavras: o gesto tem de ser também *subjetivamente* apropriado, tem de ser pessoal.

Corolário. — α) Tão verdadeiro e apropriado pode ser o gesto do orador nervoso, como o do pacato; o do caráter fogoso, como o do ponderado, contanto que se conformem com o próprio temperamento e modo de ser.

β) Não se deve julgar inferior ou superior, sob o mesmo ponto de vista, a declamação de um orador com relação a outro, só por ser mais ou menos movimentada, por predominar este ou aquele caráter de gesticulação.

γ) E' um erro a imitação servil da gesticulação de oradores que apresentam temperamento diverso.

A verdade e a propriedade do gesto exige ainda conformidade com os outros elementos de expressão: voz, entoação, modulação, olhar, etc.

Não se julgue, contudo, que a direção do movimento, por exemplo, deva ser uniforme em todos os órgãos da ação. Requer-se, sim, a harmonia dos elementos, conspirando todos para o mesmo fim que é a expressão fiel da verdade. Mas há harmonias por semelhanças e harmonias por contraste.

Não é, pois, contra a verdade do gesto levantar os braços e baixar os olhos quando se trata de figurar, por exemplo, a profundidade de um abismo: estender os braços para um lado e virar o rosto para outro quando se exprime um sentimento de aversão e horror; erguer os olhos para os céus e descair os braços para a terra com

o fim de expressar a atitude suplicante de quem já nada espera dos meios humanos. E assim em casos análogos.

c) *Naturalidade.* — E' o grande dote do gesto perfeito. Com o que dissemos ao falar da declamação em geral, pouco há que acrescentar. O gesto é fruto de atividade impulsiva e até inconsciente. Por isso o principal empenho de quem aspira ao ministério da palavra deve ser não contrariar a espontaneidade da gesticulação, numa palavra, não a *desnaturalizar.* A quem está possuído de um ideal — e o ideal do pregador é a Verdade e o Bem — ilumina-se-lhe por si mesma a fisionomia e o gesto brota espontâneamente ao calor da convicção. A mesma natureza que lhes dá impulso, marca-lhes a norma e a medida.

Mas a naturalidade do gesto não é incompatível com o estudo e educação, como já temos dito sempre que tocamos este assunto. E' incompatível com o artifício, mas não com o exercício. Pode cada um exercitar-se na gesticulação oratória, como se pode exercitar na composição literária.

d) *Graça.* — Assim como há a graça do dizer, há também a graça da gesticulação. Esta graça já existe *fundamentalmente* no gesto que apresenta as qualidades acima estudadas; e será *formalmente* belo quando não lhe faltar a delicadeza e polidez do movimento, aliada à nobreza da expressão.

Acrescente-se, por outras palavras, a harmonia de linhas e de movimentos, a cadência do seu andamento e a justa proporção dos intervalos, e teremos o gesto estèticamente perfeito e gracioso.

A natureza tem o seu ritmo no pensar e no sentir. Gesticulação em que transpareça esse ritmo harmonioso só ganhará em graça e beleza, que não está tanto na plasticidade e elegância gráfica do traçado, como no mimo da expressão.

O desenvolvimento do gesto passará por várias fases. Haja entre elas ligação natural, formando uma trama contínua na sua variedade, sem transições bruscas e

antinaturais, salvas as exigências de algum rasgo extraordinário de eloquência.

Haja também progresso no desenrolar da gesticulação, deixando bem marcados os pontos de partida do movimento oratório, com os centros de ação, os pontos culminantes e os remates que a marcha ascendente da declamação naturalmente reclama.

B) *Classificação dos gestos.* — Os gestos costumam-se dividir em quatro classes:

a) *Puramente concomitante:* tem por fim acompanhar a emissão da voz e conduzir artìsticamente a declamação.

b) *Designativo:* aponta os lugares, tempos, pessoas e fatos.

c) *Mímico ou descritivo:* procura dar uma representação gráfica do objeto.

d) *Afetivo:* Tem por fim dar corpo aos sentimentos da alma.

Outras classificações de gestos não fazem mais que complicar o estudo e o uso da gesticulação oratória.

O gesto mais nobre, o que portanto se deve preferir, é o afetivo.

"Cada paixão tem gestos que lhe são próprios. O temor e a tristeza abatem, entibiam a alma, tiram-lhe todo o vigor, toda a energia; seu gesto é, em geral, frouxo e lânguido.

O gesto é vivo, impetuoso, violento, no excesso dos transportes da indignação.

Um gesto que muito convém nos afetos brandos, é aproximar a mão da boca ou do peito, depois afastá-la brandamente, dirigindo-a aos ouvintes.

Suplica-se com as mãos postas. Afirma-se estendendo as mãos para os ouvintes, com a palma virada para baixo e às vezes com a mão sobre o peito. Usa-se este gesto no juramento, que não é senão uma afirmação forte e solene.

Na aversão, faz-se um movimento da mão para a direita e mais ordinàriamente para a esquerda, voltando a cabeça para o lado oposto". [16]

C) *Regras gerais da gesticulação.* — Haja harmonia entre o gesto e o pensamento.

---

[16]) J. I. Roquete, obra citada, p. 393.

Seja sóbria a gesticulação, suprimindo-se tudo o que não tiver finalidade expressiva. Se o gesto exprime o que se sente, o modo ou grau em que se sente, faça-se muito embora; mas se ele não significa nada, melhor será a imobilidade. A sobriedade não está só em suprimir o gesto inútil, mas também em atenuar a exuberância daqueles que significam mais do que a frase exige. Quanto mais se multiplicam os gestos mais eles se desvalorizam e desvirtuam. O resultado de uma gesticulação exuberante é concentrar nela toda a atenção dos ouvintes, desviando-o do que se está dizendo. Tudo vai para os olhos e nada para os ouvidos.

Muitas vezes convirá sacrificar um gesto para dar mais realce a outro de maior transcendência.

Não seja demasiado realista o gesto imitativo. E' ridículo nalguns querer como que desenhar no espaço os objetos que as palavras vão descrevendo. Quanto mais grandioso é o objeto de que se trata, mais geral, e portanto menos pormenorizado, deve ser o gesto que o exprime.

A amplitude do gesto depende não só da maior ou menor sublimidade do objeto, mas também da natureza e da concorrência do auditório e do local em que se prega. Numa capelinha particular ou a meia dúzia de ouvintes ninguém faz a gesticulação que faria diante de uma numerosa multidão numa catedral ou ao ar livre.

Ao dirigir-se a palavra aos ouvintes, ao interrogá-los, ao repreendê-los, ao exortá-los, os braços voltam-se para eles. Mas, acrescenta Monsabré [17]:

"dans cette direction la position de vos mains n'est pas indifférente. Ainsi lorsque vous exposez une vérité claire et facile à comprendre, la paume de vos mains doit se présenter de face aux yeux de l'auditeur, comme les pages d'un livre dans lequel vous l'invitez à lire.

Au contraire, vous voulez expliquer une chose difficile: la paume de vos mains se tourne vers votre visage, et votre oeil inquisiteur semble y chercher le noeud de la difficulté.

Vous développez un argument: la paume de vos mains, placée, horizontalement, se tourne en haut comme pour appuyer et

[17]) Obra cit., pp. 364-365.

soutenir chacune des raisons que vous exposez, et quand il s'agit d'imposer vos conclusions elle se retourne en bas et pèse sur la tête de vos auditeurs.

Vous voulez exprimer le rassemblement, la rencontre, l'union: les paumes de vos mains se tournent une vers l'autre et se rapprochent.

Vous divisez, écartez, répudiez: les paumes de vos mains se retournent en dehors et s'éloignent l'une de l'autre".

O órgão ordinário da gesticulação é o antebraço. A intervenção total dos braços tem lugar quando rasgos extraordinários de eloquência reclamem ação de maior amplitude. Mas ainda assim há excessos que convém evitar, como seria levantá-los de tal modo que ultrapassem a altura da cabeça ou estendê-los tanto que pareçam estirados.

Quanto ao traçado do gesto, a linha curva parece a mais airosa. Convém, pois, que a gesticulação evite o traçado angular e retilíneo.

O braço que deve acionar é o direito; o esquerdo pode intervir também em passagens de maior movimento oratório, para auxiliar, em movimento uníssono, o direito; nunca, porém, para traçar gestos heterogêneos, nem muito menos antagônicos. Sòzinha nunca a mão esquerda deve gesticular, a não ser num rápido movimento de aversão, de horror ou de desprezo.

O gesto, mais do que acompanhar, deve prevenir e anunciar a expressão vocal.

O ponto de partida do gesto pode ser o peito, os ombros, a fisionomia do orador, o peitoril do púlpito, conforme a altura de um e de outro. Arredonde-se o gesto, seja qual for a direção que se lhe dê: será um modo de lhe comunicar plasticidade, elegância e graça.

As mãos mantenham-se ordinàriamente abertas, com os dedos naturalmente estendidos, e ligeiramente encurvados para dentro, sem se separarem, nem também se apertarem entre si.

Para certos gestos, sobretudo na exposição doutrinal, ficam bem o índice e o polegar unidos, enquanto os outros se conservam direitos.

Em gestos designativos, é natural estender-se só o indicador, dobrando-se os outros até ao meio.

O gesto nervoso, trêmulo e vibrante, sendo bem feito, é apto para realçar uma passagem emocionante, mas não para se manter através do discurso.

Muitas outras regras se dão sobre os movimentos braquiais e digitais, sobre a curvatura do antebraço, as dimensões do traçado vertical e horizontal do gesto, etc.

Não são para desprezar muitas dessas normas. Mas a única regra verdadeiramente proveitosa reduz-se a eliminar os defeitos que afeiam a gesticulação, sobretudo a rusticidade do seu traçado, a excessiva rapidez e continuidade de meneios que reduzem o pregador a uma espécie de grimpa que a brisa não deixa descansar.

O melhor gesto é sempre o mais natural. O rápido assenta bem no temperamento nervoso, o compassado e arredondado é mais conatural ao pregador pacato.

Formular regras fixas e estabelecer métodos uniformes para todos, seria insensatez.

Melhor do que aprender a fazer gestos com desenho à vista, é formar o hábito de os criar, embora sem modelo. Quero dizer: o melhor esforço deve convergir para criar as disposições interiores que depois hão de produzir o gesto; e ao mesmo tempo, habituem-se a uma obediência fácil e espontânea todos os órgãos da execução oratória.

E seja esta a preparação remota do acionado. A inspiração imediata será dada pelo assunto da pregação e pela presença do auditório posto em comunicação espiritual com o pregador.

ART. 3. UM NOVO PÚLPITO

§ 1. A emissora

A) *O que é?* — Todos o sabemos. E' um invencível semeador de idéias, de todos o mais formidável, que a cada lanço dá volta ao mundo num abrir e fechar de olhos, voz que em toda parte simultâneamente se faz ouvir e que a toda parte fará chegar sopros de vida ou sopros de morte. Já em 1929 dizia o Secretário da So-

ciedade das Nações haver para cima de 70 milhões de aparelhos receptores a funcionar no mundo, número que posteriormente se multiplicou de modo fabuloso, podendo dizer-se já que grande parte da humanidade vive familiarizada com o Rádio. E não esqueçamos que a onda, colhida pelo receptor e logo prodigiosamente reforçada pelos *alto-falantes* das praças públicas, mete-nos em casa, queiramos ou não, mete-nos nos ouvidos, mete-nos na alma, sem resistência possível, a idéia sonora, que depois de peregrinar pela imensidade do espaço irá germinar nos espíritos e produzir neles frutos de vida ou de morte.

E' assim que a Radiofonia se torna a arma avassaladora que providencialmente decidirá da sorte da humanidade.

B) *Deverá o orador utilizar essa arma?* — Bem ociosa parece a pergunta. Quando já em 1930 tanto se alarmava Pio XI com os perigos da emissora radiofônica, quando os semeadores do erro e do vício manejam essa máquina formidável de destruição e de corrupção, sem que lei alguma lhes venha coarctar a liberdade, não será caso de lamentarmos que os filhos das trevas tivessem madrugado mais que os filhos da luz?

Utilize, pois, o orador todas as vantagens que lhe oferece a Radiofonia para o seu apostolado da verdade e do bem, se realmente ele tem a peito a dilatação do reino de Deus e o zelo das almas.

C) *Vantagens da Radiofonia.* — E' voz que a toda hora é escutada, senão em umas, pelo menos em outras zonas, porque, transpondo simultâneamente todos os fusos horários, nunca a sua audição é inoportuna; a toda hora tem ouvintes. Basta um simples aparelho receptor para a qualquer momento ouvirmos o que se diz em qualquer parte do mundo, para ouvirmos a voz dos antípodas, como se eles estivessem presentes, como se já não houvesse distâncias no mundo.

E' a maravilha do nosso século. O orador, em qualquer ponto do globo, pode entrar em contacto com todo o gênero humano, vibrar a uníssono com ele, transfundir

em todas as almas o seu pensamento, os seus sentimentos e provocar nelas as mais variadas reações. E desse modo adquire o orador o dom da ubiquidade, sem se deslocar.

O seu contacto com o ouvinte é dum alto poder psicológico. O radiouvinte, com o espírito concentrado, espera que a voz lhe venha ferir os ouvidos, como se viesse do outro mundo. Recebe com inalterável atenção, impondo silêncio ao próprio ambiente, e sem perder uma gota, toda aquela catadupa de idéias benfazejas ou malfazejas, que se lhe insinuam na alma e a cativam mais despòticamente do que a locução duma conferência direta.

Desse modo não há igreja no mundo que reúna à volta dum púlpito tantos ouvintes, quantos os curiosos que na hora das suas emissões uma emissora reúne em redor dos seus inumeráveis receptores. E aí está o que poderá vir a ser nos tempos modernos o instrumento da pregação mais penetrante e avassaladora dentro dum âmbito ilimitado. Será o grande semeador da palavra de Deus, que a pode multiplicar mais prodigiosamente do que se multiplica nas sementeiras o grão lançado à terra.

Estamos bem lembrados de nos ter o Divino Mestre exortado a pedir operários para a sua messe, desprovida de braços que façam a sementeira e a colheita. Revelou-nos Ele agora o segredo de se multiplicarem, fazendo chegar a voz de um só aos ouvidos de todos, dum ângulo ao outro da terra. E' o Evangelho *por cima dos telhados,* circulando sobre as asas etéreas em todas as direções e chegando aonde não chegaria o arauto vivo da sua palavra.

A mesma Providência que no berço do cristianismo multiplicou os seus pregoeiros, multiplicando-lhes as línguas, no nosso século é reforçando-lhes a voz e dando-lhe um alcance ilimitado que os multiplica. Essa voz irá levar o conhecimento da verdade àqueles mesmos que por comodismo ou respeito humano não se atrevem a ir buscá-lo fora de casa.

E para missionários, uma emissora ao seu dispor será a solução de angustiosos problemas, tais como a falta de pessoal eficiente, de comunicações rápidas, etc.

Pelo fato de não ser visto dos ouvintes, o pregador, ao radiodifundir as suas conferências ou sermões, não tem que se preocupar com as exigências de apresentação, de acionado, de gesticulação, nem mesmo com a memória, podendo sem desaire ler os seus discursos, sem parecer que os lê. Nem tão pouco necessita de esforços de voz que o cansem. E esta, por débil que seja, receberá do microfone a vibração de que necessita.

D) *As suas desvantagens.* — A pregação radiodifundida, por isso mesmo que o pregador não sabe determinadamente quem o está ouvindo, nem vê o auditório, não pode ter nunca essa comunicação de alma com alma, nem a espontaneidade, que o púlpito facilita com o auditório à vista. E' um defeito, contudo, que uma boa locução, com o segredo duma oportuna *composição do lugar,* podem até certo ponto atenuar. Não é verdade que, graças a essa concentração de espírito, quase se vê o Papa abençoando-nos quando ouvimos a sua voz "Benedictio Dei Omnipotentis...", como ele verá o panorama do mundo fiel fazendo o sinal da cruz e recebendo a bênção pontifícia?

Essa ausência sensível, aliás, na pregação radiofônica, é uma deficiência que no futuro a televisão poderá talvez atenuar mais.

Outras desvantagens ainda da pregação radiodifundida são as possíveis interrupções da corrente elétrica que inesperadamente podem suspender ou deformar a locução, e mais fàcilmente nesta ou naquela zona impossibilitar a audição, são ainda as interferências involuntárias ocasionadas pela meteorologia, ou mesmo as interferências malévolas provocadas pela guerra das ondas. E' certo que estas se podem evitar por legislações nacionais e por acordos internacionais; mas já sabemos também que em tempos de guerra esses acordos não são respeitados, como nem em épocas de perseguição religiosa.

§ 2. A simples instalação microfônica

Por felicidade chegamos a uma época em que o orador vê resolvidas muitas dificuldades no que se refere ao alcance e à resistência que deve ter a voz oratória;

numa palavra, vê resolvido ou facilitado o problema de se fazer ouvir sem esforço. E' o recurso ao microfone, ou colocado sobre a mesa do conferente, ou instalado no próprio púlpito, ou mesmo suspenso ao peito do pregador; e isto com ou sem o auxílio de alto-falantes que venham ampliar mais o som e conduzi-lo para fora do recinto sagrado.

Benéfica invenção, sem dúvida, embora para a utilizar tenha o orador de sacrificar algo da estética e da naturalidade fonéticas.

1. *Vantagens e desvantagens.* — Guardadas as devidas proporções, e *mutatis mutandis* temos na locução microfônica as mesmas vantagens e os mesmos inconvenientes da locução radiofônica das grandes emissoras.

2. Quanto à *instalação* tenha-se presente:

a) que as pregações ao ar livre, em que se utilize o microfone, não dispensam a colaboração de alto-falantes;

b) que no púlpito a instalação não deve condenar o pregador à imobilidade duma estátua, nem à movimentação tímida e artificial do títere;

c) por isso parece-nos preferível o sistema de bons e pequenos microfones, suspensos pelo próprio fio do pescoço do orador, quase como uma cruz peitoral. Desse modo em nada se paralisa o movimento do pregador, que, usufruindo de todas as vantagens do microfone, não encontrará o menor embaraço ao seu acionado oratório.

3. Quanto à *utilização* do aparelho:

a) procure o orador, num brevíssimo ensaio prévio, experimentar a sua eficiência técnica, sintonizar bem a voz, para assim evitar depois inesperadas deformações fonéticas que irritariam os nervos do auditório;

b) tomadas estas precauções, proceda o pregador sem mais apreensões, mesmo quando fala à vontade, e nos movimentos mais patéticos em que necessita de despertar e de fazer vibrar toda a sua afetividade. Já não tem que pensar mais no microfone e proceda como se o não tivesse;

c) em conferências feitas de pé ou sentado a uma mesa, o caso simplifica-se. O conferente dirige-se não à vontade, mas simplesmente à inteligência que procura instruir ou convencer. O uso do microfone não lhe criará dificuldades de espécie alguma. Tudo se reduz à sintonização inicial.

Entretanto, no púlpito o pregador, à mesa de leitura o conferente, no gabinete da emissora o locutor, apesar de favorecidos pelo microfone, não se julgarão dispensados de dar à voz a devida sonoridade, entoação oratória e modulação, nem muito menos de articular bem as palavras, conforme foi dito atrás.

§ 3. Preparação para o apostolado radiofônico

Não é apostolado este que se improvise. Por isso convém que já nos Seminários se formem bons locutores nas suas respectivas línguas e que durante a formação oratória os seminaristas aprendam a falar ao microfone sem acanhamentos, nem embaraços de principiantes. E' uma questão de prática e exercício. A teoria é facílima.

Mais ainda: é mister que aprendam também a técnica das instalações de toda a aparelhagem. Na sua vida de vigários, de pregadores e de missionários nem sempre terão ao seu dispor profissionais da arte para lhes prestarem esse serviço.

O máximo *desideratum* da Igreja será que os católicos em cada país tenham *a sua* ou *as suas* emissoras próprias para exercício do seu apostolado. Enquanto o não conseguirem, saibam ao menos introduzir os seus pregadores e conferentes e diretores de retiros nas emissoras públicas ou particulares, a fim de que não haja canto da terra em que a voz do Evangelho se não possa ouvir.

Desse modo a Radiofonia entrará no concerto harmonioso da Oratória Sagrada, como o instrumento mais prestimoso associado ao pregador no desempenho do seu ministério sagrado, como o pregador se associa a Cristo na sua missão de evangelizador e salvador de almas.

TERCEIRA PARTE

A PREGAÇÃO

TERCEIRA PARTE

A PREGAÇÃO

CAPITULO I

OBJETO GERAL DA PREGAÇÃO. A PALAVRA DE DEUS

ART. 1. POR QUE DEVE SER DE DEUS A VOZ DO PÚLPITO?

1. Vimos atrás que o ministério da pregação é tão divino por origem, que radica na própria fonte da divindade. Não o é menos o seu objeto. Deus proferindo o seu Verbo, pregando o seu *Logos* dá origem à Palavra-Deus. E essa Palavra-Deus — *Deus erat Verbum* — é ao mesmo tempo a palavra de Deus, — *Verbum Dei* — porque é não só a pregação viva e substancial do Pai ressoando *ab aeterno* no seio da Divindade, mas também a pregação de Deus humanada, ressoando no tempo aos ouvidos do homem. *Novissimis diebus istis locutus est nobis in Filio* (Heb 1, 2); e *Quod audivimus, quod vidimus oculis nostris... et manus nostrae contrectaverunt de verbo vitae* (1 Jo 1, 1).

Mas o Verbo de Deus humanou-se, para ser por sua vez o pregador de Deus aos homens. Não é só a palavra de Deus falada; é a palavra viva substancial que por sua vez nos veio falar em nome de Deus Pai: *Verbum quod dedisti mihi, dedi eis* (Jo 17, 1-8).

Temos *ab aeterno* Pregador o Pai, e o Filho a sua Pregação. Temos no tempo por sua vez Pregador o Filho, e objeto da sua pregação a doutrina recebida do Pai.

Mas o Homem-Deus associou à sua missão de pregador outros homens que a seu tempo pudessem dizer: *Quod vidimus et audivimus annuntiamus vobis* (1 Jo 1, 2).

E' manifesto, pois, que, se o pregador anuncia o que ouviu dos lábios de Jesus Cristo, e Cristo por sua vez nos pregou a doutrina recebida de seu Pai, a voz do púlpito não é nem pode ser senão a voz de Deus.

2. O pregador é, vimo-lo também, embaixador oficial de Deus. Mas um embaixador não fala em seu nome, fala em nome de quem o envia; não advoga os seus interesses pessoais, mas só os que lhe foram confiados por quem ele representa.

3. O pregador deve ser o homem de Deus, isto é, ter o coração cheio de Deus. E quem tem o coração a transbordar de Deus, de que há de falar senão *ex abundantia cordis?*

4. O pregador é o semeador da palavra. Mas *semen est verbum Dei* (Lc 8, 12). A parábola é de Jesus Cristo, e é Ele também o seu autorizado intérprete.

5. A palavra de Deus é o único alimento que do pregador esperam os auditórios ao rodearem-lhe o púlpito. Se vêm à casa de Deus ouvir um homem revestido da autoridade de Deus, é só para escutarem a palavra de Deus. Seria iludir-lhes a mais legítima expectativa pregar-lhes assuntos profanos.

A Sabedoria Divina em pessoa, descendo do céu à terra a ser mestre dos homens, a nova cadeira que instituiu nesta grande universidade do mundo, e a ciência que professou, foi só ensinar a ser santos, e nenhuma outra. A retórica deixou-a aos Túlios e aos Demóstenes; a filosofia aos Platões e aos Aristóteles; as matemáticas aos Ptolemeus e aos Euclides; a medicina aos Apolos e aos Esculápios; a jurisprudência aos Solões e aos Licurgos; e para si tomou só a ciência de ensinar a salvar e fazer santos: Regnum Dei et scientiam Sanctorum (Sab 10, 10).[1]

6. Pregação que não tenha por objeto a palavra de Deus é uma pregação sem objeto, oca portanto e estéril, porque *fides ex auditu, auditus autem per verbum Christi* (Rom 10, 17).

Sabeis a causa por que se faz hoje tão pouco fruto com tantas pregações? E' porque as palavras dos pregadores são palavras, mas não são palavras de Deus... A palavra de Deus é tão poderosa e tão eficaz, que não só na boa terra faz fru-

---

[1]) Vieira, Sermões, t. IX, pp. 38-39.

to, mas até nas pedras e nos espinhos nasce. Mas, se as palavras dos pregadores não são palavras de Deus, que muito que não tenham a eficácia e os efeitos da palavra de Deus? [2]

7. Confirma-o a tradição de pregadores genuínos do Antigo e do Novo Testamento, e o critério da Igreja que ainda nos últimos anos, com palavras de Bento XV, qualificou de sacrílegos os pregadores em cujos lábios emudece a palavra de Deus, para dar lugar a essa retórica profana com que tentam captar aplausos mundanos.

ART. 2. EXTENSÃO DA PALAVRA DE DEUS

A palavra autêntica de Deus temo-la arquivada nas Sagradas Escrituras. E' constituída por um duplo elemento bem claramente expresso na última recomendação de Cristo: *Praedicate Evangelium... docentes eos servare quaecumque mandavi vobis* (Mc 16, 15; Mt 28, 20). Por outras palavras: o *dogma* e a *moral;* o que devemos crer e o que devemos praticar.

§ 1. A pregação dogmática

1. O seu objeto. — Compreende o conjunto de verdades reveladas que o homem é obrigado a crer. A submissão devida a Deus não pode deixar indiferente a inteligência criada, perante o testemunho da sua palavra.

2. A sua necessidade. — Se, para se salvarem, os homens devem crer, é manifesta a necessidade de lhes pregarmos os dogmas revelados. Se a fé é o princípio da salvação, o dogma é o princípio da pregação. Para se induzir o homem a praticar os deveres da religião, primeiro é mister convencê-lo da sua verdade. Bons tempos esses em que o grande Antônio Vieira podia dizer aos seus auditórios: "Já que temos fé, por que não havemos de concordar com ela as nossas obras?" Infelizmente não é possível honrar bom número de auditórios hodiernos com esta encomiástica suposição.

A falta de fé que hoje se observa, é devida mais à ignorância religiosa do que a positiva incredulidade. Mas

---

[2]) Vieira, Sermões, t. I, p. 25.

essa mesma ignorância que já Pio X na sua Encíclica *Acerbo nimis* não se cansa de lamentar, é o melhor caminho para a incredulidade e heresia: *in his quae ignorant blasphemantes* (Ped 2, 12). Necessária é, pois, a pregação dogmática.

3. Obrigação de pregar o dogma. — E se é necessária, é obrigatória para o pregador. Nem faltam preceitos explícitos a corroborar esta obrigação. *Praedicate Evangelium* foi o testamento de Jesus Cristo aos seus pregadores. E este preceito continuou a ecoar em todos os tons nos lábios da Igreja.

Pio IX, recordando essa prescrição, deixou-nos na Encíclica de 9 de Nov. de 1846 estas palavras: *Non semetipsum sed Christum crucifixum praedicantes, Sanctissima Religionis nostrae dogmata e praecepta, juxta Catholicae Ecclesiae et Patrum doctrinam gravi et splendido orationis genere, populo clare aperteque annuntient.*

O cânon 1347 do Direito Eclesiástico prescreve: *in sacris concionibus exponenda imprimis sunt quae fideles credere et facere ad salutem oportet.*

Bento XV na Encíclica *Humani generis* insiste que o pregador explique aos fiéis *dogmata et praecepta omnia.*

E o Concílio Plenário Brasileiro (nº 436) aponta para o mesmo cân. 1347 e para outros documentos pontifícios, prescrevendo aos pregadores que não percam de vista o que eles neste ponto prescrevem.

4. Dotes da pregação dogmática.

A) *Clareza e precisão.* — Em nenhuma outra matéria a confusão, a obscuridade podem ser tão funestas como nas verdades de fé. Quando a inteligência apreende a meias ou entre névoas qualquer dogma, tem meio caminho andado para o erro. E a razão é manifesta. Examinai os argumentos dos incrédulos, por exemplo na questão das indulgências, do culto dos Santos, da confissão, da infalibilidade pontifícia, etc., e vereis como de ordinário se fundam em confusão de conceitos, em entender mal ou só a meias aquilo que impugnam. Uma palavra bastaria para tapar-lhes a boca. Mas essa pala-

vra não a sabe pronunciar o povo simples, e por isso titubeia diante da menor objeção.

Clareza, pois, e precisão suma. Nada de abstrações, nada de generalidades indeterminadas nas nossas afirmações dogmáticas. Considerem-se os auditórios como ignorantes em matéria de dogma, que menor mal será aborrecer alguns com explicações doutrinais já conhecidas, do que deixar outros nas trevas do erro ou da dúvida.

Encontra-se o pregador diante da augusta impenetrabilidade do mistério? E' evidente que não poderá sondar o que a inteligência infinita de Deus reservou para Si. Mas, sem querer perscrutar as razões intrínsecas do mistério, nàda o impede de expor a essência dele, mostrando em que consiste e as razões extrínsecas da nossa adesão, ou seja, os motivos de credibilidade.

Não se pode crer sem se saber o quê; e sendo a fé um ato de submissão duma faculdade racional, irracional seria crer sem se saber por quê.

B) *Solidez.* — E' mister dar às verdades da nossa santa fé, a base inabalável de argumentos irrefutáveis, de modo que os ouvintes tenham nelas o pão substancioso de uma doutrina rigorosamente teológica, sem interpretações arbitrárias, e sem opiniões pessoais, sobretudo se estas vão de encontro ao comum sentir dos fiéis.

Haja, pois, solidez nos princípios e lógica nas ilações, para que sejam também sólidas as conclusões teóricas e brilhe a harmonia e a coerência entre o que se crê e o que se pratica.

C) *Oportunidade e seleção.* — E' necessário também na pregação dogmática o sentido da oportunidade e o critério selecionador. Ninguém pregará do Purgatório no dia de Natal, nem da Ressurreição em Sexta-feira Santa. E nem tudo é para se pregar a todos.

§ 2. A pregação moral

1. O seu objeto. — Compreende o conjunto de preceitos que o homem é obrigado a praticar e que têm por fim induzir os ouvintes ao exercício das virtudes cristãs,

para atingir o ideal de perfeição que exige o seu estado, segundo o modelo divino, Cristo Jesus. Compreende, pois:

A) *Os mandamentos de Deus e da Igreja* com os deveres do próprio estado e as obrigações profissionais de cada um.

B) *As virtudes cristãs e os vícios opostos,* estes para serem combatidos, e aquelas para serem cultivadas e praticadas.

C) *As verdades dogmáticas* em que se estriba a moral cristã, como é a origem e o fim do homem (donde nasce a obrigação de nos submetermos à lei divina), o pecado, sua malícia e gravidade, com as sanções temporais e eternas que o acompanham, os meios de regeneração instituídos por Jesus Cristo, etc.

E' evidente que toda a pregação, mais ou menos, deve promover a prática da vida cristã. Mas a pregação moral encara esse mister como próprio e principalíssimo, e a ele dirige todos os recursos da arte. Se expõe, se argumenta, se refuta, se deleita, se convence, é sempre em ordem e na medida necessária a arrastar a vontade à detestação deste ou daquele vício e à prática desta ou daquela virtude.

2. Sua necessidade. — Mais necessária que a pregação dogmática é a pregação moral.

A nossa fé pára no Credo, *não passa aos* Mandamentos. *Se Deus nos diz que é um, creio! se nos diz que são três Pessoas, creio! se nos diz que é Criador do céu e da terra, creio! se nos diz que se fez homem, que nos remiu e que há de vir a julgar os vivos e os mortos, creio! Mas, se diz que não jureis, que não mateis, que não adultereis, que não furteis, não creio! Esta é a nossa fé, esta a nossa cristandade! Somos católicos do Credo e hereges dos Mandamentos.* [3]

Esta necessidade compreende-se. Crer, suposta a assistência da graça, não custa muito; mas vencer os instintos bestiais da natureza corrompida, a cobiça dos bens da terra, os movimentos de ira e de vingança, as revoltas do amor-próprio contrariado e despeitado, combater a própria indolência para abraçar as dificuldades da

---

[3]) Vieira, Sermões, t. IV, pp. 122-123.

virtude, exercer a misericórdia, sacrificar-se, tomar a cruz e seguir a Cristo, já não são empresas que a natureza humana abrace sem quebrar resistências, mesmo suposta a intervenção ordinária da graça.

E' necessária ainda a pregação moral, porque só ela dá a conhecer a lei, e as suas aplicações na vida prática, conhecimento sem o qual é impossível a observüncia da mesma lei. E ainda suposto esse conhecimento, se a voz do Divino Legislador não ressoa constantemente aos nossos ouvidos pelos lábios de seus pregadores, a natureza depravada fàcilmente desfigura o que lhe não agrada praticar.

3. Obrigação de pregar a moral. — Se a pregação moral é necessária, é por isso mesmo obrigatória, conforme se disse da dogmática. *Ite... docentes servare omnia quaecumque mandavi vobis* (Mt 27, 20), é preceito expresso do Divino Mestre.

E recolhendo esse preceito a Igreja continua a urgi-lo pelos decretos de seus Concílios, pelas Encíclicas de seus Pontífices e pelos seus cânones. Eis as solenes palavras do Concílio de Trento: *Annuntiando eis... vitia quae eos declinare et virtutes quas sectare oportet ut poenam aeternam evadere et caelestem gloriam consequi valeant*" (Sess. V, cap. II, de reform.).

Eco autorizado do preceito divino são, entre outros:

a) Pio IX: *Sanctissima Religionis nostrae dogmata et praecepta... annuntient; peculiaria singulorum officia accurate explicent, omnesque a flagitiis deterreant, ad pietatem inflamment; quo fideles Dei verbo salubriter refecti, vitia omnia declinent, virtutes sectentur, atque ita aeternas poenas evadere et caelestem gloriam consequi valeant*". [1]

b) E destes testemunhos conclui Leão XIII: *Ex quibus omnibus manifeste liquet Symbolum, Decalogum, Ecclesiae praecepta, Sacramenta, virtutes et vitia, varia hominum officia pro conditionis cujusque varietate, hominis novissima aliasque id genus aeternas veritates ordinariam debere sacrae praedicationis materiam constituere*".

---

[1]) Enc. 9 de Nov. 1846.

c) Finalmente Bento XV, falando de São Paulo, proposto aos pregadores como modelo, diz: *Christi dogmata et praecepta omnia vel severiora sic tradebat ut nihil nec reticeret, nec molliret, de humilitate, de abnegatione sui, de castitate, de rerum humanarum contemptu, de obedientia, de venia inimicis danda, de similibus.* [5]

Todas estas prescrições veio por fim a Igreja condensá-las no cânon 1347, § 1: *In sacris concionibus exponenda imprimis sunt quae fideles credere et facere ad salutem oportet.*

Para o Brasil também o Concílio Plenário Nacional julgou oportuno prescrever no nº 436 que "na sagrada pregação se tenha sempre diante dos olhos tudo o que no cân. 1347 e em outros documentos pontifícios tem sido preceituado". [6]

4. Dotes da pregação moral. — *Seja ela:*

A) *Universal,* sem excetuar nenhum dos preceitos morais, por mais difíceis que sejam de cumprir, sem omitir nenhuma das verdades eternas, por mais severas que pareçam, sem contemporizar com nenhum vício ou abuso, ainda que venha ferir as suscetibilidades dos ouvintes.

E acrescenta Bento XV: *Num medicus cuiquam inutilia remedia dabit aegrotanti, quia is ab utilibus abhorreat?* E' nem mais nem menos o que já no século XVII dizia Vieira, respondendo à mesma objeção: *Pois o gostarem ou não gostarem os ouvintes! Oh! que advertência tão digna! Que médico há que repare no gosto do enfermo, quando trata de lhe dar saúde? Sarem e não gostem; salvem-se e amargue-lhes, que para isso somos médicos das almas".* [7]

Non... erubesco Evangelium (Rom 1, 16) era o lema do Pregador das gentes. Muito oportuno seria ele também para certos pregadores, vítimas do respeito humano, que não se atrevem a fustigar, por exemplo, as

---

[5]) Enc. Humani generis.

[6]) E entre esses documentos pontifícios o Concílio Plenário Brasileiro cita ainda o Motu próprio de Pio X *Sacrorum Antistitum,* 1 de Set. de 1910; a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, de 31 de Julho de 1894, a Sagrada Congregação Consistorial, de 28 de Junho de 1917.

[7]) Vieira, Sermões, t. I, p. 31.

imodéstias do vestir, os abusos do baile ou do cinema, porque as suas palavras iriam atingir esta ou aquela pessoa presente que ele não quer melindrar; nem ousará condenar a usura ou o vício da embriaguez, porque a sua pregação pode parecer sobrescritada para tal cavalheiro, em quem ela bem assentaria, mas a quem ele, pregador, deve favores.

B) *Exata nos seus princípios.* — Dois grandes escolhos deve evitar o pregador: o rigorismo e o laxismo.

Não se deve mostrar demasiado severo, exagerando o rigor da lei e das suas sanções, nem demasiado condescendente com as fraquezas humanas.

Estes excessos evitam-se com o estudo constante de bons moralistas, com a docilidade em consultar pessoas autorizadas, e com um zelo ordenado de salvar as almas.

C) *Acertadamente aplicada.* — Para que sejam acertadas as aplicações morais, é necessário ter uma intuição suficiente do coração humano e das paixões que o agitam. E para se chegar a essa intuição é necessária a *autópsia* de que atrás se falou, para a qual ajuda o estudo de bons psicólogos e mais que tudo essa experiência que se adquire já na introspecção do próprio coração, já no trato íntimo com as almas.

Um dos modos de aplicar acertadamente os princípios morais é essa casuística ilustrada, singela e racional, que em casos práticos e simples concretiza o abstrato dos princípios. E' método que apresenta incontestáveis vantagens, além de despertar o interesse do auditório e de facilitar o trabalho do orador.

Poucos aplicarão a si o que vagamente ouvem expor, quando se lhes fala das obrigações da vida cristã, da prática das virtudes, da resistência às tentações.

Faça, porém, o pregador passar essa doutrina pelas cenas concretas da vida prática, que se desenrola aos olhos do auditório como uma fita cinematográfica, e os fiéis verão nas palavras do pregador o retrato da sua vida, e compreenderão que lhes diz pessoalmente respeito tudo o que ouviram deste ou daquele vício, desta ou daquela obrigação da vida cristã.

E' evidente que os auditórios não se interessarão muito por pregações em que nada acham para si. Mas desde que o pregador lhes fale, como se lhes estivesse lendo no interior dos corações, ou como confidente íntimo dos seus mais recônditos sentimentos, é logo escutado com insólita avidez. E coração que pareça descoberto ao olhar penetrante do pregador, é coração conquistado.

D) *Sòlidamente motivada.* — Os motivos de uma vida honesta e morigerada podem ser:

a) *Naturais.* — O Decálogo é tão racional e conforme à natureza que para exortar à sua observância se pode apelar para motivos de ordem puramente natural, como seria a dignidade humana, a racionalidade da lei, o sentido comum dos povos, os princípios da ordem, a integridade de caráter, etc.

b) *Sobrenaturais.* — Além da luz da razão, temos a da fé também. Sem dúvida, pode o pregador apelar para esses motivos naturais. E há casos em que o poderá fazer com verdadeiro fruto. Já atrás o insinuamos ao falar da vergonha. Explorem-se esses motivos sempre que eles possam impressionar os ouvintes e levá-los a amar a virtude e a detestar o vício.

Mas são os sobrenaturais que o pregador há de deixar cair do púlpito com todo o seu peso. Não é um simples filósofo que fala, não é a racionalistas que prega. Para auditórios cristãos a suprema autoridade é Deus, Legislador eterno. E àqueles a quem não impressiona o seu temor, muito menos impressionará o imperativo categórico de Kant, ou a máxima de Sêneca e de Rousseau.

Proceder de outro modo seria proclamar pràticamente a pseudo-moral laica, exigindo submissão aos foros da natureza racional, em vez de exigir obediência ao Divino Legislador.

Oxalá todos os pregadores se persuadissem que é nulo o fruto da pregação moral só naturalmente motivada. E a experiência é tristemente palpável para atestar os frutos desse naturalismo, que oxalá não se venha também a apoderar dos púlpitos.

Efetivamente, sair condenado ante o tribunal da razão, sem outras testemunhas mais que a consciência e sem outra sanção mais que a ignomínia intrínseca do mal, não é coisa que embarace muito, sobretudo em horas aziagas. A dignidade humana não fica menoscabada aos olhos do mundo. E ainda que ficasse, casos haveria em que tudo se daria de barato, a troco de outras vantagens. E' irrisório crer que o homem possa refrear uma paixão violenta, manter-se no caminho do dever, só porque lá está a razão pronta para pronunciar a sentença condenatória. Com esse juiz nos entendemos todos muito bem. Não! Só a majestade de Deus com a ameaça de sanções eternas poderá refrear o ímpeto das paixões.

E) *Criteriosamente selecionada.* — O primeiro dote da pregação moral que apontamos foi a universalidade. Sem detrimento dessa universalidade há também assuntos que se não devem tratar no púlpito, ou só discretamente e com a devida autorização. São eles:

a) *Dum modo geral tudo o que não é sagrado.* — Argumenta concionum sint essentialiter sacra. [8]

b) *Em especial:* α) Assuntos políticos, muito aptos, não há dúvida, para despertar paixões, mas não a paixão da virtude e da santidade. Com razão fechou a Igreja o púlpito a semelhantes assuntos: *Concionatoribus omnibus de re politica in ecclesiis agere omnino et absolute sit vetitum.* [9]

Oportunamente prescreve também o Concílio Plenário Brasileiro no seu nº 437, e): *Concionatores tenentur... abstinere a rebus politicis tractandis aliisque quae odia excitant et civium animos dissociant.*

β) Assuntos de sociologia, de que a Igreja, aliás, se não desinteressa, antes pelo contrário. O púlpito não pode ser tribuna de semelhante propaganda, por mais simpática, palpitante e salutar que seja. Há para isso salões e academias, círculos de estudos, etc.

Se em circunstâncias excepcionais fosse conveniente agitar no púlpito esses assuntos e outros análogos, era

---

8) Normae pro sacra praedicatione, n. 20.
9) Ibid.

caso de cumprir a norma (nº 20) da S. C. Consistorial, mandando prèviamente requerer a autorização do Ordinário, o qual só em caso de verdadeira necessidade, e depois de madura reflexão, a concederá.

γ) Assuntos ìntimamente conexos com o mistério da predestinação e com os dogmas da eficácia da graça. Ouvintes que não estejam teològicamente bem formados, serão levados a tirar de semelhantes pregações conclusões fatalísticas e contraproducentes.

δ) Assuntos que, se podem contribuir para uma reta formação de consciências, podem também lisonjear paixões, alucinar consciências e ocasionar abusos. Tal seria, por ex., a taxação da matéria grave do furto, a liceidade do método Ogino-Knaus na vida matrimonial, etc.

ε) Assuntos incluídos no 6º preceito do Decálogo. São matérias que por um lado urge tratar e por outro exigem suma prudência e delicadeza. Para as tratar *ex professo* requer-se certa autoridade que só a idade e a auréola da virtude sabem dar.

Havendo de falar do vício que São Paulo proíbe até nomear, use o orador de uma linguagem tão recatada que não vá escandalizar a inocência nem abrir os olhos a quem por fortuna os tiver ainda fechados. Do contrário expõe-se a fazer da triaga veneno.

Estas medidas de prudência podem reduzir-se às seguintes normas, conforme a natureza dos auditórios.

1) *A um auditório escolhido de homens,* de jovens adultos, sobretudo se são instruídos, convém usar de uma linguagem ao mesmo tempo clara e austera, que lhes faça conhecer bem os perigos a que andam expostos, que desfaça os preconceitos contra a possibilidade da virtude, e que desmascare os pretextos de ordem terapêutica com que o vício sói justificar-se, autorizado até por médicos de consciência fácil.

2) *A auditórios de senhoras ou de moças,* que necessitam de conhecer os perigos a que as expõem a inexperiência da vida, as ilusões da idade e a convivência social, deve a clareza da linguagem ser temperada por um particular respeito, modéstia e recato das expressões

que, declarando por um lado tudo aquilo que não convém ignorar, nunca vá por outro sobressaltar consciências delicadas, nem deixar nas ouvintes a impressão de que o orador estava à vontade.

Em auditórios femininos também não é descabida uma santa severidade e veemência com que o orador deve fustigar os abusos de que são elas causa inicial e ocasião de escândalo, como é, para não falar de outros, a tão generalizada imodéstia no vestir.

3) *A auditórios mistos,* em que sobretudo estejam representadas várias idades, abstenha-se o orador de tratar tais assuntos, ou empregue uma linguagem muito sóbria e acautelada. Por via de regra, convirá atacar o vício não de frente, mas indiretamente. As expressões sejam tais que as entenda quem as deve entender, e lhes fique ignorando o sentido quem o deve ignorar. Explicações que noutras circunstâncias seriam para desejar, ficam ali muito bem substituídas por prudentes e hábeis reticências, que mais oportunamente podem ser esclarecidas no confessionário a quem disso necessitar.

Seja qual for a natureza do auditório, nunca o pregador esquecerá as exigências do pudor na seleção da terminologia. Há regiões no Brasil, em que certos termos de si inocentes revestem particular malícia. Convém, pois, estar prevenido contra o perigo de escandalizar os auditórios com semelhantes termos.

θ) Deve o pregador mui cautelosamente abster-se de censurar qualquer abuso, cujo conhecimento tenha colhido no confessionário.

Se esse abuso está generalizado, e foi conhecido também por outra via, fale de tal modo, que os ouvintes não julguem estar o pregador a repetir uma lição aprendida no tribunal da penitência.

De ordinário nem se deve pedir aos penitentes licença para tocar tal assunto na pregação. E' ilusão muito vulgar, julgar o confessor que a licença foi concedida quando de fato foi extorquida. O penitente disse que *sim,* quando tinha vontade de dizer que *não.* Ao sigilo sacramental é devida toda a reverência.

CAPITULO II

OBJETO ANTONOMÁSTICO DA PREGAÇÃO E OBJETO FAVORITO DO PREGADOR

ART. 1. JESUS CRISTO, OBJETO ANTONOMÁSTICO DA PREGAÇÃO

Se o objeto geral da pregação é a palavra de Deus, o seu objeto antonomástico não pode deixar de ser a Palavra-Deus, o Verbo Substancial, que para se manifestar ao homem tomou corpo de homem. Falou-nos Deus por meio de seu Filho, que é o seu Verbo, *locutus est nobis in Filio* (Heb 1, 2). E esse Verbo que é *ab aeterno* a pregação substancial de Deus humanado, tem de ser no tempo a pregação por excelência do homem. E por quê? Porque Ele é a personificação da eloquência eterna de Deus, o ideal da verdadeira eloquência realizado no mundo, a concretização de todo o objeto predicável.

§ 1. Jesus Cristo, personificação da eloquência divina

E'-o no pleníssimo sentido da palavra.

Deus, como que arrebatado na eterna contemplação do seu Ser, não pode calar o objeto que o extasia. O seu Verbo é o parto augusto da sua eterna eloquência, a eloquência substancial de Deus, constituindo na Divindade uma segunda personalidade.

E chegada a plenitude dos tempos, essa eloquência personificada no Verbo toma corpo sensível na natureza humana, como na palavra sensível toma corpo o pensamento insensível. E' Deus que assim torna palpável o seu Verbo, a sua eloquência divina, e com ela os arcanos da sua vida íntima. *Et manus nostrae contrectarunt de verbo vitae* (1 Jo 1, 1).

E a personificação da eloquência divina acentua-se

mais e mais, porque o Verbo Encarnado é pregador dos homens; mas pregando Ele, é Deus Pai, princípio sem princípio de toda a eloquência, quem prega pelos lábios humanos do seu Verbo, *mea doctrina non est mea, sed ejus qui misit me* (Jo 7, 16). E esse pregador é já em suas obras uma pregação viva, *coepit facere et docere* (At 1, 1), obras que não são menos eloquentes do que as palavras, *si mihi non vultis credere, operibus credite* (Jo 10, 38).

§ 2. Jesus Cristo, realização viva do ideal da eloquência

O ideal da eloquência — tantas vezes o vimos — é a persuasão da vontade, que supõe a inteligência convencida e o coração a vibrar ao calor da paixão. Ora, a pessoa augusta de Jesus Cristo tem todos os atrativos para arrastar as vontades.

1. Como Deus que é, n'Ele se encontra a plenitude do bem e da verdade.

2. Como homem, é a mais formosa floração da raça humana, que levou o salmista a exclamar: *speciosus forma prae filiis hominum; diffusa est gratia in labiis tuis, propterea benedixit te Deus in aeternum... specie tua et pulchritudine tua intende, prospere, procede et regna* (Sl 44, 3-5).

3. Considerado no seu todo teândrico, sacia todas as exigências estéticas da nossa alma, sendo como é o ideal realizado de toda a beleza, de toda a bondade, de toda a graça e verdade, *plenus gratiae et veritatis* (Jo 1, 14).

A verdade e o bem já de si são amáveis. Mas a sua amabilidade cresce, e os seus atrativos impõem-se, à medida que nos aparecem concretizados e realizados no Homem-Deus, que é a encarnação palpável do bem e da verdade.

São arrebatadores pela sua verdade e harmonia os dogmas do Cristianismo. Mas o seu encanto aumenta à medida que eles se nos revelam como que personificados em Cristo, porque Ele é nosso semelhante e nosso irmão, depois que hipostàticamente apropriou e fez sua uma natureza especìficamente igual à nossa.

A aliança da natureza divina com a natureza humana, numa unidade hipostática, obra-prima do Divino Artífice, é o que de mais amável concebeu a Sabedoria Infinita. Essa amabilidade aumenta ao contacto com o seu coração de carne, porque amando a Jesus Cristo, ama-se o amor que Ele encarna, ama-se um coração que pode corresponder com amor infinito.

Nada mais poderoso para arrastar as almas à prática das virtudes do que apresentá-las vivas e palpitantes em Jesus Cristo. Dir-se-ia que com o batismo se infunde e difunde nas almas uma simpatia irresistível e misteriosa para com Cristo — que mérito tem o ferro que o atraia o ímã? — E' essa simpatia que o pregador verdadeiramente psicólogo deve explorar, para tornar amável a virtude, para levar os auditórios à persuasão.

4. Como pregador, Ele é, já o vimos, a Eloquência de Deus sempre viva e palpitante. De quem era afinal, senão do Verbo de Deus, esse duplo princípio da verdadeira eloquência, pensamento e coração que em Cristo pulsava? A quem pertencia senão ao Verbo o aparelho vocal de Cristo, essa harpa de inefáveis harmonias, pulsada pela sua inteligência e pela sua sensibilidade, e da qual brotavam em borbotões torrentes de eloquência? Eloquência mais que humana, porque nunca puro homem falara como Ele, *numquam sic locutus est homo* (Jo 7, 46).

A) *A sua eloquência:* Os seus discursos são rios de verdades, claras como a sua própria voz, transparentes como o seu limpidíssimo olhar, verdades que se diriam diretamente canalizadas do seio da divindade para os ouvidos do homem. São palavras de graça (Lc 4, 22), palavras de vida eterna (Jo 6, 69), espírito e vida (Jo 6, 64), palavras que não passam, mesmo depois de ter passado o céu e a terra (Mt 24, 35).

Quando Ele falava, era a Eloquência onipotente, *omnipotens sermo tuus* (Sab 18, 15) e tão onipotente que até a natureza inanimada lhe obedecia; com a plenitude da luz e da verdade, *Ego sum veritas* (Jo 14,

6), *Ego lux mundi* (Jo 8, 12), o Verbo de Deus inundava com a sua luz o pensamento humano de Cristo, e essa luz jorrava do seu espírito em catadupas, através das suas palavras.

B) *Efeitos da sua eloquência:* Bastava uma palavra dessa eloquência onipotente, um *sequere me* (Jo 1, 43), para que grupos de homens deixassem a sua profissão, os seus haveres, a sua família, e se associassem irrevogàvelmente a um pregador que ainda não conheciam, àtraídos só pela fascinação irresistível da sua palavra. E essa força avassaladora do seu verbo era a mesma que *arrastava as multidões,* a que atraía homens e mulheres aos milhares para o deserto, esquecidos até, durante dias, do próprio alimento. Bastou uma palavra da sua Eloquência, um *nolite timere* (Mt 14, 27), para que homens já afeitos ao mar, no meio de pavorosa tempestade, e depois de perdida toda a esperança, serenassem como por encanto e esquecessem todo o perigo. Bastou o poder dum *veni* (Mt 14, 31), para que um apóstolo se atirasse às ondas, passeando sobre elas a pé enxuto.

E o eco da sua pregação, continuando a ouvir-se pelos séculos fora, é o que tem atraído milhares e milhões de seguidores seus à volta da cruz, dispostos a dar por Ele o sangue e a vida. Nunca homem assim falou. Nunca eloquência humana arrastara assim as massas, *ecce mundus totus post eum abiit* (Jo 12, 19).

E bastaria deixá-lo falar, para que todo o mundo se voltasse para ele: *si dimittimus eum sic, omnes credent in eum* (Jo 11, 48).

E' assim que Ele apresenta realizado em Si o ideal da verdadeira eloquência.

§ 3. Jesus Cristo, concretização de todo o objeto predicável

Ele condensa em si quanto pode e deve pregar o arauto do Evangelho. O Apóstolo, com o Crucifixo diante dos olhos, sintetizou nele todo o programa da evangelização apostólica: *Praedicamus Christum Crucifixum* (1 Cor 1, 28).

E' que o Apóstolo não admitia um Cristo mutilado e dividido, mas só Cristo íntegro e inseparável da sua cruz e da sua obra redentora. Portanto, pregar a Cristo e a sua cruz é pregar o Redentor e toda a obra da Redenção. E pregar o Redentor e a Redenção é pregar todo o dogma e toda a moral, toda a ascético-mística, é pregar as verdades reveladas seja qual for a fonte a que se vão haurir, e sem excluir mesmo as verdades apologéticas. E' enfim pregar a palavra de Deus.

I. *Jesus Cristo, síntese da pregação dogmática*

Ele condensa em sua pessoa augusta, resume e encarna todas as verdades do Cristianismo. Os dogmas revelados têm n'Ele as suas raízes, porque a autoridade em que se apoiam é a palavra do Mestre, de cujos lábios os recebemos. D'Ele brotam torrentes de luz que iluminam todos os mistérios e desvendam todas as Escrituras. Dos seus ensinamentos e dos seus exemplos nasceram as virtudes que aformoseiam a Igreja: *Haec est vita aeterna ut cognoscant Te, solum Deum et quem misisti Jesum Christum* (Jo 17, 3). Sobre Ele versam quase todas as verdades reveladas por Deus e as principais definições dogmáticas da Igreja.

Quem conhece a Jesus Cristo conhece *ipso facto* todos os dogmas do Cristianismo. E' Deus Criador *Omnia per ipsum facta sunt* (Jo 1, 3), é a segunda Pessoa da Trindade augusta que para nos remir do pecado se fez homem, mereceu-nos a graça, fundou a Igreja e os Sacramentos, ressuscitou, enviou-nos o Espírito Santo e há de vir julgar o mundo ressuscitado.

Só neste aspecto da sua vida temos os dogmas fundamentais da Divindade, da Trindade, da Criação, da Redenção, do pecado original, do inferno, da Encarnação, da graça, da Ressurreição, do juízo, da justiça e da misericórdia, da vontade salvífica, todo o tratado dogmático da Igreja e dos Sacramentos, etc.

II. *Jesus Cristo, síntese da pregação moral*

Praedicamus Christum crucifixum: toda a moral se reduz ao amor de Deus e do próximo. Na cruz temos a expressão mais eloquente desse duplo amor. E no Divino Crucificado temos o Legislador desse duplo preceito e o Exemplar do seu cumprimento. Se não se pode conceber maior prova de amor do que dar a vida pelo seu amigo, Jesus Cristo na cruz deu aos homens e a Deus essa prova.

O seu Evangelho é o código mais perfeito e acabado de toda a moral cristã.

A sua vida é a moral posta em ação e a prova de que não é impossível praticá-la. *Coepit facere et docere* (At 1, 1).

A sua morte é a prova e o critério supremo da gravidade do pecado, dos direitos de Deus, e da justiça com que Ele os reivindica.

A sua cruz é um monumento imperecedouro a lembrar ao homem que Deus não perdoou a seu próprio Filho, enquanto Ele Lhe não deu o justo desagravo das ofensas dos homens.

O seu exemplo condensa os mais nobres motivos para urgir a prática da lei moral: gratidão, amor, generosidade. Ele é, finalmente, o prêmio dos que praticam a moral cristã.

III. *Jesus Cristo, síntese da pregação ascético-mística*

Ele é o ideal da perfeição a cuja imitação deve tender a vida cristã. *Discite a me* (Mt 11, 29), *Exemplum dedi vobis* (Jo 13, 15).

Toda a ascética se encaminha a transformar as almas em Cristo pela reprodução de suas virtudes. E esse trabalho não se dá por acabado *donec formetur Christus in vobis* (Gál 4, 19).

Ele é também o tronco do qual a nossa vida sobrenatural recebe a seiva vivificante e separada da qual não pode subsistir.

Toda a mística do Cristianismo se encaminha a realizar a união com Cristo, e as culminâncias da sua perfeição encontram-se naquele sublime ideal realizado por São Paulo: *Vivo autem jam non ego vivit vero in me Christus* (Gál 2, 20).

IV. *Jesus Cristo, símbolo da pregação litúrgica*

A liturgia, afinal, é a vida de Cristo ressuscitada nas comemorações da Igreja, renovada e simbolizada nos atos do culto divino, iluminada e manifestada aos fiéis através do ciclo litúrgico. Centro desse culto é o augusto sacrifício do altar que misticamente renova o do Calvário. Impossível é, pois, fora de Cristo viver ou pregar a sagrada liturgia.

V. *Jesus Cristo, centro da pregação apologética*

A teologia dogmática está toda fundada no fato da Revelação divina.

Mas esse fato tem de ser provado à luz da história. A história tem de nos apresentar um legado divino, que tivesse provado a sua legação com credenciais autênticas, garantidas pelo sigilo infalsificável de quem o enviou.

Jesus Cristo foi esse legado, e legado divino que provou essa legação fazendo obras exclusivamente próprias de Deus. Ele é, pois, o mais eloquente e indestrutível testemunho de que Deus falou.

Fundados estes alicerces, tudo o que Cristo nos revelou como verdadeiro, traz consigo mesmo o sigilo da infalibilidade e como tal deve ser abraçado e crido. Eis o eixo de toda a apologia do Cristianismo.

Ele é o centro luminoso de toda a história humana, que há 19 séculos deixou o mundo diante deste inevitável dilema: — ou o Evangelho é um mito ou é história. Se é mito, não pode haver história no mundo uma vez que nenhum outro monumento literário apresenta garantias de veracidade, de integridade, de autenticidade como o Evangelho. Se é história, fica a humanidade obri-

gada perante a força inflexível da lógica e da verdade a inclinar-se diante de Jesus Cristo identificado com a verdade integral do Cristianismo.

§ 4. Jesus Cristo presente em todas as fontes de pregação

Se do objeto geral da pregação, apresentado nos vários aspectos que acabamos de focar, nos voltamos para as suas fontes, encontraremos sempre a Jesus Cristo presente e como que identificado com todas elas. Baste mencionar:

1. A Sagrada Escritura. — Que outra coisa é senão Jesus Cristo prefigurado, profetizado e anunciado no Antigo Testamento, apresentando-se finalmente a descoberto no Novo com as credenciais de legítimo Messias? Ele é o Herói encoberto ou descoberto através das suas páginas.

A lei era apenas o Pedagogo (Gál 3, 24-25) que havia de preparar e educar Israel para receber o Messias. Os profetas tinham por missão ir esboçando traço por traço a fisionomia augusta do futuro Salvador. Essa imagem ia-se gradualmente aperfeiçoando e definindo desde a primeira profecia do paraíso.

E quando o Messias prometido se apresenta no mundo encontra já nele o seu retrato mandado adiante. O último e o maior dos profetas não teve mais que apontar para Ele e dizer *Ecce Agnus Dei*... E nesse retrato antecipado teve o mundo o mais seguro critério para conhecer a autenticidade do retratado. Estava conforme. E' esta a harmonia inefável dos dois Testamentos. E é assim que toda a Bíblia gira à volta de Jesus Cristo.

2. A história eclesiástica: são os anais da Igreja e a Igreja é o Reino visível de Jesus Cristo. Nela vive sacramentado nutrindo-a, fortalecendo-a, prestando-lhe por si mesmo e pelo seu Espírito a assistência prometida até à consumação dos séculos.

A vida da Igreja é um prolongamento da de Jesus Cristo. A história da Igreja é o suplemento do Evangelho.

3. A hagiografia cristã é uma cópia do Evangelho, porque os seus heróis são reproduções vivas de Jesus Cristo.

Ele é a causa exemplar das virtudes imitadas, e a causa meritória da graça que operou na sua santificação. Cada um desses heróis da santidade é uma vergôntea genuína da grande árvore genealógica que radica no Santo dos Santos.

A santidade de tantos heróis do Cristianismo é o testemunho eloquente, a apologia viva da santidade pessoal de Jesus Cristo, pois sem causa não pode haver efeito. Os Santos são ainda uma segura garantia da verdade ensinada por Cristo.

Conclusão. — Toda a religião cristã, objeto adequado da pregação, se encontra e condensa em Jesus Cristo. Pregá-l'O a Ele é pregar a religião cristã e a religião cristã sem Ele é inconcebível. A obra da pregação evangélica é comparada pelo Apóstolo (1 Cor 3, 9-15) à construção de um edifício que leva por fundamento a Cristo, nem outro fundamento, diz ele, se lhe pode dar.

ART. 2. JESUS CRISTO, OBJETO FAVORITO DO PREGADOR

Nos autem praedicamus Christum crucifixum. Eis o objeto favorito do Pregador das gentes.

Já foi dito atrás que Jesus Cristo deve ser a grande paixão do pregador, uma vez que todo o orador deve amar apaixonadamente o objeto da sua eloquência, condição indispensável para triunfar. Ora, o objeto por antonomásia da eloquência sagrada é Jesus Cristo. Que Ele deva ser para o pregador como que o objeto duma santa obsessão, lògicamente se infere do que fica estabelecido: *Ex abundantia enim cordis os loquitur* (Lc 6, 45).

Só resta indicar brevemente como se deve pregar a Jesus Cristo.

§ 1. Pregue-se o verdadeiro Jesus Cristo

Como se falsificam moedas, documentos e mercadorias, também se tem falsificado a Cristo.

1. Foi essa a obra das grandes heresias: — O Arianismo reduziu-O a uma semidivindade, ponte de união entre o criado e o Incriado.

— *O Nestorianismo* desdobrou-o em duas personalidades independentes, confundindo as naturezas com as pessoas.

— *O Monofisismo,* partindo da mesma confusão, foi ao excesso contrário, negando-lhe a natureza humana, como se tivesse sido absorvida pela divina.

E assim todas as heresias posteriores até ao Modernismo do nosso século O falsificaram cada uma a seu gosto.

2. Essa é também a obra de uma literatura mórbida e sentimentalista e até de certas pregações mundanas, que parece só conhecem o Cristo do romance e da novela.

Um Cristo poético, moralista, sociólogo eminente, filósofo e democrático que consagrou a sua vida a defender os direitos do povo e se esforçou por dignificar a condição dos oprimidos. E' um Cristo descrucificado para ser mais simpático. E para não aterrar a ninguém, arranquem-se-lhe os espinhos e o manto de humilhações, arranquem-se do Evangelho as páginas em que Ele canoniza a pobreza, as lágrimas e humilhações, em que recomenda a cruz e a abnegação, em que condena a hipocrisia e as injustiças, em que fala de sanções eternas.

Pregação perniciosa e sacrílega que nos apresenta um Cristo mutilado e falsificado, para não repugnar ao paladar mundano do nosso século, e corre um véu sobre a obra da Redenção, sobre o verdadeiro Cristo *qui dilexit me et tradidit semetipsum pro me* (Gál 2, 20).

Nos autem praedicamus Christum crucifixum. Preguemos a Cristo, mas tal qual é, e sem hesitações; a sua doutrina tal qual Ele a ensinou e integralmente; não um Cristo que fecha os olhos a todos os desregramentos e que se contenta com um semicristianismo fácil, não uma doutrina que se acomoda a todos os excessos e se compatibiliza com um semipaganismo envernizado de piedade *chique,* de apostolado elegante, de beneficência espalhafatosa.

§ 2. Dê-se a conhecer a sua vida

1. A sua vida mortal, interpretando à luz da fé todos os seus passos, desde Belém até ao Gólgota, encaixando-os com exatidão histórica no ambiente e nos costumes da época, deduzindo as lições que nos dá.

2. A sua vida gloriosa de triunfador que reina e nos prepara o lugar, de advogado que suplica, de medianeiro que intercede, de Deus que escuta as nossas preces.

3. A sua vida eucarística com a sua perene imolação, a sua presença contìnuamente perpetuada e renovada, os seus efeitos santificadores operados na alma que o recebe; com a vida enfim de reparação e adoração que Ele nos reclama.

4. A sua vida mística na Igreja e nas almas. — Mina preciosa, manancial inexaurível da pregação cristã é, pois, a vida de Jesus Cristo, tanto mais para explorar quanto maior é a ignorância que em quase todos os meios se apalpa acerca d'Ele, das suas máximas, do seu espírito e da sua mesma história. A concepção paulina do Corpo Místico tão fecunda em exposições oratórias, para quantos não é um enigma e dos mais obscuros!

Quem não lamenta, por exemplo, que em tantas camadas sociais não haja um conceito exato acerca de Cristo, que haja mais devoção aos Santos, ao santo milagreiro das romarias, ao orago da terra do que ao próprio Deus sacramentado? E' triste ver pessoas que percorrem todos os altares de uma igreja para orar diante de qualquer estátua e só diante do Santíssimo Sacramento não ajoelham!

§ 3. Dê-se feição prática a essa pregação

Não se contente o pregador com o conhecimento especulativo de Jesus Cristo, conhecimento que morre na inteligência. E' necessário que a luz desse conhecimento desça ao coração e o acalente para que de um coração deveras acalorado possa brotar a vida integral e genuìnamente cristã. E' uma das últimas recomendações de

Bento XV na tantas vezes mencionada Encíclica "Humani generis": *Efficere ut Jesum Christum homines magis magisque cognoscerent et quidem cognitione quae ad vivendum non modo ad credendum pertineret...*

De outro modo, pode o homem persuadir-se que, para ser bom cristão, basta crer em Jesus Cristo sem reformar os costumes.

§ 4. Opportune, importune

E' pregação que tem sempre atualidade. Não há gênero de pregação que não gire à volta d'Ele, pois, como se disse, Ele sintetiza e personifica toda a religião cristã.

Se é simples instrução catequética, introduza-se o próprio Cristo a instruir os seus discípulos em algumas das verdades necessárias à salvação, servindo-se das suas parábolas encantadoras para melhor se fazer compreender.

Se é homilia dominical, seja o seu principal fim fazer conhecer melhor a Cristo, faça-se da passagem evangélica uma exposição afetuosa que penetre até ao mais íntimo da sua humanidade e da sua divindade, que patenteie os mais recônditos sentimentos do seu coração adorável, fazendo-O falar a Ele pela genuína interpretação da palavra evangélica.

Se é sermão de festa, das grandes solenidades litúrgicas que comemoram mistérios da vida de Cristo, instruam-se os fiéis sobre a significação desse mistério e deixe-se-lhes bem gravado na alma esse traço fisionômico da vida, da pessoa ou do espírito de Jesus Cristo, correspondente ao mistério que se celebra.

Se é sermão moral, sobre qualquer preceito, sobre o pecado ou sobre virtudes cristãs, confirmem-se com os exemplos da sua vida e iluminem-se antes de tudo com a luz dos seus ensinamentos.

Se é sermão dogmático sobre os sacramentos, façam-se eles brotar do lado aberto de Jesus Cristo, como ritos santificadores que canalizam a graça, como seiva santificante do Coração de Jesus para a alma dos ouvintes.

Se é panegírico de santo, apresente-se a sua santidade, como reflexo da santidade de Cristo, fazendo apalpar

o influxo santificador de Cristo na vida do mesmo santo.

Se é sermão da Santíssima Virgem, apresente-se com o diadema de Mãe de Jesus, inseparável do Filho em todos os mistérios da sua vida. Não separe, pois, o pregador o que Deus associou para uma missão comum, que foi Mãe e Filho.

E' assim que não se pode encontrar gênero de pregação que não venha vivificá-la o espírito de Jesus Cristo.

Pela caridade, que é alma da pregação, Jesus habita em nós e nós n'Ele (Jo 14, 23). Portanto é nossa a sua eloquência, porque a palavra evangélica é uma só, como é um só Deus e um só o batismo (Ef 4, 5).

CAPÍTULO III

FONTES DA ORATÓRIA SAGRADA

A SAGRADA ESCRITURA

ART. 1. EXCELÊNCIAS DA BÍBLIA

"Autor, matéria e estilo são os três principais fatores do valor de uma obra. Segundo esta tríplice bitola de apreciação, que obra haverá que possa comparar-se em dignidade e excelência com a Escritura Sagrada?" [1]

§ 1. O Autor dos Livros Santos

Spiritu Sancto inspirante conscripti Deum habent auctorem, tal é o oráculo infalível do Concílio Vaticano [2], que afinal não era mais que o eco de outras profissões de fé e definições de veneranda antiguidade como é o símbolo de Leão IX (séc. XI), a profissão de fé prescrita aos Valdenses, do 2º Concílio Ecumênico de Lião (séc. XIII), Concílio Ecumênico de Florença (séc. XV), Concílio Ecumênico Tridentino (séc. XVI), etc., etc. Definições que afinal têm a sua raiz na mesma Escritura, onde nos diz São Paulo *multifariam multisque modis olim Deus loquens patribus in prophetis...*" (Heb 1, 1) e São Lucas, referindo as palavras inspiradas de Zacarias *locutus est* (Dominus Deus Israel) *per os Sanctorum qui a saeculo sunt, prophetarum Ejus* (Lc 1, 70). E o mesmo São Paulo tomando a Escritura integralmente — *omnis scriptura* — acrescenta-lhe logo o epíteto de *divinitus inspirata theópneustos* (2 Tim 3, 16).

Esta verdade repassa toda a tradição católica e fica de tal modo integrada na mentalidade cristã, sem excluir

[1]) Gonzaga Cabral, obra cit., II, p. 215.
[2]) Sessão III, cap. II.

o protestantismo, que Santos Padres, como Gregório Magno e João Crisóstomo, chegam a conceber os livros santos como outras tantas cartas de Deus subscritadas do céu para as suas criaturas da terra; e os fiéis guardavam tal veneração a essa preciosa coleção de cartas, que as conservavam no altar, num sacrário à esquerda do tabernáculo eucarístico.

§ 2. A matéria dos Livros Santos

A Sagrada Escritura é fundamento de toda a ciência sagrada, manancial inexaurível de profundos pensamentos, de afetos e de sentimentos elevados acima dos horizontes terrenos. Ali têm bebido o melhor da sua inspiração os nossos antepassados, ali continuarão a beber as gerações vindouras, e esse inspirado manancial de sempre novas inspirações conservará intactas as suas inesgotáveis riquezas.

Uma só de duas sentenças, por breve que seja, encerra plenitude de pensamentos que são uma riqueza para a alma. *Não há posição na vida para a qual não encontremos na Bíblia um versículo que pareça ter sido expressamente ditado para ela.* [3]

Indiquemos alguns desses tesouros bíblicos. Sem falarmos agora da pessoa de Cristo, à volta do qual, já o vimos, gira toda a Bíblia, ela é:

I. *Fonte do dogma*

Na Bíblia têm geralmente os dogmas a sua raiz teológica. Primitivamente nem havia outro texto de estudos teológicos.

E depois de construído nas escolas e universidades católicas o edifício da teologia dogmática, as primeiras pedras desse edifício, o primeiro e mais vigoroso argumento em que se estribam os dogmas, é ordinàriamente trazido da Sagrada Escritura, embora às vezes deva ser iluminada pela tradição patrística.

A Sagrada Escritura é a teologia vulgarizada, despi-

---

[3]) Chateaubriand, *Génie du Christianisme,* l. III, ch. I.

da da forma científica, com a vantagem de não falar só à inteligência, mas de impressionar também a imaginação e a sensibilidade. E' Deus quem assim põe, ao alcance de todas as inteligências, as verdades mais transcendentais da religião.

E o Pregador divino não mudou de método nem de sistema pedagógico. Como mestre do povo, Ele soube como ninguém vestir, com roupagem singela de parábolas e de comparações caseiras, os mistérios augustos da divindade.

E' um novo aspecto da missão do pregador. Como teólogo do povo deve ele também vulgarizar as doutrinas teológicas, fazê-las descer das abstrações dos tratados dogmáticos à alma popular e despi-las de formulários científicos e de moldes dialéticos. E' trabalho já feito nas divinas Escrituras.

II. *Fonte da moral*

1. A moral bíblica. — Na Bíblia temos o código da moral eterna que teve o legislador mais zeloso das suas leis, sujeitando aos imutáveis princípios dessa moral as criaturas racionais na atividade de seus pensamentos, palavras e ações, e que assiste com a sua onipresença à vida do homem e à história dos povos, como testemunha e juiz de todos os seus atos. Contém a Bíblia o tesouro doutrinal e o arquivo da moral que desde Moisés até ao último Apóstolo sobrevivente, durante milhares de anos, o Espírito Santo foi nela gota a gota depositando.

A moral de que a Bíblia é fonte inesgotável pode considerar-se:

A) *Individualmente.* — Nela se nos depara toda a Lei soberanamente promulgada, sancionada com prêmios e castigos, posta toda ela em cena viva em que o povo hebreu nos é apresentado como símbolo do homem decaído, já de pé, já prostrado, ora humilhado pelo braço da divina justiça, ora exaltado pela sua destra misericordiosa.

Quantos exemplos em suas páginas de heróica virtude, — basta ler o livro de Job, a história de Susana e

de José, — e de monstruosas abominações, mas sem nunca faltar a umas e a outras o contrapeso da Providência. Com a Bíblia à mão terá o pregador a toda a hora recursos para ilustrar com palpáveis exemplos a hediondez do vício e os atrativos da virtude.

B) *Socialmente.* — A intervenção direta e pessoal de Deus na vida social do seu povo é o que há de mais palpável. Ele é o seu legislador civil e político, tendo por executores os seus lugar-tenentes a servir de chefes visíveis tanto religiosos como políticos. São estes que Ele encarrega de guiar o povo através de todas as vicissitudes da paz e da guerra, de verberar os crimes nacionais e de intimar aos delinquentes a sentença condenatória de Deus e a pena merecida.

E não terá o orador nos livros inspirados belas normas de moral social ditadas e aplicadas pelo próprio Deus, aplicáveis portanto a todas as sociedades? Ou não serão as sociedades estruturalmente as mesmas, embora mudem as civilizações e instituições políticas dos povos? Não serão os mesmos os princípios fundamentais da moral social, por mais que variem as modalidades das suas adaptações?

2. Características da moral bíblica. — A moral bíblica é:

A) *Pedagògicamente popularizada,* conforme se disse do dogma. Não vem discutida nem raciocinada como nos tratados teológicos, mas envolvida numa parábola, numa metáfora, num exemplo, numa alegoria, numa frase categórica que ferindo vivamente a consciência já não é fácil apagar-se.

B) *Psicològicamente constituída* pelo profundo conhecimento que revela dos mais recônditos mistérios do coração humano.

C) *Sobrenaturalmente motivada,* porque não são meramente naturais os motivos que impelem o homem a agir, nem o fim que o seduz. Ali tudo se apresenta elevado a uma dignidade superior ao homem.

D) *Divinamente promulgada.* — Deus a ditou, Deus a promulgou, eterna e imutável como Ele.

III. *Fonte de ascética e de mística*

Não é que a Bíblia apresente um sistema doutrinal ascético-místico. Mas os princípios donde derivam todas as conclusões, o manancial donde brotaram todos os tratados de ascética e de mística, temo-los originàriamente nos livros sagrados. Nem os cristãos da primitiva Igreja dispunham de outros tratados. E contudo tiveram nos conhecimentos bíblicos o suficiente para atingir as culminâncias da perfeição.

1. A ascética é representada:

A) *por excelentes lições teóricas* de virtudes cristãs de que estão cheios os Evangelhos, as Epístolas e as pregações dos Profetas, para não falar de outros livros. Dessas lições brotaram frases ascéticas cheias de vida e de sentido, normas diretivas da vida espiritual, tão familiares a todo o cristão, como estas: *qui se humiliat exaltabitur, non ex solo pane vivit homo, quid prodest homini si mundum universum lucretur?*...

Ainda no campo da teoria a Bíblia é uma escola de oração, por ser um manancial inesgotável de idéias e de afetos que nutrem a alma e a sustentam nas provas e aflições da vida.

B) *por fecundas lições práticas,* apresentando-nos em personagens santas de ambos os Testamentos — bastaria Jesus Cristo e sua Mãe — modelos vivos da mais sólida ascética, a começar pela penitência individual de varões insignes, de penitência social praticada não só nas cerimônias das purificações legais, mas sobretudo nos jejuns coletivos, como foi por exemplo o dos Ninivitas.

Ainda no campo da prática não faltam os mais simpáticos exemplos de resignação constante na adversidade, como no santo Job, de perdão de injúrias, de fortaleza, de martírio, de castidade, de silêncio heróico e de todas as virtudes cristãs.

Na Bíblia encontram-se modelos incomparáveis de oração, como a que se contém no Saltério, devocionário oficial ditado por Deus para ser rezado em todos os tempos, como contendo as mais belas fórmulas de súplica, de louvor, de ação de graças expressas na linguagem de

Deus. As preces de Jesus Cristo a seu Eterno Pai na última ceia, a oração dominical são o *non-plus-ultra* do gênero impetratório. Não fosse o Homem-Deus o seu autor!

2. A mística, nos seus voos mais elevados, tem ainda na Sagrada Bíblia as suas profundas raízes. Basta apontar o Cântico dos Cânticos, as mais sublimes passagens do Sermão da Ceia e escolhidas *perícopes* de São Paulo, do Apocalipse, etc. Na Bíblia temos a verdadeira vida espiritual em toda a sua grandeza. Em parte nenhuma se pode achar mais bem descrito este mundo das almas do que onde o próprio Deus o descreve. Por isso é a Escritura Sagrada, como lhe chama São João Crisóstomo [1], a chave de ouro que nos abre a celestial Jerusalém.

IV. *Fonte do conhecimento da Igreja*

1. Os fastos primordiais da Igreja. — Para descendentes de nobre estirpe foi sempre agradável investigar as origens históricas do seu solar e as gloriosas façanhas que a seus maiores mereceram os timbres do seu brasão. E' para eles agradável saber como pensavam e procediam os seus antepassados; e grande influxo exercem nos descendentes essas recordações de família para não degenerarem de seus altos pensamentos e empresas.

Pois bem, os fastos primordiais da grande família cristã, as grandes empresas do seu Divino Fundador, os atos de heroísmo dos primeiros membros da família, as suas lutas e vitórias, o ambiente de santidade que criaram e deixaram em herança aos vindouros, tudo o temos no Novo Testamento. Demo-lo a conhecer aos fiéis em nossas pregações para que saibam apreciar a fé rubricada com o sangue dos seus maiores e assim se animem a seguir-lhes as pisadas.

2. A sua constituição. — A sagrada Bíblia foi o livro que Deus entregou à Sinagoga, precursora da Igreja de Cristo.

A) *O Antigo Testamento* apresenta um conjunto de figuras da futura Igreja. E' a Arca de Noé fora da qual

---

[1]) Homil. II in Matth.

não há salvação. E' a constituição teocrática de Israel, prefigurando o reino de Jesus Cristo. E' Jerusalém, a Cidade Santa. E' o epitalâmio dos Cantares. São as visões grandiosas dos profetas, de Isaías, sobretudo, descortinando no longínquo horizonte dos tempos os triunfos da Esposa de Cristo.

B) *O Novo Testamento* é a carta magna da constituição da Igreja. Ali se encontram os elementos essenciais à sua fundação, o estabelecimento da jerarquia, a instituição dos sacramentos, o símbolo da sua fé, com o seu patrimônio dogmático, moral e ritual, sua vida social esboçada através de alegorias, de parábolas alusivas ao reino de Deus. Ali se admira o seu organismo interno, exposto por São Paulo na sublime concepção do Corpo Místico. Ali se apresentam os germes da sua vitalidade e o segredo do desenvolvimento desse Corpo Místico, que a graça derivada de Cristo, cabeça e vida de todo o organismo, comunica aos membros como seiva vivificante pelas artérias dos sacramentos.

V. *Fonte de muitos conhecimentos históricos*

Quem ignora que a história, ao mesmo tempo que é um dos mais fecundos recursos do orador, é também o alimento mais agradável ao sabor popular e sempre ao alcance de todas as inteligências?

Na Sagrada Escritura têm os pregadores copioso material histórico e o mais adequado à eloquência do púlpito.

Ela é a história religiosa do gênero humano e portanto a grande auxiliar dos estudos dogmáticos. Não é só fonte do dogma e da moral, mas do dogma e da moral historiada. Nela se estuda também a sã filosofia da história e se aprendem as grandes lições da Providência, que rege os povos e dirige as sociedades a seus fins através das mais desencontradas vicissitudes. Nela se representa em caracteres indeléveis o influxo individual e social dos vícios, das paixões e das virtudes humanas. Nela enfim encontramos divinamente traçado todo o plano da Redenção com os seus mais minuciosos episódios,

desde o agravo do Paraíso até ao desagravo do Calvário, passando pelas promessas dos Patriarcas, pelos tipos e prefigurações com que Deus quis esboçar a amável figura do Redentor, a princípio vaga, mas logo crescendo *a claritate in claritatem,* até brilhar em Sião com todos os esplendores da divindade. Que poderosa luz para iluminar a grandiosidade da obra de Deus!

§ 3. O estilo dos Livros Santos

Se a linguagem da Escritura é linguagem de Deus, o estilo da Escritura pode dizer-se também o estilo de Deus.

Respira-se nela não sei que atmosfera divina de expressão, sente-se como que o sopro do céu a bafejar essas páginas em que ficou como que cristalizado o pensamento de Deus.

Tratando de estilos bíblicos, imitaremos Gonzaga Cabral dando a palavra a Chateaubriand [5], especialidade na matéria.

Estilo Histórico. — Com indizível encanto umas vezes assemelha-se a uma narração de epopéia como na aventura de José, outras vezes expande-se em rasgos líricos de incomparável sublimidade, como depois da passagem do Mar Vermelho, ora suspira pela boca do santo Job, ora entoa pelos lábios de Rute idílios comovedores.

Esse povo cujos passos são assinalados por outros tantos prodígios, esse povo para quem o sol detém sua aparente carreira, os rochedos se resolvem em fontes cristalinas, os céus chovem saboroso maná, esse povo não pode ter fastos semelhantes aos dos outros povos. Para ele devem mudar-se também os moldes clássicos da história.

Para descrever as peripécias da sua vida nacional hão de empregar-se alternadamente a tuba marcial, a lira maviosa e a frauta pastoril... [6]

Estilo Poético. — "Foi na Bíblia que Petrarca aprendeu a modelar seus gemidos; foi nesse livro que Dante descobriu suas terríficas visões; daquela frágua incendiada tirou o poeta de Sorrento o esplendor de seus cantos.

---

[5]) *Génie du Christianisme,* l. III, c. I.
[6]) Gonzaga Cabral, obra cit., II, pp. 219-222.

Sem a Bíblia Milton não teria surpreendido a mulher na sua primeira fraqueza, o homem na sua primeira culpa, e Lusbel na sua primeira conquista, Deus na sua primeira cólera; não teria podido contar aos povos a tragédia do Paraíso nem carpir com lúgubres acentos a desventura da humanidade". [7]

Essa mesma influência bíblica, quem a não reconhece também nas obras-primas da nossa literatura, por exemplo, nos Lusíadas, embora de mistura com tantos devaneios mitológicos?

"Na Bíblia se contam ou predizem todas as catástrofes e por isso estão ali os modelos imortais de todas as tragédias; ali se enumeram todas as dores humanas e por isso as harpas bíblicas ressoam lùgubremente dando o tom a todas as lamentações e a todas as elegias.

Quem volverá a gemer como Job quando, derrubado pela mão excelsa que o prova, enche com seus gemidos e humedece com suas lágrimas os vales da Iduméia? Quem tornará a lamentar-se como Jeremias em volta de Jerusalém abandonada de Deus e das gentes? Quem será lúgubre e sombrio como Ezequiel, o poeta dos grandes infortúnios e dos tremendos castigos, quando lançava aos ventos sua arrebatada inspiração, espanto de Babilônia?

Ali se descrevem as batalhas do Senhor, em cuja comparação as batalhas dos homens são vãos simulacros; por isso a Bíblia, que contém os exemplares de todas as tragédias, elegias e lamentações, encerra também os de todos os cantos de vitória. Quem cantará como Moisés do outro lado do Mar Roxo quando celebrava a vitória de Jeová, a derrota de Faraó e a liberdade de seu povo?

Quem entoará um hino de vitória como o que cantava Débora, a Sibila de Israel, a Amazona dos Hebreus, a mulher forte da Bíblia?

E se dos hinos de vitória passarmos aos hinos de louvor, em que templo ecoaram estes jamais como no de Israel quando subiam ao céu aquelas vozes suaves, harmoniosas, concertadas de mistura com o delicado perfume das rosas de Jericó, e com o aroma do incenso oriental?

Se buscais modelos de poesia lírica, que lira haverá comparável com a harpa de David, o amigo de Deus, que aplicava o ouvido a escutar as suavíssimas harmonias e os doces cantos

---

[7]) Donoso Cortez, *Obras*, t. III, p. 216, em G. Cabral, obra cit., II, p. 223.

das harpas angélicas, ou com a harpa de Salomão, o rei sábio e feliz que reduziu a sabedoria a sentenças e provérbios?" [8]

3. Estilo evangélico. — O autor do *Gênio do Cristianismo* tentou classificar este estilo inimitável por meio destas poucas palavras: *E' um tom de autoridade paterna fundido com não sei que celeste comiseração de um Deus, que para resgatar-nos se dignou fazer-se filho e irmão do homem.* Não digamos mais; o resto é senti-lo, é meditá-lo, é saboreá-lo. [9]

4. Estilo oratório. — Finalmente o estilo oratório não é para passar despercebido na Bíblia. Ele repassa muitas das suas páginas.

Que eloquência se pôde jamais pôr em paralelo com a dos profetas inspirados? Quem lê os primeiros 15 capítulos de Jeremias, sobretudo o 2º, quem lê o 16º de Ezequiel, não obstante o seu trágico realismo, não pode deixar de experimentar os efeitos de uma vigorosa eloquência religiosa.

Quem não se sente arrebatado pela eloquência vigorosa e inspirada de David, ora fazendo o elogio fúnebre de Jônatas e de Saul (2 Reis 1), ora apostrofando no Salmo 113 o mar, o Jordão, os montes e colinas da Judéia convulsionados à passagem da Arca?

Quem não sente os abalos de eloquência divina nas pregações de Cristo, sobretudo quando descreve o juízo final e pronuncia a sentença do Supremo Juiz?

Quem não apreende o estilo oratório das mais belas passagens da eloquência apostólica dum São Pédro, por exemplo, pregando aos judeus, dum São Paulo discursando no Areópago de Atenas? Os maiores astros da oratória profana não puderam aspirar à apoteose prestada ao Apóstolo das gentes pelos habitantes de Listra, assombrados pelo poder do seu verbo, a ponto de o tomarem por Mercúrio, o seu deus da eloquência, descido do Olimpo.

Nenhuma obra humana nos oferece como a Bíblia páginas de uma eloquência tão variada, tão opulenta, e tão proporcionada aos grandes assuntos.

---

[8]) Ibid., em G. Cabral, obra cit., II, pp. 224-225.
[9]) G. Cabral, obra cit., t. II, pp. 225-226.

ART. 2. INTERPRETAÇÕES BIBLICAS

§ 1. Os vários sentidos da Sagrada Escritura

A outros tratados pertence o estudo das regras exegéticas. Para o fim que nos propomos, basta apontar as quatro espécies de sentidos que se costumam distinguir na Bíblia:

1. Literal, também *histórico* ou *gramatical,* é o que pretende manifestar quem fala ou escreve, segundo a acepção ordinária das palavras. Este sentido do qual nenhum texto da Escritura é vazio, é compatível com qualquer forma, mesmo metafórica e até alegórica. Assim a palavra *messe,* empregada por Jesus Cristo para significar literalmente a grande seara das almas, é uma verdadeira metáfora.

2. Místico, também chamado *típico* e *espiritual,* entra igualmente na intenção de quem fala ou escreve, embora só mediante o sentido literal. E' o que se encerra em fatos, pessoas, ritos ou cerimônias figurativas. Símbolo do pensamento de Deus tanto o pode ser a palavra, como qualquer objeto apropriado que lhe apraza escolher.

Temos, pois, no sentido místico o *tipo* ou símbolo, que é o fato ou objeto figurativo, e a própria realidade figurada.

O antítipo pode referir-se ao reino de Cristo na Igreja, ou nas almas, ou na glória; o tipo no primeiro caso será alegórico ou profético, no segundo será tropológico ou moral, no terceiro será analógico.

3. Acomodatício, consiste na adaptação das sentenças bíblicas a objeto distinto do sentido literal, mas com ele relacionado por qualquer semelhança.

A acomodação do sentido pode fazer-se:

A) *por extensão* da significação literal fundada na relação de semelhança entre os respectivos objetos. Assim as palavras *faciam vos fieri piscatores hominum* (Mt 4, 19) ditas por Cristo aos Apóstolos são legìtimamente aplicáveis a qualquer missionário, pela semelhança de missões que desempenham.

B) *por alusão* ao sentido literal, fundada na semelhança das palavras. Assim a frase *portans ramum olivae* (Gn 8, 1) dita da pomba de Noé, pode aplicar-se a qualquer mensageiro de paz. As palavras *ite et vos in vineam meam* (Mt 20, 47) significando literalmente o recrutamento de operários feito pelo agricultor do Evangelho, aplica-se, por alusão, ao recrutamento de operários evangélicos para o campo do apostolado, também chamado vinha do Senhor.

4. Ilativo. — E' o sentido derivado de qualquer dos dois primeiros por uma legítima aplicação do raciocínio.

§ 2. Os sentidos místicos na oratória e o seu valor comprovativo

1. O sentido literal é sempre de fé e de indiscutível autoridade, o único portanto que se pode empregar quando se quiser invocar o testemunho divino para estabelecer uma verdade. Recorrer a outro com esse fito é falsificar as Escrituras e caluniar o próprio Deus, seu Autor.

2. O sentido místico refere-se ora à fé (*sentido alegórico*) ora à esperança (*sentido anagógico*) ora à regra dos costumes (*sentido tropológico*). Assim é que a palavra Jerusalém, que no sentido literal designa uma cidade da Judéia, se achará empregada muitas vezes numa ou noutra destas três acepções místicas, por a Igreja, o céu, a alma cristã. [10]

O seu valor depende da certeza dos tipos. E' claro que nem todos os textos encerram um sentido místico e, quando o encerram, nem sempre se sabe qual seja. Por isso:

A) a ninguém é lícito fantasiar a seu arbítrio um sentido místico;

B) se algum tipo apresenta certa verossimilhança ou probabilidade fundamentada, empregue-se não como prova dogmática, mas ùnicamente com o fim de fomentar a piedade dos fiéis. Ficamos então pràticamente reduzidos a um sentido acomodatício pela adaptação de tipos que não têm relação certa com os antítipos. Mas para fugir de

---

[10]) Roquete, obra cit., p. 202.

arbitrariedades perigosas fundemo-nos ao menos nos que tiverem por si a autoridade de algum intérprete aprovado;

C) se consta que tal sentido místico foi intentado por Deus, terá o mesmo valor demonstrativo do literal e como tal se pode empregar. Isso, porém, só pode constar por outra passagem da Bíblia ou pela autoridade dogmática da Tradição. Assim sabemos nós que a pedra que forneceu de beber aos filhos de Israel era tipo de Cristo *petra autem erat Christus* (1 Cor 10, 4) como o era Adão (Rom 5, 14 ss); que Ismael e Isaac são figuras dos dois Testamentos (Gál 4, 22); que o maná foi uma prefiguração da Eucaristia (Jo 6, 32-49), como o foi de Cristo imolado o cordeiro pascal, e de Cristo ressuscitado o profeta Jonas (Lc 11, 29-30).

Deste modo o sentido típico não só tem valor dogmático, mas também, pela beleza e grandiosidade de pensamentos que encerra, oferece ao orador preciosos recursos.

Vieira no sermão da Transfiguração emprega uma elegante deínose [11] de tipos anagógicos colhidos na Bíblia para com eles reforçar o argumento *a minori ad majus,* com que se esforça por dar-nos uma idéia mais aproximada da felicidade do céu. Essa deínose dá origem à mais formosa amplificação do argumento. [12]

3. O sentido acomodatício não apresenta especial dificuldade, se as circunstâncias da acomodação se assemelham às do sentido literal.

A acomodação é tão legítima que o próprio Cristo nos dá exemplo dela, quando aplica à futura destruição de Jerusalém pelos Romanos a profecia de Oséias sobre a opressão dos Assírios: *Tunc incipient dicere montibus: cadite super nos; et collibus: operite nos* (Lc 23, 30; Os 10, 8).

Legìtimamente, pois, se acomodará a ressurreição do jovem de Naim à conversão de Santo Agostinho impetrada pelas lágrimas de sua mãe, as palavras do tentador

---

[11]) *Deínosis,* termo técnico de retórica já empregado por Quintiliano nas suas *Institutiones,* e que significa *encarecimento.*
[12]) Vieira, *Sermões,* II, pp. 40-42.

a Cristo: *Mitte te deorsum* (Lc 4, 9) a qualquer tentação que nos solicite a despenhar-nos no precipício do pecado.

Mas a acomodação tem as suas regras:

A) Haja ponto de semelhança entre o objeto visado pelo sentido literal e aquele a que se aplica.

B) Nunca se mutilem textos para tecer com as mutilações a frase desejada.

C) A acomodação a assuntos triviais e indignos seria uma profanação da palavra de Deus, apesar dos tristes exemplos que em contrário nos dá o seiscentismo pedante, sem gosto artístico e nesta matéria sem critério e sem escrúpulo.

D) Nunca se dê este sentido como genuíno e autêntico, nem se funde nele demonstração alguma dogmática.

4. O sentido ilativo. — Consiste no legítimo exercício da razão para desentranhar do texto bíblico literal as conclusões que ele virtualmente encerra.

A ilação pode muito bem ser ou o suposto lógico do texto escriturístico, ou qualquer dedução que dele lògicamente dimane, como é mais comumente a proposição particular contida na universal. Nesta aplicação da razão à análise da palavra divina consiste em grande parte a essência da oratória sagrada, pois é ela quem gera os grandes desenvolvimentos e amplificações.

Se o sentido literal é intentado por Deus, também o são, embora não já com o mesmo peso dogmático, os sentidos que dele legìtimamente se inferem. Também há lógica na mente divina. Assim da sentença bíblica que diz: *Salvator noster Deus omnes homines vult salvos fieri* (1 Tim 2, 4), deduzo eu legìtimamente como suposto:

A) a possibilidade da salvação (e também da condenação): Deus não pode querer o impossível;

B) a existência duma vontade livre em Deus: o ato supõe a faculdade;

C) a existência da glória como condição essencial de salvação;

D) não há precitos *ante praevisa merita*. E como ilação de universal para particular:

A) Cristo morreu também por seus algozes;

B) a sua vontade salvífica não exclui os infiéis;

C) os meios de salvação pelo menos remotamente suficientes, a todos são concedidos: quem quer sèriamente o fim, também quer os meios necessários.

Eis alguns dos muitos sentidos consequentes que comporta o texto proposto.

ART. 3. USO ORATÓRIO DA SAGRADA ESCRITURA

§ 1. A grande inspiradora do púlpito

1. Tesouros oratórios da Bíblia. — Na Bíblia se encontram como em parte nenhuma verdadeiros tesouros de eloquência divina. São imagens graciosamente vigorosas, são descrições em que harmoniosamente se alia o encanto e a singeleza, são narrações que despertam um interesse sempre novo, máximas duma profundidade divina, quadros cheios de elevação e de vigor. E' a grandiosidade do estilo profético, cuja ênfase regulada por um gosto criterioso ajuda a elevar as almas ao nível dum objeto divino. E' a liberalidade infinita do Senhor patenteada nas esplendorosas promessas messiânicas, é a Sua misericórdia que sobressai através dos ternos chamamentos duma inalterável paciência; é a Sua justiça que troveja ameaças e fulmina castigos, dando lugar a rasgos sublimes de indignação, de cólera, de admiração, de amor.

E abrindo-se logo as páginas do Testamento Novo através das quais se sente já o palpitar dum coração sensível no peito de Deus, é a unção evangélica a destilar de cada palavra do Salvador, é a energia da afirmação e o vigor da persuasão paulina ensinando a pregar qualquer dos seus leitores.

2. O sublime na Bíblia. — Ao tratarmos do sublime limitamo-nos a apontar-lhe como fontes a natureza, a arte e a ciência. Propositadamente deixamos para agora a Sagrada Bíblia como fonte de pensamentos grandiosos, como tesouro de descrições cuja sublimidade raia no divino.

Desde as palavras que dão início solene ao poema

da criação: *In principio creavit Deus caelum et terram...* *Fiat lux et facta est lux* (Gn 1, 1 ss), até às assombrosas teofanias do Sinai; desde os grandes dramas das intervenções visíveis de Iavé no mundo, desde as mensagens dos seus anjos e as históricas embaixadas dos seus profetas, dos seus taumaturgos e pregadores até ao grito patético dos heróicos macabeus apostados a morrer com a pátria e a sepultarem-se sob as suas ruínas (1 Mac 2, 37): desde aquela ascensão de águia aos mistérios da eterna geração do Verbo traduzida nas singelas palavras do Evangelista *In principio erat Verbum* (Jo 1, 1), até às visões apocalípticas da mesma águia, depois de ter sido dada ao homem a incrível oportunidade de ver, de ouvir, de apalpar o mesmo Verbo feito visível, sensível, palpável, onde é que se pode encontrar ou imaginar sequer um sublime mais sublime que o das sagradas páginas?! Basta a sublimidade da União Hipostática para arrebatar qualquer inteligência, mesmo angélica.

§ 2. Lições e exemplos do passado

1. Na história da pregação. — A Bíblia foi sempre a escola dos grandes oradores cristãos, dos que mais unção davam às suas palavras e dos que mais fàcilmente avassalavam as almas. E' que ela não é apenas o inesgotável manancial onde se bebe a largos haustos a inspiração doutrinal do sermão. E' também o inexaurível arsenal aonde os grandes oradores se vão armar para defender com inexpugnáveis argumentos a verdade da nossa santa fé.

Jesus Cristo, o protótipo dos pregadores, da Bíblia se vale para afirmar a divindade da sua Pessoa e da sua missão; e as suas pregações andam impregnadas de alusões bíblicas. E' suavemente bíblico o sabor das suas conversações mais íntimas. Toda a viagem de Jerusalém a Emaús na tarde da Ressurreição foi uma continuada preleção e exposição das Sagradas Escrituras. Elas são a força da sua argumentação. Com elas confunde a astúcia diabólica no deserto, delas se vale também para desfazer os enredos sofísticos e capciosos dos seus adversá-

rios, lançando-lhes em rosto a sua crassa ignorância escriturística. *Erratis nescientes scripturas* (Mt 22, 29).

São Paulo, por sua vez, preza-se de ser um consumado conhecedor e estrênuo defensor das Escrituras. *Ego sum vir Judaeus eruditus juxta veritatem paternae legis, aemulator legis* (At 22, 4). As suas epístolas, eco fiel da sua pregação, são a Escritura pregada, comentada.

Os outros Apóstolos, primitivos pregadores do Evangelho, não podiam ter seguido outra orientação, formados como eram na mesma escola, discípulos d'Aquele que era o objeto de todas as Escrituras, objeto também das suas pregações.

Os Santos Padres por seu turno baseavam sempre na Bíblia a sua pregação, por isso mesmo que o gênero concionatório por eles principalmente cultivado era o homilético. E os pregadores de maior nome na Igreja, os que melhor sabiam persuadir e converter, eram os que melhor falavam pela boca da Escritura.

2. Nas disposições da Igreja. — Nem é outra a mentalidade da Igreja manifestada nos Concílios e na Liturgia.

O S. Concílio de Trento exprime o ministério da pregação com a frase *interpretari sacras Scripturas,* como se ao conceito de pregar fosse essencial a nota bíblica.

Ao conferir-se o sacramento da Ordem, todos sabem que os Evangelhos são o símbolo do poder de pregar comunicado aos ordinandos.

Finalmente o uso da Escritura na pregação tem sido a recomendação insistente dos Pontífices aos Pregadores.

Leão XIII, acerca do estudo da Sagrada Escritura, deixou estas graves palavras [13]:

"A energia própria e singular das Escrituras, comunicada pelo sopro divino do Espírito Santo é a que dá ao orador sagrado toda a sua autoridade, a que imprime à sua palavra a liberdade apostólica, a que torna enfim a eloquência verdadeiramente nervosa e triunfante. Pois aquele que dá ao discurso o espírito e a força da palavra divina, esse *não prega sòmente palavras, mas fala com força e pelo Espírito Santo, em toda a ple-*

---

[13]) Encíclica *Providentissimus Deus,* de 18 de Novembro de 1893.

nitude (1 Tess 1, 5). Pelo que, devem realmente ser tidos por homens inconsiderados e cegos os pregadores que, tendo que falar da religião e dos preceitos divinos, quase não empregam senão palavras da ciência e prudência humanas e mais se apoiam sobre seus próprios argumentos, que sobre os argumentos divinos.

Bento XV, nas citadas normas *pro sacra praedicatione,* repete as mesmas recomendações nos números 22 e 35.

§ 3. Em que consiste o uso da Bíblia na oratória

1. Em tomar a Bíblia como fonte de inspiração oratória, como manancial de doutrina predicável, e como fecundo reservatório de demonstrações e testemunhos que autorizem a pregação sagrada.

2. Na apropriação do próprio estilo bíblico, à qual pode chegar o orador que se familiariza com a leitura e meditação da Sagrada Escritura. Nada mais monstruoso do que querer ser eco da palavra divina num estilo laicizante.

A leitura e a meditação da Sagrada Escritura criarão uma mentalidade bíblica; a assimilação do seu elemento doutrinal, histórico, passional e literário dará à pregação aquela unção sobrenatural que é o timbre de quem adota a linguagem de Deus, de quem tira a palavra da boca de Deus, para a fazer escutar a seus ouvintes. Essa unção que penetra nos corações, difundiu-a Deus por toda a Escritura. E' impossível meditá-la e não ficar imbuído do seu espírito.

3. Em comentar ou parafrasear oratòriamente alguma das suas passagens, fazendo desse comentário um sermão moral ou uma homilia.

4. Fazendo falar a Bíblia no decorrer do discurso para demonstrar, confirmar ou esclarecer as verdades que se vão expondo.

A intervenção oportuna da Bíblia no contexto dos discursos é o que os torna mais doutrinários, mais sólidos e sobretudo mais sagrados. Pelo contrário, o discurso que não é suficientemente condimentado com o sal bíbli-

co, será sempre insosso, para auditórios que têm fome de Deus.

Mas a verdadeira devoção aos livros sagrados não deve levar o pregador ao exagero de fazer do sermão um tecido de textos bíblicos entrelaçados com mais ou menos arte, em que a inteligência do orador só intervém para os relacionar e encadear com uma ou outra idéia de transição. Não; as citações bíblicas no discurso oratório são regidas também por certas regras:

a) *Sobriedade.* — A pregação deve ser toda embalsamada pelo aroma divino que perfuma os livros sagrados, mas sem multiplicar de tal modo as citações que impeçam o vigor e espontaneidade do discurso.

Não devem ser demasiado extensas; sejam antes breves sentenças sintéticas e cheias de sentido que iluminem e impressionem salutarmente.

b) *Fidelidade,* reproduzindo-as pelos mesmos termos de que se serviu o Espírito Santo. Só assim terão a eficácia de prova sem réplica, de sentença decisiva sem apelação nem agravo.

c) *Seleção,* escolhendo-se as que maior vigor e beleza podem dar ao discurso e ferir mais eficazmente o espírito dos ouvintes, evitando sobretudo as que não trazem à verdade exposta nem mais luz nem mais afeto, nem servem para a tornar mais atraente e palpável.

d) *Oportunidade:* que venham muito a propósito, sem lhes forçar o sentido.

e) *Reverência,* aduzindo-as com a veneração devida à autoridade de Deus, que fala por nossos lábios, sem chistes nem aplicações descabidas.

f) *Compreensão,* desentranhando dos textos o sentido que encerram, recorrendo, se necessário for, ao contexto, a lugares paralelos, às circunstâncias históricas em que foram escritos, a interpretações autorizadas. Os textos escriturísticos, embora breves, devem dar sabor e perfume bíblico a toda a pregação, do mesmo modo que uma gota de essência diluída na água (comparação de Lacordaire) a deixa impregnada do seu aroma e lhe comunica o mesmo sabor.

tuna, *ponde* o mundo, *ponde* mil mundos, *ponde* o mesmo céu com a sua glória, nada disto faz pendor em comparação da graça que tão fàcilmente perdemos". Vieira, *Sermões,* X, 34. Compare-se este eloquentíssimo período consigo mesmo, despido de todas as repetições: "Ponde naquela balança reinos, coroas, cetros, impérios, monarquias..." Que desfalecimento! E' um monumento reduzido a um montão de ruínas].

— *La gradation* qui forme un plan incliné, pour monter ou descendre, en vue du mouvement de la pensée et de la croissance du théme... [Exemplo bem frisante desta gradação em Vieira é o que acabamos de apontar para a repetição. Brilhantemente amplificada é a gradação do panegírico de Santo Inácio: "Lia Inácio as vidas dos confessores... Lia as vidas dos anacoretas... Lia as vidas dos doutores e pontífices... Lia as vidas ou as mortes valorosas dos mártires... Lia finalmente as vidas e as peregrinações dos Apóstolos..." *Sermões,* t. VII, pp. 376-377].

Toutes ces figures et autres semblables peuvent se mettre au service d'une pensée, d'une émotion ou d'un vouloir. Mais il en est qu'on pourrait appeler spécialement émotives et qui pour cette raison ont une grande importance oratoire. Ce sont surtout:

— *L'exclamation,* seule ou en série et comme en cascade: ["Ah! cegueira! Ah! miséria! Ah! tentação infernal!" (Vieira, Sermões, t. X, p. 35). "Tanta comunhão e tão pouca união! Oh! que agravo! oh! que ofensa! oh! que afronta!..." (Id. Ib. VI, 125)].

— *L'apostrophe,* qui provoque et excite la vie du discours: ["Maior espetáculo, ó Tibre, vês estes dias nas margens..., maior espetáculo, ó Roma, vês estes dias tu nas tuas praças..." (Id. Ibid. VI, p. 45). E, dirigindo-se à estrela dos Magos: "Basta, luzeiro celestial, que sois estrela de reis e escondeis-vos da corte?... Bem mostrais quanto tendes de Deus" (Id. Ib. II, 26].

— *L'hyperbole:* ["O Mar Morto, chamado por outro nome *Vallis Salivarum,* porque era uma saliva do Oceano. Cuspiu o Oceano e fez aquele mar" (Id. Ibid. t. VII, p. 368). E quem pode conceber hipérbole mais arrojada que a de Moisés: "Dominus regnabit in aeternum et ultra?" (Êx 15, 18)].

— *L'interrogation* insistante et pressante, l'épée dans les reins: ["Se dizeis que vos haveis de converter depois, por que o não fazeis agora? Que motivos haveis de ter depois que agora não tenhais?... Pois Deus hoje não é o mesmo que há de ser depois?... Pois se então o haveis de amar, por que

CAPITULO IV

FONTES DA ORATÓRIA SAGRADA

TRADIÇÃO

A Sagrada Escritura não é o órgão exclusivo da divina Revelação. O próprio Evangelista, ao terminar a sua obra de historiador, declara que longe de deixar nela consignado tudo o que Jesus Cristo fez e ensinou, não bastaria a capacidade do mundo para a biblioteca biográfica do Salvador (Jo 21, 25). Bastariam os três anos de intensa pregação evangélica, acrescentados de 60 anos de não menos intensa pregação apostólica, para constituir uma gigantesca biblioteca oratória de doutrina revelada, se essa doutrina tivesse sido lançada ao papel.

Nem a pregação evangélica, porém, nem a pregação apostólica ficaram perdidas, do mesmo modo que não se perdem as tradições mais íntimas duma família, pelo fato de não ficarem consignadas em fastos domésticos.

As tradições íntimas da grande família cristã recolheu-as carinhosa e cuidadosamente a Igreja, e conserva-as através dos séculos como um depósito sagrado que não se deixa alterar, nem adulterar. — E' o chamado depósito da Tradição que já São Paulo mandava guardar ciosamente *tenete traditiones quas didicistis sive per sermonem sive per epistolam nostram* (2 Tess 2, 14).

E' a tradição escrita e não escrita. Só da primeira nos ocupamos.

ART. 1. O MAGISTÉRIO VIVO DA IGREJA

Jesus Cristo instituiu a Igreja como complemento místico da sua personalidade plenária e prolongamento da sua existência mortal no mundo. Para isso legou-lhe a sua doutrina e a sua infalibilidade, constituindo-a assim norma viva da nossa fé.

Para nós, é, pois, verdade revelada tudo o que Ela propõe e define como tal.

Os órgãos vivos desse magistério infalível são dois, inadequadamente distintos:

1. Os Concílios Ecumênicos em união com o Papa. — Neles são declarados e por vezes definidos com o peso da infalibilidade eclesiástica os vários pontos de doutrina católica. São uma reunião oficial e solene de toda a Igreja docente, espalhada pelo mundo, um contacto mútuo e um aferimento infalsificável de todos os dogmas ensinados através dos tempos e dos espaços. O que dali sai rubricado é um autêntico e genuíno oráculo de Cristo.

São, pois, os Concílios fontes de verdade alimentadas com a luz do Espírito Santo, arquivos de doutrina, de declarações, de definições dogmáticas e morais, onde os pregadores podem beber a sua inspiração sem perigos de envenenamento.

2. Os Papas. — São o órgão principal da Igreja docente, infalíveis quando *ex cathedra* definem verdades dogmáticas ou morais, quando canonizam Santos ou aprovam Ordens religiosas. Embora não sejam infalíveis fora destes casos, é certo que aos seus ensinamentos se deve sempre toda a reverência e acatamento intelectual, como a oráculos dum legítimo vice-Cristo, tão de perto assistido pelas luzes do Espírito Santo.

Por isso, ou falem ao mundo por meio das suas Encíclicas, ou por quaisquer outros documentos pontifícios, ou por intermédio das Congregações Romanas, é certo que os seus ensinamentos constituem não só matéria predicável, mas também fonte legítima de demonstrações oratórias e de sã inspiração, sendo ainda um poderoso subsídio com que o pregador pode sempre atualizar as suas prédicas.

Fazendo-se eco do Pai comum dos fiéis, o pregador terá à mão o melhor meio de orientar a mentalidade cristã, dando à sua doutrina uma autoridade vitoriosa, porque ouvindo-a é o Papa que os fiéis ouvem falando pela boca do pregador.

ART. 2. A PATROLOGIA

Quem são os Padres da Igreja e qual é a sua autoridade dogmática? São questões estas que supomos conhecidas dos alunos de oratória sagrada, iniciados já na Teologia Fundamental.

Limitamo-nos, portanto, a uma breve noção das obras patrísticas e do seu uso oratório.

§ 1. Obras Patrísticas

1. Sua extensão. — Foram os Santos Padres teólogos que militaram contra a audácia das heresias, quase todos Bispos, a quem incumbia a pregação pastoral. Excetuando alguns mais polemistas, como Santo Agostinho, São Jerônimo, Santo Atanásio, pode-se dizer que quase toda a patrologia é constituída por sermões, homilias, exposições da Sagrada Escritura ao povo, numa palavra, por obras concionatórias.

Mas "todos estes escritos cheios de divina e celestial doutrina, que outra coisa são senão as almas dos mesmos Santos e as quintas-essências dos seus entendimentos, estilados pela pena? Ali se vêem refutadas e convencidas todas as seitas dos antigos filósofos pitagóricos, platônicos, cínicos, peripatéticos, epicureus, estóicos; ali os mistérios profundíssimos da fé, facilitados e críveis, e os argumentos contrários desvanecidos; ali as tradições apostólicas sucessivamente continuadas e as definições dos Concílios gerais e particulares estabelecidas; ali as dificuldades da Sagrada Escritura e os lugares escuros dela declarados, e o Velho e Novo Testamento e os Evangelhos entre si concordes; ali as questões altíssimas da teologia sutilìssimamente disputadas e resolutas; as controvérsias debatidas e examinadas, e o certo como certo, o falso como falso, o provável como provável, tudo decidido; ali as heresias antigas e modernas expugnadas, e as cavilações dos hereges desfeitas e os textos sagrados corruptos e adulterados por eles, conservados em sua original pureza; os Arios, os Apolinares, os Macedônios, os Nestórios, os Donatos, os Pelágios, os Maniqueus, os Eutiquios, os Elvídios, os Jovinianos, os Vigilâncios; e os Luteros e Calvinos que em nossos tempos os ressuscitaram, sepultados outra vez e convencidos; ali finalmente os vícios perseguidos, os abusos emendados, as virtudes sinceras e sólidas louvadas, as falsas e aparentes confundidas, e

toda a perfeição evangélica digesta, praticada e posta em seu ponto.[1]

Numa palavra: a patrologia pode ser a mina inesgotável dos pregadores, longe infelizmente de ser tão explorada como merece.

2. Suas características.

A) *Fundo concionatório.* — Para todos sem exceção foi a Sagrada Escritura base da sua formação teológica e concionatória. Toda ela, mas de um modo especial o Evangelho, fora perfeitamente assimilada pelos Santos Padres, de tal modo que as suas obras são o magnífico edifício construído com materiais bíblicos, tendo os alicerces bem arraigados na Bíblia. Até os seus pensamentos pessoais andam impregnados de sabor bíblico.

A oportunidade é a grande virtude dos Santos Padres. Por isso as necessidades atuais e o proveito espiritual dos ouvintes são o critério constante que orienta as suas prédicas, e lhes inspira o segredo de unir magistralmente o dogma com a moral.

Orientados por esse critério abreviam eles ou estendem as exposições dogmáticas, multiplicam as aplicações à vida prática, ou expandem-se em largas digressões.

B) *Estilo das suas prédicas.* — A nota frisante da pregação patrística é o tom familiar, digamos antes paternal e evangélico, e a comunicação íntima com os ouvintes que dá a suas alocuções o caráter duma verdadeira conversa cheia de conselhos e admoestações. Fiéis sucessores dos Apóstolos e do próprio Cristo, vivem o seu mesmo espírito e adotam perfeitamente todas as atitudes evangélicas.

Nem é de estranhar: eram Bispos que falavam aos fiéis como pais, eram pastores de almas cuja formação cristã lhes fora confiada; a pregação pastoral tinha de ser para eles o gênero predileto.

C) *Dotes literários.* — Por isso da pregação patrística havia de estar excluída qualquer pretensão estilística. Entretanto eram homens que tiveram, muitos ao me-

---

[1]) Vieira, *Sermões*, t. IX, pp. 49-50.

nos, uma esmerada formação clássica. Possuíam sobretudo conhecimentos retóricos e filosóficos que espontânea e despretensiosamente, embora sem esmerilhar frases nem tornear períodos, davam por vezes a seus discursos certo brilho literário.

D) *Dotes oratórios.* — Essa mesma formação retórica e filosófica havia-lhes aperfeiçoado e desenvolvido a faculdade de persuadir.

Não é de estranhar, pois, que muitos dos seus discursos sejam peças de incontestável mérito oratório, pela solidez e majestosa sublimidade de pensamentos que revelam a fonte divina donde brotaram, pela elevação e delicadeza de sentimento, pela unção penetrante impregnada de afeto que avassala os corações, sem arrebatamentos nem movimentos dramáticos.

Possuíam o condão de adaptar ao alcance de rudes auditórios, em exposições nítidas e translúcidas, as verdades mais sublimes da Revelação. E as entranhas de paternal solicitude pela salvação de seus filhos inspiravam-lhes por vezes o segredo do patético.

Dotados de fina observação e de fecunda imaginação souberam descrever-nos ao vivo os costumes do seu tempo. Sob este aspecto fornecem os mais valiosos subsídios para a história da época.

§ 2. Uso oratório da Patrologia

I. *Uso remoto. Estudo prévio dos Santos Padres*

1. Estímulo. — Eles mesmos nos estimulam a esse estudo. Conhecido é o apreço e veneração que sentiam uns pelos outros e por seus escritos. Testemunha disso são as copiosas e frequentes citações de suas obras, a menção que fazem uns das opiniões dos outros, com sumo encarecimento da doutrina que citam.

E quem se lembra da incomensurável dificuldade que existiu de obter cópias de uma obra enquanto se não inventou a imprensa, não pode deixar de se ruborizar, desprezando hoje essas fontes de luz e de verdade postas ao alcance de muitos.

Por outra parte não há documento pontifício relativo à pregação em que, a par da Sagrada Escritura, se não recomende o estudo da patrologia. Entre as normas *pro sacra praedicatione* deixou-nos Bento XV a do nº 35: *Prae manibus habeant et gustent exemplaria insignia quae in omni concionum genere Sancti Patres reliquerunt.*

2. Necessidade. — O duplo caráter de pastores de almas e defensores da fé assaz manifesta a necessidade do seu estudo. Em todos os tempos há ovelhas que pastorear e lobos que afugentar, verdades que ensinar e erros que refutar.

E por esse lado não são antiquadas as obras patrísticas. As verdades dogmáticas e morais são eternas, não variam com as necessidades dos tempos.

Mais: as circunstâncias em que viveram não diferem muito das que atravessamos. Os erros e heresias mais em voga no nosso século são um novo disfarce das que eles tiveram de combater. E assim como lhes foi necessário rebater esses erros e manter alerta as almas que pastoreavam, necessário nos é também adestrar-nos para a luta com as armas da palavra. A necessidade dos tempos obrigou-os a expor com toda a exatidão, vigor e clareza, a doutrina católica e a desfazer as objeções armadas contra ela. Em suas prédicas se encontra sòlidamente exposto e discutido todo o dogma e toda a moral.

Com arte magistral desentranham o sentido das Escrituras e o expõem aos fiéis com alegorias e comparações adequadas à sua capacidade, conseguindo assim fazer-lhes assimilar o suco mais substancioso das verdades divinas.

As suas obras são, pois — à parte a Sagrada Escritura — o màis provido arsenal da Igreja, a que se torna necessário recorrer a cada passo. E' que perigos idênticos nunca deixaram de aconselhar idêntica defesa.

3. Modo de os estudar. — A) Não em trechos isolados do contexto, mas tratados ou discursos completos. Estudos de obras mutiladas são sempre estudos mutilados.

B) Nem em citações hauridas de outros autores. O

que se colhe em segunda mão nem sempre é o que se julga colher.

C) Acompanhar o estudo da obra com a biografia do autor, que dê a conhecer o ambiente moral, social e religioso em que desenvolveu a sua atividade, o fim para que e as circunstâncias em que escreveu. Tanto melhor se entenderá o que se escreveu quanto melhor se conhecer quem escreveu.

D) Acompanhar a leitura com anotações oportunas em vista da sua utilização oratória.

4. Seleção. — A Patrologia, considerada no seu conjunto, consumiria toda a vida de quem empreendesse estudá-la a sério. Nem a sua aquisição estaria ao alcance de muitas bolsas. Por este duplo motivo a limitação é uma necessidade. Mas quem tem que se limitar saiba ao menos escolher. Ora, sob o ponto de vista oratório, quem escolher Santo Agostinho e São João Crisóstomo terá nesses dois Santos Prelados e Pais da Igreja, latino um, grego o outro, uma síntese suficientemente perfeita da Patrologia oratória. [2]

Santo Agostinho. — Gênio assombroso que se estendeu a todos os ramos do saber e a todos dominou com a penetração e universalidade da sua inteligência, deixou-nos em suas obras imortais uma inesgotável mina de teologia, em tudo o que se refere à personalidade de Cristo, à instituição e à constituição íntima da Igreja, à natureza e eficácia dos Sacramentos, à predestinação e providência, às virtudes teologais, à graça divina em face da liberdade humana.

Sutil e avassalador no seu engenho, difunde profusamente idéias profundas, que são por vezes germes fecundos de verdadeiros sistemas doutrinais, e iluminam os mais altos mistérios da Religião. Terno e afetuoso de coração, deixa todos os seus escritos repassados de delicadíssimos afetos, de unção suave e evangélica que alenta e comove. Invencível e esmagador como paladino da verdade católica, deixou em suas obras argumentos contundentes contra o maniqueísmo, o pelagianismo, o semipelagianismo, e com eles ficaram prèviamente trituradas não só as heresias que durante a sua vida pulularam no seio do Cristianismo, mas ainda as que mais tarde haviam de germinar.

[2]) E' o conselho que dá G. Cabral, obra cit., II, p. 282.

Hoje dificilmente levantará a cabeça erro que ele não tenha já pulverizado.

Foi o autor favorito dos oradores que, como Vieira e Bossuet, mais se assinalaram na cátedra sagrada. E' que o conjunto das suas obras rasga ao pregador panoramas grandiosos, vistas de conjunto no campo da teologia e filosofia.

Psicólogo e asceta eminente, ele põe a descoberto sobretudo nas *Confissões* os mais recônditos mistérios do coração humano. E' que ele passou por tudo; passou pelas perplexidades do cético, pelas dificuldades morais do vicioso, pelo entusiasmo são do convertido, e soube utilizar as experiências adquiridas como terapêutica para curar as chagas dos outros.

Não escapou ao abuso de trocadilhos, de sutilezas, de paradoxos, de alegorias forçadas e até de certo culto de simbolismos aritméticos. São deslizes que se ofuscam diante das catadupas de luz que dimanam de cada página de suas obras.

São João Crisóstomo. — Bem merece o título que lhe conferiu a Igreja de celestial patrono dos pregadores, porque em nenhuma fonte se pode beber melhor o genuíno espírito da oratória cristã e de nenhuma leitura se pode haurir mais copioso fruto.

Ao lado de Agostinho, mais especulativo, mais dogmático, surge Crisóstomo mais prático, mais moralista, mais cronista nas suas aplicações.

Mestre consumado na arte de se insinuar, possui o segredo de entrar com seus auditórios nessa paternal comunicação que rende os corações mais rebeldes. As suas prédicas parecem verdadeiros diálogos em que o papel do interlocutor é perfeitamente subentendido através dos seus conselhos, exortações, réplicas e repreensões.

Ninguém o excedeu em popularidade. Reúne em si os dotes esparsos por todos os outros. Dotado de imaginação fecunda e delicada, de linguagem flexível para todos os gêneros de pregação, de eloquência torrencial que lhe mereceu o nome de *boca de ouro,* harmoniza como ninguém o vigor com a suavidade, a ternura com o rigor.

As suas pregações são eminentemente práticas, graças ao seu profundo conhecimento do coração humano e à grande penetração psicológica do seu espírito. Ardentemente apaixonado por seus ideais e digno êmulo de Paulo a quem consagrava uma devoção carinhosa, foi em suas epístolas que ele hauriu o genuíno espírito de Jesus Cristo, fazendo dele o centro de toda a sua pregação.

A sua grande especialidade oratória foi o gênero homilético, em que ninguém o igualou.

À forma clássica dos antigos gregos soube aliar a opulência de conceitos e a imaginação oriental, vivificando tudo com a unção sobrenatural do Evangelho haurida do Coração de Jesus Cristo. O seu melhor panegírico fez-lho Pio X ao proclamá-lo patrono dos pregadores: *Christianorum oratorum facile princeps, ob aureum eloquentiae flumen, invictum dicendi robur, vitaeque sanctitudine summis laudibus ubique celebratus.*

II. *Uso próximo. — Adaptações à pregação moderna*

A Patrologia encerra riquíssimos tesouros oratórios não só quanto ao fundo, mas também quanto à forma da pregação. E' o que se deduz do pouco que fica dito e do muito que se podia dizer.

Os Santos Padres constituem uma magnífica plêiade, em que todos os matizes da eloquência humana ao serviço das mais elevadas concepções do espírito se manifestam numa harmonia encantadora. Neles se realiza toda a escala do pensamento e do estilo, do movimento oratório e do arrebato apostólico em todas as modalidades em que ela se tem manifestado através das idades. De que mais necessita o orador para o ser?

A Patrologia tem de ser, pois, a grande escola de formação para o pregador. Aprendamos nela sobretudo aquela áurea simplicidade que nos franqueia as inteligências e os corações dos ouvintes, aquela íntima comunicação com os auditórios, que é nervo principal da persuasão. Aprendamos a dar a nossas prédicas aquela feição prática de que foram mestres os Santos Padres.

Eco da pregação apostólica, os seus escritos fazemnos reviver os primeiros tempos da Igreja, em que os pregadores instruíam e repreendiam como pais, não como funcionários eclesiásticos, num tom familiar e íntimo, e não como se faz ordinàriamente em tom público e oficial.

Lamenta-se que tenha caído em desuso nas nossas pregações a forma homilética; mais para lamentar é que tenha desaparecido o espírito da verdadeira homilia, espírito paternal de íntima e familiar conversação. O pregador no púlpito passou a tomar uma atitude demasiado

oficial, falando mais por incumbência ou por dever profissional do que por necessidade do coração, ou por solicitude paternal. Ninguém estranhe, pois, se os auditórios nos escutam mais como funcionários diplomados da oratória sagrada, ou como professores oficiais de virtude, do que como pais e pastores de almas.

Por isso a influência exercida hoje pelos pregadores nos fiéis está bem longe da que exerciam os primitivos Pais da Igreja.

Quanto ao emprego dos tesouros patrísticos na oratória, tenham-se presentes — *mutatis mutandis* — as normas dadas ao tratar-se do uso racional da Bíblia na pregação. Advirta-se que o uso racional da Patrologia na pregação, mais do que em multiplicar citações, está em assimilar o modo de pensar e de persuadir dos Santos Padres, em beber o seu genuíno espírito oratório.

CAPÍTULO V

OUTRAS FONTES DA ORATÓRIA SAGRADA

ART. 1. FONTES PRÒPRIAMENTE DITAS

§ 1. A Teologia

1. Sua noção. — Chamam-se teólogos da Igreja os escritores eclesiásticos que se sucederam à idade patrística na exposição científica e na defesa da doutrina católica.

Teologia é o complexo de verdades implícita ou explìcitamente reveladas por Deus, tanto de ordem especulativa como prática, relacionadas com o mesmo Deus, considerado na sua natureza, nos seus atributos e perfeições, na sua vida íntima e nas suas obras *ad extra*.

Já sabemos que todas estas verdades constituem o objeto geral da pregação.

2. Fonte da pregação. — Tomando agora a teologia por esse mesmo complexo de verdades, cientìficamente estudadas, metòdicamente discutidas e reduzidas a um sistema doutrinal perfeito e harmônico, só nos resta já encará-la como fonte de oratória sagrada.

Quer dizer: a Teologia é manancial de inspiração oratória, é arsenal de sólidas demonstrações da verdade católica e de vigorosas refutações de erros e heresias, é a grande subsidiária de substanciosas exposições e amplificações oratórias, sobretudo no gênero didático da pregação.

3. Sua importância e necessidade na oratória. — Deduz-se do mesmo interesse que manifesta a Igreja em inculcar a sólida formação teológica dos candidatos ao púlpito, e da amargura com que censura os pregadores superficiais que prescindem das demonstrações teológicas.

E' de transcendental importância que os cristãos conheçam de modo claro e bem definido os mistérios da sua fé. E hoje, que existe certa tendência doentia para reduzir a Religião a um sentimentalismo marasmático e vago, é mister que o conhecimento dos dogmas condensados no *Símbolo* e a prática dos preceitos da Religião se baseie em alicerces sòlidamente intelectuais postos ao alcance dos fiéis.

O pregador há de ensinar a defender a Religião, há de fazer-lhe amar as belezas, há de fazer-lhe sentir a suavidade, há de convidar para ela as almas e impeli-las ao seu perfeito cumprimento. E como poderá exercitar este seu ministério se não conhece a fundo a mesma Religião? Ora, a ciência da Religião é a teologia. Ciência nobilíssima pela excelência do seu objeto, que é o próprio Deus, princípio e fim de todas as coisas; ciência vastíssima pela multiplicidade dos ramos que abraça tanto na ordem especulativa como na ordem prática; ciência que procede particularìssimamente de Deus, a Deo, *porque, como diz Santo Tomás, as outras ciências derivam a sua certeza do lume natural da razão, esta do lume da ciência divina; ciência que toda ela versa sobre Deus,* de Deo, *tratando por isso mesmo, continua o Doutor Angélico, de objetos que pela sua elevação transcendem a razão natural, ao passo que as outras ciências consideram sòmente os objetos que estão sujeitos à mesma razão; ciência finalmente que mais que todas as outras conduz a Deus* ad Deum. [1]

4. Uso oratório da Teologia.

A) *Uso remoto. Estudos prévios do pregador.* — Se o pregador tem de ser o teólogo do povo e se o povo não tem outra escola de teologia mais que o púlpito, é claro que os aspirantes ao púlpito, desde a sua primeira formação teológica não se hão de contentar com ver a verdade em si mesma. Hão de orientá-la logo para a pregação, procurando relacioná-la com o mundo natural, com objetos que a tornem sensível, não se deixando ficar só nas regiões abstratas da metafísica, mas descendo também ao mundo palpável dos sentidos, sem o que não conseguirão popularizar a teologia.

---

[1]) Gonzaga Cabral, obra cit., II, p. 288.

O difícil dos estudos teológicos não está tanto em lobrigar a verdade, como em fazê-la lobrigar a outros.

Concluídos os estudos seminarísticos, o orador não poderá mais abrir mão da Teologia. Que bem o compreendeu a Igreja, prescrevendo nos seus cânones ao clero regular um quinquênio suplementar de exames teológicos e ao clero secular um triênio, que algumas dioceses têm prolongado até doze anos.

E' que os pregadores têm de estar mui familiarizados com a Teologia. Eles têm de expor ao povo altíssimos mistérios rodeados dos precipícios da heresia, nos quais os pode despenhar uma idéia menos nítida, uma fórmula menos exata. E essas inexatidões e confusões são um perigo para quem tem de acomodar conceitos científicos a inteligências rudes e de traduzir em linguagem vulgar a terminologia das escolas.

Nos volumes de Santo Tomás e de seus antigos e modernos discípulos se encontram os mais abundantes minérios de erudição teológica. Foi lá que os oradores de maior nome acharam esboçados os seus melhores discursos, foi lá que hauriram a abundância, a exatidão e a novidade de idéias em que tanto se distinguiram. E quem não for beber à mesma fonte fará pregações teològicamente frouxas, vulgares, e não conservará muito tempo o seu prestígio.

B) *Uso próximo.*

a) *Seleção de assuntos.* — Ponham-se de parte as questões controvertidas entre teólogos e as que por suas abstrações e sutilezas não podem ser compreendidas do comum dos fiéis ou não exercem tanta influência na prática da vida cristã.

Há questões cujo conhecimento é indispensável e nas quais a maioria dos fiéis se encontra quase de todo às escuras. Fale-se-lhes na natureza dos sacramentos, mostre-se-lhes em que consiste a sua eficácia, sem discutir se é física ou moral a causalidade que exercem e deixando outras especulações congêneres. Que coisa seja a graça santificante e quais os seus efeitos na alma, qual o poder da graça atual. Explique-se-lhes a razão do sacrifício da

Missa e o simbolismo de todas as suas partes, o fundamento da nossa filiação divina, a presença real do Espírito Santo nas almas e de Jesus Cristo na Eucaristia; a essência da Encarnação com a unidade hipostática e o dualismo de naturezas, para que fiquem com alguma coisa mais que o formulário do catecismo.

b) *Valor das provas.* — Sabido é que em matéria de fé e de costumes, o parecer unânime dos teólogos constitui um argumento certo em favor da doutrina por eles admitida.

Este princípio funda-se na mesma infalibilidade da Igreja docente; pois de outro modo teríamos unanimidade no erro, teríamos no corpo intelectual da Igreja e sem reação da mesma Igreja, a falsidade arvorada em doutrina oficial de toda a sociedade católica. O pregador pode, pois, tomar essa unanimidade como esteio seguro das suas afirmações.

c) *Auxiliar da inspiração.* — A sagrada Teologia é ainda precioso auxiliar da oratória, enquanto lhe fornece variedade e abundância de planos concionatórios, ajuda a interpretar e a comentar a Bíblia e lhe subministra fecundos germes de confirmações e de amplificações sólidas, sem as quais os discursos soam a vazio e a vulgaridade.

Quanto maior for a sua erudição teológica, mais largos horizontes se lhe rasgam no campo da oratória. O pregador-teólogo sente-se elevado a uma altura da qual domina vastos panoramas dogmáticos, morais e ascéticos que a toda a hora lhe facilitam os mais brilhantes voos da eloquência.

d) *Critério oratório.* — Desterre-se do púlpito a terminologia técnica, que para o povo seria apenas uma linguagem cabalística. Não se torturem os auditórios com fórmulas silogísticas e construções dialéticas próprias das cátedras escolares, mas vistam-se as demonstrações duma linguagem espontânea e popular, infundindo-lhes animação e vida oratória. As provas mais metafísicas, especulativamente as mais sólidas, não são as que mais impressionam os nossos auditórios.

§ 2. Ascética e Mística

1. Sua noção. — A teologia ascética é "a parte da ciência espiritual que tem por objeto próprio a teoria e a prática da perfeição cristã desde os seus princípios até ao limiar da contemplação infusa". [2] "A mística é a parte da ciência espiritual que tem por objeto próprio a teoria e a prática da *vida contemplativa,* desde a primeira *noite dos sentidos* e da *quietudo* até o *matrimônio espiritual*". [3]

2. Sua necessidade para a oratória. — A) O conhecimento da *teologia ascética* é de suma transcendência para quem anuncia às almas o caminho do Evangelho.

A tal ponto ela é indispensável ao pregador que deve renunciar a produzir nos corações verdadeiros frutos de salvação, se por muito tempo não fez da ciência ascética o alimento de seu coração, ainda mais que do seu espírito. Na verdade o pregador não só deve regular os costumes, indicar segundo os princípios da moral o que é bem e o que é mal; mas também esforçar-se a encaminhar as almas à piedade cristã, inspirar-lhes o gosto das santas práticas e das devoções particulares recomendadas pela Igreja, excitar à frequência dos sacramentos, trazer as almas à perfeição e dirigi-las por este caminho.

E não só deve atrair algumas pessoas escolhidas à prática da piedade cristã, senão ao povo a quem deve inspirar este mesmo sentimento; ao povo para quem a piedade é ao mesmo tempo um grande meio de salvação, e uma doce consolação nas penas e trabalhos que o oprimem; ao povo no meio do qual podem achar-se também almas privilegiadas que Deus escolheu na condição mais obscura para suas queridas esposas e a quem comunica em segredo mui assinalados favores. Além de que o povo tem particular necessidade de ser ilustrado acerca da verdadeira devoção; deve também ser curado de muitos prejuizos, preservado de muitos extravios no exercício da piedade; contìnuamente é mister trazê-lo da devoção exterior à interior, e tornar-lhe fácil e afetuosa esta prática. Até a moral precisa da unção da piedade para não desanimar por sua aridez. A lição constante e pia dos livros ascéticos fornecerá ao pregador um

---

[2]) Ad. Tanquerey, *Compêndio de Teologia Ascética e Mística,* trad. de J. Ferreira Fontes, 2ª ed., p. 7.
[3]) Ibid.

sem-número de considerações vivas e ternas que farão apreciar e abraçar com amor os princípios austeros da moral.[4]

B) Nem é menos importante para o pregador o conhecimento da *teologia mística;* não que do púlpito se deva propor às almas a vida mística como estado a ambicionar. Seria presunção talvez. Não é conquista que se deva empreender; é dom infuso que Deus pode conferir e que na alma não deve encontrar obstáculo. Os dons místicos, estando já fora dos caminhos ordinários pelos quais o Espírito Santo conduz as almas, naturalmente não serão objeto de pregação para auditórios vulgares. Mas a teologia mística, além de habilitar o pregador na direção íntima das almas, poderá ser também objeto de pregação em retiros por ex. a eclesiásticos possivelmente destinados a orientar os voos místicos de almas privilegiadas. E não menos a almas consagradas, que por dever de estado tendem à perfeição, e que é necessário prevenir não só contra possíveis ilusões dum falso misticismo, mas também contra a audácia dum naturalismo moderno que na vida contemplativa só vê o fenômeno subjetivo, sem realidade que lhe corresponda e o explique.

E' necessário varrer os preconceitos daqueles, aos quais a vida mística da Igreja e de quase todos os seus Santos nada diz. Para eles certos fenômenos observados em almas privilegiadas que praticam a pureza heróica, que não experimentam, ou triunfam de todas as misérias da carne, sedentas sempre e sempre insaciáveis de imolação e de sacrifício expiatório, não passam de psiconevroses, de exaltações mórbidas do sentimento religioso, e até de uma forma do amor sexual que julgam desmascarar-se sob a mesma terminologia usada por escritores místicos, como Santa Teresa, em cujas obras se fala de desposórios, de matrimônio espiritual, de amplexos divinos, etc. Realmente São Paulo era inspirado quando escrevia: *Animalis homo non percipit ea quae sunt spiritus Dei* (1 Cor 2, 14).

---

[4]) Roquete, obra cit., pp. 35-36.

3. Sua utilização na oratória.

A) *Quanto ao fundo,* os tratados ascéticos apresentam capítulos inteiros de material quase elaborado já para ser utilizado na prédica. Uma leitura pode quase substituir uma prática. Apresentam por isso mesmo o perigo de serem utilizados demasiado servilmente e sem serem devidamente assimilados.

B) *Quanto à forma,* falta-lhes ordinàriamente o estilo oratório. Nem é de admirar, pois os melhores ascetas não tinham que se sujeitar às exigências da retórica, não torneavam as frases, nem mediam os períodos pelo compasso de Quintiliano. E' uma vantagem que ajudará os pregadores a evitar o perigo que acabamos de apontar.

Entretanto a graça que lhes movia a pena, a caridade e o amor de Deus que lhes acalorava o coração sugeriram-lhes uma eloquência de nova frágua genuìnamente cristã. E' uma eloquência cujos quilates se podem conhecer à luz do critério apontado por Bento XV, a que atrás nos referimos, declarando idôneos os pregadores que falam *salubriter non eloquenter; non cum plausu audientium, verum cum animarum fructu.*

Com esta eloquência movem eles mais à virtude do que todas as retumbantes peças oratórias ocas de unção.

§ 3. Liturgia

1. Breve noção de liturgia. — A liturgia é um primoroso florilégio bíblico. Nela depositou a Igreja os mais belos tesouros fornecidos pela Sagrada Escritura e pela Tradição primitiva aplicando-os com maternal carinho à vida cristã, e fazendo-lhos gradualmente viver e representar com grandiosidade dramática. E' a substância da Bíblia assimilada pela vida da Igreja; é o mais sublime da Teologia posto em cena no teatro da mesma Igreja.

E' obra do Espírito de Deus, mas sem ter excluído a intervenção humana. Por isso, os órgãos da liturgia não participam da inspiração bíblica senão na medida em que reeditam a Bíblia.

E embora na sua substância teológica participem da infalibilidade eclesiástica, não se segue que em porme-

nores acidentais estejam isentos de erro, como são, por exemplo, certas alegorias e narrações a que a hipercrítica não atribui sólido valor histórico. E' natural que onde entra o elemento humano, entre também a falibilidade humana. A mesma Igreja o reconhece só pelo fato de em várias épocas reformar o trabalho humano.

2. Sua importância para a oratória. — "Se o objeto principal da pregação há de ser Jesus Cristo, e se o fim dela se reduz a retratar nas almas a vida de Cristo, a liturgia é uma verdadeira preciosidade, sob este duplo aspecto. Toda ela, e particularmente o ano eclesiástico, é uma reprodução, uma renovação ordenada, metódica, e o mais ao vivo que pode ser, da vida de Jesus Cristo, com o fim de fomentar nos cristãos os mesmos sentimentos que animaram o Coração de Jesus e de os levar a acomodar a sua conduta com a do Redentor. E não só recorda essa vida de Cristo, mas renova-a e reprodu-la nas almas, sobretudo com os ritos sacramentais.

A Liturgia é a Teologia viva e posta em ação, é um compêndio das verdades da Religião, das suas graças e preceitos, dos destinos sobrenaturais do homem, que se vão recordando nos fatos mais solenes da vida, desde o batismo até à sepultura". [5]

3. Uso oratório da liturgia. — E' para lamentar que muitos pregadores se queixem de falta de assunto para as suas pregações e nem sequer lhes ocorra abrir o missal, o ritual, o próprio breviário! E entretanto nesses vulgaríssimos órgãos da Liturgia, que copiosa colheita de pensamentos, que fecundíssima inspiração a solicitar a mais pobre eloquência, patenteando-lhe tesouros inéditos de elevada poesia, de novidade atraente, de fundo sólido e sobretudo de piedade suave e insinuante!

Ora, três são as principais utilizações da Liturgia na pregação:

A) Como objeto de explicação. — *"A Liturgia é um espetáculo sumamente instrutivo. Com ela quer a Igreja representar sensìvelmente os grandes mistérios da Religião,*

---

[5]) Juan Ruy Carrera, S. J., *Verbum Dei,* 1933, pp. 187-188.

tornar palpáveis aos cristãos as magníficas realidades que se desenrolam no mundo espiritual das almas; quer que sintam os latejos da vida sobrenatural que circula pelo organismo da Igreja. Mas as cerimônias nada dizem aos cristãos se eles não entendem o seu significado.

O próprio idioma dos ofícios litúrgicos, razões justas o aconselham, é desconhecido dos fiéis; aos ministros da Igreja incumbe o dever de os instruir.

Que atraente, que fecunda em frutos sobrenaturais seria esta explicação da Liturgia! O cristão agradàvelmente impressionado vai de surpresa em surpresa, conforme se lhe vai chamando a atenção para a correspondência entre os fatos sensíveis e o mundo sobrenatural. Descobre de um modo surpreendente as relações do homem com Deus. Afeiçoa-se aos Sacramentos. Revela-se-lhe a grandeza do ministro que realiza tão sagrados mistérios.

Sente-se satisfeito de tomar parte neles, de ter à sua disposição tais fontes de graças. Torna-se consciente da sua vida sobrenatural. Sente-lhe toda a sublimidade, desfruta-lhe a beleza.

Para conseguir estes e outros frutos deverão explicar-se as cerimônias da Missa; as das grandes solenidades, por exemplo, da Semana Santa; dos Sacramentos, de certas funções eclesiásticas frequentes, v. g., a sepultura e algumas bênçãos e consagrações. [6]

B) *Como subsidiária de matérias concionatórias.* — No caso em que a Liturgia de uma festa forneça a idéia-mãe do discurso, propõe Meyemberg as seguintes normas [7]:

a) Examine o pregador as fórmulas da Missa do dia no seu sentido literal e com relação à festa e à época do ano eclesiástico, e compare logo entre si os textos e os pensamentos.

b) Investigue qual o argumento principal do mistério, qual a idéia predominante da festividade, que aplicações e frutos práticos tira do mistério a mesma liturgia.

---

[6]) J. R. Carrera, S. J., obra cit., pp. 188-189.
[7]) Inseridas por J. R. Carrera, S. J., obra cit., p. 189.

Esses frutos transparecem frequentemente na Epístola, no Gradual, no Ofertório.

c) Atenda:

α) ao nexo das partes da Missa entre si e destas com todo o ofício;

β) à conexão das várias Missas de toda uma época litúrgica ou duma série de domingas;

γ) à relação existente entre as fórmulas litúrgicas e o dogma, os mandamentos, a vida cristã, as circunstâncias do povo e as necessidades da época;

δ) à ligação da liturgia com a pessoa de Cristo. Todas as irradiações e ondulações da Liturgia hão de convergir para esse centro.

A Liturgia ostenta uma opulência arrebatadora de símbolos. Saiba explorá-los o pregador para amenizar, para dar brilho e colorido às suas exposições doutrinais, tanto mais que esses simbolismos e ilustrações litúrgicas pela sua plasticidade e pela atraente poesia com que envolvem os mais altos mistérios têm a grande vantagem de estar ao alcance intelectual dos fiéis.

Baseando-se no princípio *lex orandi, lex credendi*, o pregador nas suas instruções dogmáticas e morais pode também haurir da liturgia uma demonstração, que satisfaça a piedade dos fiéis, embora especulativamente não tenha mais que o valor de simples confirmação.

C) *Como fonte de inspiração.* — A Liturgia "estimula o entusiasmo, desperta o sentimento, aviva a imaginação, numa palavra, dispõe o pregador para preparar o discurso. A natureza, a vida, as estações, a história, os sentimentos da alma, os pensamentos e inspirações coletivas, tudo nela se encontra.

Entrar nesse movimento, nesse ambiente de espiritualidade, de poesia, de oração, etc., é dar asas à palavra. Uma sequência, um hino, podem inspirar o movimento de todo um sermão ou pelo menos despertar um estado de alma propício para a inspiração". [8]

Para não aduzir outros exemplos, o sermão de Vieira em ação de graças pelo nascimento da princesa pri-

---

[8]) J. R. Carrera, S. J., obra cit., p. 190.

mogênita de D. Pedro II, não é todo ele mais que o hino *Te Deum laudamus* eloquentemente comentado. [9]

Não há dúvida que a Liturgia é doutrina, é oração, é poesia, é elevação que vai quase ao contacto da divindade. E sendo tudo isso na sua unidade, a inspiração litúrgica dotará o pregador do espírito lírico capaz de dar elevação ao discurso, de o adornar e florear mimosamente. Serão plagiadas essas flores? Não; elas brotaram do jardim de Deus, foram cultivadas pela Igreja e difundem o odor de Cristo. E o que é de Deus, o que é de Cristo e da sua Igreja, nosso é também, como nós somos da Igreja e de Cristo, como nós somos de Deus.

§ 4. História Eclesiástica

1. Em que consiste. — Antes de tudo é uma parte da história geral da humanidade, a mais simpática ao coração católico. Relata-nos a vida da Igreja através dos seus 19 séculos de existência. E' a história da grande família cristã, onde os verdadeiros filhos da Igreja aprendem a conhecer o genuíno espírito de sua Mãe, as suas aflições e angústias, as suas glórias e triunfos, a sua ação benéfica no mundo, a sua evolução vital e social, etc.

E' continuação dos Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos. Estes são apenas os seus primeiros capítulos, a história da sua infância. E' um autêntico memorial das relações de Deus com o seu povo de eleição, no qual estão consignados os milagres da Providência que o tem conservado e protegido através de todas as vicissitudes.

2. Sua utilidade para a oratória. — E' imensa.

A) *Ao orador* apresenta ela inesgotáveis recursos de que se pode valer para edificar os fiéis, para os estimular a reviverem um glorioso passado de família, para ilustrar as suas amplificações oratórias, para despertar o interesse dos ouvintes, e sobretudo para corroborar a doutrina que prega. E' que o melhor argumento é sempre o dos fatos, contra os quais não há outros argumentos. E

[9]) T. XV, pp. 5 e ss.

que outra coisa é a história senão um tecido de fatos e acontecimentos.

Não é difícil distinguir o pregador que sabe a história daquele que só tem diante de si o presente, ou que só domina o mundo das idéias. Este só fala baseado em apriorismos com estreiteza de vistas, puramente subjetivas e sem conhecimentos experimentais. Aquele, pelo contrário, descobre muito mais amplos horizontes e pode sair do acanhado círculo do presente, da experiência pessoal. A sua palavra tem mais amplidão, o seu critério formado à luz da história é mais objetivo, os seus pontos de vista oferecem maior novidade e variedade, por isso mesmo que pode relacionar o presente com o passado e interpretar as obscuridades de um com a claridade de outro.

B) *Ao ouvinte* fornecerá elementos de sumo interesse e prazer. O homem instintivamente deixa-se cativar pela história. Pode dizer-se até que em muitos a atenção dura enquanto dura o gênero narrativo. E por que não há de o pregador explorar racional e oportunamente esse *fraco* psicológico dos seus ouvintes?

3. Frutos do conhecimento histórico da Igreja.

A) *No pregador,* despertará um santo entusiasmo pela causa que advoga, um zelo infatigável de tornar conhecidas as glórias de sua Mãe, e de defender os seus sagrados interesses contra a perfídia dos seus inimigos.

Há uma inefável identidade entre a vida do pregador e a da Igreja. Por isso quanto mais conhecer a Igreja, mais considerará como próprios os seus interesses. E consciente dessa identidade de vida e de interesses, sentirá em seu coração o estuar da mais nobre das paixões: a ânsia de seguir as pisadas dos Apóstolos que mais se sacrificaram pela Igreja, em cuja atividade ele só verá o seu próprio programa de apostolado.

B) *Nos ouvintes* esse mesmo conhecimento produzirá uma santa ufania de pertencerem ao grêmio da Igreja, que tão gloriosa se lhes apresenta. Verá o seu dogma e a sua moral, apesar de todas as investidas, permanecerem inalteráveis através dos tempos. E nessa admirável perpe-

tuidade e na uniformidade de crença de todos os filhos da Igreja terão eles uma nova convicção da sua divindade e um mais profundo arraigamento na fé.

4. Uso da história eclesiástica na oratória.

A) *Como auxiliar do dogma.* — Não há dúvida que a história das origens das heresias e as circunstâncias que determinaram a reunião dos Concílios destinados a condená-las e ao mesmo tempo a definir os dogmas católicos, contribuem em larga escala para completar a doutrina especulativa e para melhor se definir o sentido do dogma.

B) *Como subsidiária de ilustrações oratórias.* — O pregador encontra na história da Igreja quanto necessita para dar variedade, vida e luz à sua pregação. Para que buscá-lo noutra parte? Onde pode encontrar manancial mais fecundo de exemplos, de narrações referentes tanto a indivíduos como a povos inteiros, para confirmar, por exemplo, as lições de Deus que castiga os abusos e galardoa a virtude? O método de aproveitar os ensinamentos da história eclesiástica, indicam-no-lo os Santos Padres ao utilizar as lições das Escrituras nas suas pregações.

C) *Como demonstração apologética.* — Acaso não é na história que os inimigos da religião vão forjar as suas armas mais traiçoeiras para caluniar a Igreja? São os costumes corrompidos dos Papas, a ambição do clero, os horrores da Inquisição, a mutabilidade dos dogmas, a falibilidade deste ou daquele Papa nesta ou naquela controvérsia, etc. Estes ataques não são dirigidos apenas por historiadores de nota; vêem já esboçados até por pessoas rudes, que repetem com a inconsciência do papagaio o que ouviram aos seus corifeus.

Saiba, pois, o pregador sair-lhes ao encontro com a história na mão para refutar as calúnias da ignorância e da má fé, não para negar o que haja de verdade em tais afirmações. Saiba mostrar o que há de irracional em generalizar a toda a Igreja os vícios de uma época ou de uma personalidade eminente. Dos abusos repreensíveis de alguns de seus membros, sejam muito embora Papas,

saiba formar um argumento contundente em favor da Igreja, que não teria resistido a esses germes internos de dissolução, *se não fosse obra divina.* Saiba, enfim, à luz da história, pôr a descoberto as notas de unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade, que são as autênticas credenciais da legítima Esposa de Jesus Cristo.

§ 5. Hagiografia

1. O que é a hagiografia? — E' a fina flor da história da Igreja, como que uma coleção dos seus episódios pessoais mais encantadores. Os Santos são o Evangelho vivido, com toda a sua moral e ascética reduzidas à prática. E' Cristo retratado em muitas fisionomias, mas apresentando todas, na sua variedade, um ponto de semelhança: a reprodução do original que em nenhuma delas se deforma, mas em todas se aproxima de nós. Cópias autênticas a provar que o protótipo divino é realmente imitável, eles são por sua vez, com relação a nós, verdadeiros modelos que nos dizem: *Imitatores mei estote sicut et ego Christi* (1 Cor 4, 16; 11, 1).

2. Sua utilidade na oratória. — E' admirável a variedade dos Santos, considerados na sua psicologia individual, nas suas tendências, nos seus caracteres, nas circunstâncias em que viveram, na missão que desempenharam no mundo, nas dificuldades que venceram, e mais ainda na ação de Deus sobre eles.

Daí a universalidade de exemplos para toda a classe de pessoas, os vários caminhos por onde o Senhor conduz as almas a seus fins e a variada cooperação de cada um na própria santificação, os perigos que lhes saem ao encontro e as armas com que se vencem.

Que lições para o púlpito! Que facilidades para o pregador se formar na arte de dirigir as almas até às culminâncias da santidade! Que acumulação de recursos armazenados na hagiografia cristã, sobretudo quando os seus heróis apresentam formuladas máximas e sentenças sobrenaturalmente fecundas, que lhes serviram de lema ou de programa, quando nos deixaram escritos os princípios de ascética, que foram o segredo da sua santidade!

Leiam-se as admiráveis páginas do panegírico de Santo Inácio, em que o príncipe da nossa eloquência descreve a força avassaladora dos exemplos dos Santos. [10]

3. Fruto do conhecimento hagiográfico. — Os ouvintes verão que a santidade não é uma quimera. Podem apalpá-la em criaturas da mesma carne e osso que eles; verão que os Santos passaram pelas mesmas dificuldades que eles experimentaram; verão que a si mesmos não faltam os auxílios sobrenaturais que os santificaram. E, se são lógicos, verão também que a santidade está ao seu alcance pela cooperação com a graça divina.

"L'homme a la curiosité de l'homme, du cas vivant et merveilleux, de l'idéal vécu sur cette pauvre terre. Nul n'échappe au saisissement, quand on lui montre réalisé et sublime ce que lui même ne fait pas. Le fera-t-il mieux désormais? Du moins lui aura-t-on procuré une chance". [11]

4. Utilização da hagiografia no púlpito. — A hagiografia é a fonte principal, é o fundo obrigatório do gênero de pregação chamado panegírico. Em qualquer gênero concionatório os exemplos particulares dos Santos servirão sempre para confirmar algum ponto doutrinal, para estimular à prática da virtude. Mas dê-se ao *imitável* a preferência sobre o *admirável.*

Os escritos dos Santos e as suas máximas, se tiverem sido lema da sua vida, podem ser exploradas pelo pregador como germes fecundos de doutrina santificadora.

Na apreciação de milagres atribuídos aos Santos seja o pregador psicólogo e criterioso: não vá defender fatos lendários, embora pios, de que estão saturadas as vidas de alguns servos de Deus. A piedade não se nutre com fábulas, nem a religião necessita delas para se impor.

Mas por outro lado não se vão deitar por terra tradições em que o povo tem fundada a sua devoção e que a simplicidade de outros tempos admitia sem titubear. Desde que a sua falsidade não esteja positivamente comprovada, respeitem-se, se não com a adesão, ao menos com o silêncio. Se ouvintes rudes ouvem declarar falso

[10]) Vieira, *Sermões,* t. VII, pp. 375 ss.
[11]) Sertillanges, obra cit., p. 53.

o que sempre tiveram por verdadeiro, ou se hão de escandalizar, ou chegarão também a duvidar das mesmas verdades reveladas.

ART. 2. AUXILIARES DA ORATÓRIA

Além das fontes da pregação já indicadas, outros conhecimentos se podem apontar, valiosos auxiliares da eloquência sagrada, não que forneçam matéria predicável ao orador, mas porque podem contribuir para formar o pregador e para ilustrar de algum modo a pregação. Esses auxiliares são:

1. A filosofia.

A) *Forma o pregador,* porque lhe desenvolve a inteligência e a dirige nas suas operações específicas, definindo conceitos, concatenando lògicamente os juízos, deduzindo e ordenando conclusões segundo as leis rígidas da dialética, desfazendo os sofismas e nebulosidades do erro.

A invenção é a parte oratória que ensina a descobrir as relações entre várias verdades, entre causas e efeitos, entre meios e fins, sugerindo novas idéias, descortinando no objeto novos aspectos, estabelecendo confrontos que rasgam ao pensamento amplos horizontes. Mas a invenção oratória é por sua vez filha da filosofia.

Quem não tem as faculdades filosòficamente formadas não está habilitado a descobrir a fecundidade de uma idéia.

Parte essencial da filosofia é a psicologia, que proporciona ao orador aquele conhecimento do coração humano de que atrás se falou tão indispensável ao ministério do púlpito.

B) *Auxilia a pregação,* porque ela é a *ancilla theologiae;* e como tal abre os alicerces sobre os quais se levanta todo o edifício teológico da pregação. Sem o tirocínio da filosofia não seria possível estabelecer cientìficamente os motivos de credibilidade dos dogmas revelados.

Mas se ela é serva, como serva se deve tratar e não como senhora. Em matéria de pregação o seu voto é secundário.

Também ela, é certo, dá a conhecer verdades salutares, dignas do púlpito, como são a espiritualidade e a imortalidade da alma, a liberdade, a existência da lei natural com suas sanções, a indissolubilidade do matrimônio, o direito de propriedade, a existência e os atributos de Deus, etc., etc. O modo de as tratar é que pode já não ser digno do púlpito, se não se iluminam também e sobretudo com a luz da Revelação.

2. A história profana. — *Com razão chamaram os sábios à História mestra da vida, por se encontrarem nela contínuos documentos para governo e bem comum do gênero humano e para o particular de cada homem.* [12]

As lições dessa mestra não podem ser desconhecidas do pregador. E como não há na história acontecimento algum que não entre nos grandes planos da Providência acerca do mundo, é antes a ação da Providência, são as lições salutares da mesma Providência que nas páginas da história o pregador deve fazer ler aos seus ouvintes. Só assim é que a história pode ser valioso auxiliar da pregação, fornecendo-lhe dados que sirvam para ilustrar e para confirmar verdades de ordem mais elevada.

3. Ciências naturais. — A Igreja, por meio sobretudo dos seus últimos Pontífices, tem-nas feito entrar em larga escala na formação do clero, daqueles sobretudo que se destinam a ministérios apostólicos. E num século em que as ciências físicas e naturais se encontram tão vulgarizadas, constituindo parte obrigatória da instrução liceal, indecoroso seria no clero o analfabetismo científico.

A formação, e até a especialização científica, é para o sacerdote de hoje um dos mais valiosos elementos de prestígio, que bem pode servir os interesses de Deus e das almas.

Como auxiliar da Teologia e portanto da pregação, não há dúvida que as ciências longe de se incompatibilizarem com a fé — poderia a Eterna Verdade, autora de ambas, contradizer-se? — correm em fraternal harmonia para o mesmo fim, que é o foco indefectível de luz

[12]) Vieira, *História do futuro,* livro ante-primeiro, c. IV, p. 23.

e de verdade que lhes deu origem. O arqueólogo, devassando a antiguidade em seus monumentos e escritos, encontra nela uma luminosa confirmação das revelações bíblicas, o astrônomo pelo telescópio e o naturalista pelo microscópio descobrem a Deus em perpétua atividade, criando e conservando o universo e cooperando com ele na produção de infinitas maravilhas.

Que esplêndidas ilustrações para dar interesse e luz a certas exposições oratórias, se o orador souber manter-se no nível intelectual dos ouvintes e precaver-se contra o perigo de alardear erudição e de perder de vista o caráter sagrado da sua eloquência.

4. A natureza e a arte.

A) No princípio costumava Deus, à brisa do meio-dia, passear pelo meio da criação. E por sobre as águas recém-criadas andava pairando o Espírito do Senhor, lançando nelas os primitivos germes de vida.

Terá Deus, terá o seu Espírito abandonado já a criação? Será a natureza um deserto da Divindade? Desde que as criaturas racionais fecharam os olhos para o não verem, Deus tornou-se invisível na natureza. Mas para quem os abre, a criação é um reflexo do Criador.

E que bem interpretaram esse reflexo os Santos! *Quam sordet terra cum caelum aspicio!* exclamava Santo Inácio de Loiola extasiado na contemplação do firmamento. E diante das florinhas do campo não era menos eloquente, ele que não passava por ser alma poética: *Calai-vos, calai-vos,* dizia, *já sei o que me quereis dizer.*

Donde senão da natureza hauria o Pregador divino as parábolas mais encantadoras, as mais poéticas imagens, as comparações delicadíssimas e formosas metáforas, que são a rica pedraria da pregação evangélica. E não é na Bíblia que se encontra a mais fina observação da natureza, dos céus que apregoam a glória do Criador e do firmamento que atesta ser ele obra de suas mãos? (Sl 18, 1).

Não é lá que o Ideal dos pregadores nos convida a observar a natureza, a ver como crescem os lírios do campo (Mt 6, 28), a estender a vista pelas searas e a

verificar como lourejam e estão prontas para a ceifa? (Jo 4, 55).

E' assim que a natureza além de sensibilizar os espíritos poéticos, de os cativar com a sua beleza, e de os elevar para as regiões superiores de uma formosura ideal, lhes patenteia o mais opulento reservatório de exemplos, de comparações, de metáforas e lhes sugere idéias dignas de púlpito.

Contemplando os lírios do campo que, sem trabalharem nem fiarem, trajam principescamente, a alma criadora de Cristo eleva-se até à contemplação da solicitude paternal da Providência. Absorvido pela contemplação das searas lourejantes, comoviam-se-lhe as entranhas, ao ver madura tão abundante seara de almas, sem evangelizadores que fizessem a colheita.

Assim é a natureza a linguagem de Deus. E por que não há de o pregador escutar essa linguagem e canalizar para as almas dos ouvintes essas harmonias que arrebatam? E esses encantos que embelezam a criação, por que não hão de embelezar também os sermões, sem contudo fazer deles poesia, uma vez que a natureza é obra de Deus e é espelho de Deus?

B) A Igreja purificando a arte pagã infundiu-lhe com um sopro cristianizador nova vida e louçania. Não foi apenas protetora das artes; foi e continua sendo a grande artista em tudo o que se prende com o culto da Divindade: nos templos, nas pinturas, na música, na liturgia.

Compreenda, também, o pregador essa arte, saiba vivê-la, saiba beber a sua inspiração e aproveitá-la para subir até Deus com os ouvintes. Não há como os estudos estéticos para sensibilizar a alma, para a afinar e a habilitar à penetração de idéias sublimes e de sentimentos elevados.

5. A experiência é finalmente o grande auxiliar que dá ao pregador autoridade, e fecundidade à sua palavra.

E' graças a essa experiência pessoal que o pregador virtuoso se apresentará a falar como vidente iluminado por Deus, ao qual nada escapa.

Sem afetar estudo inquisitorial dos costumes, fala como se estivesse lendo no interior dos corações, como se tivesse vivido na intimidade dos ouvintes, lhes adivinhasse os pensamentos, preocupações, remorsos. Esse pregador exerce uma autoridade, à qual não se pode fugir. Quem é que pode resistir a esses jorros de luz projetados no interior das consciências patentes a seu olhar como um livro aberto?

Essa experiência é indispensável para se pregar frutuosa e salutarmente. Sem ela mal pode haver comunicação entre o pregador e os ouvintes, e sem essa comunicação é impossível reformar-lhes a vida.

Esta experiência dominadora obtém-se:

A) *por leituras* adequadas que nos dêem a conhecer o meio social e moral que nos rodeia;

B) *pela convivência social* que se nos impõe e que bem nos pode ajudar a conhecer o campo do inimigo;

C) *pelo contacto com homens experimentados* que muito nos podem instruir sobre o terreno já explorado por eles;

D) *pelos ministérios que exercemos.* — A arte adquire-se e aperfeiçoa-se com o exercício. E' sobretudo o confessionário que faz de nós, se nos sentarmos nele como representantes de Deus, verdadeiros especialistas do coração humano, que conhecem a humanidade por dentro, que vêem nas pobres consciências os caminhos do bem e do mal e põem a descoberto todas as suas ilusões, conscientes e inconscientes. A vida real desenrola-se no mais íntimo do coração humano, antes de se manifestar nos atos visíveis. E' um drama ou uma tragédia cujas personagens são a alma e Deus, a alma e a lei de Deus, a alma e o objeto que lhe solicita as mais ignóbeis paixões.

Uma vez adquirida a intuição desta vida íntima das almas com o fervilhar das paixões e o reagir das consciências timoratas, possui-se a psicologia sublime da virtude heróica e do vício degradante, assiste-se à gênese invisível do drama que termina na vitória ou na derrota visível, prevê-se o desenlace desse drama que pode arran-

car lágrimas a Deus e gritos de triunfo a Satanás, e pode-se também suster a catástrofe, sabendo mover as molas íntimas da alma.

E) *pela meditação e exames de consciência.* — Por mais paradoxal que pareça esta afirmação, a meditação e o exame de consciência, apesar de concentrarem a alma dentro de si mesma, são a melhor escola da experiência das almas com que havemos de tratar. E' que a meditação e o exame põem a descoberto os segredos do próprio coração e no nosso conhecemos o dos outros.

CAPÍTULO VI

A ELABORAÇÃO DO DISCURSO

Quem pretende construir um edifício arquiteta primeiro o seu plano, depois reúne materiais, dispõe-nos e adapta-os dentro do plano preconcebido, dá à construção os últimos retoques, adorna-a.

E' nem mais nem menos o que faz o orador na elaboração do seu discurso.

Aceite o convite para pregar, ou o assunto lhe é logo marcado, ou lho impõe a mesma natureza das circunstâncias, ou lhe é deixado inteiramente livre. Mesmo nos dois primeiros casos deve ter sempre a liberdade de o focar sob o aspecto que julgue mais oportuno. E, nessa livre escolha, deve atender antes de tudo às necessidades ou pelo menos à utilidade espiritual dos ouvintes, informando-se prèviamente delas, se acaso as ignora.

Determinado o assunto em concreto, ou trata primeiro de recolher idéias e provas abundantes para lhes dar depois a devida disposição e unidade — é o método sintético — ou arquiteta antes o seu plano, pelo menos nas suas linhas gerais, tratando logo de fazer a colheita de material indispensável para a execução — é o método analítico — talvez preferível. E assim realiza o trabalho da invenção e da disposição. Falta apenas a redação definitiva e o ornato.

ART. 1. A INVENÇÃO ORATÓRIA

Tomada a resolução de pregar e muitas vezes sem determinar em concreto o assunto da pregação, o primeiro que faz o orador inexperiente é assaltar a biblioteca, a ver se encontra *coisa que sirva,* e se for já feita, melhor... Busca sôfregamente livros e mais livros, embre-

nha-se numa selva de material informe que o seu espírito não chega a digerir, perde um tempo precioso em investigações desorientadas, em leituras sem método, e, quando devia ter já o discurso elaborado, não sabe ainda de que material há de lançar mão, nem como há de concretizar o assunto.

Não é isto a invenção oratória racional e metódica.

Os processos duma invenção fecunda e eficaz são os seguintes:

§ 1. A inspiração espontânea

1. Sua natureza. — Mais fácil é senti-la do que defini-la. E' disposição do espírito, em que as faculdades cognoscitivas e afetivas, em estado de excitação, desenvolvem um dinamismo insólito como se não encontrassem obstáculos nos seus voos pelas regiões menos iluminadas da verdade. E' um fervilhar de pensamentos mais ou menos confusos, que se vão discriminando à medida que o espírito se concentra e a inspiração se intensifica. São lampejos fulgurantes, instantâneos que por vezes ofuscam, deixando ou não deixando qualquer rasto luminoso. São momentos privilegiados de fecundidade criadora, em que se descobrem mundos de luz e de verdade nunca antes sonhada, e o espírito se sente verdadeiramente original e independente.

2. O fato da inspiração espontânea. — Quem a não experimenta? Há temperamentos oratórios que basta encararem a eventualidade de tal sermão para logo se transportarem imaginàriamente ao púlpito e fantasiarem o seu auditório. Sentem-se logo a pregar, a gesticular, vêem o tom que devem adotar. E se estão apaixonados pelo seu ideal, são turbilhões de pensamentos, de provas, de desenvolvimentos oratórios, de tropos que os assaltam à maneira de exército desorganizado; o patético irrompe-lhes da alma em ímpetos de eloquência muda à qual se lhes afigura nada poder resistir. E' uma super-excitação psicológica que se reflete nos nervos e parece só se poderia acalmar no púlpito.

3. Como aproveitar esses momentos de inspiração. — Nesse estado de elaboração latente acelerada, deve o pregador tomar papel e lápis, não para redigir logo o seu discurso, — a inspiração não lhe daria tempo para isso — mas para anotar só em palavras soltas e palpitantes, em idéias parturientes o que a inspiração lhe vai segredando, sem se preocupar do nexo nem da ordem das idéias.

Não perca esses momentos quentes de inspiração que poderão não voltar, pois deles pode sair feito o discurso, ou pelos menos o substancial.

§ 2. A inspiração provocada

A inspiração espontânea, por isso mesmo que é espontânea, nem sempre está na mão de cada um, embora todos possam criar em si disposições menos desfavoráveis a ela, como é a meditação, o isolamento interior e sobretudo o estado de apaixonamento pelo assunto da pregação, recorrendo, se for necessário, a motivos de ordem sobrenatural. Mas aqueles a quem a inspiração espontânea não favorece tanto, têm ainda à mão a inspiração que poderíamos chamar artificial, e que consiste no recurso racional à tópica oratória.

E muito para lamentar é ver pregadores que se queixam da falta de inspiração e desprezam o auxílio que a tópica lhes poderia prestar.

Não faltará quem ridicularize esta exumação duma reputada ideologia arcaica. E contudo a história da eloquência mostra que ela não foi tão estéril como se pretende.

Ninguém lhe atribui a virtude mágica de criar idéias; mas não se lhe pode negar a propriedade de as sugerir, chamando-nos a atenção para novos aspectos do objeto, que sem ela não se manifestaria tão fàcilmente, e fazendo-nos descobrir novos horizontes de verdade e de luz. Quem desconhece as leis psicológicas da associação de idéias?

Assim entendida, a tópica não é um fim na oratória. E' apenas um meio destinado ao trabalho de invenção.

E não é obrigatório; quem tiver à mão meio mais eficaz, pode prescindir deste.

Sem nos emaranharmos agora nas complicadas classificações dos tópicos adotados pelos retóricos, recordemos apenas alguns, reduzidos a duas categorias apenas: *definição e relações do objeto.*

1. Na primeira categoria, temos as *notações,* os *vocábulos conjugados,* a *definição real essencial* (metafísica, física, ou simplesmente descritiva). Coincidem de um modo ou de outro em definir e como que retratar a essência do objeto, pondo a descoberto, ou os elementos constitutivos da sua essência, ou o seu conjunto de propriedades, ou a simples significação tanto etimológica como usual. Em qualquer dos casos podem fornecer ao orador copiosos materiais.

Deste tópico se serviu muitas vezes Vieira. Basta recordar o sermão em que desenvolve as excelências da Senhora, desentranhando-as da análise do nome dulcíssimo de Maria [1], ou aquele em que da palavra *comunhão* deduz a necessidade não só da união (*unio*) com Cristo comungado, mas também dos comungantes entre si (*comunio*). [2]

2. Na segunda categoria temos sobretudo:

A) *semelhança e dissemelhança.* — Deste tópico se serviu Vieira para salientar as semelhanças de Santo Inácio com outros Santos que lhe serviram de exemplar, e as dissemelhanças que constituem a originalidade da sua fisionomia sobrenatural. [3]

Quem tendo de pregar sobre um Santo, sobre uma virtude, ou um vício, e desprovido de idéias não pode também recorrer a este tópico, estabelecendo paralelos fecundos e sugestivos entre dois ou mais Santos, entre o espírito de ambos, a missão providencial que desempenharam, entre as virtudes que se recomendam ou os vícios que se combatem salientando as características de cada um?

---

[1]) *Sermões,* t. X, pp. 75 e ss. [3]) Ibid., t. VII, pp. 395 e ss.
[2]) *Sermões,* t. VI, p. 125.

B) *oposição e repugnância.* — Vieira utiliza este tópico para salientar o contraste entre a essência da comunhão e a desunião dos comungantes, verdadeira contradição prática do Sacramento, à qual com São Paulo chama heresia.[4] À falta de melhor inspiração não podia este mesmo tópico sugerir vigorosos pensamentos ao orador que, por exemplo, houvesse de falar sobre a piedade? Que esplêndida amplificação não podia daí brotar, em que se salientasse o incompatível do sagrado e do profano, do mundano e do religioso que tantos cristãos pensam poder conciliar na sua vida de piedade?

C) *antecedentes e consequentes.* — Formosíssimo modelo deste tópico é o de Vieira, quando das prosperidades da Espanha e de Portugal *antecedentes* à sua unificação e das desgraças *consequentes* deduz as vantagens da separação.[5]

Oportuno mais do que se julga é o recurso a este tópico. O pregador que houvesse de falar do sacramento da Penitência como fonte de paz, que belo desenvolvimento não daria a este tema, fazendo o confronto entre a vida de desassossego, de remorsos, de inferno antecipado que precede a absolvição sacramental e a sensação de bem-estar, uma como que antecipação da bem-aventurança que logo se lhe segue? Do mesmo modo para falar do pecado, que fecundo confronto entre o estado de inocência que o precedeu e o abismo de desditas que se lhe seguiu? Os exemplos são sem número.

D) *Causa e efeito.* — Tão frequente e fecundo é o uso deste lugar-comum, que dificilmente se encontrará discurso de grandes oradores que não tenha recorrido a ele. O sermão da Epifania pregado por Vieira é todo orientado pela sua aplicação.

Quem recorrendo a ele, com o fim de pregar da graça santificante, não descobrirá logo imensos horizontes para falar de Deus, autor e princípio dela, do Espírito Santo, causa da sua infusão na alma, de Cristo, causa meritória da mesma graça; da adoção divina, do mérito

---

[4]) Ibid., t. VI, p. 125.
[5]) *Sermões,* t. XIV, p. 57.

de *condigno*, da incorporação mística com Cristo, da vida sobrenatural e de tantos outros efeitos formais desse germe de vida divina depositado na alma santificada.

E) *Os adjuntos.* — E' próprio de oradores geniais saber inspirar-se sobretudo das circunstâncias de lugar, pessoa e tempo, para dar aos seus discursos o incomparável mérito da oportunidade e da feição prática. Mestre consumado nessa arte é Vieira, e perfeito modelo dela é o sermão de Nossa Senhora da Conceição, pregado na igreja do Desterro da Baía.[6]

E como pode prescindir desses adjuntos fecundíssimos de inspiração o orador que houver de pregar, por ex., da Ação Católica num Congresso Eucarístico, de Nossa Senhora numa peregrinação a Lourdes ou a Fátima, do Espírito Santo na inauguração de uma igreja, de São Sebastião em tempo de epidemia ou de Santa Isabel em tempo de guerra?

Os principais adjuntos, que podem vir em auxílio do pregador no seu trabalho de invenção, encontram-se condensados no famoso hexâmetro: *Quis? quid? ubi? quibus auxiliis? cur? quomodo? quando?* Foi este único tópico que orientou Vieira em todo o desenvolvimento do seu notabilíssimo sermão sobre as confissões mal feitas.[7]

E por que não poderá ele também orientar e inspirar o pregador que haja de fazer, por ex., um sermão ou uma série de sermões sobre o pecado?

§ 3. O arquivo da memória

Não bastando os recursos que pode fornecer a inspiração espontânea e provocada, é ao arquivo da memória que se deve recorrer antes de consultar os livros.

Esse arquivo possui tesouros mais ricos do que se crê. O que se viu, ouviu, ou leu durante a vida não morreu de todo. Terá apenas adormecido e bastará muitas vezes o silêncio da meditação, um abalo emocionante,

[6]) *Sermões*, t. X, pp. 217 e ss.
[7]) *Sermões*, t. III, pp. 170 e ss.

uma coincidência misteriosa para ressuscitar essas espécies rememorativas, de cuja existência se não suspeitava.

Despertemos, pois, as reminiscências dos nossos estudos científicos, da nossa observação exterior, da nossa experiência pessoal e veremos como uma lembrança evoca outra e mais outra, e de uma longa série de recordações chamadas umas pelas outras quase se poderá tecer a maior parte do discurso.

Consultada assim a memória, se não bastarem os dados fornecidos, não é caso de acudir ainda à biblioteca, mas revolvam-se primeiro

§ 4. Os apontamentos pessoais

Supomos que o pregador, como previdente pai de família, terá sabido desde os primeiros anos da sua formação, fazer esse aprovisionamento de idéias de que já se falou e que se deve ir aumentando toda a vida.

E' talvez agora ocasião de desfrutar de seus rendimentos. Apontamentos, notas bem ou mal elaboradas, que rico armazém de idéias tantos anos sepultadas, empoeiradas, mas duma utilidade e duma aplicação incomparável.

O orador previdente em tomar notas é orador que começa com muitos anos de antecipação a preparar os seus discursos, ou melhor, é orador que a toda a hora tem os seus discursos virtualmente preparados. Só quando se consultam essas notas é que se toma consciência do valioso potencial de pregação ali armazenado.

§ 5. Consultas íntimas

Talvez não seja tempo perdido comunicar a um amigo, a um colega o projeto do sermão, trocar com ele algumas impressões. E quantas vezes um modo de ver que outro nos comunica, uma idéia pessoal que a ele talvez não diga muito, para o interessado é uma verdadeira revelação, é um *lamiré* que abre caminho a um brilhante movimento oratório, será a idéia condutora de todo o discurso, porque é evocadora de muitas outras, objetiva ou subjetivamente com ela concatenadas.

§ 6. A biblioteca

Se as tentativas indicadas não produzirem um resultado satisfatório, será finalmente caso de folhear os livros.

Mas o primeiro livro a abrir seja o ofício litúrgico do dia ou da festa, se com ele se relaciona a prédica. Descuido lamentável do pregador que terá muitas vezes em germe no breviário ou no missal todo o discurso, condensado talvez num simples versículo, numa antífona ou na estrofe dum hino, estrofe, antífona ou versículo que alguns minutos de reflexão bastariam para fecundar e fazer produzir a mais profícua das pregações; e não lhe ocorre sequer abrir o breviário ou o missal!

Outras obras que se houverem de consultar sejam apenas as já apontadas como fonte genuína da pregação. Os sermonários por via de regra sejam utilizados não em vista do fundo, mas só da forma do discurso.

Não se perca tempo a consultar livros, à toa e sem método. Dignos de lástima são os que se prendem a uma estante de volumes, tomam este ao acaso, folheiam-no nervosamente para logo o rejeitarem; devoram aquele àvidamente, pousando nesta ou naquela idéia, à maneira de borboletas, ou apaixonando-se por uma imagem, por uma figura de retórica, deixando-se absorver por uma novidade que os cativa e deslumbra e perdendo totalmente o sentido da investigação que lhes interessava.

ART. 2. A DISPOSIÇÃO ORATÓRIA

Reunido o material para a construção, talvez nem tudo se haja de aproveitar. Trata-se já de lhe dar a disposição artística, que consiste antes de tudo no nexo entre as idéias, na subordinação das conclusões aos princípios donde derivam, na distribuição das provas segundo o critério psicológico que na devida altura se indicará.

Mas para que esta ordem se realize, é mister, antes de tudo, dar unidade à construção oratória, buscando o que hoje se chama

§ 1. A idéia-mãe

1. Sua origem. — Esta nasce da atividade sintetizadora do espírito que busca reduzir a um pensamento fundamental todas as idéias recolhidas pelo trabalho da invenção.

Esse pensamento encontra-se num conceito mais genérico, que subordina a si todos os outros compreendidos sob a sua extensão.

E' conceito que se obtém pelo seguinte processo lógico. Tomam-se as idéias mais substanciais e mais universais que se recolheram: comparam-se entre si. Essa comparação revelará entre elas elementos comuns e elementos diferenciais. Eliminam-se estes, conservam-se aqueles. Esses elementos comuns vão unificar-se num conceito mais genérico. Esse conceito que se pode enunciar por uma proposição clara e concisa é o que em oratória se chama hoje a *idéia-mãe* e que vai coincidir com a *proposição* clássica.

Este processo de síntese requer uma inteligência disciplinada e formada na arte dialética, que se supõe nos estudantes de oratória.

2. Suas qualidades. — A *idéia-mãe* deve ser:

A) *fecunda,* para ser verdadeiramente mãe. E' como que a célula embriogênica, o núcleo primitivo do qual se desentranhará em toda a sua complexidade e variedade o organismo vivente do discurso. E sem detrimento da fecundidade, deve também ser:

B) *una e unificadora* no sentido já explicado.

Há de tomar o pregador uma só matéria... Não nego, nem quero dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses hão de nascer todos da mesma matéria, e continuar e acabar nela. [8]

C) *clara,* de modo que todos a possam apreender, mesmo quando não for explìcitamente enunciada no discurso.

D) *concisa,* de modo que não seja necessário longo período para a enunciar. Compatível com a unidade é a

---

[8]) Vieira, *Sermões,* t. I, pp. 18-19.

divisibilidade, que se obtém pelo processo analítico da mesma idéia, do mesmo modo que se unificou pelo processo sintético.

Pouco importa que a idéia-mãe seja ou não explìcitamente exposta no discurso; o que se requer é que embora latente, ela dê corpo e inspiração a todo ele.

§ 2. Construção do plano

Determinada a idéia-mãe e ordenado o material do seu lógico desenvolvimento, com as respectivas divisões e provas, fácil é delinear todo o edifício oratório, com as partes primordiais, as subdivisões secundárias, a contextura dos argumentos, o nexo que estabelecerá as transições lógicas das idéias, que servirão de articulações e junturas entre os vários elementos construtivos.

O plano deve apresentar uma delineação sugestiva, animada e progressiva, para que a sua execução se faça em harmonia com as exigências da arte e do bom gosto. Ora, o bom gosto e a arte reclamam uma tal combinação dos elementos constitutivos do discurso, que o interesse do assunto, o vigor da demonstração e a intensidade do afeto vão sempre em gradação firme e avassaladora.

Esta gradação, longe de comprometer a unidade, deve firmá-la e confirmá-la mais ainda.

Uma árvore tem raizes, tem tronco, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem flores, tem frutos. Assim há de ser o sermão. Há de ter raizes fortes e sólidas, porque há de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, porque há de ter um só assunto e tratar uma só matéria; deste tronco hão de nascer diversos ramos, que são os diversos discursos, mas nascidos da mesma matéria e continuados nela; estes ramos não hão de ser secos, senão cobertos de folhas, porque os discursos hão de ser vestidos e ornados de palavras; há de ter esta árvore varas, que são a repreensão dos vícios, há de ter flores, que são as sentenças; e como remate de tudo há de ter frutos, que é o fruto e o fim a que se há de ordenar o sermão... Se tudo são troncos, não é sermão, é madeira; se tudo são ramos, não é sermão, são maravalhas; se tudo são folhas, não é sermão, são verças; se tudo são varas, não é sermão, é feixe; se tudo são flores, não é sermão, é ramalhete. Serem tudo frutos, não pode ser, porque não há frutos sem árvore. Assim

que nesta árvore, a que podemos com razão chamar árvore da vida, há de haver o proveitoso do fruto, o formoso das flores, o rigoroso das varas, o vestido das folhas, o estendido dos ramos; mas tudo isto nascido e formado de um só tronco, e esse não levantado no ar, senão fundado nas raízes do Evangelho. [9]

§ 3. Seleção das idéias

Bem definido o plano, é ocasião de utilizar o material acumulado durante a primeira fase da elaboração oratória, que é a invenção. Mas em toda essa colheita, idéias haverá que se terão de pôr à margem por inúteis.

Por mais que a sua graça e originalidade nos seduzam o espírito, desde que não sirvam para desenvolver, dentro das exigências da lógica, o plano preconcebido, devemos ter a coragem de nos desprender delas e de as reservar para outra oportunidade. Aliás pomo-nos na ocasião próxima de nos perdermos em divagações estéreis e inoportunas.

Portanto, aproveitem-se exclusivamente aquelas idéias que entram espontâneamente nos moldes do plano e que podem enchê-lo, completá-lo e desenvolvê-lo.

ART. 3. A REDAÇÃO ORATÓRIA

§ 1. A primeira redação

1. Suas dificuldades. — Esta terceira fase da elaboração do discurso é para muitos a mais difícil. Oradores há que parecem inteiramente avessos ao trabalho redacional dum discurso. Só os arrebata a espontaneidade da inspiração. O gênio não lhes suporta uma reflexão pausada, cuja essência tenha de ser destilada pelos bicos da pena. Questão de temperamento? de indolência inveterada? de preconceitos? Talvez um pouco de tudo.

Seja como for, a formação oratória exige um trabalho sério de redação e para empreender esse trabalho requerem-se disposições de espírito, requer-se sobretudo um impulso decisivo da vontade, pronta a vencer esse estado

---

[9]) Vieira, *Sermões*, t. I, p. 19.

de apatia e de inação. Uma vontade educada não experimenta, ou, pelo menos, não se deixa vencer pelo horror à pena.

2. Remédios. — Eis a receita para o debelar. — Trate de adquirir serenidade de espírito para pensar e refletir, e entusiasmo para comunicar ao papel e depois aos ouvintes todos os sentimentos da sua alma.

B) A leitura dum autor favorito, cujo assunto se aproxime do nosso, pode servir para dissipar a letargia do espírito e pôr as idéias em movimento. E até a de uma obra hostil à verdade católica, que nos revolte pela sua perfídia e má fé, pode excitar em nós essa santa indignação que no momento inspira a eloquência de oradores zelosos.

C) Se a facilidade e o entusiasmo desfalecem depois de uma ou várias páginas, leia-se em voz alta o que já estiver redigido, que essa leitura excitará a inteligência e impulsionará o coração a um novo arranque, ao qual corresponderá avanço maior ainda.

E' indústria de que se deve lançar mão sempre que seja necessário. Voltar com a leitura umas tantas páginas atrás, é sempre tomar novo impulso para a frente, havendo ainda a vantagem de ir fixando cada vez melhor o que se vai escrevendo.

D) Além da leitura em voz alta, valha-se cada um ainda de outro recurso, cuja eficácia não passou despercebida à fina psicologia de Santo Inácio nos seus Exercícios Espirituais: E' a *composição do lugar.*

Represente-se pela imaginação o auditório, e durante o trabalho da redação não se deixe apagar essa representação do espírito. Prepare-se o sermão com o auditório assim diante. Essa representação livra de divagações estéreis, e faz ir lendo na fisionomia do auditório imaginário a impressão que produzirá o que se vai escrevendo, sobretudo começar-se-á a dar à composição aquela comunicação íntima que no púlpito se tem de estabelecer com o auditório.

E) Durante o trabalho redacional, acontecerá mais de uma vez não ocorrer a expressão exata.

Não se interrompa por isso a redação com o fim de ir folhear o vocabulário de sinônimos. Não se interrompa também quando for necessário verificar uma citação, ou consultar qualquer obra por causa de um pormenor insignificante. São lacunas de somenos importância, que se devem deixar para depois da primeira redação. Não vale a pena sacrificar a harmonia e o movimento do conjunto a esse pormenor, nem perder o fio da inspiração para acudir a um nada, a que depois se pode atender.

§ 2. Últimos retoques

O trabalho redacional não acaba com o *Amen* do discurso. A revisão é indispensável até para uma simples carta. Não há escritor de nome, não há orador que se tenha contentado com o primeiro ensaio redacional. Nessa revisão há um certo número de exigências a que não foi possível atender na primeira redação e que não devem passar agora despercebidas.

1) São as exigências *fonéticas,* antes de tudo: E' uma palavra que se tem de substituir, porque vem repetida com pequeno intervalo ou porque forma rima inoportuna. São conjuntos de palavras que é necessário transpor ou inverter para suprimir durezas fonéticas. E' a harmonia que exige outra cadência de frase, é o ritmo ou regularidade do estilo oratório que reclama outra combinação de termos, outro remate de período.

2) As exigências de ordem *lógica* não são menores. Antes de tudo é mister completar ou encher as lacunas, propositadamente deixadas na primeira redação, como acima se disse. Ora será necessário introduzir uma transição mais clara, ora se tem de pôr em destaque uma ilação, ou tornar explícito um meio termo que primeiro apenas se subentendia. Agora convirá suprimir de todo palavras ou frases que empecem o andamento do discurso, logo será mister desenvolver uma idéia que ficara apenas semi-esboçada.

3) As exigências de ordem *teológica* nos levarão também a oportunos retoques, que encarnarão a verdade

dogmática noutra fórmula ou mais vulgar, ou menos exposta a equívocos e a interpretações comprometedoras.

4) Também na ordem *psicológica* há exigências que nos hão de impor este ou aquele retoque. E' uma frase que se deve substituir para não ir de encontro a preconceitos, nem ferir suscetibilidades; é outra que se tem de suprimir para não sugerir alusões que o orador não teve em vista. E' tal maneira de dizer que se deve preferir, por estar mais em harmonia com a mentalidade do auditório, para o efeito da persuasão, etc.

APÊNDICE

Quem tiver tempo para redigir na íntegra o seu discurso, deve fazê-lo. E quem habitualmente decora os sermões, deve dominar de tal modo o discurso, que no púlpito não pareça estar recitando o que decorou, e possa mesmo continuar tranquilamente a pregação quando lhe faltar a memória. Deve até ser capaz de se desprender voluntàriamente do que decorou, quando circunstâncias imprevistas o aconselharem.

Casos há, porém, em que o tempo faltará para uma redação séria e apurada. Que não falte ao menos para uma suficiente invenção e disposição.

Se nem para isso houver oportunidade, encontrar-se-á o orador na contingência de uma improvisação forçada, caso que é bom não passar em silêncio.

Distinga-se, antes de tudo, a improvisação do repentismo:

O *repentismo* consiste em falar ao primeiro assalto da inspiração, sem se ter prèviamente estudado o assunto; exclui tanto a preparação próxima, como a remota.

A *improvisação* consiste em falar depois de se ter estudado o essencial do discurso, com um plano mentalmente esboçado e a devida conexão das idéias principais, deixando para a inspiração da ocasião um desenvolvimento mais minucioso. Exclui não a preparação próxima, mas a remota.

1. O repentismo. — A) Nunca é para aconselhar, a não ser no caso de uma brevíssima alocução, quando o orador em circunstâncias extraordinárias se encontre dominado por uma inspiração irrefreável, capaz de produzir verdadeiros rasgos de eloquência e em que o seu silêncio fosse uma decepção para a assistência. Esse entusiasmo experimenta-se sobretudo em ocasiões solenes, por exemplo numa dessas grandes manifestações de fé que fazem vibrar a alma.

B) Fora destes casos é temeridade subir ao púlpito. A palavra de Deus não se deve expor a fiascos e irrisões, nem a humilhações desnecessárias. E os ouvintes também merecem mais respeito do que isso.

C) O repentista sobe ao púlpito sem saber o que vai dizer, e desce sem saber bem o que disse. Vulgaridades, palavreado oco de sentido, repetições enfadonhas, idéias sem ordem nem nexo (se é que chegou a pregar idéias), incorreções gramaticais que a verbosidade nem sempre consegue dissimular, a isso se reduzem os discursos dos repentistas. Discursos em que, à maneira de labirinto, o pobre orador se cansa à busca duma porta por onde sair.

Objetar-se-á. — a) Que é ordinário encontrar oradores possuindo em tal grau o dom da palavra que dispensam qualquer preparação.

Resp. — Não é tão ordinário como se diz. Uma coisa é o dom da palavra, outra coisa é a loquacidade vazia de idéias, que se observa em muitos pseudo-oradores, acostumados a julgar que a eloquência consiste em... não se calar. Deus nos livre de tal eloquência. Antes mil vezes a tartamudez do homem ponderado que não diz uma palavra sem a pensar bem.

b) Que se ouvem de fato muitos repentistas discursar com mais brilho do que os que se preparam, e que o mérito da eloquência está em proporção inversa da preparação.

Resp. — Semelhantes repentismos são mais aparentes do que reais. O segredo desses pretensos repentistas está em terem armazenado um certo número de idéias suficientemente desenvolvidas e fàcilmente adaptáveis a muitos assuntos de ocasião. A um dado momento pede-se-lhes que falem em público, e eles não fazem mais que repetir automàticamente com pequenas variantes o que já disseram ou pensaram dezenas de vezes.

Quem possuir esses recursos faz bem em os utilizar oportunamente em proveito das almas, contanto que concentre o espírito um momento antes para dar às idéias com que está familiarizado aquele calor e vigor oratório, aquela unção sobretudo, que sabe neutralizar os efeitos da rotina.

Nem é verdadeiro o critério que se objeta para se julgar do mérito da eloquência sagrada. Di-lo expressamente Bento XV na Encíclica *Humani generis,* apontando-nos antes para o critério sobrenatural; segundo ele, o mérito e o valor da pregação é proporcional ao fruto produzido nas almas. Esse fruto, porém, é, por sua vez, diretamente proporcional à preparação do orador integralmente considerado.

2. A improvisação. — A) Desta não pode muitas vezes livrar-se o pregador, tendo de renunciar à redação minuciosa do discurso e contentando-se com escrever apenas os tópicos essenciais. Deve, entretanto, persuadir-se cada qual ao convidar um pregador para qualquer ministério da sua profissão, que a delicadeza tem as suas exigências; e a principal é fazer o convite com a devida antecipação.

B) Se por um lado a improvisação deixa maior margem à espontaneidade e à inspiração do momento, também se não pode negar que as hesitações, as repetições, as divagações, os desalinhos de linguagem e até as incorreções gramaticais são frutos naturais da improvisação, embora estes inconvenientes se vão com a prática atenuando.

Acostume-se o improvisador a ser exigente consigo mesmo na expressão adequada das idéias, nos raciocínios que se lhe oferecem, na exposição e desenvolvimento dos próprios pensamentos. Reaja sobretudo contra a tendência de temperamentos indolentes que se habituam a deixar incompletas a maior parte das frases, desde que as reticências ou um gesto possam suprir o resto.

D) Oradores há que têm horror à composição redacional dos próprios discursos.

Se a sua locução é correta e agradável, se o desfiar do pensamento se realiza com método e ordem lógica, deixem-se em paz.

Se, pelo contrário, o fraseado atropela as regras da gramática, se não há disciplina nas suas operações intelectuais, se não há nexo nem ordem no desenrolar das idéias, então tenha paciência, mas sujeite-se ao exercício disciplinador da escrita até poder prescindir dele. Essa mesma aversão à pena é o mais fiel indício da necessidade que têm de escrever.

CAPÍTULO VII

ESTRUTURA GERAL DO DISCURSO

ART. 1. A ORAÇÃO CLÁSSICA

1. Seu renascimento. — O discurso da antiguidade grega e romana, com a sua estrutura característica e invariável, não se encontra por via de regra realizado na pregação patrística com o rigor da forma clássica. Adquiriu, porém, foros de cidade na pregação sagrada a partir do século XVI e sobretudo no século XVII, consequência do grande movimento literário e artístico da Renascença. O grande florescimento da oratória sagrada no século de Vieira, de Bossuet, de Bourdaloue, de Massillon, etc., foi o triunfo do sistema clássico. As notabilíssimas peças oratórias dos pregadores geniais da época eram estruturalmente pautadas pelo discurso clássico.

2. Reação. — Em nossos dias vai-se esboçando contra ele uma reação considerável, que tem a sua razão de ser em novas exigências do gosto moderno e sobretudo, — por que não reconhecê-lo? — numa mentalidade superficial, refratária ao rigor da sólida formação retórica e à ação disciplinadora da dialética. Ouvem-se por aí pregações cuja estrutura em nada obedece às mais elementares regras da arte.

Será por simples antipatia contra a preceituística? Não chega a tanto, porque antipatia supõe o conhecimento do objeto com que se antipatiza.

3. Posto que deve ocupar. — Mas se o método clássico tem o mérito que todos lhe reconhecem de formar e desenvolver as faculdades, se é em última análise baseado na mesma natureza e se representa o processo que natural e espontâneamente segue quem quer persuadir pela palavra, por que havemos de o proscrever do púl-

pito? E se os mais belos monumentos da eloquência cristã foram modelados pela forma clássica, por que havemos de romper com uma tradição tão esplendorosa para a oratória sagrada?

Combata-se a rigidez inflexível com que se pretendam aplicar à pregação sagrada as exigências da eloquência profana, mas respeite-se a estrutura substancial dos processos psicológicos, que a experiência de muitos séculos reconheceu eficazes para conquistar as vontades e levá-las à persuasão. Acomode-se não o púlpito ao foro romano, mas o foro romano ao púlpito. Combata-se o monopólio que acaso pretendesse exercer no foro sagrado o método clássico, mas não vamos ao exclusivismo oposto.

Numa palavra, aproveite-se o que de aproveitável apresenta o discurso clássico, que é sobretudo a engrenagem lógica e psicológica dos seus processos de persuasão, sem exclusivismos e sem a rigidez dos seus moldes estruturais. Por isso substitua-se, por exemplo, ou suprima-se a narração quando ela não tiver cabida; exclua-se a divisão quando a não houver, ou quando não for necessário enunciá-la explicitamente; omita-se a refutação quando ela não for oportuna, ou reduza-se ao mínimo, conforme as necessidades do auditório.

ART. 2. O DISCURSO SAGRADO

"E' lição que aprendemos da própria natureza, observa De Colonia, S. J.[1]*, que, se queremos conseguir alguma coisa de outrem, primeiro lhe conciliamos o ânimo, depois expomos a nossa pretensão, trazemos em seguida as razões que hão de movê-lo a anuir, e finalmente empregamos as súplicas e outros afetos para com mais veemência lhe movermos o coração".*

Este método da natureza é o que, aperfeiçoado pela arte, deve seguir o orador no andamento do discurso.

A conciliação dos ânimos e a declaração da matéria constituem a entrada; a exposição e o desenvolvimento das provas, com a refutação das dificuldades ou objeções,

---

[1]) Ars Rhetorica, l. III, Introd., p. 145.

ocupam o corpo do discurso; finalmente a excitação mais direta dos afetos para conseguir o triunfo final é objeto da conclusão". [2]

I. *Entrada*

Depois do *texto inicial* a entrada do discurso compreende o *exórdio e a informação do assunto*.

1. O texto inicial é proferido depois de feito com gravidade e devoção o sinal da cruz.

De mui remota origem é o costume de começar por ele a pregação. Não só na época patrística mas já nos tempos apostólicos, era costume comentar ao povo qualquer passagem da Escritura prèviamente lida. Era uma tradição recebida já da Sinagoga, e pelo Evangelho sabemos que a essa tradição se acomodou Jesus Cristo ao comentar pùblicamente as Escrituras (Lc 4, 17 ss).

Tudo nos deve induzir a respeitar um costume de tão venerável antiguidade.

O texto inicial proferido em latim, primícias dos lábios do pregador, tem o condão de prevenir os ouvintes que é o Senhor quem vai falar pela boca do orador, e de lhes fazer sentir toda a majestade da palavra de Deus.

Mas para que o texto desempenhe na pregação o papel que lhe atribui a tradição, ou ele se escolha em harmonia com um plano prèviamente arquitetado, ou o plano seja construído sobre o texto prèviamente escolhido, o certo é que tem de haver íntima relação entre o texto e o discurso.

Triste nota de si dá o pregador, que depois de anunciar o texto apresenta um discurso que lhe é inteiramente èstranho. Começa por enganar o auditório prometendo um assunto e apresentando-lhe outro. Dá a impressão de repetir um discurso preparado para outras circunstâncias e ao qual nem sequer soube encabeçar um texto congênere.

Para relacionar o texto com o discurso, "três são os métodos principais que podem seguir-se. Ou as diversas

---

[2]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 170.

palavras do tema dão as diversas partes do discurso; ou cada uma destas se funda no texto inteiro vàriamente aplicado, ou finalmente o texto serve de introdução ao assunto". [3]

2. O exórdio.

A) *A sua razão de ser.* — O orador antes de tudo tem de tornar dóceis os ouvintes, tem de captar-lhes a atenção, de estabelecer com eles essa comunicação de almas que os encaminha à persuasão.

Graças a essa atenção e a essa íntima comunicação é que a massa confusa dos ouvintes, desconhecidos uns dos outros e desconhecidos do pregador, hão de formar uma alma comum, absorvida pelos mesmos pensamentos, agitada pelos mesmos abalos. O exórdio é que os há de fazer entrar desde o começo na mesma corrente de idéias e de sentimentos. E' a sua finalidade.

B) *A sua importância.* — Pelo exórdio faz o orador, embora sem o querer, a sua apresentação. E nessa apresentação é necessário que não fique ofuscada nenhuma das qualidades naturais e sobrenaturais que exigimos do orador sagrado. No exórdio colhem os ouvintes a primeira impressão do pregador; e essa impressão expõe-se a ser decisiva.

Por isso com razão adverte Roquete que o exórdio *deve ser trabalhado com esmero e correção e articulado com pronúncia clara e distinta.* [4]

C) *Dotes gerais do exórdio.* — a) *Propriedade.* Em vez de *vinho de outra pipa* [5], seja intimamente relacionado com o assunto do sermão, ou com as circunstâncias peculiares dele. Por isso devem banir-se do púlpito os exórdios de *communi.*

E para que seja bem apropriado ao sermão e constitua com ele um todo homogêneo, não é para desprezar o conselho dos mestres: que o exórdio só se faça depois

---

[3]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 260.
[4]) Obra cit., p. 143.
[5]) Tal é a expressão do P. Isla, referindo-se aos extravagantes exórdios do gongorismo, totalmente divorciados da matéria do sermão. Cf. Fray Gerundio, l. V, c. V.

de feito o discurso, ou pelo menos depois de bem arquitetado e assimilado todo o plano; do mesmo modo que só depois da obra é que se faz mais adequadamente o prefácio dela. Só assim é que o exórdio será uma verdadeira introdução e apresentação do assunto.

Nem é para censurar o uso de introduzir à guisa de exórdio uma narração bíblica, ou da história eclesiástica, ou da vida dos Santos, que seja bem escolhida e adaptada à matéria do sermão. Dela para o corpo do sermão, sobretudo em assuntos morais, a transição é fácil e espontânea, se o orador sabe salientar os pontos de contacto que existem entre o assunto da narração e o do sermão e fazer entre um e outro uma aproximação artística. Desse modo se consegue a finalidade do exórdio, que é atrair a atenção e despertar o interesse do auditório. Bem conhecido é o interesse e a atenção que soem excitar as narrações.

b) *Proporção.* E no caso presente proporção é sinônimo de brevidade. Preâmbulos inúteis suprimam-se todos e não se retarde demasiado a entrada na matéria. De outro modo há perigo de se esgotar a atenção do auditório em preliminares ociosos e de lhe faltar depois para o principal.

Numa série de pregações mùtuamente conexas ninguém estranhará que o exórdio da primeira seja um tanto mais largo, se o orador vê vantagem em expor e explicar o programa das pregações seguintes e de mostrar o nexo que as relaciona. [6]

Nesse caso o exórdio dos sermões posteriores pode muito bem consistir na recordação resumida da doutrina pregada nos anteriores e na sua ligação com o presente.

c) *Modéstia,* é o grande segredo da conciliação dos ânimos. Ai do pregador e da pregação, se as suas primeiras palavras deixam entrever algum ar pretensioso e presumido, com alarde de conhecimentos ou com vã os-

[6]) Casos haverá, contudo, em que a prudência aconselhará o contrário. Alguns, por ignorância ou por motivos de ordem moral, podem não simpatizar com certos assuntos. Anunciar-lhos de antemão é dizer-lhes que... fiquem em casa.

tentação de qualidades, que ainda não chegou o momento de se revelarem. Pode dar por perdido o seu tempo.

Com a modéstia deve despretensiosamente manifestar-se certa distinção de porte, juízo criterioso e firmeza de doutrina, juntamente com o espírito sobrenatural e um apaixonado amor a Jesus Cristo.

D) *Várias espécies de exórdios.* — Da variedade das circunstâncias depende a variedade dos exórdios:

a) *Direto.* — E' o que sem rodeios nem insinuações introduz ràpidamente no assunto, limitando-se a breves palavras que conciliem a benevolência do auditório e lhe despertem a atenção. E' o que se impõe sempre que nos ouvintes não haja preconceitos contra a doutrina a pregar, nem indisposições contra o orador. Será:

α) *simples,* se tanto nas idéias como no estilo ele se desenrola num tom de cativante singeleza;

β) *solene,* se a gravidade do assunto, a solenidade das circunstâncias, ou a seleção do auditório exigem maior sublimidade de estilo. E' o que sói verificar-se, por exemplo, em elogios fúnebres, ou em ocasiões de graves acontecimentos.

b) *Indireto.* — E' o que tem lugar em certos casos que obrigam o orador a proceder com prudente *diplomacia.* Exigem-no as indisposições dos ouvintes, aos quais seria melindroso apresentar de frente assunto que lhes é antipático.

Proceda então o orador, como procede o confessor com o enfermo que não quer ouvir falar de confissão. Introduza suave e insensìvelmente a sua doutrina, recorrendo a rodeios e insinuações, ou disfarçando hàbilmente o antipático dela, enquanto se não fez sentir em cheio o seu aspecto simpático, o benéfico dos seus efeitos, etc. Expediente análogo ao do farmacêutico que envolve em açúcar o amargor da pílula.

Modelo dessa arte de insinuação é Vieira no exórdio do sermão em favor da liberdade dos índios.[1]

[1]) *Sermões,* t. III, pp. 5 e ss.

c) *Ex abrupto.* — Tem lugar quando o assunto a tratar é candente e sensacional, ou quando os ouvintes se encontram já possuídos de imensa emoção e estão pedindo se interprete fielmente o seu estado de espírito.

São condições que se verificam por exemplo em ocasiões de grande regozijo público, de extraordinárias manifestações de fé, ou em caso de insólitas calamidades. Os ânimos encontram-se sobre-excitados e como que eletrizados todos pelo mesmo sentimento. Um exórdio sereno seria acolhido com frieza.

Nesses casos é o auditório que comunica ao orador a veemência do seu sentimento; são os próprios acontecimentos que clamam e movem os lábios do orador.

Exórdios deste gênero encontram-se primorosos em Cícero, contra Catilina; em São João Crisóstomo, a favor de Eutrópio e contra os espetáculos; em Ségneri, no sermão da Paixão. Em Vieira, além de outros, são modelos perfeitíssimos os exórdios da primeira dominga do Advento e do elogio fúnebre de Dom Duarte.

Seja o orador muito acautelado no uso de exórdios veementes, que, não sendo bem conduzidos, podem descair no ridículo. Abstenha-se deles sempre que as circunstâncias os não imponham. Não se aventure a eles quando vir que o seu entusiasmo não é compartilhado pela maior parte do auditório, ou quando ele próprio se não sentir vibrar a uníssono com ouvintes entusiasmados.

3. Informação do assunto. — Terminado o exórdio, não há por que retardar mais a apresentação do assunto.

Duas hipóteses se podem desde logo verificar.

A) O assunto é constituído por uma longa idéia fundamental, de enunciado simples. Nem os vários aspectos, sob os quais se pode encarar, se apresentam como partes lógicas de um todo. Temos então a *proposição,* sentença simples que exprime a idéia-mãe do discurso.

a) *Suas qualidades.* — Seja breve no seu enunciado, clara, singela e expressa sob qualquer aspecto de novidade. E' essa novidade que estimulará o interesse e curiosidade dos ouvintes. Mas não vá o orador, à força de que-

rer ser original, cair na extravagância do paradoxo e da hipérbole.

b) *O seu uso.* — A proposição deve existir sempre na mente do orador, sem nunca se perder de vista, pois é ela que dirige o desenrolar do discurso.

Nem sempre, porém, será necessário enunciá-la explìcitamente. Seria até prejudicial em certos casos deixar entrever claramente uma proposição desagradável ao paladar dos ouvintes. Nesse caso omita-se, ou pelo menos disfarce-se o enunciado da proposição.

B) A idéia-mãe, sem detrimento da sua unidade, apresenta-se numa fórmula complexa, cujos pontos podem constituir outros tantos enunciados; ou, expressa em fórmula simples, oferece ela vários aspectos de consideração, que se podem tomar como partes verdadeiras de um todo lógico.

Temos neste caso a *partição,* cujos membros podem ainda ser suscetíveis de subdivisões.

a) *Suas qualidades:*

α) sejam verdadeiras partes dum todo, unidas a ele como os ramos ao tronco e como eles também distintas entre si. Assim se aliará a unidade à variedade;

β) proponha-se o desmembramento em termos concisos e nítidos, simples e fáceis de reter, evitando-se a aridez das divisões filosóficas;

γ) seja *sóbria:* duas partes, ou quando muito, três; exclua-se ainda o enunciado de ulteriores subdivisões, se as há, para não ficar nelas enredado o espírito dos ouvintes, menos familiarizados com destrinçamentos sutis;

δ) seja *natural,* não rebuscada, e sem os artifícios duma simetria forçada, que compromete o espontâneo desenrolar do pensamento; seja *adequada,* segundo as regras da lógica; seja *clara,* com exclusão de formas paradoxais ou enigmáticas, sem sutilezas nem complicações; seja *lógica* e *progressiva,* de modo que a primeira parte não estribe sobre o que se há de provar na segunda e esta constitua um avanço sobre aquela.

b) *O seu uso.* — Casos há em que as divisões se impõem; é o que acontece quando o objeto do discurso

é claramente múltiplo, sem detrimento da sua unidade. Quem fala sobre a caridade, tem de distinguir o amor de Deus e o amor do próximo.

Outros casos há em que a divisão não é descabida, mas também não é indispensável. Em tais circunstâncias pode o orador contemporâneo emancipar-se da regra que obrigaria o orador clássico a dividir. Escolha o que julgar mais acomodado a seu fim, sem apego supersticioso ao método clássico, mas também sem o espírito sistemàticamente demolidor do revolucionarismo moderno.

Não se pode negar que a divisão, sendo feita com arte, tem vantagens incontestáveis; é um princípio de ordem e de solidez construtiva; é um fator de clareza e de método; auxilia a memória do orador e dos ouvintes, e facilita a estes a atenção.

E no caso de se adotarem as divisões oratórias, convirá enunciá-las na informação do assunto? — Responde Gonzaga Cabral:

"*Ainda que muitas vezes é útil,* diz ele, *esta declaração, tanto para auxiliar a memória, como para aumentar a clareza, deve contudo omitir-se quando com ela se diminui a graça ou novidade do que ao depois tencionamos dizer; quando algum dos pontos é de tal natureza, que o ouvinte o não aceitaria de boa mente, antes de estar preparado pela convicção e abalo do ponto que precede; finalmente quando o ímpeto e entusiasmo do movimento oratório houvesse de resfriar-se, com a sutileza da partição*". [8]

II. *O corpo do discurso*

O corpo do discurso é a idéia-mãe desenvolvida por todos os modos de amplificação oratória. E o desenvolvimento é a explicação da idéia, no seu genuíno sentido etimológico, — *explicare* — que não diz estirar, como se se tratasse de um corpo elástico, mas sim desdobrar, desentranhar dela toda a sua substância. E' procurar à idéia o seu natural crescimento.

---

[8]) Obra cit., t. II, p. 190.

Como germe que é, tende a crescer, a florescer, a frutificar. Natural é, pois, que o seu desenvolvimento se realize, como todo o crescimento vital, de dentro para fora, extraindo-se-lhe da medula todos os elementos de convicção e de persuasão, de luz e de calor que ela encerra, toda a força de expansão que nela se concentra, analisando a sua essência, aproximando-a de tudo o que com ela se relaciona, de tudo o que a ela se opõe.

O modo de descobrir e de expandir a fecundidade da idéia ficou suficientemente indicado ao tratar-se da invenção oratória. Ora, todo o trabalho intelectual do orador, que desenvolve o assunto da prédica, reduz-se a instruir, a demonstrar e a refutar, intervindo simultâneamente a imaginação para deleitar e a vontade para mover.

1. Exposição.

A) *Sua necessidade.* — Se nem toda a pregação é didática *ex professo,* toda pelo menos deve ter muito de didática. Mais: a pregação sagrada, tanto moral como dogmática, antes de ser suasória deve ser essencialmente instrutiva; *docete* é o imperativo da pregação evangélica. Nem a demonstração tem razão de ser se não pressupõe a exposição. E esta é para o pregador um dever sagrado, desde que no seu auditório haja uma só alma que precise de ser esclarecida sobre as verdades a demonstrar.

B) *Regras da boa exposição:*

a) atenda o pregador ao nível intelectual do auditório, veja os seus conhecimentos e qual a sua capacidade com relação a ulteriores instruções;

b) proceda sempre *ex noto ad ignotum, ex notiore ad minus notum.* E se uma coisa não pode ser compreendida sem outra ser mais elucidada, comece por esta antes de explicar aquela;

c) remova com esclarecimentos preliminares as dúvidas ou falsas noções, que podem embaraçar o andamento do que se exporá depois;

d) ao expor verdades desconhecidas, comece pelas

mais simples e fáceis, avançando progressivamente até às mais difíceis, fazendo das noções mais elementares a base de interessantes desenvolvimentos doutrinais;

e) neste andamento progressivo saiba ligar o que ensina com o que os fiéis já sabem, aproveitando-lhes os conhecimentos materiais, como degraus para subirem ao conhecimento das coisas de Deus. Assim fazia Jesus Cristo com as suas alegorias, comparações e parábolas.

2. Demonstração.

A) *Fontes de demonstração oratória.* — São as mesmas da pregação em geral. Excetuando o caso de conferências apologéticas, apenas destinadas a provar a credibilidade dos dogmas católicos, o pregador que fala a auditórios crentes deve haurir da autoridade divina todo o vigor das suas demonstrações. Essa autoridade é a mesma voz de Deus, ou arquivada nas sagradas páginas, ou ecoando já na tradição católica, já na infalibilidade do magistério eclesiástico.

O pregador que se respeita e que respeita o seu ministério, na cadeira evangélica não apela para autoridades profanas, como se elas é que houvessem de dar razão a Deus.

Sobre este ponto não são inoportunas as seguintes regras:

a) Quanto à citação de testemunhos profanos:

α) se os autores são vivos, nunca se deve fazer uso das suas palavras na cadeira evangélica;

β) se já não vivem, haja a máxima sobriedade em citá-los sobretudo tratando-se de hereges, apóstatas ou de infiéis.

E' a prescrição da S. C. Consistorial, na 23ª das suas normas *pro sacra praedicatione*.

b) Quanto à nomeação de pessoas:

α) se vivem, de modo nenhum pronunciem o seu nome do púlpito. E' uma grosseira profanação da tribuna sagrada pronunciar nela o nome de literatos e de estadistas atuais, ainda que a sua ação pública e social seja digna de encômios.

Mesmo tratando-se de autoridades eclesiásticas, em vez de as nomear expressamente, parece condizer mais com o sagrado do púlpito usar de expressões como estas: "um dos nossos venerandos Prelados", "um eclesiástico francês", "um virtuoso Bispo italiano", etc. Contudo tratando-se do próprio Bispo da diocese em que se prega, a sua nomeação nenhuma estranheza ocasionaria;

β) se já não existem, nomes há cuja pronúncia no púlpito causaria escândalo.

A nomeação de outros, sendo rara, já não causa estranheza; mas convém acrescentar um epíteto que salve o pregador da suspeita de simpatizante, por exemplo: o *ímpio* Voltaire, o *heresiarca* Lutero, o *pérfido* Calvino.

Objetar-se-á que muitos profanos, mesmo heterodoxos, têm por vezes brilhantes expressões em favor de uma verdade de fé; e que o seu testemunho, sendo imparcial, pode ser mais eficaz.

Resposta: — *Fides et christiana morum honestas non his egent adsertoribus ac defensoribus.*[a]

Se alguma vez um são princípio de filosofia, uma sentença moral de autores profanos se aduzir, seja ùnicamente para mostrar como eles só com a luz da razão viram o que muitos cristãos não querem reconhecer. Mas então ficará melhor dizer: "Até um filósofo, um pagão, até um desertor do cristianismo confessou que..." mas sem os nomear.

B) *Disposição estratégica das provas.* — Para conseguir a convicção das inteligências, a ordem das provas pode depender de inúmeras circunstâncias. Impossível é, pois, formular regras fixas. O critério do pregador é que deve decidir em cada caso.

Entretanto a regra fundada nas condições normais da psicologia humana é que o primeiro contacto com a razão deve deixá-la sem perplexidades e o último deve consolidar e tornar inabalável essa disposição. Se a razão se não satisfaz com a primeira demonstração, ficará desde logo prevenida contra as outras. Por isso deve ela ser desde o princípio bem firme e convincente. Por outro

---

[a]) Norma 23ª *pro sacra praedicatione.*

lado, sendo as últimas impressões as que ficam, é necessário que os últimos argumentos sejam de todos os mais contundentes e invencíveis.

Portanto, se entre o material comprovativo da sua tese, o orador tiver provas, não digo inconsistentes que essas devem rejeitar-se, mas de eficácia inferior às da dupla classe indicada, intercalem-se de preferência no meio; nessa altura nem a inteligência está de pé atrás contra elas, nem serão essas as que hão de criar a última impressão.

C) *Valor relativo das provas.* — Existe, pois, um critério para apreciar a maior ou menor eficácia de cada argumento. Esse critério tem de ser em grande parte, subjetivo, porque:

a) a força apodítica das provas, sobretudo das mais metafísicas, está muitas vezes fora do alcance intelectual dos ouvintes;

b) as que mais eficazmente os convencem não são, de ordinário, as de maior vigor filosófico, mas as que mais se adaptam ao pragmatismo das suas apreciações. Por isso:

α) é inútil apresentar argumentos sutis;

β) não se sobrecarregue de provas o discurso. Sejam poucas, mas eficazes e bem desenvolvidas;

γ) uma prova que isoladamente pouco vale, agrupada com outras, mais fàcilmente convencerá;

δ) evitem-se extensos raciocínios à maneira de complicadas demonstrações de matemática, que o comum do auditório não pode seguir;

ε) evitem-se áridas construções dialéticas.

Entretanto, uma vez por outra, pode uma demonstração já suficientemente ampliada resumir-se em brevíssimo silogismo ou num dilema.

Assim o faz Vieira no sermão pela liberdade dos escravos: "Todo o homem que deve serviço ou liberdade alheia, e, podendo-a restituir, não restitui, é certo que se condena.

Ora, todos ou quase todos os homens do Maranhão

devem serviços e liberdades alheias, e podendo restituir, não restituem. Logo, todos ou quase todos se condenam".

Finalmente, o grande critério para um pregador avaliar a força das provas é imaginar-se um momento ouvinte de si mesmo; e pergunte-se sinceramente se o impressionariam as razões aduzidas, se estivesse no lugar e nas condições dos seus ouvintes.

3. Refutação. — Tanto pode ter lugar em sermões dogmáticos como em prédicas morais. Nestas a refutação consistirá, por exemplo, em desfazer preconceitos contra a possibilidade de evitar o pecado ou de praticar a virtude, em desmascarar os pretextos com que se quer justificar tal ou tal abuso e em mostrar o vazio de desculpas que se apresentam em ordem a legitimar uma violação da lei divina, ou uma condescendência com as paixões.

A) *Modo de refutar.* — Examine-se:

a) Se a objeção procede do entendimento ou do coração. No primeiro caso, o remédio é a luz; no segundo, em vez de se falar à inteligência, recorra-se à terapêutica regeneradora dos sacramentos e da oração. Purificado o coração, a inteligência não necessitará de argumentos para se convencer.

b) Se a objeção vem de falsos princípios ou de má ilação. *No primeiro caso,* refutam-se os princípios. *No segundo,* que é o mais frequente, terá o orador a vantagem de poder conceder alguma coisa ao adversário. Todo o trabalho está em mostrar-lhe como erra na aplicação de um princípio verdadeiro. E o melhor modo de o mostrar é servir-se do mesmo raciocínio para dum princípio análogo tirar uma conclusão claramente absurda.

B) *Quando deve entrar a refutação?*

a) *Método natural.* — O lugar que naturalmente lhe compete é depois da demonstração. E em conferências pròpriamente ditas, nas quais, depois de falar o conferencista, se dá aos ouvintes a palavra a fim de exporem as suas objeções, tem este método plena cabida. Mas no

púlpito não deve a refutação reivindicar para si uma parte distinta da demonstração.

b) *Outros métodos:* "Umas vezes convém que a refutação preceda a confirmação pròpriamente dita, outras vezes deve acompanhá-la, outras, finalmente, há de seguir-se-lhe separadamente".

α) "Se os ouvintes estão por tal forma prevenidos, que não hão de render-se aos argumentos diretos sem que primeiro se lhes desfaçam os preconceitos, deve começar-se pela refutação. Assim procedeu Vieira no sermão do pecador resoluto a nunca mais pecar".

β) "Pelo contrário, há ocasiões em que parece mais conveniente e mais lógico começar por estabelecer diretamente a tese do sermão e coroar todos os argumentos com o argumento indireto da refutação. Tal foi o método seguido pelo nosso orador no sermão da Epifania..."

γ) "O método mais aplicável à oratória sagrada é, contudo, resolver as objeções à medida que elas se apresentam espontâneamente no decurso da confirmação. Entre outras vantagens é uma muito principal a de variar o andamento do discurso, tornando-o mais vibrante e comunicativo.

Vieira serve-se com raríssima arte deste meio, e uma objeção, que parece surgir-lhe espontânea e fortuitamente, é-lhe ocasião para desenvolvimentos cheios de novidade e interesse. [10]

A objeção, embora real, é nele muitas vezes engenhoso estratagema para provocar sob forma de réplica novos argumentos de admirável vigor e oportunidade.

— Também não é nele raro propor o assunto à maneira de problema que quer resolver com o auditório, começando por expor e encarecer as dificuldades que logo há de pulverizar. E' outro estratagema de que se serve para desde o princípio excitar a curiosidade e o interesse. Tal é o sermão da 1ª sexta-feira da Quaresma de 1651. O problema proposto no fim do exórdio é: *Se também os reis estão sujeitos ao preceito de amar os inimigos?* começando por apresentar as razões contra. "Primeiramente parece que não são obrigados..." [11]

---

[10]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, pp. 197-198.
[11]) *Sermões,* t. II, pp. 316 e ss.

III. *Conclusão*

Seria antinatural terminar o sermão *ex-abrupto,* surpreendendo o auditório e causando-lhe apreensões sobre o motivo de tão insólito desfecho. Deve, pois, concluir naturalmente com a chamada

Peroração, cuja característica é a veemência do afeto que deve determinar o triunfo decisivo sobre a vontade dos ouvintes.

A) *Seus dotes.* — A peroração deve ser:

a) *Breve.* — Lembre-se o pregador que a peroração é feita para *acabar* o sermão. E' o seu remate ou o modo de o rematar. Saiba, pois, acabar a tempo, recomendação esta muito importante para pregadores que, improvisando ao acaso, não atinam com a porta da saída, não encontram a palavra que há de servir de ponto final. Para assegurar esta primeira qualidade da peroração é necessário que ela seja também

b) *Esmerada.* — Trata-se de criar na alma dos ouvintes a impressão decisiva, irrevogável. Se algum ponto do discurso deve ser cuidadosamente preparado, tem de ser este. Prevejam-se minuciosamente os pensamentos e os afetos e até as expressões, até à última palavra, cujo eco deve calar profundamente no espírito do auditório.

NOTA. — Quanto à brevidade, tratando-se duma série de sermões devidamente conexos, assim como ninguém estranhará que o exórdio do primeiro se alargue um pouco mais, conforme em seu lugar observamos, assim também na peroração do último em que se trata de recolher o que se semeou em todos eles, pode-se permitir que o orador seja mais extenso. Tal é a imortal peroração de Vieira no sermão da IV dominga do Advento. Nesse caso, porém, convirá que o orador, com o fito na peroração em que se há de expandir, abrevie algum tanto as outras partes do discurso.

B) *Suas partes.* *a*) *Anacefaleose.* — E' uma sumária e animada condensação dos pontos mais substanciais do discurso, ou uma compendiosa síntese das conclusões e resultados obtidos, que sirva de arranque para a moção dos afetos.

Deve ter os seguintes dotes:

α) *Brevidade,* não aconteça recomeçar o discurso em vez de o concluir;

β) *Vida.* Para não ser uma fria repetição do que os ouvintes já conhecem, requer-se mais veemência de expressão;

γ) *Novidade,* buscando-se outro aspecto ao substancial do assunto e evitando-se a monotonia, defeito tão fácil em quem repete ou resume.

Este novo aspecto do assunto, além de melhor o gravar na alma, terá o condão de apresentar uma síntese de motivos, que em globo exercerão na vontade influência mais imperiosa do que apresentados isoladamente.

b) *O epílogo* ou moção de afetos.

α) *Ação remota.* — E' ilusão julgar que o assalto ao coração dos ouvintes só se efetua no final da peroração; é trabalho, e o principal, que deve ter sido empreendido durante toda a confirmação oratória.

O pregador evangélico não só nunca deve falar à inteligência de modo que a vontade fique imobilizada e esquecida, mas deve até com frequência despertar nela toda a afetividade conducente à persuasão. Se fala à inteligência, não faz mais que usar de processo racional de atingir a vontade. A vontade é que é o termo da eloquência, a inteligência é apenas o caminho por onde se tem de passar.

O processo psicológico de mover pela eloquência a afetividade alheia é análogo ao que se usa na meditação para despertar os próprios afetos, e deve ser conhecido de quem foi iniciado nos estudos da filosofia.

Trata-se de excitar na vontade a suprema paixão do amor de Deus? Recordem-se as perfeições divinas, pondere-se a sua infinita amabilidade, penetre-se sobretudo nos arcanos do amor com que Ele desde toda a eternidade nos amou: a pessoa de Jesus Cristo, o seu Coração, a sua Cruz, a Eucaristia, os benefícios singulares e pessoais feitos a cada um e a sua disposição generosa para novas e sempre renovadas mercês, que eloquentíssimos

testemunhos do amor de Deus ao homem! que afiadíssimas setas apontadas a um coração bem formado!

E quem quiser possuir mais completamente todo o segredo do patético, no que se refere à nobre paixão do amor divino, faça a áurea contemplação *ad amorem* com que Santo Inácio remata os seus Exercícios Espirituais.

β) *Ação próxima.* — A moção dos afetos próprios da peroração deve, pois, vir preparada de trás, de modo que a conquista do coração, nesta altura do discurso, deve ser como o colher do fruto amadurecido pelo tempo. Se for necessário recorrer a maior veemência e tensão de afetos, não deve ela ser demorada, nem contrafeita, nem afetada, mas naturalíssima e espontânea.

Duas qualidades constituem o patético do púlpito, e é na peroração que elas mais devem vibrar:

1) *O amor às almas.* — O pregador possuído desse amor perora, fala como falaria a mãe que quisesse arrancar o filho das fauces da morte.

2) *A unção* que é o bálsamo da eloquência, que é a piedade a expandir-se e a transbordar do coração e a aliar-se admiràvelmente com a própria emoção para melhor se insinuar nas almas. Só ela possui a inefável magia de as sensibilizar, de despertar nos corações novas palpitações que se vão repercutir no suave deslizar das lágrimas de piedade e de contrição. Uma peroração assim impregnada de zelo e de unção tem de ser uma peroração irresistível.

NOTA. — Os colóquios, ou conclusões deprecatórias não são descabidos e podem muitas vezes produzir salutares efeitos de piedade, se forem animados pela sinceridade, com afeto vivo e comunicativo. Mas se o pregador não estiver devidamente acalorado, tais conclusões são antes a morte do discurso.

CAPÍTULO VIII

DOTES COMUNS A TODA A PREGAÇÃO

Estudamos as várias formas de pregação. Mas seja qual for a sua espécie, a pregação é sempre dirigida a um auditório real, em circunstâncias bem determinadas, e a um auditório com necessidades morais bem concretas.

Por isso o sermão, seja qual for a sua fisionomia artística, tem de ser sempre um contacto espiritual com o auditório tal qual ele é, tem de descer da esfera das teorias abstratas para o mundo das realidades práticas, tem de se acomodar às circunstâncias em que se desenvolve. Por outras palavras tem de ser *comunicativo, prático* e *oportuno*.

Tais são os dotes essenciais de todo e qualquer discurso considerado na sua relação direta com os ouvintes.

ART. 1. A COMUNICAÇÃO

O sermão deixa de o ser desde o momento que se interrompa o contacto com a alma dos ouvintes.

Já tivemos ocasião de falar da comunicação nas relações que com ela tem o acionado oratório. Mas essa comunicação tem de ser integral, dando-se à pregação o seu genuíno caráter de conversação, mais ou menos familiar conforme o gênero, mas sempre conversação. Não se está monologando, está-se verdadeiramente dialogando com a alma atenta de um auditório não imaginário, mas realíssimo; alma que acompanha os arrazoados do orador, concordando com esta ou discordando daquela afirmação, e em cuja fisionomia o orador vai lendo a reação que as suas palavras provocam.

Esta comunicação facilita-se e acentua-se pelo uso de figuras apropriadas que dão à prédica o caráter de diá-

logo, e quase obrigam o auditório a desempenhar o papel de interlocutor. Tais são a interrogação, a dúvida, a apóstrofe, a ênfase, a ironia, a repetição, etc., que nenhuma razão de ser teriam se não se estivesse falando com alguém que se interroga, apostrofa, etc.

E' mister que o orador se dirija não a auditórios abstratos, mas só àquele que o escuta e de tal modo que dirigindo-se simultâneamente a todos os ouvintes, cada um esteja sentindo que o pregador está falando com ele pessoalmente. O orador deve tê-los todos presos pela palavra, dominados pelo olhar, todos atentos e a psicologia de todos em vibração. Este é o segredo da comunicação, e a comunicação íntima com a alma do ouvinte é meio caminho andado para a persuasão.

Mas a comunicação será tanto mais fácil, quanto mais popular for a pregação. A popularidade oratória não é mais que uma adaptação total do orador ao auditório, uma condescendência do superior que se amolda ao inferior, que não o faz subir ao nível da sua capacidade, mas que desce ele para melhor se ajustar aos conceitos e à linguagem dos que o escutam.

A popularidade do orador deve afetar todas as faculdades oratórias para ser verdadeiramente uma popularidade que cativa e triunfa, semelhante à que Gonzaga Cabral atribui a Vieira e que primorosamente descreve na obra tantas vezes citada.

"Popularidade na inteligência, porque sabia dar à verdade aquela lucidez que a punha ao alcance de todos; desenvolvendo-a com abundância e progressão, com repetições cada vez mais breves e claras, com gradações originais e simples. Popularidade na imaginação, porque escolhia as imagens mais aptas para despertar o interesse nos ouvintes e para gravar-lhes nas almas a doutrina que lhes ensinava. Popularidade na vontade, porque o jogo dos afetos é forte sem violência, sustentado sem monotonia, e sobretudo dramatizado pelas figuras que mais contribuem para tornar sensível o diálogo entre o orador e os ouvintes. Umas vezes é a simples *interrogação*, outras vezes a *subjeção*, em que à pergunta se ajunta imediatamente a resposta. Ora se serve da *prolepse* ou *antecipação*, prevenindo e desfazendo a dificuldade que poderia ocorrer aos ouvintes; ora emprega a *dúvida* ou *perplexidade*, fingindo ignorar o que nesse

momento deva dizer. Aqui, por meio da *permissão,* deixa ao juízo dos ouvintes o decidir alguma coisa; ali, pela *comunicação pròpriamente dita,* consulta-os, e como que delibera com eles; além, finalmente, pela *suspensão* ou *inopinado,* conserva-os por algum tempo em expectação, ajuntando depois uma coisa muito maior ou muito menor do que eles esperavam".[1]

Assim entendida a popularidade não é o mesmo que vulgaridade, nem muito menos a excessiva familiaridade em que decaem não poucos pregadores, que julgam cativar melhor os auditórios com chistes e pilhérias, muitas vezes de mau gosto e sempre indignas do lugar que ocupam. Embora se trate de simples práticas familiares a auditórios humildes, se é pregação sagrada, a chocarrice é sempre descabida e o que mais faz baixar o conceito que os ouvintes formam da pregação religiosa.

ART. 2. FEIÇÃO PRATICA

O melhor modo, porém, de tornar comunicativo o discurso é, como observa Gonzaga Cabral no cap. IV do tomo II do *Vieira-Pregador,* dar-lhe uma feição prática.

Esta qualidade é o grande merecimento do gênero homilético, tal qual o cultivaram os Santos Padres. A homilia nunca perdia de vista a vida prática dos ouvintes, nunca prescindia das necessidades práticas e concretas da vida cotidiana; e sob este ponto de vista todo o sermão deve ser homilia, sem receio de que o venha desqualificar a denominação mais modesta de prática.

Afinal para que é que se prega senão para que os ouvintes vivam pràticamente o que ouviram à volta do púlpito, para que convertam em obras os ensinamentos que colheram na Igreja?

Para que a pregação tenha esta índole prática, é mister que o pregador nunca suba ao púlpito sem ter um fim bem definido e que nunca se fique na região das teorias vagas e abstratas. Não é a prática para a teoria, mas a teoria para a prática.

---

[1]) Obra cit., t. II, pp. 143-144.

ART. 3. A OPORTUNIDADE

Outra qualidade, da qual nenhum gênero de pregação se pode dispensar é a oportunidade. Consiste na adaptação às circunstâncias. E estas são sobretudo de lugar, de tempo e de pessoa.

Pregador que não se adapte a elas fará pregações inoportunas, e ele mesmo será pregador importuno porque não fala onde deve falar, não fala quando deve falar, nem fala a quem deve falar. *Lugar, pessoa e tempo são aquelas três circunstâncias gerais com que todo o orador se deve medir, se não quer faltar nem exceder as leis desta nobilíssima arte, que na natureza racional é a primogênita.* [2]

1. Lugar. — E' uma circunstância que não se pode perder de vista. Ninguém pregará num cemitério o panegírico de um Santo, ou um sermão da Eucaristia; nem falará dos perigos do mau cinema ou mau teatro numa aldeia em que nem se sabe o que isso seja. Além disso o lugar em que se prega é não raro um dos melhores tópicos de inspiração oratória.

Vieira pregando da Eucaristia no convento da Esperança, achou nessa circunstância o modo de mostrar como a Eucaristia, o *mysterium fidei,* é também o mistério da esperança. [3]

E pregando do mesmo mistério no convento da Encarnação apresenta inefàvelmente preenchidos na Eucaristia os vazios da Divindade manifestados na Encarnação. [4] E a igreja do Desterro (Baía) em que pregou da Imaculada Conceição inspira-lhe o sermão sobre as admiráveis correspondências dos dois mistérios: Conceição e Desterro. [5] O mesmo se diga, para omitir muitos outros, do 9º sermão do Rosário pregado no alto mar. [6]

2. Tempo. — E' circunstância que não exige menor acomodação. Claro que um pregador não falará da Ressurreição em Sexta-feira Santa, nem do jejum no Domingo de Páscoa.

E que a circunstância de tempo possa ser fonte da

---

[2]) Vieira, *Sermões,* t. X, p. 217.
[3]) Ibid., t. V, pp. 395 e ss.
[4]) Ibid., t. VI, pp. 5 e ss.
[5]) Ibid., t. X, pp. 217 e ss.
[6]) Ibid., t. XI, pp. 95 e ss.

mais feliz inspiração, só o ignorará quem nunca abriu as obras dos oradores mais geniais.

Baste para exemplo o formosíssimo exórdio do sermão de Santa Teresa, pregado por Vieira depois da violenta tempestade que o arremessara com seus companheiros de viagem para a ilha de São Miguel. Bem conhecida é a entrada desse exórdio magistral: *E quantas vezes os que pareceram acasos foram conselhos da Providência Divina.*[7]

3. Pessoas. — Esta terceira circunstância apresenta maiores exigências do que as de qualquer outra. E por isso nenhum orador tomaria o matrimônio como assunto de prédica a uma comunidade religiosa ou a crianças da primeira comunhão, nem falaria dos conselhos evangélicos a um regimento de soldados ou aos reclusos de um cárcere.

Saiba então o orador medir-se com as condições e necessidades dos que o escutam, de modo que, ao ouvi-lo, cada um possa reconhecer que é para ele tudo o que diz o pregador, e sentir mesmo que lhe está lendo na alma os mais recônditos segredos.

Particularmente útil é para isso aquele conhecimento do coração humano de que em seu lugar se falou.

Sem embargo esta adaptação não deve ser tal, que os ouvintes vejam, através das palavras do orador, alusões aos atos desta ou daquela pessoa. Seria contraproducente e até indecorosa a atitude do pregador que se aproveitasse das suas prédicas para *talhar carapuças* a presentes e ausentes. Seja, sim, zeloso e prático em fustigar abusos, mas acautele-se de concretizações exageradas e sobretudo de alusões pessoais.

Vieira neste ponto nem sempre é para imitar. Os tempos hoje são outros e a autoridade moral de Vieira poucos a têm. Entretanto os seus sermões são modelos inigualáveis de oportunidade. Ninguém teve auditórios mais variados. Pregou ao Sumo Pontífice e aos Cardeais, à rainha Cristina da Suécia, e a toda a nobreza romana; aos reis, aos ministros, à nobreza, às autoridades, a eclesiásticos, a comunidades religiosas, a solda-

[7]) Ibid., t. IX, pp. 333 e ss.

dos, a médicos, a estudantes, a várias Irmandades e Congregações; pregava aos auditórios mais humildes, sem excluir os escravos do Brasil. E é sobretudo falando a estes que as suas palavras enternecem pelo comovente interesse que lhe merece a sua condição e por uma quase solidariedade que lhes consagra, bem manifesta no carinho das suas palavras. A todos se adaptava, com todos se media, era verdadeiramente o pregador das circunstâncias. E isso precisamente é o que faz com que os seus sermões, modelos de oportunidade, ficassem de tal modo individuados pelas circunstâncias que se torna impossível reproduzi-los noutra ocasião. Em tanta variedade de auditórios, *com os eclesiásticos era teólogo, com os políticos estadista, com os catedráticos profundo, com os soldados brioso, com os religiosos espiritual, com os rudes singelo, com os desgraçados misericordioso; mas com todos prático, zeloso, apóstolo... numa palavra: pregador.* [8]

E' o que tem de ser quem quiser cativar as almas para Jesus Cristo: ajustar-se a todas as necessidades, medir-se com todos os auditórios, fazer-se tudo para todos, na bela expressão do Pregador das gentes *omnibus omnia factus* (1 Cor 9, 22).

---

[8]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 165.

CAPITULO IX

A FORMA DO DISCURSO

O ESTILO CONCIONATÓRIO

ART. 1. NOÇÃO DO ESTILO

1. Em geral. — Estilo é o modo de falar ou de escrever considerado no conjunto de qualidades que constituem a forma pessoal de criar, combinar, e enlaçar os giros da elocução, as frases e os períodos, as figuras e as imagens em ordem à adequada expressão do pensamento.

E como para a expressão *adequada* do pensamento tem de intervir o homem todo com a aplicação total das suas faculdades, daí a identificação do estilo com o homem na famosa definição de Buffon, que se tornou proverbial.

De fato, a elaboração do pensamento tem de ser tal, que a sua expressão verbal adequada seja como que o retrato dinâmico da personalidade que o concebeu e exprimiu. Fosse qual fosse a mente de quem formulou a definição *le style c'est l'homme,* não se pode negar que cada um tem o seu estilo pessoal, e que pelo estilo de uma obra se pode descobrir o seu autor.

Não se confunda, pois, *estilo* com *linguagem;* esta significa apenas a expressão do pensamento, ao passo que o estilo é a modalidade pessoal e característica dessa expressão.

2. Na oratória sagrada. — De modo análogo se pode dizer que na oratória sagrada, o estilo é o pregador. Na expressão do seu pensamento devem intervir e refletir-se também as qualidades sobrenaturais do homem de Deus.

Se a palavra é a expressão da idéia, a idéia por sua vez é a expressão mental do objeto. E quando a alma entra em contacto com o objeto, ou é o fulgor da verdade que lhe arrebata a inteligência, ou o sentimento do belo que lhe impressiona as faculdades estéticas, ou o atrativo da bondade que lhe cativa o coração. E querendo exprimir pela palavra qualquer desses sentimentos, exercerá no primeiro caso o estilo *didático,* no segundo o *poético,* no terceiro o *suasivo* ou *exortativo.*

Ora, como o fim da oratória é a persuasão da vontade, e como esse fim não se obtém sem primeiro se convencer a inteligência, nem a inteligência se convence sem se falar à imaginação, segue-se que o estilo oratório fundamentalmente exortativo, tem de ser prudentemente combinado com o didático e com o poético, do mesmo modo que o orador tem de ter alguma coisa de poeta e de filósofo.

ART. 2. CLASSIFICAÇÃO DOS ESTILOS NA ORATÓRIA

§ 1. Classificação fundada nos dotes da expressão

Varia, pois, o estilo da oratória, conforme se trata de exprimir a verdade, a beleza ou a bondade do objeto.

Mas desta divisão fundamental brota uma multiplicidade de qualificativos que se atribuem ao estilo, conforme as virtudes ou vícios que apresenta. E sob esse ponto de vista é *claro* ou *escuro, natural* ou *afetado, nobre* ou *familiar, variado* ou *monótono, grandioso* ou *modesto, culto* ou *desalinhado, fluente* ou *embaraçoso, despretensioso* ou *empolado,* etc.

E' *irônico, alegórico, satírico,* etc., se no discurso abunda a ironia, a alegoria ou figuras equivalentes.

E' *elevado,* é *majestoso* ou é *lhano, singelo, popular;* é *sério* ou *humorístico* conforme o *tom* que nele predomina. [1]

---

[1]) Cf. Roquete, obra cit., pp. 270-271.

§ 2. Fundamentos das novas divisões

1. A amplificação das idéias. — Sob este aspecto o estilo é *conciso* ou *difuso,* conforme o pensamento se encarna em sintéticas expressões, ou se desenvolve amplamente em fluentes períodos artisticamente torneados e harmônicamente cadenciados, não lhes faltando nem o adorno das figuras, nem o brilho das imagens. Embora seja mais oratório o segundo, é certo que ambos se podem tornar viciosos, se a exagerada concisão de um chega a fazer o sentido enigmático e obscuro, se a excessiva prolixidade do outro gera o enfado.

Portanto na pregação o estilo deve ser tal, que nem se esmiúcem um por um os pensamentos nas suas mais pequeninas minudências, deixando-se inativo o entendimento dos ouvintes; nem se há de contentar com expressões abreviadas que o laborioso raciocínio de quem escuta há de ir relacionando, palavras contadas, cujo sentido há de perscrutar o esforço intelectual do auditório.

Não haja difusão nas passagens mais patéticas, pois a grande intensidade do afeto não se pode manter muito tempo. Do mesmo modo as descrições perdem muito em vivacidade e energia, se se tornam difusas. Umas pinceladas vigorosas ao princípio bastam para esboçar o quadro; e pode-se passar logo a alguns pormenores mais expressivos que o especifiquem. A imaginação dos ouvintes se encarregará de reconstituir o resto; e esse trabalho é que lhes cativará a atenção.

2. O vigor do pensamento. — Sob este novo aspecto, o estilo será *vigoroso* ou *frouxo.* A energia do pensamento, e portanto do estilo, provém da firmeza com que se domina o objeto, da penetração com que se aprofunda o seu conhecimento. E quem domina profundamente uma questão, infunde vigor ao seu pensamento e vida à sua expressão. Pelo contrário, o conhecimento confuso e superficial do objeto gera um estilo verboso, perplexo, sem nervo nem vida. São expressões vagas, adjetivações genéricas, nexo frouxo.

3. O grau da afetividade. — Sob este aspecto, será o estilo *sereno* ou *veemente,* conforme se aquietam ou se

excitam as paixões oratórias. O primeiro é mais próprio da pregação didática, homilética e dogmática, bem como das conferências, embora não exclua o segundo nas passagens em que pode predominar a afetividade. Os sermões morais requerem mais veemência de estilo. Se a imaginação do orador se excita com mais vivacidade e se apaixona mais incendidamente o coração, o patético despertará sem esforço e o estilo tornar-se-á mais nervoso e espontâneo, pondo de parte todos os artifícios do ornato.

O estilo veemente com as suas imagens audaciosas e arrebatamento de figuras é expressão das tempestades da alma, que nelas têm o seu natural desafogo, como em seus rugidos o têm as convulsões vulcânicas. Orador que nesses grandes movimentos oratórios se pusesse a burilar frases, a florear ou arredondar simètricamente os períodos, daria prova de pouco tacto e mostraria não ser consciente da solenidade do assunto.

4. As gerações do ornato. — E' um novo ponto de vista que dá origem:

A) Ao estilo *árido* caracterizado pela ausência de imaginação, e pela carência de qualquer adorno. Tem lugar, por exemplo, no puro raciocínio de uma preleção matemática ou filosófica.

B) Ao estilo *singelo*. — Busca este antes de tudo a naturalidade despretensiosa, a clareza e a profundidade do pensamento expressa em linguagem apropriada, sem rejeitar um ornato moderado, mas sem também sacrificar a seus ouropéis os atrativos da singeleza.

C) Ao estilo *médio,* que já condescende mais com as exigências do ornato, atendendo sobretudo à seleção da frase, sem se deixar arrastar pelos arrebatos da imaginação nem pelas sutilezas do pensamento. As amplificações são moderadas, o tornear dos períodos despretensioso, é discreto o uso dos tropos, constituindo tudo um estilo agradável sem demasiada elevação, nem exagerada sensibilidade. E' um estilo ao alcance ainda de faculdades medianamente cultivadas.

D) Ao estilo *elegante*. — Sem afogar as idéias no floreado das palavras, não deixa contudo de as revestir e adornar com todas as galas da arte. Pela justa medida do ornato procura realizar as aspirações da estética, combinando agradàvelmente os elementos da beleza artística. São dotes seus essenciais a nitidez da idéia, a pureza e a propriedade da expressão, a harmonia da construção, o brilho da imaginação, a cadência dos períodos, a graça do dizer e até certa elevação de sentimento e de inspiração.

E) Ao estilo *floreado*. — Enquanto os quatro precedentes têm todos a sua aceitação, conforme a natureza do assunto a que se ajustam, este último asfixia a idéia sob uma desproporcionada profusão de ornato.

Sem atender à índole do assunto, quer aliar a forma a um fundo que não é feito para ela. Abusa da retórica e das suas alfaias tropológicas, torneando períodos vazios de idéia, só para neles encaixar uma fraseologia artificial e exageradamente esmerilhada. A imaginação predomina sobre a inteligência e o brilho da imagem, em vez de iluminar a idéia, ofusca-a.

ART. 3. DOTES ESSENCIAIS DO ESTILO

§ 1. A vernaculidade

Sem pureza de linguagem, sem propriedade e correção de termos, de frases e de construções, não pode um idioma apresentar a fisionomia nativa do povo que a fala. A vernaculidade é, pois, o conjunto das qualidades que dão ao estilo e à língua a sua legítima nacionalidade.

Vocábulos e frases, tais são os dois vastíssimos campos que o escritor deve assídua e esmeradamente cultivar, para merecer o título de vernáculo. Em cada um destes campos, busque-se com empenho e sem excessos, a genuinidade e a elegância, e ter-se-á realizado a primeira qualidade da elocução ou do estilo, que consiste para nós em escrever em bom português. Para a genuinidade nas palavras é mister conhecer o vocabulário; para a genuinidade nas frases, saber bem a gramática; para a elegância em umas e outras, ter noções de retórica inicial. E' à

letra o de Castilho: De três partes essenciais se compõe uma língua: vocabulário, gramática e retórica inicial. — (*Iris clássico,* pp. 227-228). [2]

1. Quanto aos vocábulos, para que haja vernaculidade é mister antes de tudo fechar a porta a *neologismos* e *estrangeirismos,* não só reagindo contra novas invasões, mas também desterrando da língua os que acaso tenham sido já acolhidos por escritores fáceis, ou por discursadores de estilo barato.

A) *Corrupção do vocabulário.* — Entre os estrangeirismos, por ser mais atrevido, merece ser particularmente guerreado o *galicismo,* que no último século tanto nos tem conspurcado a nossa bela língua portuguesa. Fruto sem dúvida do mau gosto literário, da ignorância do vocabulário e mais que tudo do pedantismo.

Porque se possui um magríssimo vocabulário, porque se desconhecem, por exemplo, as palavras *calefacção, escol, burla, cartaz,* por isso é que tão fàcilmente se admitem na fraternal convivência da terminologia portuguesa *chauffage, élite, chantage, placard* e dezenas de outros vocábulos que não exprimem a idéia com mais fidelidade do que outros que já temos.

B) *Progresso do vocabulário.* — Mas nessa guerra aos neologismos e estrangeirismos não sejamos tão idólatras do passado que condenemos o vocabulário a "um inerte estacionamento... cujo resultado seria transformar em mumificação uma língua destinada a manifestar em si os progressos dos organismos vivos". [3]

De fato a língua, longe de cristalizar nos clássicos, desenvolve-se *pari passu* com a cultura e progresso do povo que a fala. Ela é como que o espelho que vai refletindo as várias fases de civilização, por que os povos vão passando. Por isso, se o patrimônio das idéias vai avolumando de época para época com a evolução das ciências e das artes, é natural que o vocabulário acompanhe essa mesma evolução. Antes, porém, de nele se dar entrada a um termo, ou este seja adventício ou elaborado

[2]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 93.
[3]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 94.

dentro de casa, examine-se se no vocabulário haverá tal lacuna; se a há, encha-se; se a não há, adote-se o novo termo ou não se adote, conforme as vantagens que ele oferecer com relação ao que já existe. Mas para ser perfilhado deve adaptar-se à índole da língua, aportuguesando-se segundo as exigências dela, se acaso é importado de fora.

2. Quanto à frase, não lhe é menos indispensável a genuinidade, que consiste na sua adaptação às exigências gramaticais do idioma.

Também neste ponto a língua francesa tem sido a grande corruptora do nosso fraseado. E' a maior das humilhações para uma língua opulenta e plástica como a nossa, fazê-la tributária de outra que sob este duplo aspecto está longe de a igualar. São uma vergonha sobretudo galicismos grosseiros como estes: "gritou de maneira *a ouvir-se* em todo o parque, *amor por alguém; estátua em madeira;* lavou as *suas* mãos".

O púlpito será um benemérito da literatura pátria na medida em que colaborar na grande obra do saneamento linguístico.

3. Quanto à elegância, é ela que acaba de imprimir ao estilo a sua feição caracteristicamente nacional. Fator essencialíssimo de elegância e portanto de vernaculidade, e em última análise, de estilo, é a *propriedade,* que se estende não só ao vocábulo, mas também à frase. E é na retórica elementar que se deve aprender a falar e escrever com propriedade.

A) *Propriedade de termos.* — Assim como a idéia deve ser um reflexo fiel do objeto, assim por sua vez a palavra o deve ser da idéia. E nisto está a propriedade de uma e de outra.

B) *Propriedade de frases.* — Também a frase deve ser o espelho das operações mentais, a expressão externa dos juízos e raciocínios internos. Mas essa expressão tem de ser também *apropriada* à índole da língua. Construções emaranhadas de frases e de períodos, contrárias às exigências gramaticais e nascidas quase sempre da impre-

cisão e desordem das idéias, são a causa ordinária do fraseado impróprio.

Um modelo gigante. — E' no púlpito do século XVII que o vamos encontrar. Ninguém maneja com maior acerto e propriedade o fraseado e o vocabulário técnico de qualquer profissão do que Vieira. Dir-se-ia profissional consumado em qualquer arte, especialista em qualquer ramo do conhecimento humano. Onde se encontra propriedade de linguagem, mais aquilatada elegância de estilo do que em suas obras? Dois exemplos apenas para amostra: o primeiro é extraído do famoso sermão pregado aos peixes.

"Se os animais da terra e do ar querem ser seus familiares, façam-no muito embora, que com suas pensões o fazem. Cante-lhes aos homens o rouxinol, mas na sua gaiola; diga-lhes ditos o papagaio, mas na sua cadeia; vá com eles à caça o açor, mas nas suas piozes; faça-lhes bufonerias o búgio, mas no seu cepo; contente-se um cão de roer um osso, mas levando-o onde não quer pela trela; preze-se o boi de lhe chamarem formoso ou fidalgo [4], mas com o jugo sobre a cerviz, puxando pelo arado e pelo carro; glorie-se o cavalo de mastigar freios dourados, mas debaixo da vara e da espora; e se os tigres e leões lhes comem a ração da carne que não caçaram no bosque, sejam presos e encerrados com grades de ferro. E entretanto vós, peixes, longe dos homens e fora dessas cortesanias, vivereis sós convosco, sim, mas... como o peixe na água". [5]

O segundo é a imortal descrição da estatuária:

"Arranca o estatuário uma pedra dessas montanhas, tosca, bruta, dura, informe; e depois que desbastou o mais grosso, toma o maço e o cinzel na mão, e começa a formar um homem, primeiro membro a membro e depois feição por feição, até à mais miúda. Ondeia-lhe os cabelos, alisa-lhe a testa, rasga-lhe os olhos, afila-lhe o nariz, abre-lhe a boca, avulta-lhe as faces, torneia-lhe o pescoço, estende-lhe os braços, espalma-lhe as mãos, divide-lhe os dedos, lança-lhe os vestidos; aqui desprega, ali arruga, acolá recama; e fica um homem perfeito e talvez um santo que se pode pôr no altar". [6]

---

[4]) Nomes ainda hoje muito frequentes, sobretudo no Minho. — Nota de G. Cabral, obra cit., t. II, p. 108.
[5]) *Sermões*, t. VII, p. 229.
[6]) *Sermões*, t. V, p. 385.

Com estes exemplos à vista e tantos outros que se podem respigar em suas obras, ninguém achará exagerada a apreciação de Alexandre Lobo, ao escrever que

"nenhum povo possuiu jamais nas obras de um só homem tão rico e tão escolhido tesouro da língua própria, como nós possuímos nas deste notável Jesuíta. Ele empregou a linguagem culta e pública, e também a familiar e doméstica; falou a dos negócios, a da cortesia, a das artes, a dos provérbios, e como tratou tantos e tão diversos assuntos, pode afirmar-se, fora de hipérbole, que em suas composições a resumiu toda inteira com felicidade singular". [7]

"Vieira — e esta asserção não admite dúvida alguma — foi o lapidário máximo da nossa linguagem opulenta e formosíssima. Com ele aprenderam a pulir e a burilar a frase Garrett, Castilho, Herculano e Camilo; com ele ensaiaram os seus mais arrojados voos as águias da moderna eloquência tribunícia, que se chamaram entre nós José Estêvão, Rebelo da Silva, Rodrigo da Fonseca, e ainda Garrett, essa exuberância talentosa, multiforme e multicor, que tão grande esteira deixou após si por toda parte onde passou". [8]

§ 2. A clareza

E' qualidade tão essencial a qualquer estilo, que sem ela pode-se dizer que nem estilo há. Que efeito pode produzir o discurso, se quem o ouve o não entende? No prólogo dos seus sermões deixou escrito o Pe. Antônio Vieira: "Valeu-me sempre tanto a clareza que só porque me entendiam comecei a ser ouvido".

1. Falso critério. — Não faltarão ouvintes — bem o sabemos — que ficariam boquiabertos diante de um sermão ininteligível e para os quais o mérito dum discurso é tanto maior quanto mais escape à inteligência de quem o ouve. Para eles deixa de ser eloquente o discurso que qualquer entendimento medíocre pode compreender e por isso mesmo que o pode compreender.

Mas felizmente esse critério não é o de ouvintes sensatos. E os que por ele se guiam, à falta de sentido es-

---

[7]) Discurso Crítico, pp. 70-71. (Ed. de Coimbra, 1823).
[8]) Fernandes Costa, artigo publicado no *Correio Nacional*, de 18 de Julho de 1897.

peculativo, têm pelo menos o senso prático de não perderem tempo à busca de pregações que... não são feitas para eles.

2. Uma condenação autorizada. — Com flagrante oportunidade se podem recordar as palavras com que Vieira no sermão da Sexagésima fustigava o estilo arrevesado e caliginoso que campeava no púlpito de então:

"Este desventurado estilo, os que o querem honrar, chamam-lhe *culto;* os que o condenam, chamam-lhe escuro; mas ainda lhe fazem muita honra: o estilo culto não é escuro, é negro e negro boçal e muito cerrado". [9]

3. Elevação e luz. — Haverá o perigo de parecer menos elevado o estilo que se desfaz em luz? Ouçamos ainda o eminente pregador:

"Aprendamos do céu o estilo da disposição e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas: as estrelas são muito distintas e muito claras; assim há de ser o estilo da pregação: muito distinto e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baixo. As estrelas são muito distintas, muito claras e... altíssimas. O estilo pode ser muito claro e muito alto: tão claro, que o entendam os que não sabem, e tão alto, que tenham muito que entender nele os que sabem". [10]

4. Necessidade da clareza no estilo oratório. — A clareza de estilo em qualquer gênero de eloquência é indispensável, porque ninguém fala ou escreve senão para ser entendido.

Mas na eloquência sagrada, mais do que em nenhuma outra, se torna ela necessária. E' que à volta do púlpito não pode o ouvinte entrar em diálogo com o pregador, nem com os vizinhos, para esclarecer dúvidas. Ou entende logo, ou desiste de entender. Nem os ouvintes têm tempo para ficar refletindo no que ouvem; a audição é concomitante da locução e a locução não espera. Por isso ficar a refletir numa idéia que não foi logo compreendida é renunciar ao resto do sermão. E se nele logra de novo incorporar-se ficará sem ver a relação do que ouve com o que não ouviu.

---

[9]) *Sermões*, t. I, p. 17. [10]) Ibid., p. 18.

Com razão, pois, a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares fez ouvir há vários decênios esta amarga censura:

Infelizmente a forma de muitos sermões de hoje não só está longe de possuir essa clareza e simplicidade evangélicas que devem ser as suas características, mas é obscurecida por exquisitas maneiras de dizer, e por um rebuscado estilo, que se perde em abstrações superiores à capacidade ordinária do povo e faz assomar aos lábios esta queixa: "parvuli petierunt panem et non erat qui frangeret eis" (Lam 4, 4).

5. Como procurar a clareza?

A) *Escolher assuntos adaptados à capacidade comum dos auditórios.* — Grande falta de senso prático revela o orador que rodeado de auditório rude, se lembra de tratar matérias levantadas, ou, sejam elas embora fáceis, usa de conceitos e de termos com que não está familiarizado quem o ouve.

E' ilusão ordinária dos pregadores julgar que os ouvintes são instruídos em matéria de Religião. Por isso se omitem, por inúteis, explicações que para a maioria do auditório seriam uma necessidade. O auditório infelizmente não é este ou aquele ouvinte mais ilustrado em quem o orador quiçá se fixa e para o qual prega, como se não estivesse presente mais ninguém.

Conceitos vagos e confusos são fonte de obscuridade no estilo. Uma idéia nunca se deve exprimir enquanto o espírito a não tiver concebido com toda a nitidez. E' natural que ela germine na mente envolta nas nebulosidades da indeterminação; mas a atividade do entendimento refletido e perscrutador irá distinguindo um por um os seus elementos e iluminando cada um dos seus aspectos. Só depois desta elaboração é que o pensamento está apto para ser manifestado pela palavra.

Por isso aperfeiçoar o estilo é aperfeiçoar a idéia, e precisar a idéia é precisar o estilo.

B) *Precisar e concatenar bem as idéias.* — Não basta ver com nitidez as idéias isoladamente consideradas; é necessário que com a mesma nitidez o espírito descubra a sua mútua conexão e as relacione entre si.

Se se interrompe o fio lógico do pensamento, se se inverte a sequência natural das idéias, tomando-se como antecedente o que é consequente, ou vice-versa, se se deixam lacunas que despertam nos ouvintes interrogações ou estranhezas, aí teremos outras tantas fontes de nebulosidade para o estilo.

C) *Precisar e concatenar bem as frases,* desembaraçando-as de todos os membros estranhos ao pensamento, como são parênteses e cláusulas incisivas, que só complicam e dificultam a compreensão da idéia.

São tropeços com que esbarra a inteligência do ouvinte, sem fôlego para acompanhar até ao fim o desenrolar do período. Vale mais eliminá-los, ou se valer a pena, formar com eles frase ou período independente. Para auditórios rudes são preferíveis os períodos curtos. E' certo que períodos longos, se forem bem torneados e cadenciados, tornam o discurso mais brilhante e eloquente. Mas para isso é necessário que a sua construção não seja complicada, que sejam simples, ordenados e bem distintos os membros que o constituem; que não entrem nele termos que não sejam do domínio do auditório.

Excluam-se, pois, vocábulos rebuscados, do mesmo modo que os antiquados, nem se dispense particular simpatia à linguagem técnica, que se deve reservar para auditórios cultos. E' o que havia já preceituado Cícero no seu *De Oratore* (l. III, n. 13).

Os meios para obter a clareza do estilo consistem em não usar senão termos conhecidos, precisos e capazes de exprimir bem a idéia que se quer enunciar, em evitar as palavras e frases anfibológicas, os períodos excessivamente longos, as metáforas muito dilatadas, os pensamentos atirados como ao acaso e sem ligação, a confusão de tempos e pessoas e a falta de ordem ou moderada simetria.

D) *Conciliar a sobriedade com o desenvolvimento.* — Haja sobriedade de adorno sobretudo na parte expositiva do discurso. Nas exposições não se devem introduzir elementos que distraiam o pensamento, nem imagens que deslumbrem. Em vez de tropos que tornam mais difuso o discurso, saiba o orador evitar essa prolixidade, sublinhando a frase essencial do período, ou a palavra essen-

cial da frase, dando maior relevo àquelas idéias que difundem nas outras a sua luz, etc.

Outras vezes, pelo contrário, a concisão só conseguirá acenar esta ou aquela idéia, mas sem a fazer compreender. Importa nesses casos recorrer a maior amplificação para melhor se aprofundar o pensamento, recorrendo mesmo a repetições que o apresentem sob diversos aspectos. Essas repetições não são viciosas quando as exigir a clareza.

§ 3. A simplicidade

1. Não é vulgaridade. — Não se chame simples o que é trivial e ordinário, o estilo baixo, a linguagem rasteira, as banalidades de anedotas e de chocarrices. Não! A singela majestade do Evangelho, a nobre simplicidade dos apóstolos não têm nada que ver com tais trivialidades.

A nobreza da linguagem é conciliável até com a familiaridade homilética, mas é também inseparável da palavra de Deus. E se a linguagem deve elevar mesmo o que é modesto, como poderá ela rebaixar o que há de mais levantado, que são as verdades da Religião?

2. Nem é desleixo. — A simplicidade da linguagem não é também o desalinho, nem o desprezo da forma ou da retórica.

Defende-se muitas vezes com capa de simplicidade a impropriedade da terminologia, a monotonia, a enfadonha repetição dos mesmos giros de construção e até as incorreções dum discurso frouxo e sem nervo. E afinal são apenas desleixos que só servem para aviltar a palavra de Deus, e tirar-lhe toda a eficácia.

3. A verdadeira simplicidade transluz:

A) *Na gravidade,* que não se coaduna com certas curiosidades de linguagem, trocadilhos de mau gosto, descrições poéticas e floreadas, críticas mordazes, expressões profanas e demasiado audaciosas, giros frívolos, imagens que exprimem mais do que se deve dizer e que por isso mesmo podem induzir ao abuso que se fustiga.

B) *Na naturalidade* que é a antítese da afetação e da leviandade do estilo. A simplicidade é a linguagem da natureza.

O estilo simples exclui de tal modo o artifício que o ouvinte chega a persuadir-se que ele próprio não diria as coisas de outro modo. O artifício é a negação da estética. O bom gosto artístico só o satisfaz o brilho natural das coisas e não o ouropel da ficção por mais engenhosa que seja.

E é a negação do espírito apostólico. A palavra de Deus assim envolta numa roupagem pretensiosa e fingida chega a perder o seu brilho sobrenatural, o seu atrativo divino, e como que perde o timbre da voz de Cristo, da voz do Bom Pastor que as suas ovelhas já não reconhecem.

Quem é verdadeiramente homem de Deus e embaixador de Jesus Cristo, não se diverte a vender frases sonoras, eco dum espírito totalmente vazio.

C) *Na composição.* — E' simples também a composição que uma excessiva variedade e complicação de partes não vem emaranhar. E' afinal a simplicidade do plano, fruto espontâneo da unidade.

D) *No pensamento.* — O pensamento simples é a antítese do requinte e da sutileza de idéias. O prurido da argúcia, a ostentação de conceitos rebuscados levam o orador muitas vezes a querer passar por engenhoso, com detrimento da simplicidade apostólica.

A simplicidade da pregação está nos pensamentos que espontâneamente ocorrem durante o trabalho da invenção, e nos que a matéria e as circunstâncias sugerem. Esses é que podem ser fàcilmente compreendidos. Andar à caça de sutilezas é tirar à eloqüência sagrada toda a nota de popularidade.

A simplicidade não é incompatível com o

§ 4. Ornato

1. Sua necessidade. — Do ornato não pode abrir mão a oratória. O seu fim é banhar em luz meridiana e colorir suavemente as idéias. E as idéias assim adorna-

das penetram na inteligência pela porta da imaginação, ficando aptas para solicitar mais eficazmente a vontade com a casta sedução da virtude, que a estética da eloquência torna mais atrativa.

O orador em contacto com os seus ouvintes tem de satisfazer todas as aspirações das suas faculdades, vibrando a uníssono com elas. E' claro que à imaginação só se fala com a imagem, do mesmo modo que à sensibilidade só se fala com o patético. E por isso é que os estilos áridos e abstratos nunca chegam a mover.

Tenha-se presente ainda que a fantasia dos ouvintes vive muitas vezes dominada por imagens sedutoras, estranhas à oratória e por isso só se pode atuar nelas por imagens que se sobreponham e exerçam maior influência.

E' fora de dúvida que as grandes verdades da Religião, sem a vida e calor que lhes comunica o verdadeiro ornato, murcham nos lábios do orador e chegam aos ouvidos dos fiéis em condições inteiramente anêmicas.

2. Exemplos autorizados. — As pregações dos Santos Padres, modelos de simplicidade evangélica, não eram desalinhadas, nem prescindiam do ornato indispensável para manter a atenção e ganhar os corações.

Os profetas eram por vezes a mesma eloquência inspirada com todo o vigor de uma fantasia oriental. Onde se encontram imagens mais palpitantes, quadros mais sublimes, rasgos mais apaixonados? Isaías, por exemplo, tem traços de fogo, imagens audaciosas para descrever os tormentos do Messias, a reprovação do povo judaico, os horrores do dia do Senhor.

E o Pregador divino repudiou acaso as galas do ornato? As suas pregações não se encontram matizadas de metáforas expressivas, de alegorias oportuníssimas, de imagens vivas e palpitantes, de parábolas que na sua singeleza aliavam à mais sublime doutrina a mais encantadora poesia?

3. Tantum quantum. — A necessidade do ornato na oratória sagrada está fora de discussão. Toda a dificuldade está em determinar criteriosamente a sua justa medida. Primeiramente não se tome o ornato como uma es-

pécie de recamadura sobreposta ao discurso para lhe dar relevo. Ele entra espontâneamente na mesma contextura interna, exigida pela própria natureza do discurso.

Suposta essa espontaneidade do ornato, a sua justa medida pode ser determinada pelas seguintes regras:

A) *O adorno deve brotar espontâneamente da idéia,* como exigência dela. E' impossível que a deslumbrante claridade de uma idéia inunde de luz os recônditos da alma e não se exteriorize com o devido esplendor. E' impossível que tempestades de afetos abalem o orador, e a sua expressão não se sirva naturalmente de figuras, de comparações e de outros adornos que são a sua linguagem espontânea, uma vez que nem a imaginação nem a sensibilidade, orgânicas como são, se podem exprimir de outro modo.

Por isso cooperam à uma a inteligência e a imaginação, esta subordinada àquela, para darem ao pensamento todo o realce que ele requer.

Logo o ornato deve ser *tanto quanto* o exigir a natureza da idéia. *Igitur erit eloquens qui poterit parva submisse, modica temperate, magna granditer dicere,* é a norma de Cícero no seu *De Oratore.* E' antinatural e antiestético expressar uma idéia vulgar duma forma solene e pomposa.

B) *O adorno desempenha na oratória um papel subordinado ao seu fim:* dar mais luz ao pensamento e maior eficácia às moções do afeto.

Portanto todo o ornato que se encaminhe a esse fim, e na medida em que se encaminhe para ele, deve aproveitar-se; pelo contrário, ornato que não sirva para iluminar e para mover, proscreva-se.

C) *O grau do adorno depende do caráter do discurso.* — Já sabemos que cada gênero de eloquência tem um caráter predominante, conforme o fim a que principalmente se dirige, ou seja mover ou instruir.

Por isso o estilo singelo ou médio estará mais em consonância com o gênero didático. O estilo elegante será mais apropriado a pregações solenes, panegíricos,

alocuções vibrantes, etc. Uma vez ainda, *tanto* adorno *quanto* o exija o caráter específico do discurso.

4. Recursos do ornato. — São as imagens e as figuras.

Sertillanges [11] regista algumas figuras cujo emprego é mais eficaz na oratória.

"*L'interrogation* qui provoque en quelque sorte la vérité pour l'obliger à paraitre, la personne pour l'obliger à se déclarer, l'auditeur pour forcer son avis et lui donner à croire qu'on crée par lui ou avec lui ce qu'on prononce: forme très vivante et très oratoire. ["Cuidas tu, ó Herodes, que deu Cristo ao seu Vigário as chaves para padecer juntamente com elas a servidão das cadeias?" Vieira, Sermões, t. VIII, p. 6].

— *L'omission,* qui affecte de passer sous silence une chose, un fait, prétendant, bien le produire ou l'affirmer ainsi avec d'autant plus de poids: ["Não falo na desgraça de Tamar, viva para perpétua dor do pai e epitáfio imortal de sua desonra". Idem, obra citada].

— *L'atténuation,* parente de l'omission, qui s'applique à diminuer dans les mots ce que les convenances oratoires ou l'habilité déconseillent d'exprimer dans sa force, mais de manière à garder la force: "Vous vouliez me donner une légère leçon; c'était pour mon bien; mais l'abîme où je suis..."

— *L'interruption,* qui coupe court, pour qualifier, par le silence même ce qu'on entend ne pas exprimer: "Le pécheur est devant Dieu; son âme lui apparait; il lit en elle sa sentence... Demandez-lui, maintenant, dans les gouffres où il languit..."

— *La suspension,* autre manière de faire parler le silence. On tient l'auditeur en haleine, dans l'attente d'une révélation ou d'un dénouement et l'on propose à la fin un effet surprenant, soit un avortement ridicule. ["Mas, ainda mal! porque muitos dos que aqui estamos... não me atrevo a dizer; entendei-o vós". Vieira, *Sermões,* t. I, p. 59].

— *L'hésitation,* parente encore de l'atténuation, qui affecte l'embarras en face d'une chose à dire, d'un parti à prendre, d'une préference à marquer. "Ce tâtonnement heureux fait travailler l'esprit et le prépare à la solution qu'on tient en réserve".

— *L'emphase,* qui use de redondance, d'insistance, pour re-

[11]) Obra cit., pp. 341-344.

lever un sujet ou pour l'abaisser, pour éveiller l'esprit à son égard et porter à conclure.

— *La concession,* qui accorde, mais pour reprendre soit la même chose vue sous un autre jour, soit une autre chose qu'on ne pourra pas refuser à qui fut bon prince. Le discours d'Antoine sur le meurtre de César, est tout de cette espèce. ["Se Aristóteles sabe mais que Deus, sigam-se as políticas de Aristóteles... e as sentenças de Tácito" (condição irônica) — Vieira, *Sermões,* t. IV, p. 217].

— *L'ironie oratoire,* qui présente un développement en apparence hostile aux conclusions désirées, mais qui les favorise par le ridicule qui s'attache à ce qu'on y oppose. Ainsi dans le discours pour la Couronne, de Démosthène, le récit des origines d'Eschine. ["Não louvo nem condeno, admiro-me com as turbas". Vieira, *Sermões,* t. III, pp. 174 e ss.].

— *L'exemple, la comparaison, le parallèle, l'antithèse,* figures très importantes dans le discours, par quoi l'on rapproche ou oppose des éléments capables de s'éclairer mutuellement par similitude ou contraste. [Das primeiras já demos alguns exemplos a propósito das provas por confronto. Da antítese bastam estes exemplos vieirenses:

"Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair" (I, p. 2).

"Se o homem acaba com o pó, não tenho que dizer; mas se o pó há de tornar a ser homem, não sei o que vos diga" (II, p. 167).

"Então saíam pela barra de Lisboa as nossas naus, carregadas de pregadores que voluntàriamente se desterravam da pátria para pregar nas conquistas a lei de Cristo; hoje entram pela mesma barra, trazendo desterrados violentamente os mesmos pregadores, só porque defendem nas conquistas a lei de Cristo" (II, 16)].

— *La synonymie,* qui insiste par l'assemblage de formes similaires et de mots aux nuances complémentaires: ["A política sem a lei de Deus é ignorância, é engano, é desacerto, é erro, é desgoverno, é ruína". Vieira, *Sermões,* t. IV, p. 218].

— *La répétition,* capital en éloquence, qui enfonce la pensée par le retour de son expression, qui plonge le dard à pleusieurs reprises, soit en des points voisins pour élargir la blessure, soit exactament au même point pour l'approfondir. [Ponderem-se as palavras de Vieira: "*Ponde* naquela balança reinos, *ponde* coroas, *ponde* cetros, *ponde* impérios, *ponde* monarquias, *ponde tudo o que pode dar* a natureza, e *tudo o que pode dar* a for-

tuna, *ponde* o mundo, *ponde* mil mundos, *ponde* o mesmo céu com a sua glória, nada disto faz pendor em comparação da graça que tão fàcilmente perdemos". Vieira, *Sermões,* X, 34. Compare-se este eloquentíssimo período consigo mesmo, despido de todas as repetições: "Ponde naquela balança reinos, coroas, cetros, impérios, monarquias..." Que desfalecimento! E' um monumento reduzido a um montão de ruínas].

— *La gradation* qui forme un plan incliné, pour monter ou descendre, en vue du mouvement de la pensée et de la croissance du théme... [Exemplo bem frisante desta gradação em Vieira é o que acabamos de apontar para a repetição. Brilhantemente amplificada é a gradação do panegírico de Santo Inácio: "Lia Inácio as vidas dos confessores... Lia as vidas dos anacoretas... Lia as vidas dos doutores e pontífices... Lia as vidas ou as mortes valorosas dos mártires... Lia finalmente as vidas e as peregrinações dos Apóstolos..." *Sermões,* t. VII, pp. 376-377].

Toutes ces figures et autres semblables peuvent se mettre au service d'une pensée, d'une émotion ou d'un vouloir. Mais il en est qu'on pourrait appeler spécialement émotives et qui pour cette raison ont une grande importance oratoire. Ce sont surtout:

— *L'exclamation,* seule ou en série et comme en cascade: ["Ah! cegueira! Ah! miséria! Ah! tentação infernal!" (Vieira, Sermões, t. X, p. 35). "Tanta comunhão e tão pouca união! Oh! que agravo! oh! que ofensa! oh! que afronta!..." (Id. Ib. VI, 125)].

— *L'apostrophe,* qui provoque et excite la vie du discours: ["Maior espetáculo, ó Tibre, vês estes dias nas margens..., maior espetáculo, ó Roma, vês estes dias tu nas tuas praças..." (Id. Ibid. VI, p. 45). E, dirigindo-se à estrela dos Magos: "Basta, luzeiro celestial, que sois estrela de reis e escondeis-vos da corte?... Bem mostrais quanto tendes de Deus" (Id. Ib. II, 26].

— *L'hyperbole:* ["O Mar Morto, chamado por outro nome *Vallis Salivarum,* porque era uma saliva do Oceano. Cuspiu o Oceano e fez aquele mar" (Id. Ibid. t. VII, p. 368). E quem pode conceber hipérbole mais arrojada que a de Moisés: "Dominus regnabit in aeternum et ultra?" (Êx 15, 18)].

— *L'interrogation* insistante et pressante, l'épée dans les reins: ["Se dizeis que vos haveis de converter depois, por que o não fazeis agora? Que motivos haveis de ter depois que agora não tenhais?... Pois Deus hoje não é o mesmo que há de ser depois?... Pois se então o haveis de amar, por que

o não amais agora? *Si aliquando cur non modo?*" (Id. Ibid. t. I, p. 251)].

— *La supplication,* appel adressé à l'auditoire en vue de son bien: ["Cristãos da minha alma, almas remidas com o sangue de Cristo, não persistamos nesta cegueira um momento, que vejo que nos imos ao inferno sem remédio" (Id. Ibid. t. X, p. 35)].

— *L'adjuration,* qui joint à l'appel un recours supérieur: ["Ora, cristãos, pelas chagas de Cristo e pelo que deveis a vossas almas, que não queirais que vos aconteça tão grande infelicidade" (Id. Ibid. t. I, p. 255)].

— *Le souhait,* soit exclamatif: "Dieu veuille!..."; soit uni: "Je voudrais de tout mon coeur..."

— *L'imprécation,* jointe souvent à l'apostrophe: ["Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas!" "Apartai-vos de mim, malditos..."].

— *L'admiration* ou *l'étonnement* oratoires, c'est-à-dire passiones, en face de certains cas, de certains spectacles: "Comprenez-vouz?..." "Que vois-je?..."

A esta lista de figuras outras juntam os retóricos de grande efeito na Oratória. Apontemos apenas a *correção,* hábil torneio oratório que finge retratar um pensamento que se acaba de exprimir e que pode ser mal entendido. Assim Vieira: "O maior mal de todos os males, *não digo bem,* o mal que só é mal e sumo mal, é o pecado" (Sermões, t. III, p. 327).

Gonzaga Cabral chama por sua vez a atenção para figuras particularmente aptas pela sua grandiosidade a constituírem quadros de extraordinária vivacidade e a produzirem profundo abalo nos ânimos. Tais são: a *hipotipose,* a *prosopopéia* e a *amplificação oratória.* De todas nos apresenta Vieira primorosos modelos, citados pelo autor do *Vieira-Pregador.* Tais são:

1) *Para a hipotipose,* a de Jonas em Nínive [12], a de Golias derrubado [13], a da Baía em poder dos Holandeses [14];

2) *Para a prosopopéia,* a Asia, apresentada em sonhos a São Francisco Xavier [15];

3) *Para a amplificação* por congérie, o quadro da agitação e inconstância da vida humana simbolizada no pó levantado [16], e a das tempestades levantadas no coração humano pela paixão da ira revoltada contra o preceito de amar os inimigos. [17]

---

[12]) *Sermões,* t. I, pp. 247-248.
[13]) Ibid., t. XI, p. 207.
[14]) Ibid., t. XIV, pp. 296-297.
[15]) Ibid., t. XIII, pp. 56-57.
[16]) Ibid., t. II, p. 159.
[17]) Ibid., t. II, pp. 283-284.

CAPITULO X

GÊNEROS DE PREGAÇÃO

A PREGAÇÃO PASTORAL

Por pregação pastoral se entende a que por dever de ofício compete *primario et per se* aos pastores de almas. A eles pertence *apascentar* a grei que lhes foi confiada com o *pasto* da doutrina evangélica.

Jesus Cristo compadeceu-se um dia das multidões porque as viu abandonadas *como ovelhas sem pastor*. Fruto dessa compaixão foi formar nos Apóstolos almas de pastores. E a eles, na pessoa de quem ficava constituído chefe de todos, confiou Cristo a missão de apascentar as suas ovelhas e os seus cordeirinhos. Esse pasto é a doutrina evangélica subministrada na pregação catequética — o pasto dos cordeirinhos, — e na pregação homilética, — o pasto das ovelhas de Cristo.

ART. 1. PREGAÇÃO CATEQUÉTICA

§ 1. Do catecismo em geral

1. Noção. — O catecismo é a forma mais rudimentar da pregação didática. Consiste na instrução familiar da doutrina cristã, feita de modo expositivo ou dialogado entre o catequista e os catequizandos. E', pois, um breve compêndio da doutrina revelada, reduzida a perguntas e respostas segundo o formulário aprovado para cada diocese.

2. Matéria do ensino catequético. — Antes de tudo são as fórmulas de oração vocal, com que todo o cristão deve viver familiarizado. Segue-se o conhecimento de tudo o que devemos crer e praticar; dos meios de santificação, como são os sacramentos; dos pontos essenciais da

História Sagrada, e sobretudo da vida de Jesus Cristo; do que é fundamental na história da Igreja, a começar pela sua fundação; dos principais ritos litúrgicos, dos sacramentos sobretudo e do Santo Sacrifício da Missa; da significação das principais festas eclesiásticas e dos atos mais essenciais do culto divino.

3. Necessidade do ensino catequético. — Esta necessidade deriva do princípio fundamental da existência do homem e do fim a que ele deve tender.

Criado por Deus e para Deus, se ignora a sua origem e o seu destino, como há de encaminhar-se para Ele?

Na sua Encíclica *Acerbo nimis* de 15 de Abril de 1905, lamentava São Pio X a grande ignorância religiosa que se observava entre povos batizados, mesmo entre pessoas cultas e possuidoras de farta erudição profana. *Afirmamos que uma grande parte dos condenados aos eternos suplícios sofrem aquela perpétua desventura por terem ignorado os mistérios da fé, que eram necessàriamente obrigados a conhecer e crer para poderem ser do número dos escolhidos*". Não é necessário mais para concluir com o mesmo Pontífice: *A catequese é a grande necessidade do mundo.*

Urge, pois, catequizar as multidões, a começar pela infância.

4. Nobreza e dignidade deste ministério. — Como qualquer outra forma de evangelização, o ministério de catequizar entra no *opus Dei divinissimum,* predicado que São Dionísio Areopagita atribui à solidariedade humano-divina na empresa de salvar almas.

A pregação de Jesus Cristo foi antes de tudo catequética. Basta recordar o ensino do Padre-Nosso, das bem-aventuranças, e as belíssimas passagens do sermão da ceia. Os maternais entretenimentos do Divino Catequista com as criancinhas, essas conversas em que ele falava do Anjo da Guarda, dos direitos da inocência infantil à bem-aventurança, em que lhes apontava meigamente para o Pai do céu e as abençoava, traçando já

e ensinando-as — quem sabe? — a traçar o sinal da cruz, que outra coisa eram esses entretenimentos amorosos senão os primeiros ensaios da catequização infantil legados à Igreja?

E na singeleza e familiaridade com que Ele, recorrendo ao auxílio de parábolas e metáforas, adaptava ao alcance do povo, em forma já expositiva, já dialogada, as verdades mais profundas, não o vemos nós inaugurar na Igreja as instruções catequéticas a adultos?

Os Apóstolos, desempenhando pelo mundo a missão confiada pelo Divino Catequista de instruir a todas as gentes, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a praticar tudo o que Ele lhes indicara, não faziam mais que catequizar o mundo sob várias formas, segundo as exigências e necessidades dos povos que iam ser preparados para receber o Batismo.

À pregação apostólica seguiu-se a pregação patrística, que compreendia também e antes de tudo a instrução catequética. Chegou-se até a criar o catecumenado, instituição que floresceu nos primeiros séculos do cristianismo com maior ou menor vitalidade segundo as regiões e os povos. Distinguiam-se os aspirantes, os catecúmenos, os iluminados e os neófitos, graus progressivos de formação catequética na Igreja.

E pelos séculos fora nunca ela perdeu de vista a instrução religiosa de seus filhos, nem os maiores gênios da oratória sagrada deram por mal empregados os talentos que punham ao serviço da evangelização catequética. Santo Agostinho com o seu tratado *de catechizandis rudibus,* Gerson tratando do cultivo espiritual das crianças, deram eloquentes provas de apreço pela primeira formação da alma tenra das crianças.

Vieira, pregador dos reis e dos papas, que na Europa fora o assombro das academias e universidades, "enquanto morou no colégio da Baía, fazia todos os domingos duas práticas doutrinais, uma na igreja do colégio aos estudantes, outra na matriz aos índios e esta, não em português, senão na língua própria dos mesmos

índios".[1] Em Cabo Verde, na interrupção duma viagem, recolhia pelas ruas as criancinhas pobres, para lhes ensinar os primeiros rudimentos da doutrina cristã. Ele mesmo no sermão do Espírito Santo[2] refere as dificuldades linguísticas que teve de vencer para, em pleno sertão, catequizar os índios mais boçais e ignorantes.

5. Obrigação de ensinar o catecismo. — E' das mais graves que pesam sobre os ombros do pastor de almas. Deriva da sua necessidade para a salvação, e da missão pastoral de quem, por dever de ofício, se tem de sacrificar pelas suas ovelhas.

Mas não faltam ainda leis positivas a lembrar e urgir esta obrigação. Já o Concílio de Trento deixou preceituado que *Episcopi, saltem dominicis et aliis festivis diebus, pueros in singulis paroeciis fidei rudimenta et obedientiam erga Deum et parentes diligenter ab iis ad quos spectabit doceri curabunt: et, si opus sit, etiam per censuras ecclesiasticas compellent.*[3]

E mais explìcitamente Bento XIV: *Duo potissimum onera a Tridentina Synodo curatoribus animarum sunt imposita; alterum ut festis diebus sermonem ad populum habeant, alterum ut pueros et rudiores quosque divinae legis fideique rudimenta informent.*[4]

São Pio X na já citada Encíclica *Acerbo nimis* deixou várias disposições práticas de ensino catequético, que os cân. 1130 e 1131 do novo Direito Eclesiástico confirmaram.

§ 2. Do catecismo em especial

I. *A catequização das crianças*

Sobre a pedagogia catequética infantil achamos preferível remeter os alunos de Oratória para qualquer tratado de Teologia Pastoral, recomendando-lhes dum modo especial o do Eminentíssimo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara.

---

[1]) Gonzaga Cabral, obra cit., t. II, p. 366.
[2]) *Sermões,* t. V, p. 377.
[3]) Sess. XXIV, cap. IV. De Reform.
[4]) Constit. *Etsi minime,* de 7 de Fevereiro de 1742.

Por outro lado é bastante completa e atual a legislação do Concílio Plenário Brasileiro (nn. 416-430) sobre a organização das catequeses paroquiais, sobre o ensino, estímulos, exames e certames catequéticos a promover entre as crianças.

O n. 424 que prescreve aos Párocos e seus Coadjutores um livro em que seja notado o progresso de cada criança, em ordem à solene distribuição de prêmios, oferece uma dificuldade de execução *aparentemente* invencível. Como é possível ter apontado com exatidão o que cada criança da paróquia sabe e o que ignora?

Entretanto o seguinte mapa que apresentamos ao leitor, aliás bem singelo, mostra como é relativamente fácil a qualquer catequista, e ao próprio Pároco, num rápido relance, tomar conhecimento do que cada criança do catecismo sabe, e do que ignora. Basta que o catequista vá apontando no mapa, à medida que ensina, o que cada criança vai aprendendo. Pode ampliar-se quanto se queira, tanto no sentido horizontal, como no vertical, e por ele se podem organizar novos grupos homogêneos de catequização, conforme as necessidades dos catecúmenos. Assim o *grupo A,* para aprender o Padre-Nosso, será constituído por Cosme, Fernando, Henrique, Luís, Miguel, Ovídio, Quintino, Rafael, Ubaldo e Xisto. — O *grupo B,* para os Sacramentos, será constituído pelos mesmos 4 primeiros, e mais Narciso, Ovídio, Pedro, Rafael e Ubaldo. E assim para os outros.

II. *A catequização de jovens*

Depois da instrução preparatória para a primeira comunhão solene, a Igreja não abandona a si mesma a infância. A instrução religiosa de seus filhos através da juventude continua a ser uma das suas maiores preocupações. Nela insiste São Pio X na Encíclica *Acerbo nimis.*

Torna-se particularmente necessária na idade em que despertando-se as paixões por um lado, e pondo-se os jovens por outro em contacto com elementos imbuídos de princípios dissolventes, necessitam eles de ser mais amparados religiosa e moralmente. E' indispensável então a

GRUPO GERAL	Padre-Nosso	Ave-Maria	Salve-Rainha	Credo	Confiteor	Ato de contrição	Ato de fé	Decálogo	Preceitos da Igreja	Sacramentos	Obras de Miseric.	Virt. Teologais	Virt. Cardeais	SS. Trindade	Dons do E. Santo	Frutos do E. Santo	Fim do homem	Cond. de salvação	Eucaristia	Novíssimos	Jesus Cristo	Nossa Senhora
Acácio	×	×								×		×		×						×		
Basílio	×	×		×	×			×		×	×				×							
Cosme		×										×	×							×		
Damião	×	×			×	×				×									×			
Estanislau	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×				×	×	×	×	×	×		×	×
Fernando														×							×	
Gabriel	×	×			×					×		×										
Henrique		×										×										
Inácio	×	×	×		×	×				×			×	×			×		×			
José	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×		×			×		×	×	×	×	×	×
Luís		×						×						×								
Miguel		×								×												
Narciso	×	×			×	×		×				×	×						×		×	×
Ovídio		×																				
Pedro	×	×			×			×				×							×			×
Quintino		×			×					×												
Rafael		×			×												×					
Salomão	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×	×
Tito	×									×		×	×									
Ubaldo		×	×									×					×			×		
Vicente	×	×			×	×				×							×					×
Xisto										×		×								×		
Zaqueu	×	×			×	×		×		×		×	×				×			×	×	

formação de congregações, de juventudes, de patronatos ou de quaisquer outras associações congêneres, em que se consolide e desenvolva a sua formação religiosa.

1. Matéria do ensino. — A matéria do ensino religioso não consistirá em simples amplificações do catecismo infantil. Recorde-se e desenvolva-se, sim, o que na primeira idade se aprendeu, mas atenda-se mais à convicção intelectual, dando-se à doutrina cristã base sóli-

da e científica que a torne inexpugnável contra os atrevimentos do erro.

Por isso não se lhes falte com os rudimentos da Apologética, estabelecendo-se, de modo acessível à capacidade de cada um, os fundamentos racionais da fé e as respostas populares às objeções mais em voga contra a verdade católica.

Nem se atenda menos à parte moral do catecismo. Inculque-se-lhes a necessidade de conformar os próprios atos com a crença de cada um, explique-se-lhes o Decálogo e os preceitos da Igreja, não só nas aplicações práticas de cada dia, mas também com relação ao futuro que diante deles se abre; e apontem-se-lhes os motivos naturais e sobrenaturais em que se estriba a moral cristã.

2. Método a seguir. — E' claro que não se deve confundir com o do catecismo infantil. Mas também não deve ser um discurso seguido, sem nenhuma intervenção dos ouvintes.

Faça-se uma exposição ordenada e metódica de qualquer ponto catequético, mas seja ela suavemente entrecortada por breves interrogatórios que obriguem os ouvintes a acompanhá-la e a estar sempre alerta para intervirem quando forem interrogados. Numa palavra, seja uma conversa bem preparada em que os próprios catequizandos possam expor as suas dúvidas, pedir explicações, receber salutares conselhos.

Desse modo se ganhará o coração dos jovens e o caráter familiar da conversa lhes conquistará depressa a confiança.

II. *A catequização dos adultos*

1. Quem são os catequizandos adultos? — São os que não foram catequizados em criança, os que esqueceram a doutrina aprendida na infância e os que necessitam de aperfeiçoar os parcos conhecimentos que possuem. Numa palavra, são os adultos rudes. Mas *"a maior parte dos homens do nosso tempo,* diz São Pio X na já ci-

tada Encíclica, *em matéria religiosa devem ser tidos na conta de rudes*".

2. Obrigação de catequizar os adultos. — Está bem expressa no cân. 1332 e é independente tanto do catecismo das crianças como da homilia.

3. Matéria e método. — *Servir-se-ão para este fim do Catecismo Tridentino, e com tal ordem que durante quatro ou cinco anos acabem de explicar a doutrina toda que pertence ao Símbolo dos Apóstolos, aos Sacramentos, ao Decálogo, à Oração, e aos Mandamentos da Igreja.* [5]

4. Catequista, designado pelo Direito Canônico para estas instruções é só o Pároco. São Pio X além dos párocos menciona ainda *outros curas de almas.*

5. Gênero concionatório. — Esta classe de catecismo é a que pròpriamente se chama pregação catequética. São práticas doutrinais que devem ter lugar dentro da igreja e à hora mais propícia para os fiéis (cân. 1332). Embora seja um gênero de pregação essencialmente didático, não deve excluir a suave moção da vontade com a oportuna exortação à prática da vida cristã.

6. Forma da instrução catequística. — Deve ser uma explicação *feita em linguagem acomodada à capacidade dos ouvintes* (cân. 1332). E note-se que embora se trate de ouvintes cultos noutro gênero de conhecimentos, em matéria religiosa podem muito bem ser analfabetos.

As instruções catequísticas a adultos poderão reunir às vezes auditórios homogêneos, como são operários, estudantes, soldados, congregados de Nossa Senhora. O estilo nestes casos variará conforme o nível intelectual de cada classe; e poderá a matéria de explicação aliar-se frutuosamente com oportunas aplicações aos deveres do próprio estado, com as circunstâncias litúrgicas, etc.

E nada impedirá ainda que a semelhantes instruções, o pregador dê a forma de verdadeiros sermões, encaixando a doutrina dentro dos respectivos moldes concionatórios, contanto que se lhes não tire o caráter de sermões catequísticos.

---

[5]) Pio X, Enc. *Acerbo nimis;* Conc. Plen. Port., 394-395.

ART. 2. DA PREGAÇÃO HOMILÉTICA

§ 1. Da homilia em geral

1. Sua natureza. — A homília é um gênero de pregação familiar, paternal, em que de uma exposição popular singela e prática de qualquer passagem bíblica, sobretudo evangélica, se tiram conclusões e aplicações salutares, em ordem a corrigir abusos e a estimular os ouvintes ao cumprimento dos deveres cristãos. O nome e a feição particular deste gênero de pregação vêm-lhe da palavra grega ὁμιλία, ὅμιλος que significa entretenimento familiar.

2. Dotes gerais da homília. — Seja:

A) *Acomodada à capacidade dos ouvintes* (Conc. Plen. Brasil. n. 433, § 1). — E' dirigida a fiéis na sua maioria rudes. Logo são descabidas sutilezas de raciocínios, profundezas científicas e originalidades que o comum do auditório não alcança. Seja, portanto, ordenada, clara, de fácil compreensão.

B) *Paternal.* — E' a característica da pregação homilética, verificada constantemente nos mestres que a cultivaram. O tom paternal exige-o a mesma natureza da conversação que se desenrola entre pai e filhos, entre o pastor e as ovelhas, que lhe conhecem a voz. E sendo paternal será necessàriamente comunicativa, afetuosa, sentida.

C) *Oportuna.* — Sendo a oportunidade exigência comum a todo o gênero de pregação, como depois se verá, tratando da homilia só nos referimos agora à oportunidade litúrgica. Quero dizer que a homilia dominical ou festiva deve ser inspirada pelo ofício litúrgico do dia, segundo a recomendação do Concílio de Trento (Sess. XXII, de Sacrif. Miss., cap. VIII).

D) *Singela.* — O estilo nunca deve desdizer do tom familiar próprio da homilia. Por isso o ornato deve ser moderado. Na homilia de tema, na solene sobretudo, já o estilo será um tanto mais elevado e adornado.

E) *Breve.* — A brevidade é hoje exigência de qual-

quer gênero concionatório. Com mais razão o deve ser da homilia, por isso mesmo que ela tem lugar durante a Missa dominical (cf. Conc. Plen. Brasil. n. 434, § 1).

3. Origem histórica da homília. — O seu berço encontra-se já na antiga Sinagoga. A tradução de qualquer passagem bíblica para o aramaico dava ao tradutor ocasião de a comentar homilèticamente. O mesmo fez Jesus Cristo. Os Apóstolos não deram à sua pregação outro caráter.

Na primitiva Igreja, lido à Missa o Evangelho por um diácono, seguia-se o comentário homilético feito pelo Bispo, às vezes também pelo presbítero e pelo diácono. A época patrística consolidou e tornou definitivo o gênero homilético, que por muito tempo predominou na Igreja tanto oriental como ocidental.

A Idade Média foi a época dos homiliários formados das pregações patrísticas, que se liam pùblicamente nas igrejas. Não faltaram ainda varões ilustres que fizeram homilias pessoais e as escreveram para utilidade dos fiéis e auxílio do clero.

Por outra parte surgiram também ótimos comentadores bíblicos, como Santo Tomás, Santo Alberto Magno, etc., que facilitaram a pregação homilética.

Com o século XVI acentuou-se a decadência da homilia, devido em parte ao predomínio da escolástica e sobretudo ao influxo da Renascença, que deu a preferência ao discurso clássico. Os grandes oradores desse século, divulgando mais e mais o gênero clássico, contribuíram grandemente para desacostumar os fiéis e os pregadores do gênero homilético.

Com o Concílio de Trento e outros Concílios Provinciais que se lhe seguiram, esboçara-se já certa reação em favor do restabelecimento da homilia, mas essa reação só nos últimos tempos começou a produzir os seus frutos. De fato as insistentes disposições da Igreja deram considerável impulso ao gênero homilético da pregação.[6]

Essas disposições são sobretudo as que se referem à

[6]) Cf. entre outras as normas 34, 35, 39 de Bento XV *pro sacra praedicatione.*

4. Obrigação de fazer a homília. — O Concílio de Trento deixou estabelecida uma legislação insofismável: Na Sess. V, cap. II, *de Reform.*, diz aos Pastores de almas que *apascentem os povos a eles confiados em harmonia com a sua capacidade e a deles, com palavras salutares, ensinando o que a todos é necessário saber para a salvação e anunciando-lhes em estilo breve e fácil os vícios que devem evitar e as virtudes que devem praticar, para que possam livrar-se da pena eterna e alcançar a glória celeste.*

Na Sess. XXII, *de Sacrif. Miss., cap. VIII*, acrescenta: *Manda o sagrado Concílio que com frequência dentro da celebração da Missa exponham, por si ou por outros, algumas das coisas que na Missa se lêem e entre outras expliquem algum mistério deste Santíssimo Sacrifício.*

O cân. 1344 do novo Direito Eclesiástico dispõe que é obrigação de todos os párocos fazer ao povo a costumada homilia aos domingos e festas de preceito, na Missa mais frequentada.

Nem o pároco pode *habitualmente* satisfazer por meio de outro a essa obrigação, a não ser por motivo que o Ordinário reconheça justo.

E o cân. 1345 exprime um desejo da Igreja deixando aos Ordinários o poder de o converterem em preceito expresso, como de fato converteu para o Brasil o Concílio Plenário. Diz ele no n. 433 que *nos domingos e festas de preceito, excetuando só as mais solenes, são os párocos obrigados, sobretudo* intra Missam, *e pelo menos habitualmente por si mesmos, a explicar o Evangelho em homilia acomodada ao alcance de todos. E nem o costume contrário, nem a reduzida assistência de fiéis, nem a coincidência de pregações noutras igrejas do lugar, são motivos que os dispensem deste dever.* E o § 2 acrescenta que *esta explicação evangélica é obrigatória também em qualquer igreja ou capela rural, em que se celebre Missa, aos domingos e festas de preceito.*

Esta disposição obriga igualmente o clero regular mesmo isento, nas próprias igrejas (cf. cân. 1345 e Conc.

Plen. Brasil. n. 434). E o mesmo Concílio manda que, em qualquer caso, se leia aos fiéis em língua vernácula o trecho evangélico da dominga.

5. Vantagens do gênero homilético. — Sem exclusivismos odiosos tendentes a proscrever outros gêneros, pode-se dizer que o homilético:

A) E' o mais tradicional pela sua universalidade e antiguidade.

B) E' o mais próprio da eloquência sagrada, por isso mesmo que mais adaptado à exposição da palavra de Deus contida nas Sagradas Escrituras.

Não admira, pois, que fosse o gênero preferido pelos Santos Padres, apesar de bem familiarizados muitos deles com os segredos da oratória clássica.

C) E' o mais preferido pela Igreja que nunca deixou de o recomendar.

No Direito Canônico é o único, não falando da catequese, que ela nominalmente encarece.

D) Embora o não pareça, pode ser também o gênero mais apto a mover as vontades, dado o caráter de sublime cominação e exortação que apresentam certas passagens da Escritura.

Mesmo o Evangelho, apesar de toda a suavidade da sua unção, tem passagens capazes de abalar profundamente os espíritos mais endurecidos. *Quid prodest homini?...* (Mt 16, 26). *Vae mundo a scandalis* (Mt 18, 7); *Vae homini illi per quem scandalum venit* (Mt 18, 7); *Ego vado et quaeretis me et in peccato vestro moriemini* (Jo 8, 21); *Timete eum qui potest et animam et corpus perdere in gehennam* (Mt 10, 28). E' que Deus infundiu na Escritura uma graça especial para mover as almas.

E) E' o mais apto para instruir o povo, pela variedade de assuntos que alcança, pelas lições práticas e normas de vida eterna que encerra a palavra autêntica de Deus e pela irresistível atração que exerce nas almas.

§ 2. Várias espécies de homília

Em qualquer espécie de homilia teremos sempre à guisa do sermão clássico, uma introdução, a exposição ou desenvolvimento e a conclusão.

A *introdução* é uma espécie de exórdio breve, singelo e despretensioso, que pode consistir ou na simples narração evangélica que depois se desenvolverá, ou na exposição das circunstâncias históricas em que se desenrola o fato evangélico, ou mesmo na apreciação de tal ou tal virtude cristã, que a explicação do Evangelho passará logo a confirmar.

A *conclusão* tem os dotes de qualquer peroração, conforme atrás se estudou, mais breve e menos movimentada. Serão em geral simples, mas acaloradas exortações à prática dos ensinamentos evangélicos.

A *exposição* é a apresentação da doutrina evangélica, devidamente explanada, encaminhada simultâneamente a iluminar as inteligências e a mover as vontades. O modo de a fazer já não é tão uniforme, pois depende da espécie de homilia que se adote:

I. *A homilia exegética*

1. Sua característica. — Consiste em parafrasear o Evangelho ou a Epístola, versículo por versículo, frase por frase, palavra por palavra, desentranhando sucessivamente do texto sagrado os ensinamentos práticos que ele encerra com as devidas aplicações ascéticas e morais à vida cristã dos ouvintes. A homilia exegética é antes uma exegese homilética e popular do texto sagrado, do qual espontâneamente brotam as lições de virtude, sem serem rebuscadas nem muito raciocinadas.

2. Suas vantagens. — E' o método mais fácil, mais antigo e mais prático da pregação homilética. Mudando de matéria a cada versículo, oferece a vantagem de variar de doutrina, de atacar vários vícios, de recomendar várias virtudes, de não encadear o pregador às exigências da unidade e de proporcionar aos ouvintes as instruções práticas para várias circunstâncias da vida.

Prestam-se admiràvelmente para este modo de homilia as parábolas evangélicas e todas as instruções doutrinais de Jesus Cristo, de São Paulo, etc. Foi o método empregado pelo próprio Jesus Cristo na parábola do semeador (Lc 8, 4-15). Desde o versículo 11 até ao versículo 15 faz Ele a exegese prática e formosíssima da parábola condensada nos versículos 5-8.

O Pe. Antônio Vieira apresenta-nos magníficos exemplos de comentários parecidos, cujos extratos dariam esplêndidas homilias exegéticas, se eles fossem conduzidos em tom homilético. Tal é, por exemplo, o sermão contra as armas de Holanda, verdadeiro comentário das palavras *"Exsurge, quare abdormis, Domine"*, etc. (Sl 43, vv. 23, 24, 26).[7] O sermão da 3ª quarta-feira da Quaresma pregado em 1651 na Capela Real é todo ele um eloquente comentário de cada palavra do texto: *Dic ut sedeant hi duo filii mei, unus ad dexteram tuam et unus ad sinistram in regno tuo* (Mt 20, 21).[8]

A mesma feição apresenta toda a homilia da 1ª segunda-feira da Quaresma, comentando desde o princípio do exórdio as palavras *Cum venerit Filius hominis*, etc. (Mt 25, 31 e ss.).[9] Nem é de diferente natureza a paráfrase do Padre-Nosso e da Ave-Maria, objeto de um dos sermões do Rosário.

3. Suas desvantagens. — A principal é a mesma falta de unidade. Querendo-se comentar tudo, não se chega a aprofundar nada, tornando-se impossível um ataque em regra às vontades endurecidas. E quem o quisesse tentar expunha-se a prolongar a homilia mais do que é justo.

Não se deve confundir com a homilia exegética a chamada *Lição sacra* muito em voga no século XVI. Nasceu das insistentes recomendações do Concílio de Trento acerca da exposição da Sagrada Escritura aos fiéis e da necessidade de reagir contra a tática dos neo-reformadores que a mutilavam e falsificavam e interpretavam caprichosamente, segundo os princípios do livre exame.

---

7) *Sermões*, t. XIV, pp. 279 e ss.
8) *Sermões*, t. III, pp. 203-231.
9) *Sermões*, t. II, pp. 233-253.

Consistia a Lição sacra numa exegese científico-popular de qualquer livro bíblico com reflexões morais, dogmáticas e apologéticas ordenadas à cultura e piedade dos fiéis.

Distinguia-se portanto:

a) Da exegética escolar que é puramente especulativa e científica, enquanto que na Lição sacra predomina o caráter popular.

b) Da homilia exegética, que é mais familiar e menos científica do que a Lição sacra. Além disso a Lição sacra é puramente expositiva, sem tom concionatório; e seu estilo é o de preleção popular. Nem se restringe (como a homilia) ao trecho litúrgico do dia.

II. *Homilia de unidade*

1. Sua característica. — Consiste em reduzir todo o Evangelho do dia a um conceito único e conforme à matéria, dividido em partes com provas tiradas sobretudo do mesmo Evangelho. Este método pode-se perfeitamente adotar sempre que no trecho evangélico se encerre uma idéia-mãe capaz de sugerir abundante doutrina e que por ele possam ser fornecidas as provas fundamentais do assunto.

2. Suas vantagens. — A principal é sem dúvida a unidade, que pode enlaçar num só pensamento toda a doutrina da exposição. E conforme a fecundidade da idéia-mãe ou do conceito unificador de todo o Evangelho, teremos com a unidade a variedade.

A primeira vantagem proporciona ao pregador a facilidade de aprofundar a idéia e de preparar mais à vontade a excitação dos afetos conforme a necessidade dos ouvintes.

A segunda pode comunicar à homilia de unidade as vantagens da exegética, se o pregador tiver o necessário engenho para explorar todas as riquezas da idéia-mãe e a arte de a saber focar sob o aspecto que mais se preste a acudir às necessidades morais do auditório.

Exemplificando, da parábola do semeador faz-se uma homilia de unidade reduzida a este conceito único: *A palavra de Deus é semente que frutifica em proporção di-*

reta das boas disposições com que se ouve. Sobre o Evangelho do filho pródigo teríamos uma homilia de unidade, cujo conceito fundamental podia ser este: *Só em Deus se encontra a felicidade.* Desse conceito único fàcilmente podem derivar estas 3 partes: *a*) O afastamento de Deus é um vazio que nenhum bem criado pode encher. *b*) O infortúnio dos afastados chama para Deus. *c*) O reencontro de Deus enche o vazio aberto pelo infortúnio do pecado.

3. Suas desvantagens. — A mesma necessidade de unificar, nem sempre de fácil realização, pode às vezes dar azo a encarar o Evangelho sob um aspecto mais secundário e a perderem-se de vista as lições principais que o Divino Mestre nos quis dar.

III. *Homilia de tema*

1. Sua característica. — Consiste em tirar de uma única sentença do Evangelho, que se toma como tema da homilia, todo o assunto dela. Esse tema dá o pensamento fundamental, a idéia-mãe, formulada numa verdadeira proposição que se passa a demonstrar e a desenvolver com elementos ou derivados do mesmo texto, ou bebidos nas várias fontes da pregação, e amplificados pela reta aplicação da razão, mas convergindo todos para a unidade de um centro comum. O desenvolvimento do tema é já mais levantado e oratório que nas duas outras espécies de homilia.

2. Suas vantagens. — Esta nova forma de homília presta-se já a um exercício mais brilhante da arte oratória, pela intervenção mais livre de todas as faculdades do orador.

E' a mais própria do púlpito. O gênero de pregação habitual da cadeira evangélica deve ser

não um tecido de citações bíblicas com algum comento dos Padres e Doutores da Igreja, senão um discurso bem deduzido, que declare, argumente, aplique, defenda, impugne, abrangendo todas as vantagens da arte oratória, e elevando-as, com a unção do Espírito Santo, à ordem sobrenatural.

Este gênero de pregação brilha com a luz de todas as outras, e se distingue radicalmente de cada uma, apresentando o poético e figurado dos sermões de festa, o sólido, vário, e persuasivo dos doutrinais, o forte e veemente das prédicas de missão, o insinuante e agradável das práticas, e tudo, ou quase tudo com tal arte e empenho, que seja tirado da Escritura, como de própria fonte.

Um tal método de pregar é, na arte oratória, o que na ciência teológica é a escolástica. [10]

3. Suas desvantagens. — Devemos também reconhecer que este método embora encontre alguns precedentes nos exemplos dos Santos Padres, não foi contudo o que eles cultivaram mais, nem corresponde tão cabalmente ao ideal da homilia, nem aos desejos da Igreja que manda fazer aos fiéis a explicação do Evangelho ou de "alguma das coisas que na Missa se lêem".

Conclusão. — O sermão pròpriamente dito não é afinal mais do que a evolução da homilia temática. Essa mesma homilia, cuja estrutura acàbamos de expor, conduzida com alguma solenidade e elevação de estilo, amplificada segundo as regras da arte e admitindo o indispensável movimento oratório, vem a dar, como de fato deu, o sermão pròpriamente dito ou a chamada *homilia oratória,* porque aliando a argumentação com a exposição doutrinal, "põe a razão com todo o patrimônio da sua dialética e ciência natural ao serviço da fé, encarnando a palavra divina na humana para continuar através dos séculos a pregação do Salvador". [11]

São exemplos frisantes destas homilias oratórias as Dominicais de Bourdaloue sobre os Evangelhos das domingas.

Quem havendo de explicar, por exemplo, o Evangelho da VIª dominga post Pent., sobre a multiplicação dos pães, se contentasse com tomar o texto: *Et habebant pisciculos paucos et ipsos benedixit et manducaverunt et salutari sunt* (Mc 8, 7) poderia falar da miraculosa eficácia da *bênção de Deus* que do pouco pode fazer mui-

---

[10]) Honorati, *Crisóstomo Português,* t. III, p. 7.
[11]) Honorati, *Crisóstomo Português,* t. III, prólogo.

to. Logo dividiria a proposição oratória nestas duas partes:

a) quando Deus nos abençoa, com pequenos recursos conseguem-se grandes resultados;

b) quando a bênção de Deus nos falta, pouco podemos conseguir, por mais que se multipliquem os recursos humanos.

Se para desenvolvimento da proposição o pregador recorresse apenas ao Evangelho do dia, faria uma simples homilia temática.

Mas, se para maior amplificação oratória, recorresse a outras fontes, e, servindo-se do próprio raciocínio, deduzisse dela provas relacionadas e devidamente concatenadas, elevando proporcionalmente o estilo conforme o assunto e os ouvintes, e sobretudo despertando afetos e movendo as vontades a abraçar o bem, — a homilia transformava-se num verdadeiro sermão, o qual não é mais que o aperfeiçoamento artístico da homilia temática.

A estes três modos se reduz em última análise o gênero homilético da pregação.

Não falta quem aponte outros métodos embora pareçam ter sido històricamente menos seguidos.

CAPITULO XI

OUTROS GÊNEROS DE PREGAÇÃO

Tratamos em separado da pregação pastoral, pois constitui de fato um gênero à parte, que não é decalcado nos moldes do discurso clássico. O mesmo não se dirá de outros gêneros que vamos abordar.

Já não temos que nos ocupar da sua estrutura oratória, uma vez que ela *para todos os gêneros* ficou já estudada no capítulo VII. Para qualquer sermão ou discurso temático a armação e contextura interna é a mesma, sendo como são pautados todos pelos paradigmas dos retóricos. Limitar-nos-emos apenas a apontar a natureza, as características, o fim e as exigências de cada um.

A classificação mais adequada dos gêneros concionatórios é a que se baseia no objeto ou matéria de cada discurso. Ora, o objeto pode ser:

1) *Doutrinal.* — Compreende os sermões: a) *dogmáticos,* b) *morais,* c) *apologéticos.*

2) *Histórico.* — Compreende os discursos: a) *encomiásticos,* b) *deprecatórios* e *eucarísticos,* c) *gratulatórios.*

Quanto ao fim visado em cada discurso, pode-se distinguir o gênero didático, demonstrativo e exortativo, conforme se trata de instruir, convencer, ou de persuadir. Na oratória sagrada nenhum destes fins é excluído, embora em determinados gêneros de pregação deva predominar mais um do que outro.

ART. 1. O GÊNERO DOUTRINAL

§ 1. Sermão dogmático

Depois do que se disse no cap. I desta terceira parte sobre o objeto, a necessidade, a obrigação e os dotes da pregação dogmática, pouco resta já que acrescentar. O gênero dogmático admite a forma solene e a forma popular.

I. *Forma solene*

1. Sua natureza. — Sermão dogmático é o que desenvolve cientìficamente e dá a conhecer uma verdade de fé, em conformidade com os ensinamentos da Igreja. Deve reunir os predicados da pregação sagrada: assunto estritamente sacro, forma sem ressaibos de profanidade.

O nervo e as fontes da argumentação sejam os princípios inabaláveis da Revelação, dos quais uma razão bem orientada e uma inteligência bem disciplinada deduza oportunamente as conclusões que devem ser vividas pelos fiéis.

2. Suas características. — E' um gênero plenamente oratório e científico.

Quanto ao fundo, requer-se método, lógica e profundidade de pensamento. O contrário seria anti-pedagógico e dificultaria a compreensão dos ouvintes.

Quanto à forma, admitem-se as galas e louçanias dum estilo apropriado ao assunto, que não seja exageradamente pomposo ou rebuscado. Os grandes voos oratórios, o esplendor das imagens, a profundidade do sentimento, o apuro da linguagem, o brilho do acionado, todos os atrativos enfim da eloquência têm neste gênero plena cabida.

São estas peças oratórias que, sobretudo com Monsabré, deram lustre ao púlpito de Notre-Dame, e abrilhantaram o triunfo da verdade católica. Não sem razão chamou a Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares a este gênero oratório *onus robustiorum humerum,* por isso mesmo que exige o duplo domínio da ciência teológica e da arte oratória.

Predomina nele a feição didática e demonstrativa, mas sem excluir o caráter exortativo.

3. Sua finalidade. — E' consolidar na fé os ouvintes ilustrados e afeiçoá-los mais e mais ao patrimônio doutrinal da Igreja, de modo que em seu espírito se crie uma convicção tão firme de todas as verdades dogmáticas que nenhuma dificuldade ou dúvida, nenhum sofisma a possa mais abalar.

Para isso a pregação dogmática deve expor, e demonstrar com solidez a doutrina revelada, coordenar entre si os dogmas e mostrar a íntima conexão que Deus estabeleceu entre eles. E desse modo o sermão dogmático terá o condão de entusiasmar os fiéis pelas harmonias da verdade católica e de lhes inspirar o santo orgulho de viverem em seu seio.

4. Exigências. — Uma vez que se estriba sobretudo no fato da Revelação e na autoridade da Igreja, o sermão dogmático destina-se a auditórios crentes. Não desdenha os argumentos da razão, mas reserva-lhes um posto secundário, como incapazes de aguentar um peso sobrenatural.

O sermão ou panegírico dogmático é próprio das grandes solenidades, em que por exemplo se celebram os mistérios da vida de Jesus Cristo e da Santíssima Virgem.

Devem tratar-se de modo digno de tais solenidades, com profundidade e unção; e nessas circunstâncias as aplicações práticas e a exortação devem ter um lugar avantajado.

A pregação dogmática presta-se admiràvelmente a séries de sermões devidamente concatenados e encaminhados a um fim principal. Tais são as conferências dogmáticas de Monsabré, que constituem uma das mais belas exposições do dogma católico.

II. *Forma popular*

A natureza, o fim e as exigências da pregação dogmática popular são as mesmas, *mutatis mutandis,* indicadas para a forma solene.

As características divergem em que, *quanto ao fundo,* deve o pregador tratar questões teológicas menos elevadas que se possam nivelar com a capacidade de auditórios sem cultura; *quanto à forma,* deve o estilo e a locução em geral ser popular e em tudo adaptada ao auditório a que se dirige.

A esta classe pertencem as instruções catequéticas de que atrás se falou, dirigidas a auditórios heterogêneos em que predominam elementos rudes, ou a auditórios homogêneos ainda sem formação intelectual como são colegiais, juventudes, etc.

Esta forma popular pode também desenvolver-se fora do púlpito, podendo o praticante manter-se de pé ou sentar-se a uma mesa. Pelo contrário, a forma solene só deve ter lugar no púlpito.

Presta-se também admiràvelmente a séries continuadas de instruções. E' o que afinal recomenda o Concílio Plenário Brasileiro (ns. 431, 432), falando da catequização dos adultos. E' o que se tem em vista na instituição de cursos seguidos de instrução religiosa.

§ 2. Sermão moral

Do seu objeto e necessidade, da obrigação e dos dotes que deve ter, já nos ocupamos devidamente no cap. I desta terceira parte: Também a pregação moral admite a forma solene e a popular.

I. *Forma solene*

1. Sua natureza. — E' um discurso oratório que tem por objeto as verdades e preceitos que constituem o código moral do cristianismo. A pregação moral aplica esses preceitos a todas as idades, estados e condições, a todas as circunstâncias e vicissitudes da vida humana. A sua esfera abrange tudo o que contribui para renovar espiritualmente as almas, para as elevar a uma vida superior e divina, para as transformar finalmente em Cristo pela caridade e pelo amor.

Sem excluir os conselhos evangélicos, a pregação moral inculca a observância da lei de Deus, que toda se

cifra no amor e na caridade. E próprio é da lei imaculada do Senhor converter as almas *lex Domini immaculata convertens animas* (Sl 18, 8).

2. Suas características. — Essencialmente não divergem das do sermão dogmático, embora por sua natureza o sermão moral busque uma esfera menos elevada sob o ponto de vista artístico.

A sua estrutura é pautada pela do discurso oratório clássico, com as suas partes essenciais. Não rejeita nenhum dos recursos da arte em ordem a levar os ouvintes à persuasão.

Se o sermão dogmático atende principal e não exclusivamente a assenhorear-se das inteligências, o sermão moral busca, não exclusiva mas principalmente, conquistar as vontades e levá-las pela persuasão à prática da lei divina.

Esta feição característica da pregação moral será depressa compreendida por quem ler atentamente as homilias de São João Crisóstomo sobre a mansidão e o perdão das injúrias, sobre a intemperança e a dureza dos ricos para com os pobres, sobre o amor desordenado às diversões.

São também modelares as prédicas morais de São Gregório Magno, as Dominicais de Bourdaloue, o Quaresmal do mesmo Bourdaloue, o de Ségneri e o de São Leonardo de Porto Maurício.

3. Finalidade. — E' despertar nos ouvintes a consciência do dever, orientar a vontade do homem para Deus e pô-la em consonância com a vontade do Divino Legislador, fazer-lhes sentir toda a abominação que encerra a transgressão da lei divina e horrorizá-lo com a ameaça das eternas sanções.

E desviando do sumo mal a vontade do homem, à pregação moral pertence ainda fazer-lhe sentir toda a suavidade do jugo do Senhor, e experimentar o poder sobrenatural da graça, que respeitando a autonomia do livre arbítrio, lhe facilita empresas inacessíveis a ombros humanos.

A missão da prédica moral vai mais longe, porque

subindo dos preceitos aos conselhos e enveredando pelas esferas da mais sublime ascética, poderá ainda arrebatar até às culminâncias da santidade almas bem dispostas e apaixonadas por um elevado ideal de perfeição.

4. Exigências. — A) Da parte do pregador requer-se maior independência de caráter e santa intrepidez. Dentro das normas da prudência deve ter coragem para condenar tudo o que é condenável, para pôr o dedo na chaga sempre que urja atalhar o mal.

O respeito humano, o receio de como reagirá este ou aquele ouvinte, do que dirá este ou aquele paroquiano a quem talvez deve favores e que se julgará atingido na condenação de certos abusos, eis o grande obstáculo que se pode erguer contra o zelo do pregador.

Lembre-se antes de tudo que a sua pregação não condena pessoas, mas abusos, e que *verbum Dei non est alligatum* (2 Tim 2, 9). Saiba aliar a prudência com a santa liberdade que não deixa de fustigar o vício só porque um ouvinte mais sensível se pode melindrar. Acautele-se não venha a dizer *vae mihi quia tacui* (Is 6, 5) no dia em que lhe forem pedidas contas do modo como desempenhou o seu ministério.

B) E' ainda exigência deste gênero de pregação o jogo dos afetos. Devem estes ser espontâneos, não forçados. Não queira arrancá-los da alma dos ouvintes à força de gritos e de artifícios.

As descrições terroríficas, as ameaças pseudo-inspiradas excitarão os nervos e poderão até arrancar lágrimas a temperamentos mais sentimentais. São abalos artificiais e transitórios; nas almas não ficará fruto algum permanente e sólido.

O fruto duradouro consistirá em fazer entrar o ouvinte dentro de si mesmo, em despertar nele o verdadeiro arrependimento e a amargura moral que, mesmo sem derramar lágrimas, o arrastará aos pés de um confessor e o determinará a mudar de vida.

Para despertar a afetividade dos ouvintes deve o pregador primeiro estar possuído dos sentimentos que neles quer excitar. Mas não basta: é mister ainda que a sua

palavra vibre saturada de unção sobrenatural, que saindo-lhe da alma se comunique aos ouvintes e lhes abale a vontade. Por isso é que neste gênero de pregação o triunfo tem sido mais dos pregadores santos que dos oradores naturalmente dotados.

II. *Forma popular*

Esta é representada sobretudo por práticas e exortações familiares, por conferências espirituais sobre esta ou aquela virtude, sobre tal ou tal aspecto da vida de piedade, sobre o uso dos sacramentos, etc.

Pode dirigir-se aos fiéis indistintamente, ou a determinadas instituições, como Congregações Marianas e outras associações de piedade. Pode também ser dirigida a comunidades religiosas, a seminaristas, etc., e neste caso a prática pode versar já sobre questões de ascética e até sobre assuntos de perfeição evangélica.

Quanto à natureza, fim e exigências que apresenta, não diverge essencialmente da forma solene. Requer contudo um tom familiar sem elevação de conceitos ou de estilo. Este basta que seja correto e ao mesmo tempo popular, grave e piedoso.

Como o auditório pode ser culto (por ex.: sacerdotes, seminaristas, religiosos), nesse caso à singeleza de estilo, própria de práticas familiares, deve aliar-se certa elevação de pensamento e uma rigorosa ordem de idéias lògicamente concatenadas.

Até pode manter as linhas gerais do discurso oratório. Mas nesse caso o exórdio seria uma narração apropriada ou uma despretensiosa apresentação do assunto, ou uma breve alusão às circunstâncias litúrgicas, com as quais se justifique a escolha da matéria. Pode até haver uma divisão natural e simplicíssima do assunto, à qual se seguirá o corpo do discurso.

Sem grande movimentação oratória, a prática terminaria naturalmente, à guisa de peroração, por exortações e recomendações adequadas ao assunto geral e às circunstâncias. A prática moral, ou conferência espiritual pode ser feita do púlpito, ou do altar, ou duma mesa, conforme as circunstâncias e a natureza do auditório.

§ 3. A pregação apologética

1. Sua natureza. — Em geral é a que vulgariza as verdades fundamentais da nossa fé, mostrando cientìficamente a sua credibilidade e defendendo-a dos assaltos do erro. Desse modo a apologética dirige-se:

a) aos que não crêem, para os convencer da necessidade de crer;

b) aos que duvidam ou são tentados a duvidar, para lhes mostrar a inanidade das suas dúvidas, para desmascarar os sofismas de quem os solicita à deserção e desse modo os confirmar na verdade da fé.

2. Sua necessidade. — A verdade foi sempre combatida. O Cristianismo teve desde o berço inimigos e por isso necessidade de defesa. De Jesus Cristo, a verdade encarnada, foi profetizado ao nascer *positus est in signum cui contradicetur* (Lc 2, 34). De fato a sua doutrina foi desde o princípio alvo de todos os ataques, calúnias e perseguições. E por isso a sua defesa ficou desde logo justificada.

A apologética é, pois, tão antiga como o Cristianismo. Os Evangelhos, sobretudo o de São João, bem como as pregações de São Paulo têm tendência marcadamente apologética. As heresias dos primeiros séculos encontraram nos Santos Padres os mais esclarecidos apologetas. E se nos seus largos séculos de existência o Cristianismo lutou sempre pela defesa do seu patrimônio doutrinal, mais do que nunca se torna necessária essa defesa hoje, que o erro redobra de audácia e lança mão de todos os meios modernos de propaganda.

3. Normas gerais da pregação apologética:

A) Como atrás ficou dito, a melhor refutação de muitos erros é a exposição nítida e sólida da verdadeira doutrina, uma vez que da ignorância nasce a maior parte deles.

B) Em auditórios de apologética haverá sempre quem possua intacto o dom da fé. Por isso, ao discutir uma verdade dogmática acautele-se o orador não leve esses ouvintes a negar ou a suspender o seu assentimento à

verdade revelada, enquanto dura a discussão. Além do pecado de infidelidade que assim ocasionaria, expunha-se ainda a destruir sem necessidade o que depois talvez não fosse fácil construir. Portanto, sem abandonar a posição vitoriosa que já ocupa na alma dos fiéis, trate só de robustecer-lhes a crença e de lhes fornecer armas para o combate.

C) Se o erro não é conhecido dos ouvintes, nem há probabilidade de ele lhes sair mais tarde ao encontro, abstenha-se de o suscitar; a vantagem de ouvir a sua refutação talvez não compense as desvantagens de terem tomado conhecimento dele.

D) Na hipótese contrária, em vez de entrar em discussão direta do erro, é preferível preveni-lo com uma exposição completa e nítida da verdade, demonstrando-a com todo o peso de uma argumentação contundente.

E) Não sendo possível evitar a discussão direta da dificuldade,

a) proponha-se e resolva-se em conformidade com os princípios apontados à p. 62-63;

b) haja sobretudo o máximo empenho em determinar bem o sentido das palavras e em distinguir os conceitos, pois a confusão de idéias e de expressões é fonte ordinária de muitos erros;

c) por via de regra desmascarem-se os erros sem atingir a pessoa dos adversários. Tratando-se, porém, de adversários mais atrevidos, não será alguma vez descabido discutir-lhes a competência doutrinal. A competência em assuntos profanos não dá direito a dogmatizar em questões de teologia e de filosofia. Pode até ser compatível com um analfabetismo completo em matéria de Religião.

4. Espécies de pregação apologética.

A) *Conferências* [1] *propedêuticas.* E' o gênero oratório que em Notre-Dame de Paris inauguraram os Padres Lacordaire, O. P. e Ravignan, S. J., por iniciativa de Frederico Ozanam.

---

[1]) A palavra *conferência* devia reservar-se para denominar ùnicamente discursos literários ou científicos, cujo fim seja tra-

a) Seu objeto: *"Elle s'adresse à ceux qui n'ont reçu aucune instruction religieuse, ou qui, ballottés par les erreurs et pénétrés de la corruption du siècle, ont perdu la foi de leurs jeunes années. À ces sortes d'infidèles elle parle surtout le langage de la raison et de la science. Elle démontre les vérités naturelles qui servent de base à toute conviction religieuse; elle traite des rapports de la raison et de la foi; elle prouve la possibilité et le fait d'une révélation divine; elle fait valoir tous les motifs de crédibilité; elle justifie cet axiome de Saint Thomas:* Homo non crederet nisi videret esse credendum; *l'homme ne croirait pas, s'il ne voyait qu'il faut croire; enfin elle fait ce que Leibnitz appelait si justement* les établissements du christianisme. *Partant de là, elle s'applique à démontrer la conformité, l'harmonie de l'enseignement révélé avec les inspirations et les besoins de la nature humaine, avec les donnés saines et certaines de la science; elle combat les erreurs; enfin elle s'efforce d'amener les âmes à cette confession de l'apôtre incrédule, vaincu par la réalité qu'il a touchée du doigt: Tu es mon Seigneur et mon Dieu:* Dominus meus et Deus meus! [2]

b) *Seu fim.* — E' abrir o caminho à luz da fé, é fazer sentir aos incrédulos a necessidade de crer, convencendo-os primeiro da credibilidade dos dogmas católicos, e fazendo-lhes ver como a fé não rebaixa, nem humilha a razão humana, antes pelo contrário a enobrece, fazendo-a de algum modo participante da infalibilidade d'Aquele a quem se submete.

c) *Sua utilidade.* — Onde, quando e nas circunstân-

---

tar diretamente assuntos instrutivos, sem se dirigir expressamente à vontade. Desse modo o nome de conferência quadra perfeitamente aos discursos apologéticos que se dirigem só à inteligência e não saem do campo da filosofia. Por ampliação abusiva já se dá o nome de conferência também a qualquer entretenimento de caráter sacro e para muitos tornou-se até sinônimo de sermão. *Há muitos que para se darem ares de oradores consumados e modernos chamam conferência a qualquer assunto por eles tratado dum modo presunçoso, sem ordem e muitas vezes com a única finalidade de meterem figura. Isto é bastante comum em nossos dias* (Pe. Matos Soares, "Manual de Eloquência Sagrada", Porto 1925, p. 198).

[2]) Monsabré, obra cit., pp. 147-149.

cias em que for necessário fazê-las, é evidente que nunca são inúteis. Ainda que não produzissem outro resultado mais que agitar a consciência do incrédulo e provocar nela dúvidas e desassossegos que o obriguem a buscar a verdade, já se não perderia o tempo nem o trabalho destas conferências.

d) *Seus auditórios.* — E' um gênero que se destina exclusivamente a incrédulos. E por incrédulos entendem-se tanto os que nunca possuíram o dom da fé como os que tiveram a infelicidade de a perder.

e) *Meios de convicção.* — Com tais ouvintes, o conferencista só pode manejar as armas que à sua eloquência fornece a ciência e a razão.

"Pour se faire agréer par les auditeurs instruits, lettrés et exigeants, auxquels elle s'adresse, elle doit mettre en oeuvre tout un appareil de démonstrations où la raison et la science jouent le principal rôle. Son allure plus libre, plus dégagée, je dirai presque plus profane, lui permet des hardiesses que ne comporte pas la pieuse gravité du sermon. Elle a besoin de retenir autour de la chaire sacrée des gens imbus de préjugés et souvent hostiles aux vérités saintes, mais amateurs de beau langage, par les mouvements, les fleurs, tous les charmes d'une brillante e forte éloquence". [3]

f) *Sua legitimidade.* — A conferência estritamente apologética, qual a acabamos de definir, ocupa um posto médio entre a oratória sagrada e a profana.

Não se pode chamar totalmente profana, porque é encaminhada a franquear as inteligências à luz da fé. Também não se pode chamar sagrada, porque não admite argumentos de autoridade divina. E' o lado antipático deste gênero de discursos que só com certa relutância se pode aceitar por isso mesmo que faz calar a voz de Deus, como se Ele não tivesse voto na matéria.

Sem embargo, o seu uso torna-se necessário para almas, em que se extinguiu ou nunca chegou a brilhar a luz da fé, e em tão calamitosas circunstâncias será sempre legítimo, mas por via de regra não devem tais conferências ter lugar no púlpito. Contudo razões graves

[3]) Monsabré, obra cit., p. 149.

pode haver que tornem necessário em alguma região abrir o púlpito a este gênero de conferências. Será uma exceção de cuja necessidade só o Ordinário é juiz competente.

B) *Conferências pseudo-apologéticas.* — O gênero *conferência* tornou-se moda na segunda metade do século passado. Todos queriam fazer conferências.

A novidade do gênero, o elevado conceito em que começaram a ser tidas as de Notre-Dame, e sobretudo os fins torcidos que ambicionavam pseudo-oradores mais solícitos dos próprios interesses que dos de Jesus Cristo e das almas, eis o tríplice móbil que os seduziu e levou a querer substituir a tradicional e por tantos títulos venerável forma de pregação pelo método moderno de conferências.

Ridículos arremedos de Notre-Dame, com que procuravam conquistar fama de oradores os que a não podiam conseguir por meio da tradicional pregação evangélica.

Mas o campo das conferências estritamente apologéticas ou propedêuticas era restrito, e nem todos tinham formação bastante para se lançar nele. Por isso depressa se buscaram horizontes mais fáceis de abarcar e surgiu um novo gênero de conferências espúrias que mereceu a severa censura de Leão XIII em 1894 pela Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares.

a) *Seu objeto.* — Descreve-o em estilo candente a circular da mesma Sagrada Congregação: "dissertações pomposas onde se tratam assuntos mais políticos do que religiosos, mais especulativos do que práticos, mais fecundos em aparato do que em frutos de salvação; e que estariam mais em seu lugar na arena da imprensa ou nos recintos acadêmicos do que em lugar sagrado". Temos insinuadas três variedades de conferências pseudo-apologéticas, que oxalá tivessem sido banidas da cátedra sagrada por este anátema de Roma!

α) As que tratam de assuntos profanos, como são civilização, colonização, pátria, progresso, direito internacional, etc., mais próprios dos parlamentos ou dos salões acadêmicos do que da cátedra evangélica.

β) Conferências meramente especulativas sem relação alguma com os costumes, boas portanto para lisonjear a fantasia, sem incomodar a vontade.

γ) As que tocando embora assuntos religiosos, tomam estes assuntos, mais como pretexto para alardear ciência e erudição e para captar aplausos do que para salvar almas.

b) *Sua apreciação.* — Fê-la o mesmo Leão XIII com estas terminantes palavras: *devem ser definitivamente desterradas do púlpito.* E com toda a razão! São uma sacrílega laicização da palavra de Deus. Dela se veio mais tarde a queixar Pio X no *Motu Proprio* contra o Modernismo. *Episcoporum curis ut annuntietur verbum divinum pares non respondere fructus, idque non tam audientium dissidiae quam oratorum jactantiae tribuendum putamus, qui hominis verbum exhibent magis quam Dei.*

O mal está, pois, em substituir pela razão do homem a autoridade de Deus, e em buscar na prudência e nos artifícios humanos o que Deus quis fosse privilégio da loucura da cruz.

E esses são os abusos das perniciosas conferências sem Deus nem Bíblia, feitas sob pretexto de atrair auditórios rebeldes, apoiadas mais na autoridade de escritores ímpios e acatólicos do que na dos Santos Padres, e confiando mais na pompa e altissonância do estilo próprio de polêmicas jornalísticas, do que na singeleza de uma linguagem vivificada pela unção divina.

Lamentável sistema de pregação, cujo efeito primário é a secularização dos púlpitos!

APÊNDICE

AS QUESTÕES SOCIAIS NA PREGAÇÃO

Relacionadas com o objeto destas conferências são também as chamadas questões sociais. E se elas têm merecido tanta solicitude da parte dos últimos Pontífices, podemos concluir que é também vontade da Igreja que o sacerdote se forme sòlidamente em todas as questões fundamentais da sociologia cristã e que delas se ocupe em suas pregações. Entretanto pode-se discutir:

1. Até que ponto têm cabida no púlpito?

A) Para tratar *ex professo* questões ético-sociais escolhâm-se por via de regra não recintos sagrados, mas salões apropriados.

B) Podem contudo desenvolver-se no púlpito alguns conceitos cristãos de sociologia, como seja o de família a propósito do matrimônio, o de propriedadé privada ou o de salário justo a propósito do sétimo mandamento.

C) Pode também explicar-se *ex professo* no púlpito e tomar como assunto de prédica moral uma determinada questão social, desde que se encare principalmente sob o aspecto cristão, ou se trate, por ex., de expor aos fiéis a doutrina de uma Encíclica pontifícia sobre o assunto.

2. De que modo se devem tratar?

A) Não se abalance o pregador a tomar uma questão sociológica como tema do seu discurso, sem ter dela um conhecimento aprofundado e especializado. De outro modo expõe-se a comprometer a verdade em questões assaz melindrosas.

B) Conheça bem o meio em que fala, as circunstâncias que o rodeiam, as disposições dos que o ouvem, para que não seja contraproducente a sua pregação.

C) Use da máxima prudência ao aludir a conflitos de classes, sem precipitar o seu juízo.

D) Não lisonjeie as paixões e preconceitos dos ouvintes para captar aplausos, a preço da verdade sacrificada ou dissimulada. Por isso, ou fale a operários ou a patrões, a capitalistas ou a proletários, não aluda só aos seus direitos, mas também e sobretudo a seus deveres, mostrando por todos um interesse cristão, aliado com uma prudente imparcialidade.

E) Sobretudo saiba aplicar aos grandes males sociais os grandes remédios do Evangelho, que são os princípios sobrenaturais do cristianismo, a moralização dos costumes e o espírito de caridade de Cristo, que deve animar tanto os de baixo como os de cima.

C) *Conferências polêmico-apologéticas.*

a) *Sua natureza e finalidade.* — São encaminhadas a defender contra os sofismas do erro a fé dos cristãos. Distinguem-se pois:

α) das conferências dogmáticas pela feição polêmica;

β) das conferências puramente apologéticas:

1) pelo caráter do auditório a que se dirigem, pois umas supõem ouvintes crentes, outras descrentes;

2) pelo fim a que se destinam, que não é já abrir caminho à luz da fé, mas fortificá-la e sustentá-la na luta;

3) pelos recursos de que se vale, que são, não já os simples argumentos de razão e as armas da ciência, mas primàriamente a autoridade divina.

Das demonstrações racionais e científicas também sabe lançar mão, mas sem as equiparar ao testemunho da Revelação.

b) O seu posto na oratória sagrada.

α) Pode haver circunstâncias que tornem necessário este gênero de conferências. Reconhece-o Leão XIII pela Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares. Mas acrescenta que:

"As pregações morais são úteis para todos; as conferências, de ordinário, só aproveitam a um número muito restrito de auditórios. E ainda estes, se fossem objeto de uma cultura mais cuidadosa, sob o ponto de vista dos costumes, isto é, se os tivessem ajudado a ser mais castos, mais humildes, mais obedientes à autoridade da Igreja, teriam só com isso desembaraçado o espírito de mil preconceitos contra a fé, e ver-se-iam mais dispostos para receber a luz e a verdade. Com efeito, os erros em matéria religiosa, mormente em populações católicas, têm geralmente a raiz nas paixões do coração, mais que nos desvios do espírito, segundo aquela sentença revelada: *De corde exeunt cogitationes malae... blasphemiae* (Mt 15, 19). Por isso, sobre estas palavras do salmista: *Dixit insipiens in corde suo: non est Deus,* Santo Agostinho faz a seguinte observação: *in corde suo, non in mente sua.* [4]

β) Se estas conferências podem alguma vez ser necessárias, observa a mesma Congregação que só os Prelados são juízes competentes dessa necessidade. Logo a eles toca determinar quando, onde e a que classe de auditórios se devem fazer e que erros se devem refutar. Por outras palavras, sem autorização expressa do Ordinário de cada lugar não podem fazer-se tais conferências.

---

4) Circ. n. III.

γ) As conferências polêmico-apologéticas não se devem confiar a qualquer, *são para ombros mais robustos,* diz ainda a Sagrada Congregação, porque exigem uma sólida e esmerada formação em ciências eclesiásticas.

Não se julgue, todavia, que este gênero de pregação seja mais elevado ou mais digno do que outros gêneros tradicionais, como se a pregação moral e dogmática fosse para desdenhar.

Pelo contrário, um dos mais notáveis conferencistas de Notre-Dame, o Pe. Ravignan, S. J.[5], proclamava a conferência mais fácil do que o sermão pròpriamente dito. E a razão é manifesta: a conferência só tem o fim de convencer as inteligências. O sermão tem ainda a missão de persuadir a vontade. E a persuasão, como em seu lugar se viu, é o que há de mais difícil na oratória, e sem persuasão não há verdadeira eloquência.

Erro seria, pois, julgar que os sermões morais são próprios de auditórios menos cultos e de pregadores vulgares, enquanto que as conferências seriam reservadas a oradores de maior fôlego e a auditórios intelectuais.

δ) Recomenda insistentemente a Sagrada Congregação que se obste a que o uso excessivo das conferências não faça cair em desuso e descrédito as pregações morais. E de fato tais conferências contribuem não pouco para derrancar o gosto do orador e dos ouvintes, fazendo-lhes perder a estima da pregação tradicional cristã.

Este gênero, portanto, de conferências só tem cabida entre as classes de pregação sagrada, como forma extraordinária e como simples auxiliar da pregação pròpriamente dita.

c) *Modo de tratar questões polêmico-apologéticas.*

A principal tarefa destas conferências consiste em rebater as dificuldades que em nome da ciência se objetam contra a fé. Para isso o primeiro passo do apologeta cristão está:

α) em conhecer com toda a exatidão e nos termos precisos a objeção;

---

[5]) Maximes sur la prédication, I, 6.

β) em conhecer com a mesma exatidão o que propõe a fé;

γ) em examinar bem a relação existente entre o dogma revelado e o dogma científico.

De fato:

α) quanto ao conhecimento da objeção, o apologeta deve estudar os fatos e princípios que lhe deram origem, ou esses princípios sejam de ordem filosófica, histórica ou científica. Deve tomar o verdadeiro peso à objeção, examinando se ela constitui uma verdade apoditicamente demonstrada, ou se debaixo do nome pomposo de ciência se oculta uma simples conjetura, uma hipótese, uma indução provável, uma teoria mais engenhosa que sòlidamente construída. Bem sabido é que no campo das ciências naturais, nem tudo são certezas infalíveis; e o que um dia se tem dado por certo, aparece muitas vezes desmentido por fatos e conclusões de uma oposição flagrante.

A história da ciência neste ponto regista desaires bem humilhantes para o orgulho científico. Quantas teorias falidas! A dos fluidos elétricos, magnéticos, caloríferos; darwinismo, pampsiquismo, panspermismo, preformismo antigo e moderno, geração espontânea, explicação puramente energética dos fenômenos!...

Veja, pois, o apologeta se a questão que se lhe objeta deve ser incondicionalmente aceita, ou se há motivos para a considerar ainda como *lis sub judice,*

β) quanto ao dogma em conflito com a ciência, proceda do mesmo modo e veja se se trata de uma verdade explìcitamente definida, ou de uma conclusão teológica, ou quiçá de uma simples opinião controvertida;

γ) determinadas bem as posições de uma e de outra parte, confrontem-se serenamente ambas as afirmações. Para isso estabeleçam-se prèviamente os seguintes princípios de discussão enunciados pelo Concílio Vaticano, sess. III, cap. IV de *Fide et Ratione:*

1) *Fides est supra rationem.* — Se a fé tem mistérios que a razão não logra compreender, isso só prova que o alcance da razão é limitado. Os mistérios estão aci-

ma da razão, não são contra a razão; e esta é a diferença entre mistério e absurdo. Uma coisa é não ver que o mistério é possível, outra seria ver que o mistério não é possível. E essa impossibilidade é que a razão nunca vê.

2) *Nulla inter fidem et rationem vera dissensio esse potest,* porque

3) *Verum vero numquam contradicere potest.* — A razão e a fé, a ciência e a Revelação são dois raios luminosos que jorram do mesmo foco indefectível, Deus. Logo a contradição entre eles representaria contradição intrínseca no próprio Deus. Daqui se segue que de duas afirmações contraditórias, só uma pode ser verdadeira. E se ambas o são, não podem ser contraditórias: tem de haver conciliação entre elas.

Postos estes princípios e examinadas as duas contraditórias (científica e dogmática), surgem as seguintes hipóteses:

a) Uma das contraditórias não apresenta garantias de absoluta certeza. Pode-se abandonar logo a discussão, porque já não é possível o desmentido mútuo. Se é a afirmação teológica que vacila por se tratar de simples opinião discutível, não há por que perturbar a bela serenidade da verdade cristã. A fé não assume a responsabilidade de opiniões particulares. Isso é com os teólogos.

b) Uma delas apresenta todas as garantias de verdade, com certeza indefectível. *A priori* a outra tem de ser falsa. Todo o trabalho do apologeta estará em descobrir-lhe algum ponto fraco que a desacredite.

c) Iguais garantias de verdade infalível são apresentadas dos dois lados. *A priori* não são contraditórias. Todos os esforços do apologeta devem convergir para encontrar o verdadeiro ponto de conciliação. Essa conciliação existe necessàriamente, embora nem sempre seja possível descobri-la.[*]

---

[*]) *Exemplo típico.*

A tese de Galileu: A ciência prova o movimento da terra à volta do sol imóvel.

Antítese do Santo Ofício: A Bíblia prova o movimento do sol à volta da terra imóvel.

d) Estabelecida a certeza da afirmação teológica, pode dar-se o caso de não se encontrar o ponto fraco da contraditória científica. Esse ponto fraco existe, a falsidade dá-se, embora se não veja. Nestes casos ao adversário pertence provar apodìticamente a sua afirmação com a mesma evidência da contraditória. E a atitude do apologeta e de seus ouvintes não admite hesitações: A verdade de fé assenta na infalível autoridade de Deus, a afirmação, que se diz científica, apóia-se na autoridade humana; a razão que escolha.[7]

D) *Conferências apologético-dogmáticas.*

Como vimos, as instruções da Igreja acerca das conferências condenam expressamente as que apresentamos como pseudo-apologéticas, e só em circunstâncias excepcionais toleram nos púlpitos as que são verdadeiramente apologéticas (propedêuticas ou polêmicas), muito recomen-

---

Logo *a priori* ou a tese é falsa, ou a *antítese*, porque "verum nunquam vero contradicere potest".

Ora, a Bíblia, depositária de doutrina revelada, é infalível.

Logo a tese da ciência deve ser falsa.

Resposta de Galileu:

"Nulla inter fidem et rationem vera dissentio esse potest".

Ora, a razão prova o movimento da terra e a imobilidade do sol.

Logo a contradição bíblica deve ser puramente aparente; os textos bíblicos devem ter outra interpretação, atestando apenas o movimento *aparente* do sol e a *aparente* imobilidade da terra.

[7]) Além desta forma oratória com que se podem tratar as questões polêmico-apologéticas, poderia também adotar-se uma forma popular equivalente, em que predominasse o tom da conversa familiar, conforme foi dito dos assuntos dogmáticos e morais. Exemplar bastante perfeito neste gênero são as *Respostas populares às objeções mais comuns contra a Religião,* do Pe. Secundo Franco, S. J.

Outro método que tem sido alguma vez adotado em algumas regiões é o das conferências dialogadas. O papel do incrédulo é representado por um sacerdote, que de outro púlpito propõe as objeções mais em voga contra determinados pontos do dogma ou da moral, para serem pùblicamente ventilados e pulverizados pelo conferente.

E' uma forma de pregação que, apesar de tratada por alguns autores (por exemplo, Hamon, "Traité de la prédication"; F. Murret, "Leçons sur l'art de prêcher"), não parece dever-se aconselhar pelos inconvenientes a que pode dar ocasião. Se alguma vez é proveitosa será uma rara exceção. Há outros modos e lugares mais próprios para refutar.

dáveis aliás em salões apropriados e a auditórios competentes.

Existe outro gênero de conferências, que já não apresentam os inconvenientes apontados. São as que poderíamos chamar diretamente *dogmáticas* e indireta ou preventivamente *apologéticas*.

a) *Sua natureza*. — Consistem não em refutar diretamente o erro, ou em desfazer objeções, mas em expor e defender as verdades atingidas pelas objeções mais em voga, demonstrando-as e defendendo-as sem chamar ao seu tribunal as afirmações dos adversários.

b) *Suas vantagens*. — Firmando-se primàriamente nos testemunhos da Revelação e adotando a forma brilhante da conferência, com as galas do estilo, o brilhante colorido, a profundidade de idéias, e o método científico que lhe é próprio, têm a vantagem de ir destruindo as objeções à medida que se expõe e defende a verdade, de ensinar os dogmas sem deixar à margem a moral que deles deriva, de falar aos crentes sem perder de vista os descrentes, de refutar a estes sem lhes dirigir a palavra, de atrair os apreciadores da eloquência profana para lhes fazer ouvir a sagrada.

NOTA. — Entre nós estão se introduzindo, sobretudo durante o período de missões ou de retiros, as chamadas *conferências para homens*. E' claro que não são essas conferências que incorrem no desagrado da Igreja manifestado nas páginas anteriores. São autênticas pregações morais que de *conferências* só têm o nome para atrair pretensiosos. Não simpatizam eles com um sermão sobre os novíssimos, mas fàcilmente serão levados a ouvir a mesmíssima doutrina, desde que ao pregador se dê a denominação campanuda de *conferente* ou de *orador*, a pregação se chame *conferência* ou *palestra*, e ao assunto se ponha este ou semelhantes rótulos: *o nosso século e os problemas do destino humano; a sociedade atual em face do além*, etc.

E os mesmos assuntos tratados num salão de teatro ou de cinema, para atrair os que, por motivo de respeito humano, não iriam à igreja? Creio que só excepcionalmente se devia tolerar esse expediente. Há o perigo de se tornar moda essa condescendência com a cobardia do respeito humano, de se acostumarem às reuniões do teatro e de já não quererem depois voltar à igreja. Mas há outro inconveniente. Estas prega-

ções a homens só serão eficazes quando o pregador passa do púlpito para o confessionário. Na igreja ainda os homens se confessariam; mas no teatro...

ART. 2. O GÊNERO HISTÓRICO-COMEMORATIVO

§ 1. Sermões encomiásticos

I. *Panegírico*

1. Noção e origem. — Discurso encomiástico em que na antiga Grécia e Roma se celebravam as virtudes e os feitos heróicos dos vencedores dos jogos olímpicos, foi adotado pelo Cristianismo desde o berço para exaltar o mérito de seus heróis, aureolados pelo martírio ou pela santidade de vida.

Já nas catacumbas por entre a celebração dos divinos mistérios se ouvia a voz do Bispo ou do sacerdote enaltecer a fortaleza dos mártires e estimular os fiéis à sua imitação.

Com o decorrer dos tempos o panegírico cristão saiu das entranhas da terra e passou a ecoar nas abóbadas dos templos. Já São Gregório Nazianzeno, São João Crisóstomo, São Cipriano, Santo Ambrósio e outros Padres da Igreja nos deixaram alguns espécimes deste gênero oratório, por eles galhardamente cultivado.

O panegírico cristão é, pois, um discurso sagrado em que a Igreja pela voz de seus pregadores celebra encomiàsticamente os feitos sobrenaturais dos seus heróis, elevados às honras dos altares.

Por ampliação a forma panegírica do discurso sagrado abrange também, ou pode abranger, os mistérios gloriosos e gozosos da vida de Jesus Cristo e de sua Mãe, que entre os heróis do Cristianismo ocupam o primeiro lugar. Esses mistérios encaixam perfeitamente nos moldes do panegírico.

2. Sua finalidade. — A) Glorificar o santo e nele o heroísmo da virtude, de modo que nessa glorificação seja também Deus glorificado como autor de toda a santidade, verdadeiramente admirável em seus santos;

B) Estimular os ouvintes a invocar devotamente a proteção do santo e sobretudo a imitar os seus exemplos.

3. Defeitos a evitar. — A) O entusiasmo postiço que se traduz em encômios vagos e indeterminados;

B) O excesso contrário que estaria numa certa embriaguez lírica, ou no desequilíbrio da imaginação levada a hipérboles irracionais e a uma quase divinização do santo;

C) As comparações odiosas de um santo com outro, deprimindo este para elevar aquele;

D) A narração de fatos lendários, sem garantias de verdade, como se a força da afirmação suprisse a insuficiência da informação;

E) O tom demasiado enfático, os ornatos pueris ou afetados, os requintes de elegância, a acumulação de superlativos rebuscados.

4. O estilo do panegírico. — Deve ser um reflexo do espírito da Igreja, que se apresenta règiamente vestida e ataviada de galas para celebrar os principais mistérios da Religião e a glória de seus filhos.

O panegírico, sendo dos gêneros oratórios o que mais se amolda ao discurso clássico, requer maior ornato e pompa de estilo, sem deixar de ser natural, maior brilho de figuras, maior elegância de dicção, maior harmonia de períodos e de frases, mais artísticas descrições e quadros, maior elevação de conceitos, todos os primores enfim de uma eloquência sã e equilibrada, que faça vibrar a uníssono com o do auditório o entusiasmo santamente lírico do orador.

5. Estrutura oratória do panegírico. — Duplo método:

A) *Analítico ou histórico,* consiste em percorrer cronològicamente as várias fases da vida do santo, detendo-se nos episódios mais salientes; ou em ir descrevendo no seu sucessivo desenrolar a ação santificante da graça e a fiel correspondência do santo aos avanços beneficentes do Criador.

a) *Vantagens.* — E' um método fácil. Basta encaixar o discurso nos moldes cronológicos que o método na-

turalmente proporciona, distinguindo e salientando na vida do santo as fases que mais a caracterizam.

Este processo levará, por exemplo, o panegirista de São Pedro a mostrar como ele deu testemunho da divindade de Cristo pelas palavras da sua profissão de fé, pelas lágrimas do seu arrependimento e pelo sangue do seu martírio.

E' também o mais apto para satisfazer o gosto menos educado dos fiéis, que não concebem o panegírico de santos da sua simpatia e devoção, se não ouvem repetir constantemente os episódios da sua vida.

b) *Desvantagens.* — Expõe-se a parecer uma prosaica narração biográfica, que pode enfastiar pela sua monotonia auditórios condenados a ouvir anualmente a mesma resenha de virtudes e de milagres.

Não sendo possível senão percorrer *superficialmente* a vida do santo, não se chega a definir bem a sua fisionomia moral.

B) *Sintético.* — Celebra de preferência o aspecto ou virtude que mais predomina na vida do santo e que mais o caracteriza.

O trabalho do panegirista está em descobrir essa nota individuante que o distingue dos outros santos, pondo-a bem em relevo, tomando-a como centro de unidade à volta da qual agrupará os fatos da sua vida, de tal modo dispostos que constituam um sólido sistema de provas.

Desse modo se apresentará ao auditório com toda a precisão possível a fisionomia moral, a *vera effigies* do santo, ficando desde logo aberta a porta para uma brilhante exposição da moral vivida e em ação, conforme a natureza da festa e a necessidade dos ouvintes.

Pelo mesmo processo também se pode esboçar uma como que fisionomia externa e relativa do santo, caracterizando bem o papel providencial por ele representado na Igreja, a missão que desempenhou na sociedade, o influxo que exerceu e que talvez marcou o caráter de seu século, etc., etc.

Um fato culminante da sua vida, assim como lhe deu feição e orientação definitiva, assim poderá consti-

1) pelo caráter do auditório a que se dirigem, pois umas supõem ouvintes crentes, outras descrentes;

2) pelo fim a que se destinam, que não é já abrir caminho à luz da fé, mas fortificá-la e sustentá-la na luta;

3) pelos recursos de que se vale, que são, não já os simples argumentos de razão e as armas da ciência, mas primàriamente a autoridade divina.

Das demonstrações racionais e científicas também sabe lançar mão, mas sem as equiparar ao testemunho da Revelação.

b) *O seu posto na oratória sagrada.*

α) Pode haver circunstâncias que tornem necessário este gênero de conferências. Reconhece-o Leão XIII pela Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares. Mas acrescenta que:

"As pregações morais são úteis para todos; as conferências, de ordinário, só aproveitam a um número muito restrito de auditórios. E ainda estes, se fossem objeto de uma cultura mais cuidadosa, sob o ponto de vista dos costumes, isto é, se os tivessem ajudado a ser mais castos, mais humildes, mais obedientes à autoridade da Igreja, teriam só com isso desembaraçado o espírito de mil preconceitos contra a fé, e ver-se-iam mais dispostos para receber a luz e a verdade. Com efeito, os erros em matéria religiosa, mormente em populações católicas, têm geralmente a raiz nas paixões do coração, mais que nos desvios do espírito, segundo aquela sentença revelada: *De corde exeunt cogitationes malae... blasphemiae* (Mt 15, 19). Por isso, sobre estas palavras do salmista: *Dixit insipiens in corde suo: non est Deus,* Santo Agostinho faz a seguinte observação: *in corde suo, non in mente sua.* [1]

β) Se estas conferências podem alguma vez ser necessárias, observa a mesma Congregação que só os Prelados são juízes competentes dessa necessidade. Logo a eles toca determinar quando, onde e a que classe de auditórios se devem fazer e que erros se devem refutar. Por outras palavras, sem autorização expressa do Ordinário de cada lugar não podem fazer-se tais conferências.

---

[1]) Circ. n. III.

Precursor *recapitula os tempos proféticos,* ao mesmo tempo que *inicia e ensaia os tempos apostólicos;*

β) em *moldes antitéticos,* que não sendo difíceis de construir, são ordinàriamente fecundos e sugestivos. Recorde-se como modelo o panegírico de Vieira sobre a Rainha Santa: *mais santa porque rainha, mais rainha porque santa;* ou sobre Santo Inácio: *Inácio semelhante a homens, Inácio homem sem semelhante.* Do mesmo modo se faria de São Paulo este panegírico antitético: *Paulo crucificado em Cristo para o mundo, o mundo crucificado em Cristo para Paulo* (Gál 6, 14).

b) *Desvantagens.* — Mais difícil do que o primeiro, é método menos apto para contentar as curiosidades históricas de ouvintes, que nelas põem todo o mérito de panegírico. O panegírico antitético é exposto ao perigo de paradoxos e trocadilhos de mau gosto, de que o orador se deve acautelar.

6. Dupla escola.

A) *Escola italiana,* representada sobretudo pelo Pe. Ségneri, S. J. O panegírico é quase exclusivamente encomiástico sem o contrapeso moral ou exortativo. Nesta escola o panegirista só tem a preocupação de enaltecer o mérito do santo. E' que os exemplos de virtude falam por si mesmos e mais eloquentemente do que qualquer raciocínio — *exempla trahunt.* A exortação e as aplicações são por isso consideradas inúteis, uma vez que na frase de Santo Agostinho, *solemnitates martyrum* são *exhortationes martyriorum.*

Mas para que os exemplos falem à vontade e a estimulem, é mister apresentá-los sob a forma de possível realização, e não apontar modelos de santidade senão reduzidos a proporções humanas. De outro modo, os santos parecerão de uma natureza superior à dos outros homens.

B) *Escola francesa:* alia à parte encomiástica a parte exortativa predominando esta sobre aquela. A arte desta escola está em saber realizar essa harmoniosa aliança, o que se faz de vários modos:

a) Estabelecendo no panegírico duas partes destinadas a primeira a exaltar as glórias do santo, a segunda

a exortar os ouvintes à sua imitação. E' método que pode comprometer a unidade do panegírico, deixando-o reduzido a dois discursos distintos, laudatório um e moral o outro.

b) Constituindo com a parte moral o corpo do discurso e servindo de prova ou justificação a vida do santo. Há neste método o perigo de transformar o panegírico num sermão primária e marcadamente moral.

c) Entrelaçando a narração dos atos de virtude com as aplicações morais que a vida do santo vai inspirando. E' método que deixa salvaguardada a unidade do discurso, se se souber fazer a disposição artística dos elementos biográficos, conforme se disse ao tratar do método sintético.

d) Também não é raro começar-se o discurso com a apresentação de uma máxima ou de um exemplo de Cristo, e logo mostrar como o servo de Deus se santificou ajustando a essa máxima a sua vida, ou retratando em si o exemplar divino; e como conseguintemente os ouvintes se poderão santificar, usando do mesmo processo.

De todos os métodos é talvez este o mais artístico, apresentando simultâneamente a vantagem de apontar a Cristo como protótipo e manancial de toda a santidade.

Os métodos da escola francesa são afinal os que seguiu Vieira nos seus panegíricos, embora de um modo bastante variado e original, que consiste ordinàriamente em tomar como ponto de partida o Evangelho da festa e em explorar todas as circunstâncias dela: liturgia, lugar, tempo e pessoas.

7. Exigências gerais do panegírico. — *Deve-se pregar com os olhos no céu, para que vejamos como havemos de imitar os santos.*

Deve-se pregar com os olhos na terra, para que saibamos o que havemos de emendar em nós.

Deve-se pregar com os olhos no Evangelho, para que o Evangelho, como luz do céu na terra, nos encaminhe ao que havemos de emendar na terra e ao que havemos de imitar no céu.[8] Por isso necessita o orador de conhe-

[8]) Vieira, *Sermões*, VIII, 336.

cer bem a vida do santo para formar uma idéia exata da sua fisionomia moral. Necessita de conhecer as circunstâncias históricas e o ambiente social em que viveu, o influxo moral que esse ambiente exerceu na sua vida, a missão providencial do santo no mundo e na Igreja.

Necessita de conhecer as chagas morais do auditório, para lhes aplicar o remédio que subministram os exemplos dos santos.

Necessita duma sólida formação ascética para apreciar a ação da graça na santificação daqueles que aponta como modelos aos fiéis, para mostrar como essa graça se amolda à natureza e toma nas suas manifestações a feição que esta lhe imprime; para focar sobretudo as características da chamada *graça de estado* e em geral das graças anexas a qualquer missão a que a Providência destina os seus santos.

II. *Discursos laudatórios ocasionais*

Pertencem ainda ao gênero do panegírico outros discursos de tom festivo e encomiástico, puramente ocasionais. Tais são, para só os apontar, os discursos de Missa nova, de profissão religiosa ou tomada de hábito, os discursos epitalâmicos, jubilares, etc. Neles se deve manter tudo o que se exige para que um discurso seja verdadeiramente sagrado. E tanto mais o será quanto menos se prender com etiquetas mundanas.

Não destoam breves referências pessoais ao mérito de um novo levita, nem uma saudação congratulatória a seus pais acaso presentes, nem o leve aceno ou alusão pessoal à generosidade e constância do religioso, que diz adeus ao mundo para irrevogàvelmente se consagrar a Deus, nem mesmo alguma referência aos méritos pessoais dos novos esposos, ou dos que celebram o jubileu comemorativo dum enlace sacramental, duma ordenação sacerdotal ou duma sagração episcopal.

Mas em vez de fazer do discurso um tecido de encômios pessoais faça-se antes um discurso temático ou de tese, em que se celebrem, por exemplo, as grandezas do sacerdócio cristão ou a sublime dignidade do sacerdote

em geral, as predileções de Deus para com o estado religioso, a sublimidade sacramental do matrimônio cristão, etc.

Com estes e mil outros assuntos análogos e de fecundidade inexaurível terá o orador excelente oportunidade de instruir os fiéis com novos temas doutrinais, que talvez não ouvissem fora destas ocasiões.

III. *Oração fúnebre*

1. Sua natureza. — E' o elogio de um morto que em vida se tivesse notabilizado por exímias virtudes cristãs, ou por grandes e heróicas façanhas tendo por aquelas bem merecido da Religião e por estas da pátria.[9]

Desta definição se deduzem as relações de semelhança que existem entre o panegírico e a oração fúnebre. Ambos são discursos encomiásticos. E por isso *quanto ao fundo* são pautados ambos pelas mesmas regras. Mas *quanto à forma* o elogio fúnebre pode prescindir da divisão e deve aparentar mais espontaneidade, como se a dor fosse a única inspiradora do assunto.

Na oração fúnebre do Infante D. Duarte, depois de anunciar as partes dele, diz Vieira[10]: *não me atrevo a prometer nem ordem nem discurso nem concerto, porque em semelhantes ocasiões a desordem do discurso, o desconcerto das palavras, o desasseio das razões é a harmonia da dor.*

Mas o que acentua mais a diferença entre os dois é que no panegírico predomina o tom festivo e alegre em consonância com o júbilo da Igreja. O elogio fúnebre, esse vai todo repassado do sentimento de tristeza e do tom de profunda melancolia e consternação.

2. Sua origem. — Sendo tão antiga como o homem a piedade pelos mortos, a eloquência fúnebre é tão antiga como a arte de falar. Já a Sagrada Escritura nos

[9]) Com o elogio fúnebre pode-se também comemorar uma calamidade pública, como seria um grande naufrágio, um terremoto ou qualquer outra, assinalada por grande número de vítimas. O discurso consistiria em lamentar o acontecimento e em deduzir dele lições salutares para o auditório.

[10]) *Sermões,* t. XV, p. 201.

"O que é a oração fúnebre, senão o pêsame dado em nome da Igreja aos seus filhos reunidos no lugar sagrado? Ora, quais são as obrigações de quem dá os pêsames senão chorar, louvar e consolar? Sem dúvida, de tudo isto há de buscar-se algum fruto para o próximo, mas esse fruto há de brotar como espontâneamente, e sem parecer que é esse o fim principal do orador". [13]

4. Duplo método. — Do mesmo modo que no panegírico, também na oração fúnebre, pode predominar o elemento encomiástico ou o moral.

A) *Encomiástico.* — E' método que se pode empregar quando a vida do finado tiver verdadeiramente edificado a Igreja com as suas esclarecidas virtudes e com obras pouco vulgares de atividade católica. E' o caso de muitos varões conspícuos na Jerarquia eclesiástica.

Adotando-se este método conforme indicamos ao tratar do panegírico, pode seguir-se o processo histórico (*analítico*) ou o chamado artístico (*sintético*).

Neste último escolher-se-ia o traço mais característico do finado ou um grande pensamento cristão, à volta do qual se agrupariam os principais feitos da sua vida.

B) *Moral.* — E' o que se ocupa menos dos traços biográficos do finado e toma o acontecimento fúnebre mais como pretexto para tratar de qualquer assunto moral relacionado com a morte, por exemplo, a caducidade dos bens terrenos e da existência humana, os desígnios insondáveis da Providência, os motivos de resignação cristã, as consolações da Religião, etc.

E' o método que se deve preferir quando a vida do elogiado é pouco fecunda em atos de virtudes dignas de encômio.

NOTA. — O método vieirense é bastante original. Busca sempre uma personagem bíblica estabelecendo entre ela e a que é objeto de seu discurso um continuado paralelo. José, filho do patriarca Jacob, é o herói bíblico com o qual D. Duarte é posto em paralelo. Maria Madalena serve de confronto com D. Maria de Ataíde; Maria, irmã de Moisés, com a rainha D. Maria Francisca; Henoque com o conde de Unhão; David com D. João IV e Job com D. Teodósio.

[13]) Obra cit., p. 423.

5. Estilo. — De um modo geral tem de ser solenemente austero, mais próprio de quem lamenta um infortúnio que de quem celebra uma apoteose.

Em especial tem de ser elevado, conforme a dignidade do morto, e todo o discurso tem de ser repassado de majestosa tristeza.

Não lhe falte também o tom patético e grave que diante do espetáculo da morte convide os ouvintes a refletir sobre o grande problema do nosso destino.

6. Algumas normas diretivas. — O elogio fúnebre representa um gênero escabroso e delicado que exige do orador um tacto particular:

A) Veja primeiramente se convém ou não aceitar o encargo de falar. A palavra de Deus não pode servir para lisonjear pessoas indignas. Atraiçoaria a sua sagrada missão o orador que na tribuna evangélica incensasse a quem em nada honrou a Igreja, e muito mais a quem a tivesse desonrado com a sua vida particular ou pública.

Por isso determinou Bento XV na 21ª das normas *pro sacra praedicatione* que só com licença prévia e explícita do Ordinário se podem fazer elogios fúnebres, podendo ele exigir se lhe apresente por escrito o discurso antes de ser pronunciado em público.

B) Foi o orador formalmente autorizado pelo Ordinário a fazer o elogio de pessoa cuja vida não apresenta grandes méritos para ser elogiada? Tome então um traço característico da sua vida cristã, que lhe sirva de pretexto ou de transição para tratar qualquer dos assuntos morais acima insinuados ou outros congêneres, de modo que, no acontecimento que estão presenciando, possam os ouvintes ler a comum condição de todos os mortais e aprendam o segredo de bem viver os que desejam bem morrer.

C) Acautele-se o orador do perigo a que as circunstâncias o expõem de fazer um discurso mais acadêmico ou político do que sagrado. Por isso os princípios sobrenaturais do Cristianismo, os pensamentos bíblicos, extraídos sobretudo do Eclesiástico, dos Provérbios e dos Salmos, do Ofício de defuntos, os ensinamentos do Evange-

lho e as lições que dá a história e a própria vida do finado, são os que hão de dar ao elogio fúnebre o timbre infalsificável da eloquência sagrada.

D) Foram as virtudes do finado insignes? Não lhes exagere o mérito nem antecipe o seu juízo ao da Igreja.

E) Foi um homem público e de grande prestígio nacional? Não toque o aspecto político da sua vida, de modo que vá melindrar partidos contrários. O embaixador de Cristo tem de se mostrar superior a todas as facções e caprichos humanos.

F) Houve na sua vida algum ato pùblicamente repreensível? Pede a caridade que se corra um véu sobre esse aspecto menos edificante da sua existência. Seria escândalo fazer menção dele em circunstâncias em que todos são inclinados a esquecer e a perdoar.

E se esse ato domina de tal modo a sua vida que se tenha de fazer alusão a ele, recorra-se a atenuantes que a caridade sugerir, mostrando-se como é próprio do homem errar, e sobretudo ponha-se em destaque a reparação e o arrependimento que acaso se lhe tenha seguido. Em tão melindrosas circunstâncias é muito para imitar o tacto de Bossuet no elogio de Condé. Até certo ponto o papel do orador é papel de advogado.

G) Lembre finalmente ao auditório que a melhor homenagem a prestar ao finado são os sufrágios e a imitação do que a sua vida teve de imitável.

§ 2. Sermões deprecatórios e eucarísticos

1. Deprecatórios. — Têm por fim:

A) Mover os fiéis a solicitar do céu algum favor cuja consecução está fora dos meios humanos.

Os fiéis movem-se a orar apresentando-se-lhes os motivos de esperança que os podem alentar, a utilidade ou a necessidade do favor divino que se implora, o infortúnio que derivaria de não serem ouvidos. Sobretudo devem-se exortar a não desmerecerem com a sua vida prática o auxílio do céu.

Tem cabida nas circunstâncias de calamidade ou aflição em que se costumam prescrever preces públicas.

tão que vê em Deus a fonte de todos os bens e que não descansa em venturas de ordem temporal, o acontecimento fausto que provoca parabéns é considerado ordinàriamente como penhor da predileção divina e portanto de novas bênçãos, sobretudo de ordem sobrenatural.

Por isso é óbvio que quem felicita um beneficiado do céu, faça auspiciosos votos para que esse benefício seja manancial fecundo de venturas.

A este gênero pertencem os discursos de prognósticos, os genetlíacos, epitalâmicos e outros afins, como são os da bênção de uma bandeira ou de um navio, da entrada de um novo Bispo na sua diocese [15], os da consagração de uma família, de uma diocese, de uma nação ao Sagrado Coração de Jesus e os de qualquer inauguração solene.

Em todos estes casos o orador tem de ser a expressão pública da alegria e da esperança.

Neste variadíssimo gênero a obra de Vieira apresenta-nos o sermão de Bons Anos pregado na capela real em 1642, de vários aniversários natalícios de D. João IV, do príncipe D. Afonso e da rainha D. Maria Francisca de Sabóia. Cinco são os discursos genetlíacos celebrando o nascimento dos cinco filhos de D. Pedro II. O penúltimo deles foi pregado quando o orador havia completado já 88 anos: e ao pregar o último estava tocando os 90 e a dois passos da morte. *Nunca se encontraram,* nota delicadamente Gonzaga Cabral, *nunca se encontraram nem se saudaram tão airosamente uma idade que começa e outra que termina.* [16]

Todos os discursos apontados nestes dois últimos parágrafos estão compreendidos nos chamados *sermões de ocasião,* que muitas vezes podem tomar a forma de simples alocuções breves, mas vibrantes, expansivas e entusiásticas.

Conclusão. — No estudo dos vários gêneros oratórios ocupamo-nos de discursos avulsos. Há também os sermões em série, como são os adventos, as quaresmas,

---

[15]) São gêneros que em parte coincidem com os já apontados ao tratar-se dos discursos laudatórios ocasionais. Num mesmo discurso, por exemplo, no de Missa nova, pode reunir-se o duplo caráter de encomiástico e de congratulatório.

[16]) Obra cit., t. II, p. 359.

as novenas, os tríduos, os meses, os sermões de missões... Para estes sermões de série baste acrescentar que deve haver uma certa concatenação e progressão entre eles que os subordine e encaminhe a um plano comum.

A melhor inspiradora desse plano é muitas vezes a Liturgia. Para uma novena do Espírito Santo, por exemplo, quem não se lembrará de acudir às estrofes do *Veni Sancte Spiritus et emitte caelitus lucis tuae radium*... e tomar de cada versículo o assunto de cada prédica.

O mesmo se diga dos hinos eucarísticos *Pange lingua* e *Lauda Sion* para uma novena eucarística; das invocações das ladainhas lauretanas para um mês de Maio ou para o mês do Rosário, do mesmo modo que se podiam percorrer todas as figuras bíblicas da Santíssima Virgem.

Tratando-se de novenas ou de tríduos preparatórios para uma festa, é preferível que sejam todos sermões morais relacionados com algum aspecto da festa ou da vida do santo, reservando-se um ou dois panegíricos só para o dia da festa.

CONCLUSÃO

Somos chegados ao termo da nossa jornada. Aí ficam alguns conselhos que parecem oportunos, algumas normas que parecem justas, alguns preceitos que a arte oratória sempre teve como úteis e que a experiência não tem rejeitado por inúteis. O fato de os vermos seguidos por mestres abalisados leva-nos a crer que não são descabidos.

Entretanto são meios e apenas meios encaminhados ao fim de toda a eloquência, que é *persuadir*. Se alguém puder conseguir esse fim independentemente dos meios apontados, tanto melhor. E se para alguém as normas traçadas forem antes um obstáculo ao trabalho de persuadir, desprenda-se em boa hora de todas elas. Os preceitos de uma arte não são feitos para embaraçarem o artista. Os meios só se devem usar para facilitar a consecução do fim e na medida em que o facilitem.

Quem, pelo contrário, reconhecer a necessidade de se sujeitar aos preceitos da arte oratória saiba que nunca ficará escravo desses preceitos. Com o hábito a natureza os assimilará; e os preceitos assimilados tornar-se-ão uma segunda natureza, que passará a agir em conformidade com a preceituística da arte, sem com a preceituística se preocupar.

Possa ao menos este *Novo Curso de Oratória Sagrada* concorrer para a formação artística daqueles que nesta terra de Santa Cruz, onde a eloquência de Vieira se imortalizou, e a sua voz de apóstolo se ouve ainda ressoar num eco que não morre, hão de levar as almas a dessedentar-se na fonte de toda a eloquência, Cristo Jesus, que em perfeita unidade hipostática é a aliança viva da eloquência divina e da eloquência humana.

ÍNDICE

CAPÍTULO II

O PREGADOR E OS FINS QUE O DEVEM MOVER

CAPÍTULO III

HABILITAÇÃO NATURAL DO PREGADOR

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

HABILITAÇÃO SOBRENATURAL DO PREGADOR.

CAPÍTULO VI

A EXECUÇÃO ORATÓRIA. DOTES FÍSICOS

TERCEIRA PARTE

A PREGAÇÃO

CAPÍTULO I

OBJETO GERAL DA PREGAÇÃO.
A PALAVRA DE DEUS

CAPÍTULO II

OBJETO ANTONOMÁSTICO DA PREGAÇÃO E OBJETO FAVORITO DO PREGADOR

CAPÍTULO III

FONTES DA ORATÓRIA SAGRADA. A SAGRADA ESCRITURA

CAPÍTULO IV

FONTES DA ORATÓRIA. TRADIÇÃO

CAPÍTULO V

OUTRAS FONTES DA ORATÓRIA SAGRADA

CAPÍTULO VI

A ELABORAÇÃO DO DISCURSO

CAPÍTULO VII

ESTRUTURA GERAL DO DISCURSO

CAPÍTULO VIII

DOTES COMUNS A TODA A PREGAÇÃO

CAPÍTULO IX

A FORMA DO DISCURSO. O ESTILO CONCIONATÓRIO

CAPÍTULO X

GÊNEROS DE PREGAÇÃO. A PREGAÇÃO PASTORAL

CAPÍTULO XI

OUTROS GÊNEROS DE PREGAÇÃO

